

EDISON BARIANI JUNIOR

GUERREIRO RAMOS E A
REDEENÇÃO SOCIOLÓGICA:
CAPITALISMO E SOCIOLOGIA
NO BRASIL

EDISON BARIANI JUNIOR

GUERREIRO RAMOS E A
REDEÇÃO SOCIOLÓGICA:
CAPITALISMO E SOCIOLOGIA
NO BRASIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Campus Araraquara, para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Segatto.

ARARAQUARA

2008

DADOS CURRICULARES
EDISON BARIANI JUNIOR

NASCIMENTO 07/02/1970 - São Paulo-SP

FILIAÇÃO Edison Bariani
Antonia Rodrigues Bariani

1995/2000: Curso de Graduação
Faculdade de Ciências e Letras da
Universidade Estadual Paulista
UNESP/Araraquara-SP

2001/2003: Pós-Graduação em Sociologia
nível de Mestrado
Faculdade de Ciências e Letras da
Universidade Estadual Paulista
UNESP/Araraquara-SP

A todos aqueles que não tiveram a chance de chegar até aqui,
mas que propiciaram que chegássemos.

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho intelectual é coletivo. Seria injusto de minha parte nomear, dentre tantas pessoas, algumas em detrimento de outras.

Este trabalho foi realizado com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

“A vida intelectual é uma possessão.”

Guerreiro Ramos

“Partindo do princípio fundamental do pensamento dialético – isto é, do princípio de que o conhecimento dos fatos empíricos permanece abstrato e superficial enquanto ele não foi concretizado por sua integração ao único conjunto que permite ultrapassar o fenômeno parcial e abstrato para chegar a sua *essência concreta*, e, implicitamente, para chegar à sua significação – não cremos que o pensamento e a obra de um autor possam ser compreendidos por si mesmo se permanecermos no plano dos escritos e mesmo no plano das leituras e das influências. O pensamento é apenas um aspecto parcial de uma realidade menos abstrata: o homem vivo e inteiro. Este, por sua vez, é apenas um dos elementos do conjunto que é o grupo social. Uma idéia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento.

Além disso, acontece freqüentemente que o comportamento que permite compreender a obra não é o do autor, mas o de um grupo social (ao qual o autor pode não pertencer) e, sobretudo, quando se trata de obras importantes, o comportamento de uma classe social”.

Lucien Goldmann (1979, p. 7-8)

RESUMO

A trajetória de Guerreiro Ramos – a relação tensa e dinâmica de vida e obra – é uma contribuição no sentido de trazer ao debate intelectual uma percepção de certos dilemas da sociologia no Brasil e propiciar subsídios na tentativa de compreender a situação brasileira; as formulações, temas, ênfases e equívocos do autor são, em certa medida, reflexos dos problemas que suscitaram tais esforços, bem como sua obra uma radical tentativa de criação de um pensamento nacional autêntico que, para ele, redimiria os pecados da miséria brasileira e de sua cortesã, a sociologia alienada da realidade nacional. Tal empenho imbrica-se em sua obra – e no contexto histórico-social – com os anseios de construção de um capitalismo nacional e autônomo de certa classe média, e teria na própria elaboração de uma sociologia nacional um dos seus principais instrumentos de remissão. Os esforços de Guerreiro Ramos foram envidados no sentido da redenção sociológica da sociologia e sociedade brasileiras, estigmatizadas – segundo ele – por um pecado original: a transplantação/importação de idéias. Mas poderia a sociologia não só impulsionar o desenvolvimento nacional como salvar-se por meio de si mesma?

PALAVRAS-CHAVE: Guerreiro Ramos. Sociologia no Brasil. Capitalismo. Nacionalismo. Desenvolvimento.

ABSTRACT

The trajectory of Guerreiro Ramos – the tense and dynamic relation of life and work – is a contribution in the direction to bring to the intellectual debate a perception of certain dilemmas of sociology in Brazil and to propitiate subsidies in the attempt to understand the Brazilian situation; the formularizations, subjects, emphases and mistakes of the author are, in certain measure, consequences of the problems that had suscitated such efforts, as well as his work is one radical attempt to create authentic national thought that, for this reason, could redeem the sins of the Brazilian misery and its ally, the alienated sociology of the national reality. Such effort imbricates with his work – and in the historical-social context – with the yearnings of construction of a national and independent capitalism of certain middle class, and would have in the proper elaboration of a national sociology one of its main instruments of remission. The efforts of Guerreiro Ramos had been pledged in the direction of the sociological redemption of Brazilian sociology and society, stigmatized – according to it – by an original sin: the transplantation/importation of ideas. But could sociology not only stimulate the national development as to save itself by itself?

KEY WORDS: Guerreiro Ramos. Sociology in Brazil. Capitalism. Nationalism. Development.

SUMÁRIO

Resumo.....	7
INTRODUÇÃO.....	10
I - TRINCHEIRAS.....	16
1. DASP, administração, política e modernização.....	20
2. O arsenal em construção.....	49
3. Grupo de Itatiaia, IBESP e os <i>Cadernos de Nosso Tempo</i>	56
4. ISEB: fábrica de controvérsias.....	72
II - ÀS ARMAS: A CRÍTICA CONFLAGRADA.....	90
1. O ‘problema’ do negro e a sociologia do preconceito.....	92
2. A sociologia crítica e a crítica da sociologia.....	107
3. A redução sociológica.....	131
4. Uma batalha: Guerreiro Ramos <i>versus</i> Florestan Fernandes.....	148
III - A ARTE DA GUERRA.....	167
1. Povo, desenvolvimento e industrialização.....	169
2. A revolução <i>brasileira</i>	183
3. Nacionalismo: ideologia revolucionária e ciência.....	191
4. Crise do poder, instituições e representação.....	202
5. A crítica em combate.....	224
6. Programa, estratégia e tática na revolução brasileira	239
IV - A UTOPIA DESARMADA	245
V - O SABER (RE)VELADO	262
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	289
Anexos	318

Introdução

“Sociologia sem práxis é *non-sens*.”

Guerreiro Ramos

Na sociologia brasileira, Alberto Guerreiro Ramos (1915-1982) ocupa uma posição particular: baiano de Santo Amaro da Purificação, sociólogo, poeta, ensaísta, professor, pesquisador, deputado federal (PTB da Guanabara), militante do movimento negro, nacionalista, integralista (na juventude), técnico em administração do DASP (Departamento de Administração do Serviço Público), integrante do Grupo de Itatiaia, IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), docente na EBAP (Escola Brasileira de Administração Pública) da Fundação Getúlio Vargas, na Universidade do Sul da Califórnia e na Universidade Federal de Santa Catarina. Autor de muitas vivências e influências, erudito, engajado, polemista feroz, defendeu febrilmente suas posições e posicionou-se *incontinenti*; produtor de uma obra de temas diversos, influências várias, originalidade e contundência, foi uma espécie de consciência incômoda da sociologia brasileira.¹

Crítico voraz da subserviência às idéias “importadas”, do descaso com o público e do descompromisso com o país, angariou tantos desafetos quanto pôde acumular, polemizou duramente com outras figuras de vulto na sociologia brasileira (Florestan Fernandes, Luiz Costa Pinto, Emilio Willems, Roger Bastide, para citar alguns)² e tentou retomar o que acreditava ser a herança da linhagem

¹ Sobre os dados biográficos do autor, foram consultados, sobretudo, Oliveira, L. (1995), Soares (1993), Matta (1983) e Nascimento, A. (2003a). Ver também cronologia da vida e obra do autor, anexo A desta.

² Um balanço preliminar dessas discussões, já o ensaiamos em Bariani (2003a).

crítica do pensamento social no Brasil: Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna...

Participante de alguns dos mais influentes círculos da inteligência brasileira no período 1943-1964 (DASP, Assessoria de Vargas, IBESP, ISEB),³ engajou-se na política brasileira empunhando as bandeiras do nacionalismo, da autonomia, da industrialização, do desenvolvimento, e batendo-se em defesa da publicização do Estado, da construção da nação e da sociedade civil – tarefas do povo com o norte da *intelligentzia*.

No pós-1964, derrotado politicamente e aliado de uma carreira universitária no Brasil, exilou-se nos EUA, onde veio a obter o sonhado reconhecimento acadêmico e passou a ocupar-se com a crítica da modernidade, da razão instrumental, da visão unilateral sobre a existência humana e da concepção teleológica ingênua da história.

Com Guerreiro Ramos – que sonhou um dia com uma sociologia nacional e um capitalismo autônomo no Brasil – a sociologia brasileira teve um de seus críticos menos complacentes, mais ácidos e o mais intransigentemente apaixonado; sua trajetória confunde-se momentaneamente com a própria sociologia brasileira, seu destino, por outro lado, destoava da acomodação: seus feitos referem-se a uma fase tragicamente heróica desta sociologia, momento no qual – se não tudo – muito (ainda) parecia possível e por fazer, e o exercício da sociologia era menos uma carreira que uma missão.⁴ Uma missão cujo propósito estava, para Guerreiro Ramos, eivado de um salvacionismo – na época Mário de

³ Antes já havia participado da fundação do Centro de Cultura Católica e da Faculdade de Filosofia, ambos na Bahia.

⁴ A respeito da relação entre missão e profissão no exercício intelectual das ciências sociais no Brasil, ver Lahuerta (1992, 1997, 1999).

Andrade (1972, p. 41) definiu a sociologia como “a arte de salvar rapidamente o Brasil” – e, também, singularmente, de uma atitude redentora, que pretendia (re)fundar a sociologia (e a nação) em novas bases, agora redimida(s) de seus pecados originais.

No intuito de situar o pensamento do autor, o período da história brasileira compreendido entre 1930-1982 é considerado – sem que nos detenhamos necessariamente nele – com privilégio do interregno 1930-1964, período no qual não só a produção intelectual e a atuação política do autor são mais intensas e efetivas,⁵ mas também por ser um momento crucial da história da sociedade brasileira, quando houve profundas mudanças em sua densidade e configuração social, consolidou-se um outro setor da classe burguesa dominante como dirigente, as classes subalternas irromperam no cenário político como novos sujeitos, conformou-se uma classe média de tipo moderno e, no plano intelectual, foram criadas as primeiras universidades e desencadeado o processo de institucionalização da sociologia brasileira, organizou-se um padrão e uma regularidade de produção científica e buscou-se interpretar a sociedade brasileira conforme novos moldes e exigências, em sua maioria, insistindo na diferenciação/distanciamento com o pensamento social anterior.

Tal período marca a consolidação do capitalismo e da sociologia no Brasil, o que não indica uma coincidência, mas a determinação – por parte do modo de produção – de um novo saber socialmente adequado às suas demandas econômicas, técnicas e de divisão do trabalho, bem como uma atualização de mentalidade no sentido de ajustar o saber às formas de racionalização e

⁵ Sobre a produção intelectual do autor, ver Costa, F. (1983), Soares (1993) e, principalmente, Azevedo (2006).

parâmetros de interpretação legítimos dentro da formação social e seus condicionantes ideológicos. Obviamente, esse contexto esboçado não pretende um completo cerceamento das circunstâncias sociais de inserção da problemática, já que relega – embora não desconheça – os condicionantes mais amplos de historicidade e sua força de permanência. Esta lacuna, cremos estar amenizada pela consideração do período (1930-1982), além disso, neste caso, a amplitude *por si* talvez não seja uma virtude, pois se as idéias têm um enraizamento histórico-social, a profundidade e formas de expansão dessas raízes certamente escapam à nossa completa percepção, vez que se confundem com a própria história humana e todos os seus aspectos.

Desse modo, o que está proposto é o entendimento dos principais aspectos de uma obra significativa, original, elaborada por um intelectual profundamente atormentado com as dificuldades, insuficiências e possibilidades de apreensão mental das circunstâncias de sua existência individual, de grupo e o entorno social, bem como, ao fundo, a perseguição às relações entre as aspirações à construção de um capitalismo nacional (logo, à época, autônomo) e de um saber fortemente imbricado com a realidade nacional: para o autor (em certo momento), uma *sociologia nacional* em recusa à transplantação de idéias e à determinação de temáticas e modelos externos, apartados (e subjugando) os verdadeiros interesses e necessidades oportunos para a superação da miséria brasileira, do atraso, do subdesenvolvimento.

Pretende-se – também – asseverar a indispensabilidade de dialogar como o autor e não simplesmente ‘dissecá-lo’, já que muitos dos problemas que Guerreiro Ramos se propôs ainda assombram a sociedade e sociologia brasileiras:

se suas ‘soluções’, por vezes, detiveram-se no malogro, seus questionamentos continuam vivos e conseqüentes.⁶ Nesse aspecto, no plano político, alguns – como José Murilo de Carvalho (2003c, p. 6) – já o revisitam com base numa espécie de ardil da história, notando a volta à atual cena política nacional de suas concepções, particularmente no que diz respeito à constituição do povo como sujeito político, da nação como espaço vital e da herança varguista, ironicamente, por meio de seus críticos tardios.

Cabe também advertirmos para os estreitos limites e as dificuldades de *compreender* e *explicar* a trajetória de um autor tanto fascinante quanto complexo, em alguns momentos, contraditório. Primeiramente, abandonamos a tentativa de retalhar o autor e sua produção em fases definidas em benefício de uma consideração de sua *trajetória*, pois só a totalidade tensa e dinâmica de seu percurso e conformação conferem certa fidelidade à apreensão do sujeito intelectual, de sua obra e as relações destes com determinado grupo social e sua visão de mundo.⁷ Segundo, envidamos esforços na abordagem desta obra como pensamento vivo e tenso, seja no que diz respeito à atualidade de suas elaborações, seja no tratamento das idéias como forças atuantes em seus contextos, resguardada a historicidade dessa – conflituosa e problemática – relação (texto/contexto), tomada como situação dinâmica e não elemento do baú de ossos da crítica arqueológica, que lê o passado em função de um presente providencial. Por fim, mobilizamos uma concepção deliberada – e talvez

⁶ Entretanto, em alguns momentos, sentimo-nos premidos pelas circunstâncias a proceder certo resgate – como se o autor precisasse disto – da obra, dado certo desconhecimento insuflado pela crítica silenciosa do desprezo.

⁷ O que, de outro modo, suscita problemas quando da interpretação de alguns momentos de sua obra, mormente quanto aos diferentes tratamentos – em diferentes momentos – dados pelo autor às mesmas questões e em certa homogeneização indevida, que perseguimos como sínteses e não denominador comum, do pensamento deste.

insuficiente – no sentido de não pretender domar completamente ou exaurir a rica trajetória de um indivíduo e suas idéias (e condicionantes) na incompletude e precariedade de uma armação teórico-conceitual, um contexto imediato e a simples diluição num determinado grupo social, pois intentamos não reduzir a significação de uma experiência intelectual (e existencial) a uma construção lógica encravada num recorte espaço-temporal. Tanto as idéias quanto a vida serão sempre maiores que o texto e o contexto, bem como intangíveis à nossa capacidade de explicá-los teórica e cabalmente.

I - Trincheiras

“Não pertenço a instituições, não tenho fidelidade a coisas sociais; tudo o que é social, para mim, é instrumento. Eu não sou nada, estou sempre à procura de alguma coisa que não é materializada em instituição, em linha de conduta. Ninguém pode confiar em mim em termos de sociabilidade, de institucionalidade, porque isso não é para mim, não são funções para mim. O meu negócio é outro.”

Guerreiro Ramos

Mesmo avesso ao engajamento institucional, Guerreiro Ramos esteve por vezes ligado a instituições que influenciaram sua trajetória. Coursou Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia, e Direito na Faculdade de Direito (ambas da então Universidade do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro), formando-se, respectivamente, em 1942 e 1943. Recém-egresso da Universidade, esforçava-se em estabelecer relações entre o instrumental teórico que possuía e as circunstâncias da sociedade em que vivia, tateando a realidade brasileira e procurando desafios e respostas às inquietações (muitas delas existenciais) que o acompanhavam – e algumas o acompanhariam por toda sua vida.⁸

⁸ Paradoxalmente, sua passagem pela Universidade (ainda em fase de criação no Brasil naquele momento) não parece ter deixado marcas indeléveis em sua formação intelectual, até porque já ao iniciar tais estudos possuía considerável repertório cultural, já havia atuado em movimentos culturais e como assistente da Secretaria de Educação do Governo do Estado da Bahia – recrutado por Rômulo de Almeida (SOARES, 2005, p. 17). Inegável, contudo, que se a presença na Universidade não lhe moldou os conhecimentos, propiciou-lhe o intenso contato com um tema que viria a se consolidar como um dos seus principais objetos de estudo: a sociologia no Brasil (e suas mazelas).

Preterido na carreira universitária, entrou em profunda crise existencial.⁹ Necessitando manter-se, passou a lecionar – por indicação de San Tiago Dantas – no Departamento Nacional da Criança (no Rio de Janeiro), ocupando a Cadeira de Problemas Econômicos e Sociais do Brasil; ainda em dificuldades financeiras e convidado por um amigo, candidatou-se a um emprego de técnico em administração no DASP (Departamento de Administração do Serviço Público), sendo aceito (de modo interino) em 1943. Entre suas atribuições no órgão, estavam analisar projetos de organização (para órgãos policiais, penitenciárias, de estímulo à agricultura, etc.) e auxiliar na seleção de pessoal, cuja seção de recrutamento chegou a chefiar. Após aprovação em concurso em 1945 (apresentando o trabalho *Administração e política à luz da sociologia*), efetivou-se em 1945 como técnico em administração, apresentando como requisito de mérito a tese *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho*.¹⁰

Com a posse de Getúlio Vargas (em 1951), distanciou-se do quadro do DASP para integrar a equipe da Assessoria da Casa Civil do Presidente,¹¹

⁹ Teria sido – segundo ele – indicado para suceder André Gros (na Cadeira de Política da Faculdade Nacional de Filosofia) e também para a de Jacques Lambert (Sociologia), mas assumiram Vítor Nunes Leal e Luiz de Aguiar Costa Pinto, respectivamente. Era 1943 – naquele contexto da Segunda Guerra e do Estado Novo – teria sido acusado por “comunistas” de “colaboracionista”, por causa de seu passado integralista e sua ligação, desde a Bahia, com Landolfo Alves (Governador da Bahia) e o irmão Isaías Alves (Secretário Estadual de Educação). A partir daí, e durante toda sua vida, acreditar-se-á (não somente devido a esse episódio) um perseguido político, por exercer certa independência de pensamento, não se aferrando – segundo ele – a seitas e conluios (OLIVEIRA, L, 1995, p. 140). Nesse período de 1942 a 1945 teria passado por intensa crise espiritual e vivido quase que recluso, nesse processo, teria perdido momentaneamente a fé (era profundamente católico) e definitivamente as ilusões acadêmicas (NASCIMENTO, A., 2003a, p. 96).

¹⁰ Mais tarde (em 1963), deputado federal eleito, apresentará na Câmara dos Deputados um pioneiro projeto de lei (nº 984) para regulamentação da profissão de técnico em administração (SOARES, 2005).

¹¹ Também assessoraram Vargas – sob o comando de Rômulo de Almeida – Jesus Soares Pereira, Ignácio Rangel, Darcy Ribeiro, Otholmy Strauch, Cleantho de Paiva Leite, Lúcio Meira, Mário Pinto, entre outros. A Assessoria redigia discursos (pronunciados na Mensagem Programática, comunicação frequente do Presidente) e elaborava projetos, mormente econômicos (daí sua notoriedade como Assessoria Econômica), que davam forma à política de nacionalização e desenvolvimento de Vargas. Agindo discreta e competentemente, recrutada em sua maior parte no

simultaneamente, com a criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas (em 1952), tornou-se professor dessa, mantendo com a instituição estreita relação que duraria longos anos. Engajou-se, assim, diretamente na política ao integrar a mencionada Assessoria de Vargas e posteriormente o Grupo de Itatiaia, IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), todavia, continuou afastado da Universidade, só vindo a ter propriamente uma carreira acadêmica no exílio, nos EUA.¹²

O pertencimento a tais instituições (Departamento Nacional da Criança Assessoria de Vargas, Fundação Getúlio Vargas e, mormente, DASP, Grupo de Itatiaia, IBESP, ISEB) e as circunstâncias que o envolvem têm relevância contextual (mesmo limitada e momentânea) na análise da trajetória do autor. Tomada como locus e processo social, a instituição pode ser considerada limitadamente uma “sociedade em miniatura”, o que não lhe confere – ao final e

próprio bojo do funcionalismo federal (não havia verbas suficientes às vezes nem para remunerar os assessores), a Assessoria de Vargas elaborou projetos como: de criação da Petrobras, do Fundo Nacional de Eletrificação, Eletrobrás, Plano Nacional do Carvão, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Reforma Administrativa, Carteira de Colonização do Banco do Brasil, Instituto Nacional de Imigração, Comissão Nacional de Política Agrária, Comissão de Desenvolvimento Industrial, Banco do Nordeste do Brasil, Plano Nacional do Babaçu, de planejamento para indústria automobilística, seguro agrícola e crédito rural, etc. Segundo D’Araújo (1992, p. 152): “A criação dessa Assessoria, quando da instauração do Governo [Vargas], representa um fato inédito no Brasil. Pela primeira vez um governo brasileiro criava um órgão permanente de planejamento encarregado de estudar e formular projetos sobre os principais aspectos da economia do país”. Sobre o tema, pode-se ver também o depoimento de Jesus Soares Pereira (LIMA, M., 1975), as teorizações econômicas (BIELSCHOWSKY, 2004) e a análise de Rômulo de Almeida e outros (SZMRECSÁNYI e GRANZIERA, 2004).

¹² A EBAP priorizava a formação de quadros técnicos, já o ISEB, embora dedicasse seus esforços ao ensino e difusão social do conhecimento, não pode ser considerado estritamente um órgão acadêmico, uma vez que pretendia exercer um papel de intervenção política ativa (e muitas vezes direta) que destoava da preocupação institucional, canônica e ritual de uma academia. Fato curioso é que Guerreiro Ramos, antes mesmo de se graduar no Rio de Janeiro, já era Catedrático da Cadeira de Sociologia da Faculdade de Filosofia da Bahia, dadas suas relações com o Governo Estadual quando da fundação daquela universidade. Os seus estudos e sua estadia no Rio de Janeiro eram custeados por bolsa concedida também por aquele governo, no entanto, após graduar-se, perdeu as subvenções e a cadeira (NASCIMENTO, A., 2003a, p. 96; OLIVEIRA, L., 1995, p. 132).

em definitivo – nem autonomia social, nem prerrogativa na explicação sociológica (FERNANDES, 1991, p.171-2).¹³ Possuir uma dinâmica própria, desfrutar de uma posição diferenciada no interior da sociedade, ter ritmos e rumos não ajustados automaticamente ao movimento do todo, em suma, exceder uma simples engrenagem do sistema não a torna (a instituição) soberana ou sequer independente. Por outro lado, tal condição que a particulariza também pode lhe proporcionar – em relação à sociedade – uma atuação mais que meramente funcional ou disfuncional (MERTON, 1970), ou mecanicamente articulada: pode situar-se numa posição de empuxo ou tensão e, no limite, até mesmo de contradição à própria sociedade que a envolve, identificando-se ou contrapondo-se à totalidade, afirmando ou negando os influxos do processo social geral.

Também o indivíduo se relaciona com a instituição de modo tenso, se as formas sociais às quais é submetido (coerção, exterioridade, seleção, recompensa, sanção, etc.) circunscrevem suas possibilidades e condicionam suas ações, tais ações não são absolutamente determinadas, irrefletidas ou automáticas, estão simultaneamente condicionadas por uma forma superior (mais determinante) de sociabilidade que lhe fornece subsídios para conformação de seu modo de existência e consciência social, a saber, sua maneira de inserção na estrutura social sob as formas predominantes de ordenação das ações sociais em fluxo: os grupos, mormente as classes sociais.

A participação de Guerreiro Ramos em certas instituições, se não determinou cabalmente os rumos de sua trajetória, fez com que se defrontasse com exigências em termos de vivência, formulação conseqüente das questões

¹³ Não dispõe, portanto, de completa autonomia – inclusive na construção de idéias e tomada de decisões, como supõe, por exemplo, Douglas (1998).

sociais prementes e aparelhamento teórico conceitual para abordá-las, tornando imperativa a tomada de decisões no que diz respeito à postulação de temas e problemas, opções teórico-conceituais, ambiente e postura intelectual, instrumentalização do conhecimento, experiência social e implicações político-pragmáticas do saber, sobretudo, na interiorização da relação teoria-prática quando da assunção de uma práxis – momento constitutivo da inserção social coletiva.¹⁴ Todavia, se o autor como sujeito intelectual não pode ser tomado como espécie de ‘superconsciência’ social, sua existência e estatuto de integração impõem-lhe o estabelecimento de relações teórico-rationais na interpretação das circunstâncias e assunção de papéis sociais.

1. DASP, administração, política e modernização

No período no qual Guerreiro Ramos esteve no DASP – segundo ele próprio – a rotina de suas funções o entediava, seu temperamento forte e irrequieto não se aplacava em exercer um trabalho dessa natureza, que ele mesmo definiu (anos depois) simplesmente como “chato” (OLIVEIRA, L., 1995, p.146).

No entanto, o DASP (em seu contexto e atribuições), foi um sugestivo laboratório para que – inicialmente – Guerreiro Ramos atentasse para alguns dos problemas cruciais do Brasil, o que notoriamente pautou suas reflexões a respeito

¹⁴ Serão consideradas mais detidamente algumas instituições que elegemos como de maior relevância na trajetória do autor e cuja produção intelectual deste, intrínseca ou concomitante à instituição, possa ser aferida. Como critérios serão utilizadas a interpretação da relação do autor com a instituição no que diz respeito às questões e inquietações que por meio dela advieram e a influência dessas questões na trajetória do autor. Na construção contextual das instituições, foram arrolados (logo, selecionados) fatos e textos – tanto da produção das instituições quanto dos analistas dessas, uma vez que os textos são parte importante (embora não suficiente, daí o uso de outras fontes) da constituição do contexto (LA CAPRA, 1985, 1992).

da complexidade social do país, questões como: a efetivação da administração, a transplantação de idéias, a função pública e a do intelectual, a relação entre Estado e sociedade, o público e o privado, o patrimonialismo, a relação entre racionalidade e irracionalidade, modernização e tradicionalismo, o caráter do Estado, as formas e os arranjos entre as forças políticas, a conformação e dinâmica das classes sociais, a cultura política e suas implicações, os entraves ao desenvolvimento, o desenvolvimento como racionalização, modernização como tarefa nacional e o papel do Estado nessa empreitada – entre outras colaterais.

Guerreiro Ramos, no departamento, praticamente iniciou uma carreira profissional e colaborou na *Revista do Serviço Público*, resenhando livros. Nesse período, sua produção foi marcada por trabalhos quase sempre modestos e imediatos, sua tese para efetivação no cargo – *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho: ensaio de sociologia do conhecimento* (1949) – é que possui maior fôlego.¹⁵

Fruto de uma experiência pioneira, o DASP foi parte da iniciativa de reforma e planejamento que inaugurou uma nova feição dos órgãos estatais no Brasil, somente a partir dele organismos planejadores e fiscalizadores de caráter técnico-burocrático ganharam importância.¹⁶ Entretanto, ele não fincou suas raízes no ar, a sociedade brasileira é profundamente marcada por uma sociabilidade baseada no favor, no personalismo, no clientelismo, no

¹⁵ Adiante, ainda neste capítulo, encetamos breve análise desse material. O autor colaborou também, em 1941, na revista *Cultura Política*, escrevendo sobre literatura latino-americana – para um balanço dessa produção, ver Azevedo (2006). Em 1937, já havia publicado um livro de poemas (*O drama de ser dois*) e, em 1939, um de ensaios (*Introdução à cultura*), ambos escritos ainda na Bahia – e o último publicado já no Rio de Janeiro.

¹⁶ Para Draibe (1985, p. 104), foram do DASP “[...] as primeiras iniciativas no sentido de concretizar a ação industrializante do Estado, sob a forma de planos globais dos investimentos estatais”. Já para Ianni (1996, p. 38), é o Conselho Federal de Comércio Exterior – criado pelo Decreto nº 24.429, de 20 de junho de 1934 e instalado em 6 de agosto de 1934 por Vargas – que deve ser considerado o primeiro órgão brasileiro de planejamento governamental.

fisiologismo, na promiscuidade entre o público e o privado, na corrupção, na exclusão. Um terreno nada fértil para o empreendimento, ainda assim, o DASP acumulou forças, resistiu e manobrou até onde pôde. Suas ações foram marcadas pelas dificuldades de viabilização inerentes e seu percurso por tensões e contradições que se acumulavam devido ao atrito entre o caráter de suas funções (racionais-legais) e a cultura política e sociabilidade (patrimonialista) na qual se inseria. Seus dilemas são, de certo modo, os dilemas de toda modernização no Brasil, que o avanço do capitalismo não somente não dirimiu como também potencializou.

Previsto no artigo 67 da Constituição Federal de 10 de novembro de 1937 e criado no início do Estado Novo pelo Decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938 (BRASIL, 1938), o DASP tinha amplas atribuições como órgão de consultoria, seleção, planejamento e fiscalização (ver anexo A).¹⁷ Em sua criação (e posterior desempenho), consta a procura por um modelo de gestão que propiciasse racionalidade e excelência produtiva com rigor técnico, impessoalidade e autonomia; as influências teóricas dessa engrenagem seriam buscadas – segundo Wahrlich (1983, passim) – em Francisco Campos (e sua primazia na confecção da Constituição de 1937), Max Weber, Henri Fayol, Luther Halsey Gulick, Frederick

¹⁷ No seu período inicial, de maior influência (1938-1945), o DASP teve como presidente Luiz Simões Lopes (1903-1994), que exerceu diversos cargos na administração pública, entre os quais: Oficial de Gabinete da Secretaria da Presidência da República (1930-1937), Presidente do Conselho Federal do Serviço Público Civil (1937-1938), Presidente da Comissão de Orçamento Geral do Ministério da Fazenda (1939-1945), Presidente da Comissão de Orçamento da República (1940-1945), Presidente da Comissão de Estudos e Projetos Administrativos no Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), membro do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1956), membro e presidente do Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso – CONTAP (1965-1969), membro da comissão de peritos para estudar o Programa de Administração Pública da Organização das Nações Unidas (1966), Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (1969-1979). Foi também fundador (em 1944) da Fundação Getúlio Vargas, a qual presidiu até 1992 (HISTÓRICO DOS PRESIDENTES DA FGV, 2006). Simões Lopes também será um dos responsáveis pela acolhida de Guerreiro Ramos na Fundação Getúlio Vargas, quando da cassação e proscricção do sociólogo pelo regime militar, em 1965.

Winslow Taylor e, sobretudo, em William F. Willoughby. Entre as idéias principais da teoria da administração de Willoughby, estão: 1) a consideração dos princípios da administração como passíveis de aplicação universal, 2) a separação entre política e administração e 3) a menção a um departamento de administração geral como órgão de apoio direto e imediato ao chefe do Executivo. Tais elaborações eram particularmente congruentes com a pretendida armação político-institucional brasileira naquele momento.¹⁸

No intento de romper os estreitos limites dados pela organização do Estado (e da máquina administrativa) – que moldados pelos interesses predominantes na Primeira República, minimizavam em muito o escopo e intensidade das manobras políticas e de gestão por parte do poder central –, o Estado Novo cria o DASP visando modernizar o setor estatal, imprimir novos ritmos e rumos à dinâmica político-administrativa e arrastar consigo a frágil sociedade civil.

A situação brasileira, já descrita como de “completa debilidade (ou mesmo ausência) de sociedade civil” (COUTINHO, 2000, p. 21), não favorecia a ebulição de demandas sociais legítimas, o que havia de efetivamente organizado – como já havia afirmado Tobias Barreto (MENESES, 1962, p. 103) – era o Estado, um Estado configurado pelos estreitos interesses da classe dominante, sob as hostes dos seus sócios, as burguesias dos países centrais. Hegemônico, um

¹⁸ Quem primeiro mencionou tal teoria do departamento de administração geral no Brasil teria sido Gustavo Capanema (outro importante personagem do Estado Novo) em fins de 1935 (WAHRLICH, 1982, p. 282). Caberia investigar em que medida certo caldo de cultura positivista e castilhisto – heranças presentes na formação de Vargas – teriam influenciado nessa construção institucional, em razão do caráter autoritário e da pretensão (um tanto seletiva) dessas doutrinas em submeter a política institucional ao crivo ‘científico’ (BARRETTO, 1989; CURSO DE INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO, 1982).

liberalismo oligárquico dominava a cena política e restringia não só a participação das outras classes nos assuntos de Estado, como também a própria autonomia relativa (possível) desse em relação à limitação dos anseios excessivamente particulares que exigiam as benesses do mando. Estado e classe dominante praticamente se confundiam, se identificavam em larga medida, inviabilizando a organização e atuação estatal de modo mais amplo, racional e moderno. Nos níveis operacionais da máquina administrativa, predominava um funcionalismo público que já havia sido descrito como “o grande asilo das fortunas desbaratadas da escravidão” (NABUCO, 2000, p. 106), inchado, um tanto incompetente e perdulário das receitas públicas.

Numa guinada antiliberal, o Estado Novo fortaleceu o poder central e garantiu-lhe razoável capacidade decisória à revelia dos interesses particularistas e do poder local, embora sem participação ativa da incipiente sociedade civil, mormente suas classes subalternas. Efetivava-se então a concepção, preconizada por Alberto Torres (1982b, p. 117) já em 1914, de que a única força capaz de promover a coesão e o dinamismo da sociedade brasileira era “o aparelho político-administrativo, com seus vários órgãos”.

Frente à fragilidade de alguns grupos sociais, ausência de democracia e privilégio arbitral da posição estatal, a ditadura incumbiu-se de implantar o gerenciamento minimamente impessoal dos negócios do Estado, cabendo ao autoritarismo bloquear muitos canais dos quais se serviam os particularismos e viabilizar o surgimento de uma administração burocrática e racional. Segue-se, no entender de Faoro (1987, p. 725, v. 2), que: “O quadro administrativo domina a cúpula, com forças nacionais e não regionais, capaz de vencer veleidades

localistas”. Nessa nova disposição, o DASP foi um órgão que – funcionando como órgão de inovação e modernização administrativa, liderando a efetiva organização do aparato público-estatal e atuando como centro irradiador de influências renovadoras – tornou-se peça estratégica de um sistema racionalizador no âmbito do Poder Executivo Federal (NOGUEIRA, 1998, p. 94). Desdobrava-se ainda nos estados por meios dos “daspinhos” (departamentos estaduais) que, sob controle federal, funcionavam como “uma espécie de legislativo estadual” e corpo supervisor para o Interventor no Estado e o Ministério da Justiça, submetendo também os prefeitos municipais ao seu jugo (SOUZA, Maria, 1976, p. 96). Daí apenas um passo para que no Estado Novo, a política fosse “eliminada”, “tudo se discutia como se se tratasse de assunto puramente técnico, a ser decidido por especialista” (CARVALHO, 2003b, p. 110).

A tentativa de modernização do país (e a melhoria da administração) passava pela desobstrução das artérias políticas, intoxicadas pelo emaranhado de interesses localizados que obstaculizava o fluxo da racionalidade administrativa. Coube mormente ao DASP isolar as pressões dessa teia de interesses e normatizar a administração da gestão racional dos negócios do Estado. Nas palavras de Guerreiro Ramos (1966, p. 448), deu-se, entre 1930 e 1945, uma “verdadeira revolução administrativa, tal o porte das modificações de estrutura e de funcionamento que se verificaram em nosso serviço público federal”.

Era o primeiro grande passo em direção à burocratização do serviço público e à criteriosa contratação de pessoal, baseada agora nas exigências de competência e qualificação. Com o DASP, os critérios – antes calcados nas relações pessoais (favor, apadrinhamento, etc.) – passaram a ser orientados pelo

mérito e pela competência, instaurando concursos e carreiras, superando o favoritismo e estendendo as oportunidades de emprego. A classe média que surgia será a grande beneficiária desse processo (IGLÉSIAS, 1993, p. 254-5).

Assim, as mudanças legitimavam-se não apenas pelos anseios de modernização, eficiência e cuidado administrativo, mas também por abrir brechas institucionais à participação (técnico-política) – embora em cargos de menor poder decisório – e à ascensão social de uma classe média instruída e desejosa de oportunidades.¹⁹ Segundo Luiz Werneck Vianna (1997, p. 184), o DASP “trará o taylorismo, a racionalização do trabalho, a ideologia do produtivismo, este nosso bizarro americanismo forjado pelo Estado”.

Todavia, possuidor de imensos poderes, o órgão (hipertrofiado) usurpava funções, monopolizava decisões e desconsiderava as rotinas institucionais de representação, considerando-se imune às pressões clientelísticas. Com isso, entre outros expedientes, o Estado Novo tentava ‘dobrar os joelhos’ das oligarquias,²⁰ especialmente algumas ainda relutantes e que se apoiavam no clientelismo (ainda incrustado na máquina estatal) como tipo de dinâmica decisória:²¹ ao criar um rígido setor técnico estatal, o regime escolhia as arenas (e os momentos) para travar as disputas políticas e ganhava poder de barganha ao endurecer no trato administrativo das questões, dissociando na superfície o administrativo do

¹⁹ A(s) classe(s) média(s), enquanto grupo social, já se insinuava como ator no cenário político por meio da contestação do caráter oligárquico da Primeira República (mormente pelo Tenentismo) e pela presença no movimento insurrecional de 1930 (ROSA, 1933; RAMOS, 1961; JAGUARIBE, 1972; FORJAZ, 1977) – visões divergentes estão em Fausto (1978) e Saes (1975). O Estado Novo também propiciará ao grupo espaços institucionais de expressão/circunscrição cultural (e legitimação do regime).

²⁰ Paralelamente, também obstaculizava o surgimento de novas lideranças políticas e vedava a participação político-institucional da esquerda e da direita mobilizadora (como o integralismo).

²¹ Definições (distintas) do conceito de clientelismo estão em Nunes, E. (1997) e Carvalho (1998). Tentamos aqui uma síntese conceitual, tanto analítica como histórica.

político, uma vez que as decisões políticas estavam nas mãos do Governo Federal e da ditadura que o controlava – e algumas vezes apenas nas mãos de Vargas. As questões não podiam mais passar por cima ou pelas frestas da rede administrativa, deviam antes ser tratadas tecnicamente e, como Vargas detinha o controle estratégico do direcionamento das decisões técnicas, teriam de passar pela negociação política com o poder central – racionalidade técnica e astúcia política imbricavam-se nessa rede.

Obviamente, essa arquitetura não era tão sólida e infalível quanto talvez possa parecer, ainda assim, tal estrutura – associada a outras estratégias de repressão, cooptação, convivência e aproximação – ²² garantiu quase uma década de poder a um Estado reformador, que fez incisões em questões prementes e alterou as bases sociais de um país moldado em relações privatistas e clientelísticas, o que não é pouco.²³

O planejamento – na modalidade que aqui assumiu – passava a fazer parte do desenvolvimento capitalista, modificando as formas de controle do Estado e influenciando a dinâmica da sociedade. As possibilidades para uma intervenção desse porte foram abertas graças a uma particular conjuntura interna/externa, derivada de mudanças estruturais e certo arranjo de classes.²⁴

²² O regime contava com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) – que mantinha canais de expressão intelectual como as revistas *Ciência Política* e *Cultura Política* (na qual Guerreiro Ramos colaborou) – e o Ministério da Educação e Saúde, chefiado por Gustavo Capanema, articulador de projetos educacionais e culturais na edificação estado-novista – ver Schwartzman, Bomeny e Costa (2000). Por outro lado, também possuía mecanismos repressivos e lançava mão de prisões e intimidações.

²³ Inteveio em questões sociais, políticas, trabalhistas, administrativas, econômicas, etc., embora tenha negligenciado a questão agrária, que talvez fosse o fiel da balança, já que uma intervenção modernizadora nesse âmbito poderia descontentar profundamente as oligarquias em geral e seus aliados, contribuindo para organizá-las em torno de algo comum, mudando a correlação de forças e estremecendo o equilíbrio do arranjo do bloco no poder.

²⁴ As origens da ideologia e da prática do planejamento governamental no Brasil devem-se – segundo Octávio Ianni (1996, p. 68-9) – a “[...] uma combinação privilegiada de condições (economia de guerra, perspectivas de desenvolvimento industrial, problemas de defesa nacional,

Não obstante, dentro das escolhas históricas possíveis, a habilidade de Vargas e do grupo no poder foi invulgar.²⁵

Contudo, o privatismo ainda possuía profundas raízes e, superada uma conjuntura negativa, voltou à carga cobrando a hegemonia perdida. Com a queda de Vargas em 1945 e o fortalecimento de outra vertente burguesa de extração mais liberal, as funções do DASP foram drasticamente reduzidas, limitando-o a um órgão de estudo e de orientação administrativa (DRAIBE, 1985, p. 298). No Governo Dutra – segundo Cunha, M. (1963, p. 108-9) – o DASP sofreu críticas na imprensa e no Parlamento, correndo o risco de ser extinto; sobreviveu então com seus poderes diminuídos (especialmente aliado da confecção do orçamento) e com seu prestígio arranhado, não sendo poucos os técnicos que o abandonaram, procurando melhores posições nos organismos internacionais e nos Ministérios.²⁶

A burocracia (os técnicos do DASP), todavia, resistia. Guerreiro Ramos permanecia no órgão, mas viria a lamentar os efeitos que a queda de Vargas e o

reestruturação do poder político e do Estado, nova constelação de classes sociais) que transformou a linguagem e a técnica do planejamento em um componente dinâmico do sistema político-administrativo. Ou melhor, a linguagem e a técnica do planejamento foram incorporadas de forma desigual e fragmentária, segundo as possibilidades apresentadas pelo sistema político-administrativo e os interesses predominantes do setor privado da Economia. Esta é a razão por que, ao mesmo tempo em que se ensaiava a política econômica governamental planificada, desenvolvia-se a controvérsia sobre os limites da participação estatal na Economia.” No âmbito internacional, ascendia o capitalismo monopolista e a economia do *laissez faire* perdia espaço para o intervencionismo, como o indicam: as mudanças no padrão monetário internacional, a ascensão do nazismo e do fascismo, o *New Deal* nos EUA, a crescente influência de teorias econômicas como o keynesianismo e mesmo a impressionante modernização econômica da União Soviética. Para uma recensão dos fatos desse período ver Mauro (1976) e para uma análise das teorias econômicas e a influência que exerceram ver Barber (1971), Rima (1987) e, no Brasil, Lima, Heitor (1976).

²⁵ É insofismável aqui a influência do gênio político de Vargas (PEIXOTO, 1960; BRANDI, 1983; TAVARES, 1982; SILVA, 2004).

²⁶ Em 1947, foi proposta e recusada sua extinção e, mais tarde, em 1967, foi criado o Departamento Administrativo do Pessoal Civil, que conservou a sigla DASP, mas que na verdade já era outro órgão (AVELLAR, 1976, p. 329). Finalmente, em 1986, o Decreto nº 93.211, de 03 de setembro, extinguiu o DASP e criou a SEDAP – Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (BRASIL, 2006). A respeito da cronologia da legislação sobre o DASP, ver anexo C desta.

fim do Estado Novo produziram na administração federal. Uma outra concepção (auto-intitulada “democrática”) vigia, a partir de então, no órgão esvaziado em muitas de suas funções administrativas e como vetor de poder, e grassavam novamente na administração as antigas formas do clientelismo. “Na prática, a ‘reestruturação democrática’ do DASP favoreceu a distribuição política de empregos, independentemente do controle do sistema de méritos e concursos” (DRAIBE, 1985, p. 298).

A atuação do DASP havia granjeado muitos desafetos entre os interesses até então sem peias, encarregado de zelar pela legislação e aplicar de modo impessoal as determinações, descontentou desde setores poderosos até os pequenos apadrinhados.²⁷ O poder que teria acumulado, a visão técnica que o movia e a investidura de guardião da eficiência e moralidade públicas granjearam-lhe inimigos dentro até do próprio Governo. A sistemática imposta pelo DASP ao serviço civil contrariava interesses, parecendo mesmo às autoridades dos vários ministérios que o departamento se arvorava em superministério (AVELLAR, 1976, p. 290).²⁸ Com a mudança da conjuntura política, os ataques vieram de vários lados, tendo o DASP contra si – segundo Edson Nunes (1997, p. 54) – o fato de que teria sustentado um processo de centralização sem precedentes no país, o que teria permitido identificá-lo como um “rebento da ditadura”.

É comum na literatura a respeito do Estado Novo detectar um dado arranjo de classes, um equilíbrio de poder e/ou certo bonapartismo – além do

²⁷ “Determinando a Constituição a proibição de acumular cargos públicos, coube ao DASP fazer cumprir a norma, o que lhe valeu a malquerença de quantos tiveram de despojar-se de outros empregos ocupados na administração federal, estadual ou municipal” (AVELLAR, 1976, p. 290).

²⁸ Agamenon Magalhães, em artigo publicado na *Folha da Manhã*, de Recife, em 18 de setembro de 1940, afirmava: “Quando estive no Rio, o ano passado, ouvi muita gente grande e importante dizer que ou o Estado Novo acaba com o DASP ou o DASP acaba com o Brasil” (apud WAHRLICH, 1983, p. 317).

talento político – que deram amplos poderes a Vargas e uma liberdade de manobra poucas vezes conseguida na história da República, o que teria lhe facultado a possibilidade de um governo forte e poder necessário para fazer incisões profundas na estrutura do Estado brasileiro, paradoxalmente, implementando a administração burocrática (impessoal) sob o lastro do personalismo carismático e autocrático. No entender de Graham (19-, p. 8), as reformas administrativas nas “sociedades em transição” só seriam possíveis sob a égide de um governo forte, entretanto, seria possível organizar um governo forte – naquela conjuntura de agudas tensões, enfrentamento entre classes e emergência de demandas sociais – sem recorrer a algum tipo ou nível de autoritarismo?

A questão, refletida no pensamento social no Brasil, remete a duas vertentes que se opunham, mas que na verdade constituem duas faces da mesma moeda: *intervencionistas*, para os quais as livres demandas perturbariam o processo de racionalização e só o comando autoritário propiciaria um ambiente asséptico para a organização administrativa; e *liberais*, para os quais qualquer racionalização que tivesse como base o estatal (e não o privado) padeceria com o autoritarismo, ainda que a manutenção de interesses particulares e elitistas não lhes parecesse autoritário.²⁹

Os termos – notoriamente – têm como referência a célebre discussão – e suas várias facetas – entre duas posições que marcaram o ambiente (e antecedentes) daquele período: dever-se-ia estruturar e reformar a sociedade por meio da legislação e institucionalização ou tais mecanismos deveriam adequar-se à realidade social em questão? Legislar ou proceder? As normas regeriam os fatos ou os fatos seriam imperativos frente às normas? Inventar o novo ou inovar o

²⁹ Os termos “liberais” e “intervencionistas” já haviam sido mencionados por Pécaut (1990, p. 94).

inventado? Deliberar para a modernidade ou modernizar – numa expressão cara a essa geração – a *realidade nacional*.

Numa das formulações a respeito dessa contenda Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 93 et seq.)³⁰ distingue entre o *liberalismo doutrinário*, configurado por “[...] sucessivas facções de políticos e de analistas que, desde meados do século XIX, sustentavam a crença de que a reforma político-institucional no Brasil, como em qualquer lugar, seguir-se-ia naturalmente à formulação e execução de regras legais adequadas”, citando como exemplos Tavares Bastos e, “talvez”, Assis Brasil e Rui Barbosa, tendo mais tarde a UDN como herdeira; e o *autoritarismo instrumental*, compartilhado pelos que criam “que as sociedades não apresentam uma forma natural de desenvolvimento” – daí o papel do Estado na determinação desses rumos – e “[...] que o exercício autoritário do poder é a maneira mais rápida de se conseguir edificar uma sociedade liberal, após o que o caráter autoritário do Estado pode ser questionado e abolido”, contar-se-iam entre esses Francisco Campos, Azevedo Amaral e Oliveira Vianna, não fortuitamente artífices do Estado Novo e mantenedores (em parte) de uma herança que Guerreiro Ramos reivindicaria para si como sendo a corrente mais lúcida quanto ao entendimento da realidade brasileira. Entretanto, Guerreiro não a assumirá cabalmente: virá mais tarde (nos anos 1950) a alardear o nascimento do povo e tecer críticas ao elitismo das posições dessa corrente; insurgir-se-á contra esses antigos axiomas que persistiam em perpetuar – por meio dessas duas correntes principais do pensamento social brasileiro – suas

³⁰ Um precursor desse tipo de análise é Oliveira Vianna (1930), ao opor o pensamento de Alberto Torres ao de Rui Barbosa.

influências, a saber: que a modernização no Brasil só seria possível pelo alto e pela força, da lei ou do autoritarismo.

Naquela conjuntura dos anos 1940, todavia, a ambiência teórico-conceitual estava calcada nesse verdadeiro cabo-de-guerra entre as correntes referidas (mesmo alguns setores da intelectualidade de esquerda postavam-se entre os marcos da disputa), que se defrontavam, seja confundindo democracia com liberalismo, seja apelando ao Estado demiurgo. Em comum, apenas a crença no moderno, na necessidade de desenvolvimento do capitalismo como forma de superar a miséria nacional e toda sua pesada herança arcaica.

Nesses embates entre tradicionalismo e racionalização, burocracia e clientelismo, vicissitude e desventura, o caso do DASP reflete as contradições da sociedade brasileira em busca da modernização, seu ocaso ilustra e enriquece o histórico dos infortúnios nas tentativas de adequar certa realidade social aos imperativos da evolução do capitalismo.

É certo que a iniciativa de administração moderna desencadeada por meio do DASP não poderia fazer tábua rasa da realidade brasileira, o clientelismo arraigado na sociabilidade e na cultura política trazia elementos que desafiavam a impessoalidade e a generalidade burocrática que porventura quisesse se estabelecer; mais ainda, na prática, o que se observa é que – em última instância – a administração burocrática foi não só incapaz de resistir aos assédios privatistas: a própria organização administrativa e sua dinâmica enraizavam-se numa sociabilidade eivada de clientelismo – seja na sociedade civil, seja no Estado –

engendrando a particular constituição que a administração e a burocracia tiveram no Brasil.³¹

Não se tratava, portanto, apenas do uso clientelístico das formas de gestão, nem simplesmente da instrumentalização política por parte do poder central num contexto ditatorial, mas de como a institucionalização do moderno se construiu num país no qual uma herança de privatismo, exclusão e autoritarismo assombra o domínio público.

Os desafios desse processo colocavam-se, também, para Guerreiro Ramos. Como entender – em que pesasse sua posição burocrático-estatal – que as formas do moderno aqui implantadas, ainda que prescritas para as devidas necessidades, não se coadunassem funcionalmente com a estrutura social? Que os mecanismos de transformação do país e os obstáculos preexistentes não se eliminassem mutuamente, convivessem e até mesmo, por vezes, inextricavelmente se confundissem num mesmo emaranhado de instituições e idéias, inclusive internamente ao próprio Estado (tido principal agente da transformação)?

Emergia aí, lentamente, para o autor os sentimentos de que não bastaria simplesmente que quiséssemos ser modernos e que as receitas do capitalismo central não nos fariam inelutavelmente modernos. Talvez nossa sina fosse a condenação – como havia vaticinado Euclides da Cunha (1982, p. 60) – a sermos originalmente (singularmente) modernos, ou não sê-lo.

Estimulado pelas questões candentes, Guerreiro Ramos exerceu modestamente (a partir de 1946) sua criação intelectual no DASP, em artigos na

³¹ Sobre a requisição e persistência de certa “cultura cívica” para o êxito modernizador, ver Putnam (1996).

Revista do Serviço Público (ligada ao órgão), muitas vezes resenhando livros. Apesar do formato restrito e dos estreitos limites para o raciocínio teórico, fez daquele espaço editorial um campo para aprendizado e exercício de reflexão sistemática.

Em “A divisão do trabalho social”, resenha crítica sobre o livro de E. Durkheim,³² lê-se um comentário respeitoso, atento à contribuição fundamental à sociologia e, sobretudo, às possibilidades do planejamento como forma de intervenção social, sobretudo na administração.³³ Preocupado com a erosão da ordem social, alerta para a planificação – e o papel dos sociólogos – como forma de contenção dos desequilíbrios, controle social e conseqüente garantia de convivência social democrática, bem como para a importância da ilustração da elite, o esclarecimento dos dirigentes e a função de uma *intelligentia* no Brasil.

Uma sociedade de que estão ausentes as forças de integração espontânea dos indivíduos e dos grupos, só poderá manter-se ou por métodos policiais ou por métodos administrativos compreensivos.

A preponderância de uns ou de outros dependerá da preparação sociológica dos grupos governantes.

Não estou certo de que o problema tecnológico do governo se resolveria mediante a fórmula, um tanto platônica, de por os sociólogos no lugar dos governantes, mas, com certeza, sua solução será tanto mais assegurada quanto maior for a capacidade dos dirigentes de assimilarem os conhecimentos recém-atingidos pelas ciências sociais.

Por este motivo, cresce de importância o papel dos órgãos de estado maior, naturalmente incumbidos de por ao alcance dos governantes os conhecimentos técnicos e científicos das ciências sociais, sem os quais a administração da sociedade será aleatória e torpe. (RAMOS, 1946b, p. 161-2).

A temática do planejamento – uma constante – também domina um artigo posterior (“Notas sobre a planificação social”),³⁴ no qual ressalta a importância K. Mannheim e censura duramente *O caminho da servidão*, de

³² Publicada na *Revista do Serviço Público*, editada pelo DASP, em out./nov. 1946.

³³ Ao ressaltar que a “obra foi uma das primeiras a propor uma visão unitária das transformações sociais”, já anuncia sua preferência pela visão sociológica totalizante, preferência essa que o levará (nos anos 1950) às polêmicas posições de crítica da sociologia praticada no Brasil (RAMOS, 1957b).

³⁴ “Notas sobre a planificação social”, publicado na *Revista do Serviço Público*, em dez./1946.

Hayek; problematizando o tema, propõe um estudo mais acurado da planificação e prudentemente aponta que deva ser tomada como “[...] uma questão em debate, cuja solução ainda não está suficientemente amadurecida e, portanto, há de não condená-la ou aplaudi-la em bloco, pois a adesão a certo enunciado científico não pode ser fundada em tendências emocionais” (RAMOS, 1946c, p. 163). Adverte que, com a ascensão dos monopólios, a competição não mais regularia as relações sociais: “estamos vivendo já numa sociedade planificada [...] O que nos interessa é saber agora que espécie de planificação é necessário realizar, tendo-se em vista as necessidades da democracia”. Diante disso, os pontos de vista possíveis seriam “o capitalista, o fascista e o comunista”, e observa que os dois últimos “[...] estão ainda dentro do marco capitalista da história e pretendem apenas substituir os detentores do atual controle dos meios de produção por outros detentores, motivo porque não são propriamente revoluções, mas golpes de estado”. Observa ainda que “[...] tanto a planificação fascista como a comunista padecem de tendências de índole reacionária muito fortes, pois ambas pretendem impor uma unidade cultural à sociedade, sem compreender a estrutura fundamental da nossa época” (RAMOS, 1946c, p. 164).³⁵ Define então – baseado em Mannheim – a planificação (democrática) como “[...] uma autoconsciência da sociedade atual ou, melhor, é a realização de sua essência. É menos um intento de reconstruí-la em

³⁵ Saliente-se que por essa época Guerreiro Ramos ainda não havia feito uma ampla leitura de Marx, como ele próprio admitiu mais tarde – ver OLIVEIRA, L. (1995, p. 145). Conhecia certamente, mas talvez não muito mais que isso, a *Contribuição à crítica da economia política*, que leu na edição traduzida por Florestan Fernandes (Ed. Flama), ao qual tece elogiosos comentários pelo prefácio que o sociólogo paulista introduzira àquela obra (RAMOS, 1946a). Embora posteriormente tenha conhecido melhor (e até se aproximado deles) Marx e marxistas como Lukács, Rosa Luxemburg, Karl Korsh, Lucien Goldmann, etc., bem como visitado a China, Iugoslávia e a União Soviética a convite do Partido Comunista Brasileiro (PCB), manteve sempre razoável distância do comunismo. Antes de morrer chegou a definir o marxismo como “a maior desgraça na história do pensamento brasileiro” (OLIVEIRA, L., 1995, p. 168).

bases favoráveis a este ou aquele grupo do que um intento de liberar as suas forças genuínas reprimidas.” (RAMOS, 1946c, p. 165).

Naquele momento, incorpora-se ao pensamento de Guerreiro Ramos um ponto de vista culturalista e a concepção de *fases* (faseológica),³⁶ Mannheim tornava-se uma influência poderosa sobre o autor (como o será para toda sua geração); outrossim, a planificação (democrática) surge como uma alternativa ao fascismo, comunismo e neoliberalismo, e orientada para a interpretação da sociedade brasileira conforme suas particularidades, donde começa a aflorar a preocupação com a assimilação do conhecimento vindo ‘do exterior’. Seria assim necessário postular a questão da planificação e mudança social “de um modo não ideológico, isto é, em termos da estrutura fundamental de nossa época e não de arquétipos” (RAMOS, 1946c, p. 165).

É com Max Weber, entretanto, que se dá a maior empatia. Ao resenhar *Economia e sociedade*, quando do lançamento da edição mexicana (provavelmente o primeiro comentário sobre a obra no Brasil), afirma que “é a tentativa mais bem sucedida de estabelecimento de uma ciência sociológica da história, e, por isto mesmo, de uma sociologia efetiva, [...] é a partir de Max Weber que a sociologia se emancipa definitivamente do normativismo, liberta-se de certa tendência reformista que a impelia a invadir, não sem os clamores das vítimas, os feudos da moral, da religião, da profecia e da filosofia” (RAMOS, 1946a, p.129-30).³⁷

³⁶ O culturalismo presente tem forte influência de Mannheim e Alfred Weber, já o conceito de fases (ou concepção faseológica), segundo o qual a história das sociedades seria balizada por fases histórico-culturais relativamente progressivas, é creditado a Franz Carl Müller-Lyer (1857-1816) – autor de *As fases da cultura* (1908), *O sentido da vida e a ciência* (1910) e *A família* (1912). Tal concepção também foi usada por alguns outros autores brasileiros, como Helio Jaguaribe.

³⁷ “A sociologia de Max Weber”, artigo publicado na *Revista do Serviço Público*, em ago./set. 1946.

Por meio de uma leitura perspicaz de Weber, Guerreiro Ramos desperta teoricamente para a teoria da organização, o estudo da burocracia e da administração, além de extrair dali subsídios metodológicos. Todavia, a prudência weberiana no trato da sociologia como forma de ação, contra o “normativismo”, parece não ter afetado o ímpeto do jovem Guerreiro, inebriado pelas possibilidades de intervenção social.³⁸

Ele não se deixa levar por uma possível leitura antimarxista da obra, não intentando uma inversão do materialismo histórico, atenta sim para a amplitude e o não-determinismo metodológico da obra de Weber. A leitura é permeada por certa reverência que revela mais que uma admiração intelectual, Guerreiro Ramos identifica ali uma posição teórica que vinha ao encontro das suas concepções espiritualistas. Sua interpretação norteia-se – além do culturalismo – por certo existencialismo (refletido na leitura de Weber), que se sobrepõe à anterior proximidade do sociólogo brasileiro com o espiritualismo cristão da revista *L'Esprit* e o neotomismo de Jacques Maritain.

Esta concepção [de Weber] de ciência é eminentemente anti-socrática. O conceito socrático de ciência supunha uma relação conatural entre o indivíduo e o universo. A ciência, segundo Sócrates, está infusa no homem e este a adquire desenvolvendo-a dentro de si como um embrião se desenvolve no seio materno. A concepção típico-ideal da ciência é o reverso do socratismo. O espírito humano e o mundo são inconversíveis. O homem está ilhado e nenhuma garantia possui de que a sua ciência seja uma expressão verdadeira do que o mundo é em si mesmo. Assim sendo, importa menos conhecer a forma ou substância do universo do que conhecer como podemos dominá-lo ou conjurar a sua irracionalidade. A concepção típico ideal da ciência exprime o desespero da consciência humana diante do fracasso da explicação religiosa ou mágica das forças do mundo histórico. Ela é representativa de uma época secularizada em que os padrões sagrados foram

³⁸ É de M. Weber, segundo ele, a influência mais intensa que sofrera, porém, desde então até o final dos 1960, intensifica a construção de uma sociologia que prima pela intervenção – e conscientização – social. Em 1981, comentando sua proximidade com Weber e os anseios políticos desse (apesar da tentativa de separar ciência e ação política), sentenciou: “Weber era um isebiano, um ibespiano” (OLIVEIRA, L., 1995, p. 166), o que indica algo sobre a leitura que fazia da obra de Weber: se a ciência não seria subsídio imediato para a política, também não estariam radicalmente separadas.

radicalmente minados pelo trabalho corrosivo da razão (RAMOS, 1946a, p. 132).

Inspirado por Weber, opõe o sagrado ao profano e o encantamento do mundo à razão, termos que embasarão – poucos anos depois – sua análise sobre a relação entre o tradicional e o moderno, objeto de sua tese sobre a organização racional do trabalho (RAMOS, 1950).

Apesar das lições de Durkheim, a influência de Mannheim e o encantamento com Weber, as preferências de Guerreiro Ramos não se refreavam; em outro artigo³⁹ ele demonstra apreço pela pesquisa empírica, pela técnica dos *surveys* e pela sociologia estadunidense, representada pela Escola de Chicago e seu mais ilustre arauto no Brasil à época, Donald Pierson.

Um aspecto que tem sido negligenciado no Brasil, na formação dos especialistas nos vários ramos das ciências sociais, é o treinamento dos mesmos, no emprego dos métodos e no manejo das técnicas de pesquisa. A não ser a rara exceção da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, onde o Prof. Donald Pierson mantém um curso de pesquisa social, não sabemos nenhuma outra entidade universitária em que se considere a pesquisa social como uma disciplina autônoma.

Um dos maiores serviços prestados ao desenvolvimento dos estudos sociais, no Brasil, pelo Sr. Donald Pierson é, precisamente, o de ter difundido, entre nós, um sistema de referências para o estudo de pesquisa social. (RAMOS, 1947, p. 147).⁴⁰

Ao optar por visões sociológicas totalizadoras, Guerreiro Ramos, conhecedor de um leque de referências teóricas sistematizantes, ressentia-se de um instrumental mais leve, de técnicas de pesquisa e questionários que o capacitassem a abordar mais diretamente dados quantitativos e situações

³⁹ “A pesquisa e os ‘*surveys*’ sociais”, publicado na *Revista do Serviço Público*, em mar./abr. 1947.

⁴⁰ Donald Pierson, então professor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, ofereceu um curso no Rio de Janeiro e Guerreiro Ramos – com sua curiosidade insaciável – tomou contato com a sociologia “norte-americana”. Ver OLIVEIRA, L. (1995, especialmente cap. 3: “Donald Pierson e a sociologia no Brasil”). Para um contato com a obra do autor, ver Pierson (1972). Quanto à Escola de Chicago e à ecologia humana, ver os volumes de divulgação organizados por Pierson (1948; 1970) e a síntese de Coulon (1995).

empíricas que agora – por força de suas ocupações profissionais –⁴¹ se prestavam à sua análise, uma vez que só tinha como referência, nesse aspecto, os estudos e método monográficos de Le Play⁴² – provavelmente assimilados por meio da influência de Silvio Romero e Oliveira Vianna, admiradores do pensador francês, que pretenderam readequar tal método à realidade brasileira, numa chave culturalista (RODRÍGUEZ, 2006).

Nessas breves resenhas escritas por Guerreiro Ramos já aflora a preocupação, um tanto formalizadora e especulativa, com a utilização da sociologia como instrumento de intervenção social, sobretudo na gestão racional dos recursos e organização administrativo-estatal; o fundamento dessa ação é o planejamento (democrático), entendido então menos como operação direcionada a fins e mais como desobstrução de entraves, forma de dar livre curso às potencialidades, às forças latentes numa sociedade que se candidatava à modernização – tomada aí como processo relativamente orgânico.

A influência de Weber se faz sentir enormemente na tese que Guerreiro Ramos apresenta ao DASP (*Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho: ensaio de sociologia do conhecimento*, 1949), na qual o objetivo seria “[...] mostrar que a Organização Racional do Trabalho é

⁴¹ O autor, devido seu envolvimento profissional no Departamento Nacional da Criança e no DASP, passava a ocupar-se de temas como a puericultura, pauperismo, saúde, medicina popular, mortalidade infantil, imigração, padrão de vida, etc. A versatilidade e a abrangência de conhecimentos de Guerreiro Ramos eram evidentes já nos cursos que ministrava nessa época: se na disciplina de Sociologia do Curso de Administração do DASP seu enfoque era eminentemente teórico-conceitual e clássico (RAMOS, 1948), na disciplina de Problemas Econômicos e Sociais do Brasil do Curso de Puericultura e Administração do Departamento Nacional da Criança, sua abordagem era comparativa e quantitativa (RAMOS, 1949).

⁴² Frédéric Le Play (1806-1882), francês, autor de obras como *Os trabalhadores europeus* (1855), *Reforma social na França* (1864), *Organização da família* (1871), *Organização do trabalho* (1872) e *Constituição essencial da humanidade* (1881), foi criador de um método monográfico por meio do qual sondava a vida social utilizando-se de dados quantitativos como, por exemplo, referentes ao orçamento familiar – tema do qual Guerreiro Ramos também se ocupou, aproveitando as formulações do autor.

conseqüência de um longo processo de secularização, no transcurso do qual apareceu, tardiamente na civilização ocidental, uma atitude laica do espírito humano, em face da natureza e da sociedade” (RAMOS, 1950, p. 8-9); nesse texto, discorre sobre o conceito de trabalho na civilização ocidental, taylorismo, fordismo e o percurso da administração até a contemporânea sociologia do trabalho.⁴³

O erudito trabalho de síntese (e ostentação) conclui que a organização racional do trabalho só se produz em sociedades nas quais predomina o espírito antitradicional e laico, não se desenvolvendo em outras nas quais o sagrado se sobrepõe ao racional e secular. Os EUA seriam o campo mais fértil para tal, já a América Latina, Ásia e Oceania muito menos, pois nessas a indústria seria algo incipiente e a maior parte de suas populações não teria ainda emergido das “culturas de *folk*”. Mannheim, Hans Freyer (quanto ao planejamento e à sociologia como intervenção social) e a Escola de Chicago (quanto aos estágios de evolução do tradicional ao moderno) – entre outros – estão presentes na análise como referências teóricas.

As considerações sobre o histórico da organização racional do trabalho convergem para o ponto crucial do trabalho: a análise da administração pública, mormente no Brasil. Segundo o autor, as circunstâncias de um gerenciamento racional dos negócios nessa esfera não seriam um assunto meramente técnico ou institucional, um simples modelo de gestão, e sim produto de um amadurecimento

⁴³ As referências aqui são os estudos weberianos sobre a burocracia, administração, patrimonialismo, o sagrado e o profano (presentes em *Economia e sociedade*) e o estudo (paradigmático) da ética como secularização – em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (WEBER, 1997, 1989, respect.).

histórico-social, dependente do alcance de determinado estágio evolutivo de superação do privatismo:

Na administração pública, a racionalização é, antes, uma fase da evolução do Estado que uma tecnologia propriamente dita. Ela surge, sob a forma do que Max Weber chamou burocracia, naqueles tipos de Estado em que, sob influência do constitucionalismo, se afirma o predomínio da função pública sobre a feudalidade e a soberania territorial, ou seja, do interesse universal sobre o interesse particular. (RAMOS, 1950, p. 113).

Tal processo histórico avançaria segundo a formulação tipológica weberiana, na qual os tipos de dominação ‘sucedem-se’ mais ou menos ‘progressivamente’, denotando o advento da racionalidade e da dessacralização do mundo, isto posto, para assentar-se, a organização racional-legal haveria de solapar as bases patrimonialistas de dada sociedade, instaurando-se – em tempo e intensidade – conforme as características próprias da formação social. “A superação da administração patrimonial pelo desenvolvimento da administração racional ocorre mais ou menos lentamente, conforme a composição social de cada país” (RAMOS, 1950, p. 117). Guerreiro Ramos assevera que a universalização do capitalismo impõe um caráter relativamente inexorável ao processo de racionalização, embora de modo lento e tensamente articulado com a ordem anterior, “o que explica a coexistência de elementos burocráticos com elementos patrimoniais dentro de uma mesma sociedade” (RAMOS, 1950, p. 119).

Destarte o uso da tipologia weberiana, não o faz ingenuamente, atenta para a idealização dos tipos, as especificidades das sociedades e a não-imanência de sentido e ritmo na história. Cada sociedade – no processo de modernização e racionalização – percorreria um caminho próprio e combinaria, de modo ímpar, formas modernas e arcaicas, sendo assim, não existiriam formas “puras”, mas formas eminentemente híbridas, “umas mais que as outras” de administração pública (RAMOS, 1950, p. 118).

Pautado pela transformação histórica, o avanço desse tipo de organização dependeria de uma análise social que identificasse e tornasse possível a superação de resistências à mudança entrincheiradas em mentalidades, formas culturais, hábitos cristalizados pelo tradicionalismo etc., substituindo-os por formas modernas, congruentes com a efetivação da nova ordem.

A racionalização assume algumas peculiaridades na esfera da administração pública. Aí ela é uma questão eminentemente sociológica, antes de ser de qualquer outra natureza.

A racionalização na esfera da administração pública não se converte em mera aplicação do saber técnico na organização de atividades. É, principalmente, um processo de transformação do aparato estatal, que se opera a custa da diminuição (e até anulação) da eficácia da tradição, ou melhor, que implica a substituição de 'folkways' por 'technicways'. (RAMOS, 1950, p. 12).⁴⁴

Assim, haveria uma tendência de intensificação do processo de racionalização, mas não progressiva e implacavelmente de modo a eliminar o passado e fazer tábua rasa da sociedade em que atuaria, sua evolução seria difícil e inconstante, defrontando-se com a ordem anterior e a cultura enraizada, que o obstaculizariam. Dentre essas formas de resistência, a cultura exerceria um papel fundamental: a imposição da nova ordem não bastaria, só com a mudança dos padrões de comportamento seria possível viabilizar a racionalização modernizadora.

A arrebatadora marcha da racionalização (pensada por Weber) teria como contraponto a força da cultura e a manutenção de condutas (lições tomadas ao culturalismo e à Escola de Chicago). Função primordial nesse processo teria a sociologia, à qual cumpriria entender a sociedade, identificar os obstáculos, dar subsídios às formas de embasamento da ação transformadora e promover formas de atualização das mentalidades arraigadas.

⁴⁴ Aqui Weber dá lugar às influências da sociologia estadunidense (desde que não entendida como algo monolítico), especificamente William Graham Sumner e Alice Davis, respectivamente. Adiante, será lembrado Edward Sapir e não faltam referências a W. I. Thomas e W. Ogburn.

No caso brasileiro, a herança de privatismo – para Guerreiro Ramos – ainda impedia a consolidação da racionalidade administrativa:

No Brasil, a racionalização da administração pública defronta-se com sérios obstáculos, principalmente oriundos de sua formação histórica. Pode afirmar-se, mesmo, que a sua introdução em nossa máquina corre por conta daquele idealismo utópico, característico das elites brasileiras e extensamente estudado por Oliveira Vianna.

A verdade é que a estrutura social e política do país ainda não apresenta até hoje condições capazes de tornar plenamente efetivo, em nossa administração pública, um sistema racionalizado.

Uma tradição de patrimonialismo permeia o Estado brasileiro que, até recentemente, se pulverizava socialmente em ‘organismos monocelulares’, clãs parentais, clãs feudais, clãs eleitorais, de puro direito privado e carecia daquela unidade orgânica e compacta a que se referia von Stein. (RAMOS, 1950, p. 24).⁴⁵

Em auxílio às abrangentes formulações teóricas das quais se servia, Guerreiro Ramos lança mão de autores nacionais para dar conta da peculiaridade da sociedade brasileira e viabilizar a crítica ao patrimonialismo em sua caracterização local. Utiliza-se de Gilberto Freyre e sua crítica ao mandonismo, de Nestor Duarte e a análise da ordem privada e, principalmente, Oliveira Vianna e sua crítica da organização clânica e do familiarismo. Vianna ainda lhe fornecerá subsídios para a crítica da importação de idéias por parte de uma classe dirigente considerada alheia à realidade brasileira (o idealismo das elites) (RAMOS, 1950, p. 124-5).⁴⁶

⁴⁵ Lorenz von Stein, teórico social e historiador do séc. XIX, um dos fundadores da sociologia alemã, influenciado por Hegel e sistematicamente lido por Marx e Engels, posteriormente retomado por H. Freyer e H. Marcuse; elaborou uma interpretação dialética da história na qual a idéia básica era – segundo Marcuse – o antagonismo entre Estado e Sociedade. Ver Marcuse (1978) e Freyer (1944).

⁴⁶ Guerreiro Ramos refere-se particularmente às obras: de Oliveira Vianna, *Instituições políticas brasileiras, O idealismo da Constituição, O idealismo político no Império e na República*; de Nestor Duarte, *A ordem privada e a organização nacional*; e, de Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala*. Quanto a este último, Guerreiro Ramos valoriza um interessante aspecto de sua obra que permanece um tanto descuidado. “Tudo se deixou [no Brasil], porém, à iniciativa particular [...] Claro que daí só poderia resultar o que resultou: de vantajoso, o desenvolvimento da iniciativa particular estimulada nos seus instintos de posse e de mando: de maléfico, a monocultura desbragada. O mandonismo dos proprietários de terras e escravos. Os abusos e violências dos autocratas das casas-grandes. O exagerado privatismo ou individualismo dos sesmeiros” (FREYRE, 1983, p. 244-5).

A administração pública no Brasil, nesse contexto, não teria ultrapassado o “estágio patrimonialista”, uma vez que a pressão do privatismo e do familiarismo perturbaria a estrutura governamental, legando à administração pública “[...], o caráter a que [Edward] Sapir chamaria ‘espúrio’, visto nela não se integram perfeitamente os processos burocráticos. Registra-se, pois, dentro de nossa administração pública, um verdadeiro *conflito cultural*, como já lembrara o sociólogo brasileiro Emílio Willems.” (RAMOS, 1950, p. 128-9).

Por suas incumbências e seu caráter precursor, o DASP, nesse contexto, estaria no ‘olho do furacão’, assim como a burocracia que o compunha – inclusive o próprio Guerreiro Ramos.

Este conflito cultural retrata-se com maior agudeza naquilo que se poderá chamar ‘processo do DASP’, órgão pioneiro da implantação da racionalização na administração federal, cujo destino vem sendo ultimamente discutido pela opinião pública e assume as proporções de um caso de consciência do país. Tal ‘processo’ não deixa de ser dramático, pois muitos o sentem no espírito e na carne. (RAMOS, 1950, p. 130).

Mesmo saindo em defesa do departamento, não poupa críticas à importação de modelos em dissonância com a situação específica do país e cita, como exemplo negativo, a influência de Willoughby (também uma das mais presentes no DASP) na instituição do Conselho Federal do Serviço Público Civil (em 1936) com características de órgão de administração geral, embora pondere que, naquelas circunstâncias, representaria algum progresso.

A Lei nº 284 [de 28 de outubro de 1936] representa uma verdadeira transplantação no Brasil das idéias sobre racionalização administrativa, em voga nos Estados Unidos, especialmente na forma por que são expostas por Willoughby. Muitas reservas poderiam ser feitas a esta maneira de introduzir tais idéias em nossa administração federal. É porém incontestável que, de qualquer modo, a Lei 284 assinala um avanço na história administrativa do Brasil. (RAMOS, 1950, p. 133).⁴⁷

⁴⁷ Mais tarde, em *O processo da sociologia no Brasil* (RAMOS, 1953, p. 39-40), voltará ao ponto negando os possíveis avanços da transplantação e caucionando uma evolução orgânica das estruturas, lenta, porém baseada no confronto com as experiências sociais: “Formalmente, operaram-se desde a Lei de nº 284, de 1936, mudanças no arcabouço administrativo federal. Mas foram mudanças promovidas sem fundamento na pesquisa sociológica de nossas condições.

Guerreiro Ramos também defende o DASP contra o assédio que sofria por parte da oposição liberal, porta-voz das resistências privatistas à modernização administrativa. “O que resta a dizer é que, no presente momento, a evolução da racionalização da administração, no Brasil, está perturbada pela reorganização política que se vem operando desde 29 de outubro de 1945” [deposição de Vargas e fim do Estado Novo] (RAMOS, 1950, p. 134).

A defesa dos privilégios, do privatismo, seria também reivindicação de organizações políticas partidárias, que não primariam pela coerência “ideológica”, antes, representariam interesses específicos que se aglutinariam para conquistas particulares, assediando o Estado em busca de acesso a benesses.

Este ‘privatismo’, até o momento crônico na vida brasileira, exprime-se, na esfera política sob a forma de partidos de *patronagem*, isto é, partidos sem unidade ideológica, meras agremiações ou ajuntamentos de gânglios que, interferindo na administração pública, retardam, quando não paralisam de todo, o processo de sua burocratização. (RAMOS, 1950, p. 125).⁴⁸

O advento da modernização capitalista como processo de racionalização é tomado então por Guerreiro Ramos como processo eminentemente cultural, enfrentamento entre o privatismo e a racionalização, entre a burocratização e o patrimonialismo (entendidos como tipos ideais), consistindo em um “conflito cultural”, no qual a administração pública defrontar-se-ia com o tradicionalismo e suas vicissitudes arraigadas; o Estado seria – naquele momento – o agente defensor do público e portador do moderno, capaz de dissolver os embaraços postos por esse tradicionalismo.

Mudanças que cortaram de uma noite para o dia, ‘a golpes de decretos’, tradições de trabalho cuja validade não foi argüida, discutida, ponderada, como era imprescindível. Sacrificou-se tudo a novíssimas técnicas importadas, sem se refletir que elas de nada valeriam sem as suas premissas comunitárias. Mas em nome delas, subvertemos estruturas burocráticas, que vinham se formando lentamente, que, portanto, vinham sofrendo os testes da vida ou de uma experiência até multissecular”.

⁴⁸ Oliveira Vianna (1987) também define os partidos políticos como ajuntamentos “ganglionares”.

Assim, naquele período, particularmente no Estado Novo, os intelectuais aproximaram-se do Estado e mantiveram com ele uma relação tão íntima quanto complexa, predominando uma visão desse como bastião da modernidade.

A ideologia de Estado que se consolida neste momento tem como um dos seus pilares a idéia de que o Estado é mais moderno que a sociedade. Ele é a sua razão e consciência, impedindo-o de se dilacerar nos seus pequenos conflitos de interesse e assim obstaculizar a constituição da vontade nacional. (VIANNA, L., 1985, p. 40).

Ao reeditar – de modo um tanto mais sofisticado – análises anteriores, mormente de Alberto Torres, Guerreiro Ramos releva a condição do Estado como grande baluarte da modernização, único agente capaz de se sobrepor aos interesses privatistas da sociedade civil. No entanto, tal concepção do Estado de um lado identifica-o à administração pública e esvazia-o de sua condição política, assim como em Alberto Torres (BARIANI, 2007), de outro, elide a participação dos grupos sociais no processo de mudança. No entender de Guerreiro, não havia ainda um “povo”, uma estrutura de classes formada, uma sociedade civil organizada e tampouco um grupo social coeso e apto a subsidiar a mudança necessária; os grupos sociais existentes só se reuniam em torno do acaque aos bens públicos e na defesa de privilégios. Uma elite dirigente – mesmo em seus despreparo, ‘idealismo’ e alheamento para com a realidade brasileira – aparece como dignitária do progresso, sob os auspícios dos quadros técnico-científicos da burocracia pública, então cientes de sua função pública e da tarefa de impor a racionalidade. Esses quadros adquiriam ares de uma *intelligentzia de Estado* (BARIANI, 2003b) e o DASP era um ambiente profícuo para tal.⁴⁹

⁴⁹ Entretanto, em tese, os quadros técnico-científicos alojados no Estado poderiam, na ausência de grupos-sujeitos competentes e mesmo do povo como encarnação da nação, indicar formas e nortes para a tomada de decisões e, quem sabe, formular projetos políticos? Ou ainda, o exercício continuado das formas de organização administrativa poderia, ao final, proceder mudanças estruturais? Poderia a burocracia investir-se de interesses políticos próprios e/ou desempenhar funções absolutamente autônomas, tecendo assim um projeto próprio de modernização? Guerreiro

Eminentemente políticas, as “elites” mostravam-se – para Guerreiro Ramos – aquém das necessidades, despreparadas para a tarefa de modernizar o país, caberia então a essa *intelligentzia* ligada ao setor estatal esclarecer as elites e fazer agir o gigante (o Estado) – acordado em 1930 e posto em marcha em 1937 – no sentido de organizar a nação (recomendação deixada pela geração imediatamente anterior) e modernizar o país. Era uma tarefa que, ao final, afigurava-se muito mais da inteligência, de missão intelectual, que propriamente política; muito mais de salvação que de negociação, de construção que de arranjo e rotinização. Nessa concepção – e num contexto de “sociedade em transição” – misturavam-se os papéis da burocracia e da intelectualidade, do técnico-científico e do ‘ideólogo’, as tarefas da administração pública e o projeto político de Estado, indicando como Guerreiro Ramos ainda estava ligado aos intelectuais da geração anterior e a auto-imposta missão de criar a nação e organizar o país.⁵⁰

A política – com seus interesses, conflitos, instituições e rituais – parecia a Guerreiro Ramos irracional demais, demorada demais, injusta demais; surgia-lhe mais como tática protelatória que mecanismo decisório, obstaculizava a ação do Estado. Assim, a política em seu teor de conflituosidade, ao menos nesse contexto, atuaria – para o autor – como fator perturbador da administração pública e da racionalidade modernizante que, naquela circunstância, o Estado Novo lograra construir.⁵¹ A modernização deveria ser defendida da interferência

Ramos, no contexto do pós-1964, voltará a ocupar-se dessas e outras questões em *Administração e estratégia do desenvolvimento* (1966).

⁵⁰ Segundo Alzira Abreu (2005), será o despreparo técnico dos intelectuais – ainda presos a valores universalistas – que os alijará os isebianos dos papéis decisivos nos governos dos anos 1950.

⁵¹ Logo depois, na Assessoria de Vargas, reverá suas posições e aprofundará sua compreensão do país, como ele mesmo admitiu (OLIVEIRA, L., 1995, p. 147).

irracionalista da embrionária sociedade civil, seus interesses e seus vícios, deixando ao Estado a tarefa primordial.

Essa perspectiva tinha como vértice social a classe média que emergia da profissionalização do ofício militar, da institucionalização dos ofícios do saber, da reestruturação produtiva propiciada pela modernização (industrialização primária, burocratização, formação de quadros técnicos) e da urbanização e sua demanda por serviços. Insurgente num passado então recente (oposição ao regime oligárquico da I República, Tenentismo, Movimento de 1930), amparada no Estado Novo mas ainda alijada da participação política institucional, buscava sua afirmação no exercício do saber técnico e/ou científico (principalmente abrigado no Estado), para o qual advogava preponderância nos imperativos da modernização.⁵²

A passagem pelo DASP marcou a trajetória de Guerreiro Ramos, embora daí não se possa concluir que foi essa *a* experiência que o levou a determinadas posições, não há demasiado risco em afirmar que não *por causa* dela, mas, sobretudo *com* ela esboçou naqueles anos uma noção de que o advento do moderno era – principalmente – um “conflito cultural”, enfrentamento entre o racional e o irracional: a cultura do moderno (supremacia do Estado, antiliberalismo, intervenção, planejamento e administração burocrática) chocava-se com a cultura do atraso (patrimonialismo, privatismo, clientelismo). Só não percebia ele que, com a imbricação entre o ‘novo’ e o ‘velho’, as formas do moderno – oriundas da evolução do capitalismo – trariam consigo a lógica do interesse, legitimando o privatismo mesmo em suas formas mais arcaicas.

⁵² As pretensões políticas dessa classe têm em Rosa (1933) um dos seus defensores de primeira hora. Quanto à relação dessas com a modernização, ver Johnson (1961); sobre as classes médias e a política no período em questão, ver Carone (1985) e Saes (1975; 1984).

No DASP, o autor inteirou-se da problemática brasileira e sua complexidade, atentou para o fato de que a transplantação de instituições, condutas e formas de organização dos países de capitalismo central não seriam funcionais na realidade brasileira; por outro lado, não seria possível simplesmente relegar os instrumentos e experiências daqueles países, aí precisamente residia o dilema: alcançar a modernidade por meios próprios e, no entanto, utilizar-se dos meios possíveis; ser outro sem deixar de ser si mesmo, articular o particular e o geral, o estrutural e o funcional. Já não era possível simplesmente refazer a trajetória dos países desenvolvidos, o Brasil não poderia galgar os mesmos degraus que aqueles países, haveria de trilhar seu próprio caminho rumo à modernização, todavia, conforme sua condição particular. Para enfrentar os desafios dessa condição, seria preciso forjar instrumentos teóricos próprios, adequados ao entendimento da realidade brasileira, aparelhar a sociologia – consciência dessa realidade – para dar conta da complexidade da situação.

2. O arsenal em construção

Nesse período de incrementação de temas e problemas, consolidava-se para Guerreiro Ramos a seleção de um instrumental teórico. Trazia de antes a influência do neotomismo de Jacques Maritain, o existencialismo cristão expresso na revista *L'Esprit* e na obra de Nicolai Berdiaev, entre outras.⁵³ Tais concepções espiritualistas são, a partir de então, filtradas e certo culturalismo ganha contornos

⁵³ Contam-se aí, na imensa curiosidade intelectual do autor: Heidegger, Jaspers, Rilke, literatura em geral e particularmente a francesa (segundo ele, Daniel Rops, François Mauriac, Albert Daudet, etc.), autores brasileiros, etc. (OLIVEIRA, L., 1995, passim).

mais sólidos por meio de outros autores. O conceito de W. Pinder de *contemporaneidade do não-coetâneo* e a concepção *faseológica* da história – de Franz Carl Miler-Lyer são utilizados para entender a originalidade do Brasil como sociedade na qual coexistiriam diferentes tempos numa dada fase histórica. Também duas grandes influências começam ali a tomar corpo: Karl Mannheim e Max Weber, combinadas ainda de modo frágil com uma preocupação empírica que buscava subsídios na sociologia ‘norte-americana’. A preocupação com a cultura (em sentido amplo) ainda é dominante, apesar da influência admitida e da presença de Donald Pierson (OLIVEIRA, L., 1995, p. 139), não parece ser fortuita a opção pela Escola de Chicago, uma vez que foi por meio dessa que o empirismo, a técnica dos *surveys* e a preocupação com o fato aliaram-se a uma considerável atenção à *cultura* – como constituída de formas enraizadas de consciência, comportamento, construção material, sociabilidade, etc.

Emergem também as influências do pensamento social brasileiro em sua obra, embora de modo periférico, pois se os temas concernentes à realidade brasileira já ganhavam centralidade em suas preocupações, as influências teóricas eram ainda basicamente de autores estrangeiros.⁵⁴ Uma ainda tênue linha já o liga a certa herança intelectual que – crítica do liberalismo e desconfiada da capacidade (ou mesmo da existência efetiva) da sociedade civil e do “povo” – busca interpretar o Brasil como algo original, criticando o transplante de idéias e instituições, procurando instrumentos teóricos próprios para essa tarefa e vislumbrando a modernização como uma tarefa eminentemente prática, pragmática, organizativa, de construção da nação a partir do Estado, a despeito ou

⁵⁴ Das obras mencionadas na bibliografia de *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho*, conta-se 171 autores, sendo 159 estrangeiros e apenas 12 brasileiros, dentre os quais o mais citado é o próprio Guerreiro Ramos, com 8 obras.

até à revelia dos interesses particulares presentes na sociedade civil. Precariamente, essa tradição – nomeada por Guerreiro Ramos como a linhagem “crítica” do pensamento social brasileiro – pode ser assim esboçada: Visconde do Uruguai (Paulino José Soares de Souza), Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Vianna...⁵⁵

Todavia, se a visão do Brasil que emanava desses autores contemplava uma ânsia de síntese, o aspecto rarefeito e mais ou menos dedutivo que as embasa lentamente se tornava claro para Guerreiro Ramos; a partir de então, busca na sociologia acadêmica e profissionalizada que nascia elementos empíricos e mais cuidadosamente coletados, daí a crescente menção a autores como Emílio Willems, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes - abundam citações de obras desses autores, bem como de Donald Pierson e Roger Bastide. Nesse aspecto, Guerreiro também colabora com a revista *Sociologia* – editada pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e considerada a primeira revista eminentemente acadêmica das ciências sociais no Brasil.⁵⁶

Em dois trabalhos dessa época (publicados naquela revista) nota-se a influência – temática e na abordagem – da sociologia ‘norte-americana’ e da

⁵⁵ Nessa linhagem “crítica” Guerreiro Ramos - por vezes - acrescentará, mais adiante, João Ribeiro. Quanto a outros autores, nota-se que a presença de Gilberto Freyre na obra de Guerreiro Ramos - nesse período - é devida à crítica ao privatismo e mandonismo, e não às considerações sobre o negro; como esse, a maioria dos autores, inclusive os da linhagem mencionada, será censurada pela visão racista ou pelo menos não lúcida desse tema. Nota-se também que os autores cronologicamente mais próximos que também se situam na continuidade dessa herança, principalmente os ‘teóricos do Estado Novo’ e do ‘autoritarismo’ (instrumental ou não), não marcam presença em sua obra (exceto Oliveira Vianna), tais como: Azevedo Amaral, Francisco Campos, Almir Andrade, entre outros. Apesar também da admiração de Guerreiro e a influência sofrida de Jacques Maritain e do pensamento cristão tomista, autores cristãos brasileiros próximos dessa tendência também não são mencionados: Tristão de Ataíde (Alceu Amoroso Lima), Jackson de Figueiredo, Jônatas Serrano, etc. - mais tarde, Guerreiro Ramos (1961) analisará criticamente esses últimos num ensaio nomeado “A ideologia da ordem”.

⁵⁶ Posteriormente, promoverá um acerto de contas com essa sociologia, condenando-lhes a excessiva ocupação com “minudências” da vida social (Emilio Willems), a “ideologia profissional” de sociólogo e a forma de conceber a sociologia (Florestan Fernandes).

ecologia humana (principalmente da Escola de Chicago) no tratamento de fenômenos como a pobreza, a medicina popular e a mortalidade infantil, vistos como frutos da ambiência.⁵⁷

O pauperismo não é apenas uma condição econômica. É também uma condição cultural e psicológica. Ao baixo poder aquisitivo das massas corresponde um repertório de costumes, tradições e atitudes. A pobreza é uma condição econômica e cultural e um estado de espírito. Ambos (condição e estado) têm a sua inércia, oferecem resistência à mudança. Quando se diz que os altos coeficientes de mortalidade infantil se correlacionam com o baixo poder aquisitivo, não se diz tudo. Para maior precisão seria necessário mencionar que eles se correlacionam com a ‘cultura de *folk*’, característica da pobreza. (RAMOS, 1951b, p. 252).

O problema da transplantação de idéias aflui também e passa a ser uma das questões centrais na obra do autor, a princípio, a crítica tem em foco a transplantação de instituições – influência de sua experiência profissional e das considerações sobre administração e direito público de Paulino José Soares de Sousa (o Visconde do Uruguai).

No Brasil, a administração precedeu a sociedade. Éramos no início do século XVI, um território sobre o qual viviam alguns povos organizados sob a forma tribal. A partir de 1530, data em que se funda São Vicente, começam a ser transplantadas para o nosso país, pré-fabricadas, por assim dizer, as instituições administrativas de Portugal, de uma das mais desenvolvidas nações do mundo, naquela época.

Em 1549 já aqui funcionavam mecanismos administrativos que na Europa tinham sido elaborados demorada e lentamente no decorrer de vários séculos.

A sociedade brasileira, por força de sua formação, não teve a oportunidade de elaborar lentamente, por ensaios e erros, as soluções dos seus problemas. Estes, uma vez presentidos, eram tratados pelos métodos experimentados ou em uso na metrópole.

Quando o país e se tornou independente de Portugal, já o vício de adotar para os seus problemas soluções prontas tinha deitado raízes profundas. Os modelos deixaram de vir de Portugal e passaram a ser importados da França, da Inglaterra, dos Estados Unidos, principalmente. (RAMOS, 1951a, p. 1-2).

Definido como mal de origem, o empréstimo de iniciativas descoladas da estrutura social traria não só problemas adaptativos como também reforçaria hábitos – e suas conseqüências – de importar soluções. Alheias à realidade presente, as organizações mostrar-se-iam contraproducentes...

⁵⁷ “Pauperismo e medicina popular” e “O problema da mortalidade infantil no Brasil”, ambos publicados em *Sociologia*, em 1951.

Na verdade, as instituições administrativas não têm nenhum poder mágico ou imane de resolver os problemas. Elas só rendem em função umas das outras e do meio nacional onde atuam. É inócuo transplantá-las de um país para outro de condições radicalmente diferentes. (RAMOS, 1951a, p. 40).
 [...] nenhuma instituição burocrática, nenhum esquema de organização tem qualidades imanentes. Sua eficácia depende das estruturas sociais e econômicas onde se encaixam [...] Certas instituições, uma vez transplantadas, não encontram na sociedade receptora elementos fixadores ou condições que possibilitem o rendimento que elas apresentam nas sociedades doadoras. Muitas vezes são reinterpretadas, a fim de exercerem alguma função na nova estrutura social. (RAMOS, 1951a, p. 2-3).

Problemas como o da mortalidade infantil, o pauperismo, as deficiências de saúde e outros seriam agravados por tal disfunção, uma vez que as formas de combate utilizadas teriam como vício do deslocamento contextual a ineficiência (ou inseqüência) de resultados. Daí a pretensão do autor em analisar as políticas públicas e realizar estudo de caso da administração federal, pois os equívocos apontados nada mais seriam do que “aspectos particulares do desajustamento de toda a máquina governamental à realidade sociológica e econômica do país” (RAMOS, 1951a, p. 4).⁵⁸

Se a relação disjuntiva entre a estrutura social e as instituições tomava corpo na análise levada a cabo pelo autor, os reflexos do deslocamento e suas decorrências nas representações sociais – com ênfase no pensamento técnico e científico – ainda não eram claros, ele próprio utiliza conceitos e avaliações que, mais tarde, certamente consideraria “importados”.⁵⁹

⁵⁸ Todavia, para ele, um amplo equacionamento do(s) problema(s) só seria alcançado com a transformação faseológica da sociedade, o atingir de uma nova e superior fase civilizatória.

⁵⁹ Por exemplo, ao pesquisar padrões de vida, considera que: “Para uma avaliação dos níveis de vida da população brasileira, pode-se utilizar estas referências [percentagem de gastos com alimentação, vestuário, habitação, combustível e iluminação, e outros, no orçamento familiar], especialmente os orçamentos modelos propostos pelo *National War Labor Board* e pelo *National Industrial Conference Board*. Ambos foram elaborados tendo em vista populações de assalariados e famílias médias de cinco pessoas” (RAMOS, 1951a, 16). Obviamente, as famílias (e as necessidades, costumes e consumo) estadunidenses diferiam em muito das famílias brasileiras, mais ainda nos anos 1950, quando o Brasil ainda era um país cuja maioria da população vivia na zona rural. Em 1952, Guerreiro Ramos dirigirá o planejamento e execução da Pesquisa Nacional de Padrão de Vida e, em 1958, tecendo considerações sobre o uso da redução sociológica (no livro de mesmo nome) reconsiderará a questão, dando-se conta do equívoco cometido em 1951, sem, entretanto, retratar-se (RAMOS, 1996, p. 80-2).

O arsenal teórico guerreiriano ressentia-se de um aparelhamento para enfrentar as questões numa plataforma superior, basicamente de um método que o habilitasse a se desvencilhar do cipoal de referências cruzadas, de conceitos simbolicamente retorcidos quanto aos seus referenciais. Já vislumbrava no horizonte teórico as implicações dessa orientação metodológica, ainda que a percebesse também a partir de um legado estrangeiro e confundisse o equacionamento teórico da questão com a construção de uma sociologia aplicada.⁶⁰

Quando importamos sistemas legais ou instituições burocráticas de outros países, procedemos, de certa forma, como os nativos do Taiti [que enterraram ferramentas esperando que dali nascessem casas prontas]. Esperamos que eles aqui realizem os mesmos efeitos de lá, sem atentarmos para as diferenças estruturais entre a sociedade brasileira e as sociedades que procuramos imitar.

O reconhecimento de que a eficácia das instituições não lhes é inerente, mas depende das estruturas nas quais elas se integram está suscitando o desenvolvimento de uma Sociologia e de uma Antropologia aplicadas. Os ingleses, por exemplo, estão pondo ambas em uso na administração de suas colônias na África. (RAMOS, 1951a, p. 2).

Em breve, despertaria para o fato de que os problemas e o modo como os propunha implicarem uma vultosa tarefa, que de forma alguma se resumiria à construção de uma sociologia aplicada, mas, conforme considerará, na reconstrução da sociologia em novas bases, ou melhor, na construção de uma autêntica sociologia brasileira, “nacional”.

Ao procurar e juntar peças no sentido de organizar teoricamente uma orientação sociológica sólida, Guerreiro Ramos avançava num modo de pensar a sociedade brasileira como algo novo e particular, diferente dos “países centrais”⁶¹,

⁶⁰ Crítica que – veremos – lhe será feita por Roger Bastide (1953).

⁶¹ O termo denota a influência da CEPAL – mormente as formulações de Raul Prebisch – que opunha os países e economias capitalistas centrais aos periféricos (ver também BIELSCHOWSKY, 2004).

mas ainda fazia uso de um instrumental nos moldes de um complexo quebra-cabeça, pois a heterogeneidade social (e teórica) era um desafio a vencer.

O Brasil é um mosaico de culturas, já observou R. Lynn Smith. O *gradient* que Robert Redfield e outros sociólogos registraram no México pode ser observado no Brasil, assinalam-se numerosos graus culturais, desde a ‘civilização’ até a chamada ‘cultura de *folk*’. (RAMOS, 1951a, p. 21).

Essas culturas diferenciadas, esse complexo cultural, comportaria diversas visões de mundo – *Weltanschauung* na acepção mannheimiana – que habitariam uma mesma *fase*, na qual coexistiriam diferentes tempos históricos, configurando uma “contemporaneidade do não-coetâneo” (RAMOS, 1951a, p. 41).⁶²

A heterogeneidade sincrônica e diacrônica do complexo cultural brasileiro identificada pelo autor trazia consigo o desafio à compreensão teórica e a sedução do ecletismo para dar conta de realidade tão ímpar; era preciso entender a sociedade brasileira, requisito para transformá-la, mas o arsenal teórico disponível havia sido forjado para (e por) outras sociedades, significativamente diferentes. Naquele início dos anos 1950, ao abordar a sociedade brasileira com base na transplantação, na forma reflexa e não-autêntica da vida social, pairava – para Guerreiro Ramos – sempre a percepção de algo de insuficiente: para o entendimento do país, para pleitear as tarefas da organização da nação, para instrumentalizar o conhecimento e direcioná-lo à prática da transformação e, assim, para aplacar sua voracidade intelectual e ânsia de engajamento. Buscará então as armas necessárias também num duplo movimento: puxando o ‘fio da história’ e resgatando as tentativas anteriores de construção de uma teoria crítica imbricada à realidade brasileira, bem como empreendendo uma dura crítica da sociologia no Brasil.

⁶² O conceito de contemporaneidade do não-coetâneo, tomado a Wilhem Pinder, que será largamente utilizado pelo autor (e também terá uso comum entre os isebianos) no sentido de indicar a coexistência de diferentes tempos histórico-sociais numa mesma sociedade.

3. Grupo de Itatiaia, IBESP e os *Cadernos de Nosso Tempo*

Envolvido diretamente com a política nacional ao ingressar na Assessoria de Vargas, Guerreiro Ramos, a partir de 1952, participou do Grupo de Itatiaia – que, em suas palavras, teria sido formado “com o objetivo de entender o governo brasileiro” (OLIVEIRA, L., 1995, p. 148). Também foi um dos fundadores do IBESP e do ISEB. Para ele, o IBESP foi “um encontro de estudiosos”, já o ISEB teria sido feito – em suas palavras – à sua “revelia”, “praticamente, pelo Jaguaribe; foi ele quem fez tudo... Do IBESP eu gostava, participei, mas o ISEB, é aquela coisa... Objetivamente eu não entendo” (OLIVEIRA, L., 1995, p. 154).

No IBESP, Guerreiro Ramos publicou nos *Cadernos de Nosso Tempo* (editados pelo instituto) os artigos: “Padrão de vida do proletariado de São Paulo” (*Cadernos...* nº 1), “O problema do negro na sociologia brasileira” (nº 2), “A ideologia da *Jeunesse Dorée*” (nº 4) e “O inconsciente sociológico” (nº 5).⁶³ Se em “Padrão de vida do proletariado de São Paulo” sonda as condições de vivência dessa classe, em “A ideologia da *Jeunesse Dorée*”, analisa a visão social de uma “família” de intelectuais bem-nascidos – Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), Afonso Arinos de Melo Franco e Otávio de Faria – que primariam pelo elitismo, intelectualismo e reacionarismo; por fim, “O inconsciente sociológico” recupera o legado de autores como Virgínio Santa Rosa, Martins de Almeida e Azevedo Amaral, a cuja tendência ao esquecimento e diminuição – impulsionada, segundo ele, por sociólogos e antropólogos de “treino especialíssimo” – opunha-se. Concomitantemente, publicou nesse período, entre outras obras, *O processo da*

⁶³ “A ideologia da *Jeunesse Dorée*” e “O inconsciente sociológico” foram republicados posteriormente em *A crise do poder no Brasil*, obra do autor datada de 1961.

sociologia no Brasil: esquema de uma história das idéias (1953), *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo: projeto a uma sociologia nacional* (1954), “Esforços de teorização da realidade brasileira politicamente orientados de 1870 a nossos dias” (nos ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, editados em 1955) e *Sociologia de la mortalidad infantil* (publicado no México, em 1955).⁶⁴

O Grupo de Itatiaia – embrião do IBESP e do ISEB –⁶⁵ teve início a partir de agosto de 1952, no Parque Nacional de Itatiaia (entre RJ e SP), em local cedido pelo Ministério da Agricultura (cujo Ministro era João Cleophas), quando começou a se reunir – ocasionalmente – um grupo de intelectuais ‘paulistas’ e ‘cariocas’, sendo alguns católicos, antigos integralistas, conservadores e outros de posições mais à esquerda. Vargas, que já estimulava a Cepal (então Comissão Econômica para a América Latina, depois também para o Caribe), segundo D’Araújo (1992), teria discretamente incentivado as reuniões em Itatiaia.

⁶⁴ A produção individual do autor – no período no qual esteve ligado ao Grupo de Itatiaia, IBESP e ISEB – será analisada adiante; neste capítulo, limitar-nos-emos à produção coletiva da instituição (IBESP) e às análises críticas sobre a produção (de Guerreiro Ramos e dos autores em geral) na instituição (ISEB). Se no DASP (e no Departamento Nacional da Criança) a iniciante produção do autor estava diretamente relacionada aos temas e problemas envolvidos na rotina institucional e mesmo profissional, já nas outras instituições (Grupo de Itatiaia, Assessoria de Vargas, IBESP e ISEB), embora haja relações entre os temas propostos e a produção do autor, tal relação não é tão direta, é antes mediada pelo caráter das instituições: de estudos e abertura de temas, não focado em relativamente estreito leque de temas, nem no desempenho de uma função (profissional) restrita e/ou baseado na eficiência organizacional, mas de estudos, (livre) exercício intelectual de análises e intervenção social. O autor também, mais maduro e cuja obra se complexificava, tende a incrementar o inventário temático-analítico e declinar das questões excessivamente pontuais e localizadas. Todavia, isso não inviabiliza a análise baseada nas instituições como ambiente de produção intelectual, requer sim maior cuidado na confecção de nexos causais, seja entre o autor (e obra) e a instituição, seja entre a instituição e a sociedade na qual está inserida. Obviamente, sem perder de vista a relação – mais determinante – da trajetória do autor com a sociedade brasileira em seu contexto histórico.

⁶⁵ Para Helio Jaguaribe (1979d, p. 94; 2005, p. 31), o início de tudo teria sido o grupo da “5ª página”, que em 1949 mantivera no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, aos domingos, o equivalente a um suplemento cultural, no qual se discutiam os problemas do país. Participaram do grupo Israel Klabin, Oscar Lorenzo Fernandez, Jorge Serpa Filho, Candido Mendes de Almeida e o próprio Jaguaribe – também coordenador. O proprietário e diretor do jornal era Elmano Cardim, e Augusto Frederico Schmidt, o responsável pela viabilização do espaço editorial.

A tônica dos debates, inicialmente, era a discussão teórica por parte de estudiosos, que tinham em comum certa configuração intelectual, influências de alguns autores e um desejo de impulsionar um pensamento genuinamente brasileiro.

Embora o grupo se consolide no Rio de Janeiro (e ali finque raízes), nos primórdios, intelectuais ‘paulistas’ – sobretudo ligados ao IBF (Instituto Brasileiro de Filosofia) e à *Revista Brasileira de Filosofia* – participaram do começo das discussões em Itatiaia.⁶⁶ Os ‘paulistas’ – Roland Corbisier, Ângelo Simões de Arruda, Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queiroz, José Luiz de Almeida Nogueira Porto, Miguel Reale⁶⁷ e também um professor italiano chamado Luigi Bagolini – eram liderados por Vicente Ferreira da Silva (filósofo cujos seminários eram muito conhecidos na cidade de São Paulo) que, como outros pensadores, guardava certo distanciamento da institucionalização e do ensino filosófico ministrado na Universidade de São Paulo (USP) – de inspiração européia, francesa (em essência) devido às ‘missões’⁶⁸ – e eram pejorativamente chamados por João Cruz Costa (professor uspiano) de “filósofos municipais”.⁶⁹

⁶⁶ O IBF, propagador de certo “existencialismo-culturalista” (segundo Helio Jaguaribe), foi criado (em 1949) conjuntamente pela Reitoria da Universidade de São Paulo (USP) e por um grupo que editava a revista *Colégio* (Roland Corbisier, Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queiroz e outros); além de editar a *Revista Brasileira de Filosofia*, o IBF organizava os Congressos Nacionais de Filosofia e tinha como seu principal animador Miguel Reale e, entre seus membros, na seção fluminense, Helio Jaguaribe. Ver Paiva (1986, p. 29) e Pécaut (1990, p. 108).

⁶⁷ Alguns deles tiveram anteriormente experiências com o integralismo, como Roland Corbisier, Almeida Sales e Miguel Reale – que foi importante ideólogo do movimento. Entre os ‘cariocas’, havia também quem houvesse passado por tal experiência, como Vieira Pinto e o próprio Guerreiro Ramos. A conversão à esquerda de boa parte desses intelectuais aponta para a peculiaridade do integralismo como movimento que (à direita) deu guarida a jovens descontentes de classe média (CANDIDO, 1978), assim como (à esquerda) o comunismo o fez (RODRIGUES, L., 1986). Sobre o integralismo ver Trindade (1974), Chasin (1978), Vasconcelos (1979), Chauí (1985, 1986) e Cavalari (1999).

⁶⁸ As ‘missões’ estrangeiras, no início da USP, influenciaram no ensino de várias disciplinas, especialmente a filosofia, na qual professores franceses deixaram profundas marcas. Ver Massi (1989).

⁶⁹ Houve também quem transitasse pelas duas ‘escolas’: José Arthur Giannotti foi encaminhado por Oswald de Andrade – em fins dos anos 1940 – para o seminário de Vicente Ferreira da Silva,

Os outros participantes ('cariocas') eram Oscar Lorenzo Fernandez, Ignácio Rangel, José Ribeiro de Lira, Israel Klabin, Cid Carvalho, Cleantho de Paiva Leite, Fabio Breves, Ottolmy da Costa Strauch, Heitor Lima Rocha, Rômulo de Almeida, Moacyr Félix de Oliveira, além desses, os que mais tarde formariam o IBESP e o ISEB e ficariam conhecidos (juntamente com Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Nelson Werneck Sodré) como "isebianos históricos" (PAIVA, 1986):⁷⁰ Guerreiro Ramos, Helio Jaguaribe, e Cândido Mendes de Almeida (JAGUARIBE, 1979d, p. 95; PÉCAUT, 1990, p. 108; PEREIRA, Alexsandro, 2005, p. 254). Esses compartilhavam com os 'paulistas' - mormente seu líder - algumas influências comuns, mas - segundo Paiva (1986, p. 32) - distinguam-se:

[...] os 'isebianos históricos' beberam nas mesmas fontes que Vicente Ferreira da Silva [hegelianismo, existencialismo, fenomenologia, culturalismo, etc.]. Parece distingui-los o fato de que aqueles dirigiram suas preocupações para a sociedade, enquanto este permaneceu, como nos mostra sua produção ulterior, preso à reflexão sobre o indivíduo, condenando mesmo o caminho seguido pelos isebianos.

O principal articulador do grupo nas reuniões em Itatiaia, Helio Jaguaribe, aglutinava em torno de si as mais variadas personalidades, entretanto, quando as discussões ultrapassaram a especulação filosófica, incomodados - mormente pelas posições e volúpia intelectual de Jaguaribe, que advogava a aplicação teórica à realidade brasileira no sentido da mudança social - os 'paulistas' (conservadores na maioria) desligaram-se do grupo, só Roland Corbisier permaneceu (PAIVA, 1986, 53).⁷¹

vindo posteriormente a romper com esse - no início dos anos 1950 - e ganhar destaque na USP e, posteriormente, no CEBRAP (GIANNOTTI, 1974, p. 26-7).

⁷⁰ Nelson Werneck Sodré - assim como Juvenal Osório Gomes - agregar-se-ia ao grupo em 1955 (PÉCAUT, 1990, p. 108).

⁷¹ Segundo Roland Corbisier, Vicente Ferreira da Silva teria anunciado aos 'paulistas' sua impossibilidade em enfrentar intelectualmente H. Jaguaribe, abdicando assim da liderança dos 'paulistas' que, como grupo, dissolveu-se (JAIME, 2000, p. 325-6).

Em 1953, cristalizada sua vocação de estudos dos problemas brasileiros, o grupo remanescente das reuniões em Itatiaia cria o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e passa a editar os textos das discussões sob o nome de *Cadernos de Nosso Tempo* – publicados entre 1953 e 1956, totalizando cinco volumes que vieram a marcar época. Colaboraram nos *Cadernos*: Alberto Guerreiro Ramos, Cândido Mendes de Almeida, Carlos Luís Andrade, Ewaldo Correia Lima, Fábio Breves, Heitor Lima Rocha, Helio Jaguaribe, Hermes Lima, Ignácio Rangel, João Paulo de Almeida Magalhães, José Ribeiro de Lira, Jorge Abelardo Ramos, Moacyr Félix de Oliveira e Oscar Lorenzo Fernandez (SCHWARTZMAN, 1979). Tinha início uma forma de interpretação (e engajamento) ainda inédita no Brasil. “A importância do IBESP e dos *Cadernos [de Nosso Tempo]* é que eles contêm, no nascedouro, toda a ideologia do nacionalismo, que ganharia força cada vez maior no país nos anos subseqüentes, e serviriam de ponto de partida para a constituição do Instituto Superior de Estudos Brasileiros [ISEB]” (SCHWARTZMAN, 1979, p. 3).

O IBESP (diferentemente do ISEB), mesmo não sendo composto de modo homogêneo e seus encontros extemporâneos, mantinha certa organicidade nas análises e produções, derivada das discussões conjuntas e prévias dos textos publicados, o que torna possível uma análise sistemática de suas formulações.

Os trabalhos publicados nos *Cadernos de Nosso Tempo* geralmente não contêm citações e/ou preocupações acadêmicas, são textos de construção e síntese que denotam a preocupação essencial dos autores: influir decisivamente na realidade brasileira. Entre os temas abordados, estão: o Estado, o pensamento social no Brasil, os agentes e fenômenos político-sociais, a economia, posição na

geopolítica, a condição do negro (cf. RAMOS, 1979), etc. Nos textos, concebidos individual ou coletivamente (e sempre discutidos), os autores abordam questões urgentes da sociedade brasileira – naquela década de 1950 – e, mais que diagnosticar, por vezes, apontam formas de equacionar os problemas.

Embora mantivessem um caráter engajado e não-acadêmico, alguns textos – hoje lançados à margem – trazem interessantes contribuições teóricas a questões que viriam à berlinda nos anos posteriores. Em “O que é ademarismo” – publicado nos *Cadernos...* nº 2 (jan./jun. 1954) – Helio Jaguaribe enfrenta o então fenômeno político (e social) do “ademarismo”, que à época surgia como uma esfinge na política brasileira;⁷² na tentativa de desvendá-lo, empreende uma análise do *populismo* – um dos grandes temas a partir do final dos anos 1950 no Brasil e na América Latina – fortemente influenciada por um pragmatismo político e pelo pensamento de Ortega y Gasset (1933), no que refere à análise do comportamento político das massas:

O populismo, de que o ademarismo é a expressão brasileira, constitui a manifestação política das massas que persistiram como tais, por não terem seus membros logrado atingir a consciência e o sentimento de classe e por tender a se generalizar, como protótipo da comunidade, o tipo psicossocial do homem-massa. (JAGUARIBE, 1979b, p. 26).

Também são de Jaguaribe (1979a; 1979c) as análises baseadas na identificação de certo *patrimonialismo* presente na sociedade brasileira e na definição do Estado republicano brasileiro como *Estado cartorial*, isto é, como condicionado pela solução de continuidade da ‘necessidade’ – devido ao clientelismo político-eleitoral e à dependência do consenso tácito – de prover com empregos públicos a classe média, inchando a burocracia civil e militar e legando

⁷² Tal perplexidade derivava – dentre outros motivos – das características do fenômeno, que incluía tanto um enraizamento oligárquico e autoritário quanto um significativo apelo popular, a ponto de a candidatura de Ademar de Barros ter o apoio de setores de esquerda.

aos particulares o cumprimento de funções administrativas que seriam públicas. Tal análise viria a pontuar alguns dos primeiros usos do conceitual weberiano nas interpretações sobre a promiscuidade entre o público e o privado no Brasil,⁷³ bem como da caracterização da classe média como grupo (em sua maioria) “alienado” e “moralista”, de tendência conservadora e de opções políticas pautadas pela vigência de valores tanto “idealistas” quanto hipócritas, vindo a servir aos desígnios de um setor reacionário da burguesia. O udenismo em geral e o fenômeno do lacerdismo em particular viriam a relevar tal preocupação.

Todavia, a preocupação central dos autores ibespianos era acerca das possibilidades e formas de alcançar o *desenvolvimento*, pensado como a transformação qualitativa essencial e geral que poderia redimir a miséria brasileira, num processo que, de modo expresso, compreenderia os mais variados aspectos (econômico, político, cultural, etc.), já que não deveria simplesmente “ser concebido como empreendimento industrial e comercial” (LIMA, Hermes, 1979, p. 82).⁷⁴

Como suposto ao processo de desenvolvimento, pleiteavam a necessidade de uma *ideologia*, concebida no sentido de um amplo projeto que visasse os interesses objetivos das classes sociais em luta contra o atraso: “Ideologia, genericamente, é o conjunto de valores e de idéias que apresentam como razoável e desejável um determinado projeto ou estatuto convivencial para a comunidade, a partir dos interesses situacionais de uma determinada classe ou

⁷³ Lembremos que a primeira edição de *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro (1987), considerado um dos precursores dessa abordagem, é de 1958. Tal artigo foi publicado originalmente como “A crise brasileira” (*Cadernos de Nosso Tempo* 1, out./dez. 1953).

⁷⁴ Outro conceito freqüentemente usado, o de *planejamento*, é visto como importante instrumento da racionalização e equacionamento dos problemas da sociedade brasileira, dentre eles, a questão econômica, cuja análise acusava influência das teorias do desenvolvimento formuladas pela CEPAL.

grupo social” (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1979, p. 239). Assim, uma ideologia consistiria, essencialmente, “na formulação de uma pauta de valores e de sua articulação num projeto social dotado de eficácia histórica”, tal caráter só poderia ser comprovado *a posteriori*, todavia, *a priori*, poder-se-ia “determinar, formalmente, as condições de que se devem revestir os valores e seu projeto de realização para que uma ideologia logre eficácia histórica” (JAGUARIBE, 1979a, p. 148).

Conforme sua adequação em relação às condições sociais – e às exigências históricas – a ideologia seria “autêntica” ou não, autenticidade essa que – como é também sugerido por Jaguaribe – só revelar-se-ia *post festum*, com a verificação de sua eficácia depois de consumadas as experiências do período:

As opções políticas são sempre relativas e, por mais objetivos e válidos que sejam os métodos empregados para se chegar a elas, escapam à possibilidade de julgamento em termos de estrita verdade ou erro. Neste campo, não há verdades; há decisões. Estas serão racionais ou arbitrarias, autênticas ou inautênticas, representativas ou não. O que importa, por isso mesmo, é empreender o esforço de esclarecimento necessário para assegurar a validade das decisões. (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1979, p. 171).

Sendo assim...

Não se pode aprisionar a História em fórmulas. Não há para os problemas históricos soluções definitivas, universais e permanentes. Mas há soluções autênticas e inautênticas, profundas e superficiais. As soluções que correspondem aos imperativos históricos do momento, e o satisfazem em profundidade, inauguram ciclos e se convertem em marcos para o subseqüente processo do devenir histórico. (JAGUARIBE, 1979a, p. 147).⁷⁵

No entanto, concebiam o desenvolvimento como uma espécie de missão histórica, e mais, se o apresentavam como conceito amplo (histórico, econômico, político, cultural...), freqüentemente, no arrematar teórico crucial das questões,

⁷⁵ Mesmo tendo como alicerce a concepção faseológica (ou de fases) não há, nesse momento, nos escritos uma noção de imanência histórica como viria a ser acentuada por alguns críticos, o processo político é visto como algo ‘aberto’, produto da relação entre as escolhas e as condições.

predominava em muito o aspecto econômico, esfumando os outros aspectos como colaterais ou simplesmente efeitos daquele.

As dificuldades do desenvolvimento, necessariamente, levavam à conceituação das deficiências, das fragilidades na formação histórica brasileira, daí a interpretação da condição do Brasil como país moldado pelo *colonialismo*, *semicolonialismo* e *subdesenvolvimento*:

O colonialismo, mais do que uma situação política, é uma situação econômico-social, caracterizada pela dependência de uma determinada comunidade – a comunidade colonial – para com outra comunidade – a metropolitana – ou para com outros países econômico-socialmente autônomos. Nesse sentido econômico-social, que não implica necessariamente a dependência política, as duas principais características do colonialismo são, em primeiro lugar, o fato de a comunidade colonial estar organizada como um instrumento a serviço de sua metrópole ou, de modo geral, dos países econômico-socialmente autônomos. Em segundo lugar, o fato de que a comunidade colonial só poder desenvolver-se com impulsos exógenos. É esta segunda característica que torna relativamente sem importância o estatuto político da sociedade colonial, cuja dependência para com o exterior nem decorre basicamente da coação política nem constitui para tal sociedade unicamente um ônus, mas antes representa sua própria forma de existência. As comunidades coloniais, de certo modo, são núcleos geográfica e socialmente descentralizados das sociedades que desempenham para com elas a função de metrópole. (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1979, p. 175).

Não era inédita a interpretação do processo histórico brasileiro por meio do conceito de “colonialismo”. A novidade da abordagem ibespiana é a concepção do fenômeno como algo generalizante, sistêmico, tanto enraizado quanto dinâmico, no rastro das elaborações de Balandier (1976) e Sartre (1968).⁷⁶

Segundo a análise ibespiana, o Brasil teria sido colonial até meados do séc. XIX, a partir daí, adquiriria uma condição *semicolonial*: “O semicolonialismo, como indica o termo, caracteriza uma situação intermediária entre o colonialismo e a autonomia econômico-social” (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1979, p. 176). Tal

⁷⁶ Posteriormente, o conceito de *colonialismo* será retomado e revisto para dar conta, também, da situação cultural brasileira – como por exemplo nas formulações de Corbisier (1958) e Sodré (1961). Nos anos 1960, o termo – de modo análogo – será cristalizado por Frantz Fanon (1979).

condição perduraria até os primeiros decênios do séc. XX quando, a partir dos acontecimentos de 1930 e da 2ª Guerra Mundial, passaria ao *subdesenvolvimento*. Já esse é definido como “um fenômeno econômico-social de caráter global, cuja explicação se tem de encontrar *na análise histórico-sistemática do processo econômico-social de cada país*” (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1979, p. 173, grifos nossos), sendo subdesenvolvidas as economias “[...] que, por deficiência de seus fatores de produção, especialmente por falta de capital, não disponham, por conta própria, da possibilidade de dar aos seus fatores, em regime de pleno emprego, a máxima utilização permitida pela técnica existente, num momento dado” (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1979, p. 176-7).

Assim, mesmo havendo preocupação com uma definição ampla e profunda do subdesenvolvimento, bem como a respeito da particularidade da relação e situação de cada país para com o processo global,⁷⁷ predomina uma definição de caráter estritamente econômico, relegando a clarificação dos laços particulares da situação brasileira e incorrendo numa explicação genérica da relação, aplicável praticamente a qualquer caso.

No que diz respeito à *posição brasileira na geopolítica*, pleiteavam os ibespianos uma posição de equidistância e neutralidade com relação à polarização EUA-União Soviética, neutralidade essa firme mas sem isolamento, uma vez que o país não teria cacife político para bancar uma posição radicalmente

⁷⁷ Esta será no início dos anos 1960 uma das preocupações centrais do trabalho de Cardoso e Falleto (1975): definir a situação específica de cada país com relação à dependência e ao subdesenvolvimento, não os englobando numa mesma posição, ou seja, proceder à análise concreta da situação concreta.

independente, sendo tático e prudente aguardar o fortalecimento de uma terceira posição que se consolidava em outros países então chamados “não-alinhados”.⁷⁸

Analogamente, havia uma análise das *classes sociais* e suas relações, visando identificar os interesses, horizontes de ação e prováveis arranjos políticos que poderiam viabilizar um projeto de desenvolvimento. Ainda que presente como influência teórica, o marxismo é demasiadamente modificado na análise pela predominância do nacionalismo, pois alguns supunham que: “A rigidez da explicação marxista implicou no menosprezo de fatores como as nacionalidades, que se mostrou na realidade histórica, muito mais poderosa do que a suposta solidariedade de classe” (FERNANDEZ, 1979, p. 101).

A *burguesia* era vista como uma classe que sofria com escassez de capital, sendo esse – consideradas as conseqüências – o principal fator da alienação que a acometeria, além disso, haveria um “despreparo ideológico” (principalmente da burguesia industrial) e uma “falta de representatividade ideológica”, daí...

[...] o fato de manter artificialmente na direção de classe o setor da mesma [burguesia mercantil e oligarquias] ligado a uma economia superada e reacionária, e como conseqüência, o fato de o Estado não estar prestando à classe os serviços que lhe poderia proporcionar e de os interesses burgueses não encontrarem a defesa e as facilidades de expansão com que poderiam contar, em termos que viriam de encontro aos interesses das demais classes. (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1979, p. 241).

Cumpriria ao “setor industrial de nossa burguesia assumir mais decididamente, inclusive para fins político-sociais, a liderança econômica que já

⁷⁸ Em 1955, contestando o domínio soviético, estadunidense e o colonialismo, reuniram-se na *Conferência de Bandung*, na Indonésia, os líderes de vários Estados asiáticos e orientais (Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Laos, Líbano, Ceilão, República Popular da China, Filipinas, Japão, Índia, Paquistão, Turquia, Síria, Israel, República Democrática do Vietnã, Irã, Iraque, Vietnã do Sul, Nepal, Iêmen do Norte) e africanos (Etiópia, Líbia, Libéria e Egito). Adeririam às posições também Índia e a então Iugoslávia.

exerce” (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1979, p. 240).

Já o *proletariado*, em seu setor urbano, teria como interesses diretos a expansão e a diversificação do parque industrial brasileiro. De outro lado, no setor rural, assinalavam os ibespianos que o “trabalhador rural, ou mais especificamente, o *campesinato*, precisa, imperiosa e urgentemente, da racionalização de nosso sistema agrário, em termos de elevação da produtividade rural e da abolição dos processos e do regime semicoloniais de produção” (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1979, p. 241).⁷⁹ Ou seja, na visão dos autores, os interesses da “classe proletária” se orientariam, “de modo geral, segundo duas linhas: a do aumento da produtividade e da produção e da melhoria das condições de vida e das oportunidades de acesso aos níveis superiores da sociedade” (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1979, p. 241).

Uma “comunidade de interesses” uniria o proletariado ao setor industrial da burguesia, sendo indispensável para ambos uma aliança para alavancar o desenvolvimento, pois, tal como esse setor burguês (dentro das circunstâncias de solidariedade nacional que o momento exigia), o proletariado não teria autonomia e representatividade suficiente para encampar autonomamente um projeto:

A falta de representatividade das ideologias operárias correntes no Brasil se revela, como ocorre com a ideologia burguesa corrente, pelo fato de o proletariado ser conduzido ao culto personalista de chefes carismáticos – em vez de à compreensão dos interesses da classe e à sua defesa organizada – e ainda pelo fato de mobilizar os trabalhadores contra a produtividade e no sentido de um assistencialismo paternalista. (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1979, p. 242).

⁷⁹ Além da divisão entre proletariado “urbano” e “rural”, aparentemente há uma confusão conceitual (ou identificação) entre proletariado rural e campesinato.

Não se trataria assim de implementar “programas utópicos”, mas de esclarecer os trabalhadores a respeito de seus “verdadeiros interesses”, isto é, o socialismo não seria uma bandeira adequada ao momento histórico; o desenvolvimento, obviamente entendido como desenvolvimento capitalista, sim seria imperativo.

A *classe média*⁸⁰ tenderia a reivindicar “facilidades de consumo” e persistiria no “parasitismo burocrático”, engalfinhando-se na disputa de empregos públicos; consideraria os problemas sociais e econômicos em termos idealistas e moralistas, beneficiando com suas posições a *burguesia mercantil* e as *oligarquias* que se apoiariam “na opinião pública pequeno-burguesa e nas Forças Armadas, para prolongar, em seu benefício, o subdesenvolvimento e o semicolonialismo”; por outro lado, caberia “aos quadros técnicos e administrativos e aos intelectuais da classe média a tarefa de desmascarar essa mistificação” (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1979, p. 242-3). Promover a superação do subdesenvolvimento e da política de clientela seria tarefa – dentre essa classe média – para uma parcela ilustrada, de formação técnica ou intelectual e desvinculada do parasitismo de interesses.

Nesse quadro, a relação de auxílio econômico-social do Estado para com a classe média era vista como clientelismo e cartorialismo; para com o proletariado, como assistencialismo e paternalismo; já o auxílio à burguesia industrial seria uma questão econômico-política estratégica.

⁸⁰ Não identificamos nos textos uma definição rigorosa dos setores sociais médios, por vezes, classe média e pequena-burguesia confundem-se.

Ao analisar a configuração das classes, o projeto ibespiano identificava um hiato: “[...] estabeleceu-se um descompasso entre a nossa vida civil, cada vez mais impulsionada, sob a liderança da burguesia industrial, no sentido do desenvolvimento, e nossa vida política, que permaneceu sob o controle das velhas elites dirigentes” (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1979, p. 221). Desse modo:

A revolução política de que necessitava e continua necessitando o país, e para a qual havia e há cada vez mais condições favorecedoras e até determinantes, era e é uma revolução orientada para o desenvolvimento econômico-social, tendo por objetivo imprimir ao Estado a funcionalidade e a eficácia de que carece e ajustar o processo político ao econômico-social. Tratava-se e continua a se tratar de liquidar o poder político dos remanescentes da oligarquia rural, de acabar com a política de clientela e de estabelecer uma política ideológica que ajuste a organização, o funcionamento e a orientação do Estado aos imperativos do desenvolvimento e às novas forças econômico-sociais do país. (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1979, p. 237).

A reorganização funcional passaria pela atuação de um setor da sociedade civil profundamente atento às necessidades do Estado: *a intelligentzia*.

Se tal crise [a “crise brasileira”] vier a persistir sem solução, no que se refere à reforma do Estado e à modificação do processo político-social, a solução se imporá, de qualquer modo, no sentido de um reequilíbrio entre o Estado e a sociedade civil.

[...]

A principal dessas condições [para a reforma do Estado] é a intervenção, no processo político-social brasileiro, de *uma vanguarda esclarecida e eficaz, apta a despertar, nas novas forças dirigentes de nosso processo econômico-social, a consciência de seus interesses e das possibilidades de serem eles atendidos em termos convenientes para toda a comunidade*. (INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA, 1979, p. 237, grifos nossos).

Caberia à *intelligentzia* – como “vanguarda esclarecida” e ator social privilegiado em termos de consciência – propor alternativas, pensar a reforma do Estado, esclarecer e sintetizar interesses, em suma, elaborar um projeto que unisse – reorganizando – sociedade civil e Estado, a partir desse como instância proeminente da transformação. Tal papel de vanguarda, ao que parece, era reivindicado pelo próprio IBESP.

Segundo um analista, o IBESP evoluiu “de um mero grupo de estudos para um grupo intelectual com projeto político próprio” (SCHWARTZMAN, 1979, p. 4) e contribuiu originalmente para a sedimentação de várias idéias-força que marcariam indelevelmente o ambiente político e intelectual brasileiro:

[...] o IBESP foi responsável por uma série de ingredientes que teriam uma presença duradoura no ambiente político brasileiro: o desenvolvimento de uma ideologia nacionalista que se pretendia de esquerda, em contraposição aos nacionalismos conservadores do pré-guerra; a difusão das idéias de uma ‘terceira-posição’ tanto em relação aos dois blocos liderados pelos Estados Unidos e União Soviética quanto em relação aos pensamentos marxista e liberal clássico; uma visão interessada a respeito do que ocorria nos novos países da África e Ásia; a introdução do pensamento existencialista entre a intelectualidade brasileira; e, acima de tudo, uma visão muito particular e ambiciosa do papel da ideologia e dos intelectuais na condução do futuro político do país. (SCHWARTZMAN, 1979, p. 5-6).⁸¹

E sua originalidade radical estaria na forma de atuação intelectual:

O que dá ao IBESP sua característica inovadora na história do pensamento político brasileiro é que, pela primeira vez, um grupo intelectual se propõe a assumir uma liderança política nacional por seus próprios meios. Neste sentido, o IBESP é radicalmente novo. Ele se diferencia dos pensadores políticos do passado que acreditavam que seriam suas idéias, se corretamente aplicadas – fossem elas liberais, católicas ou conservadoras –, que iriam transformar a sociedade. E se diferencia, também, dos pensadores de influência marxista, que se alinhavam, física e intelectualmente, com um setor da sociedade que, acreditavam, viria um dia a liderá-la, ou seja, a classe operária. Para os primeiros, as idéias políticas fariam tudo; para os segundos, elas podiam pouco. Para o IBESP, eram os intelectuais, mais do que suas idéias ou partidos, que poderiam, um dia, tomar o destino do país em suas mãos. (SCHWARTZMAN, 1979, p. 4).

Mesmo conhecido como a ante-sala do ISEB, o IBESP não é o passado necessário do ISEB, talvez mesmo o ISEB não seja a realização ‘natural’ do intento ibespiano: apesar dos componentes, das influências e das análises que perduraram, o Grupo de Itatiaia e o IBESP têm uma história própria, abordagens diferenciadas e, sobretudo, uma inserção original no contexto brasileiro. Na ‘transição’ para o ISEB permaneceram nomes como Helio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Roland Corbisier, Ignácio Rangel, Cândido Mendes de Almeida,

⁸¹ Cabe esclarecer – em contraponto a Schwartzman – que a introdução do pensamento existencialista tem no IBESP um precursor somente no sentido de sua aplicação à interpretação da sociedade brasileira.

Guerreiro Ramos, etc., e manteve-se a influência da análise econômica da CEPAL, da aplicação do existencialismo à realidade social, a posição de engajamento... Todavia, a forma como se organizava e as funções às quais aspirava mudaram.

O IBESP procurou congregar intelectuais e constituir-se como uma *intelligentzia*, acentuando a posição mannheimiana da intersticialidade, da flutuação social dessa camada socialmente ‘desvinculada’ – embora não ausente das relações de classe (cf. MANNHEIM, 1972; 1974) –, funcionando menos como um ator político de posição determinada e mais como ator ‘ilustrado’, de posições caleidoscópicas num amplo leque de análise, procurando elaborar sínteses e, concomitantemente, identificar faces da mesma questão e relacionar os interesses das classes aos projetos possíveis. Em suma, o IBESP não se notabilizou como ‘partido’ político dos intelectuais e sim como pretensa ‘consciência social’ teórica dos dilemas do país.

No período na Assessoria de Vargas, Grupo de Itatiaia e IBESP, Guerreiro Ramos começou a envolver-se com outros temas que lhe seriam caros daí em diante, tais como: a condição do negro e o preconceito, o pensamento social e a sociologia no Brasil, aspectos políticos e econômicos – e não tanto administrativos – da estrutura social, etc. Alargaram-se e aprofundaram-se seus temas e análises, emergiu uma preocupação com a estrutura social, sua dinâmica e seus vários aspectos, tendo realce as formas de organização política e tomada de decisões – provavelmente fruto da proximidade com o exercício do poder. Nesse sentido, sob os imperativos da efetividade e pragmatismo no exercício do poder, Guerreiro Ramos participou da confecção de uma interpretação diagnóstica da

sociedade brasileira, problemas e eventuais possibilidades de superação. Esse projeto, exposto basicamente nos *Cadernos de Nosso Tempo*, prescreveu boa parte da agenda política-intelectual e fixou marcos para a interpretação teórica – mormente em chave nacionalista – daquele período em diante. A busca de uma visão totalizante e descompromissada – nos termos de uma desvinculação em relação aos interesses imediatos de classes sociais – levou os artífices do projeto, e Guerreiro Ramos em particular, à tentativa de se qualificarem no papel de uma *intelligentzia*, ainda muito próxima do Estado, mas agora também em busca de lastros na sociedade civil, da qual ela ainda duvidava da aptidão política e organizativa, mas menos da efetividade.

4. ISEB: fábrica de controvérsias

Em 1955, é fundado o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), Guerreiro Ramos – um dos fundadores e Diretor do Departamento de Sociologia – integra-o até 1958, quando rompe com Helio Jaguaribe e deixa o instituto. Durante sua estadia, o sociólogo promoveu cursos regulares e proferiu várias conferências, produzindo também significativa parte de sua obra, principalmente: *Condições sociais do poder nacional* (1957), *Ideologias e segurança nacional* (1957), *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1957) e *A redução sociológica* (1958).⁸²

⁸² *Condições sociais do poder nacional e Ideologias e segurança nacional* seriam incluídas – logo após – em *O problema nacional do Brasil* (publicado em 1960); quase todo o livro é composto de artigos e conferências de quando o autor integrava o ISEB, desse modo (e pela temática e abordagem), o livro talvez seja o mais ‘isebiano’ do autor – embora publicado posteriormente à sua estadia. A análise dessa produção será efetuada adiante (no cap. III), nesta seção nos limitaremos a enfocar a produção sobre o ISEB e utilizá-la – cotejada e complementada com

O ISEB nasceu e morreu em circunstâncias curiosas, em momentos confusos, por meio de decretos assinados por figuras inexpressivas da política brasileira exercendo provisoriamente o poder: foi criado em 1955, por um decreto do Governo interino de Café Filho, e extinto em 13 abril de 1964, por decreto de Ranieri Mazzili (Presidente provisório).⁸³

No início, o instituto congregava em seus conselhos Curador e Consultivo uma enorme gama de personalidades, das mais variadas tonalidades ideológicas: Anísio Teixeira, Roberto Campos, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Miguel Reale, Horácio Lafer, Pedro Calmon, Augusto Frederico Schmidt, Sérgio Milliet, Paulo Duarte, Heitor Villalobos, Fernando de Azevedo, San Tiago Dantas, etc. Tinha como diretor Roland Corbisier e como responsáveis pelos departamentos Álvaro Vieira Pinto (Filosofia), Cândido Mendes (História), Ewaldo Correia Lima (Economia), Helio Jaguaribe (Ciência Política) e Alberto Guerreiro Ramos (Sociologia); esses, juntamente com Nelson Werneck Sodré – remanescentes do IBESP – influenciariam os rumos do instituto.

Ao longo da existência do ISEB, mudanças de personalidades e de posicionamento político, tom das análises e tonalidades ideológicas, levaram os

outras fontes – como base contextual (limitada) para o entendimento da trajetória do autor estudado.

⁸³ Há indícios de que Vargas (animador da CEPAL, do Grupo de Itatiaia e IBESP), por meio do Ministro da Educação (Antonio Balbino) e de seu Chefe de Gabinete (Gilberto Amado), criaria o instituto se seu governo não fosse bruscamente interrompido – seria então um projeto em andamento, daí sua criação no governo seguinte (JAGUARIBE, 1979d, p. 95). Há, entretanto, motivos que indicam nova disposição para o empreendimento. Ainda que vigorem alusões do ISEB com a Escola Superior de Guerra, o Colégio de México e a pretensão a Collège de France, Alberto Torres já havia idealizado a criação de um instituto para estudar a realidade brasileira e também uma Universidade Brasileira (no Rio de Janeiro, capital da República), congregando as faculdades de ensino superior, *um instituto de estudos dos problemas nacionais* e órgãos de classe (advogados, engenheiros, etc.). O ISEB, fundado em 1955, no governo Café Filho, pelo Ministro da Educação Cândido Mota Filho, admirador e autor de livro sobre Alberto Torres (*Alberto Torres e o tema de nossa geração*, 1931), de certo modo propiciou a realização da idéia (IGLESIAS, 1982a, p. 27).

comentaristas a distinguir possíveis “fases” em sua trajetória. Daniel Pécaut (1990, p. 112-3) identifica três etapas: 1) do início (1955) até crise gerada em torno do livro de Helio Jaguaribe e, logo a seguir, o afastamento de Guerreiro Ramos, 1958; 2) desse acontecimento até as desavenças na disputa eleitoral presidencial entre Jânio Quadros e Mal. Lott, (1960); e 3) da configuração esquerdista até 1964 (o fechamento). Já Caio Navarro de Toledo (1982, p. 186-9), define também três etapas (sem detalhar datas), limita-as do seguinte modo: 1) início de posições ideológicas ecléticas e conflitantes; 2) período da ideologia nacional-desenvolvimentista, 3) defesa das Reformas de Base. Octávio Ianni (1985, grifos do autor) identifica sumariamente duas fases: uma primeira na qual teria maior ascendência o modelo de desenvolvimento capitalista “*neobismarckiano, nacional-desenvolvimentista* ou do *nacionalismo-desenvolvimentista*” (1955-1958) e uma segunda fase – mais “heterogênea” ou mesmo “contraditória” – na qual predominou o modelo de “*capitalismo nacional*” (1958-1964). Helio Jaguaribe (1979d, p. 96-7; 2005) percebe três fases: 1) do início até a crise de 1958, na qual o instituto tinha vocação “teorizante” e “problematizante”; 2) de 1959 até 1960 (sob a direção de Roland Corbisier), de caráter predominantemente “militante”; e 3) de 1959 até 1964, eminentemente militante, de radicalização na direção de um “socialismo populista”. Jorge Miglioli (2005, p. 63), provavelmente considerando as mudanças de personagens, problemas e atitudes políticas e intelectuais, define duas fases: 1) do início até 1958 e 2) daí até 1964.

Nesses breves nove anos, vários conflitos – choques de personalidades, de análises, posicionamentos políticos (inclusive eleitorais), etc. – agitaram o

ISEB: o estreitamento do grupo de participantes, as disputas internas, o controverso apoio à candidatura presidencial do Mal. Lott, a polêmica em torno do livro de Helio Jaguaribe (*Nacionalismo na atualidade brasileira*, 1958), as críticas de Guerreiro Ramos a Jaguaribe e a Álvaro Vieira Pinto,⁸⁴ a pressão da UNE no sentido de um alinhamento ideológico, o boicote orçamentário,⁸⁵ as diferenças entre o nacionalismo dos antigos isebianos e o esquerdismo dos novos, entre outros.

Não obstante, os conflitos não se limitam à convivência interna, os analistas e comentaristas que se debruçaram sobre o ISEB travaram (e travam) severas batalhas; de fábrica de ideologias, órgão oficial (ou oficioso) de Governo

⁸⁴ Quando da publicação do referido livro de Jaguaribe, Guerreiro Ramos teceu críticas ao “entreguismo”, “oportunismo” e às ligações daquele como o grande capital; numa dessas críticas, publicada – segundo cremos – sob o pseudônimo de X. X. X., na *Revista Brasiliense*, afirma: “O Sr. Jaguaribe também conclama a burguesia brasileira a promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil, assumindo a liderança das classes sociais. Mas para isso, seria necessário que houvesse uma burguesia brasileira, no sentido sociológico da palavra, consciente, unida e independente, a ‘classe para si’, como dizia Marx. Ora, é sabido que isso infelizmente não acontece ainda entre nós. Se tomarmos o conceito de burguesia, no sentido estritamente econômico, como composto de industriais e comerciantes, principalmente, ninguém desconhece que a indústria brasileira está minada por indústrias estrangeiras, de países imperialistas, que visam nos manter sob o domínio colonial, ou de subdesenvolvimento. Além das indústrias, em outros setores de atividades existem interesses estrangeiros entre nós como veremos adiante. E os representantes destes interesses estrangeiros, quando não dominam, influem no Parlamento, na Imprensa, nas Entidades de Classe [...] A função do nacionalismo brasileiro, na etapa histórica atual, consiste em dar consciência à burguesia, em uni-la, em libertá-la dos liames e da influência estrangeira” (X.X.X., 1959, p. 40). Segundo Nelson Werneck Sodré (1978a; 1992) haveria também elementos de luta pelo poder na instituição e questões pessoais na disputa; Helio Jaguaribe (1979d, p. 96; 2005), parte na questão, argumenta que Guerreiro Ramos queria tomar o controle do instituto e transformá-lo em instrumento de “militante proselitismo”; já Guerreiro Ramos não deixou exposição pública dos motivos do ocorrido. Em decorrência da crise, ambos deixaram o ISEB. Já a crítica às elaborações de Álvaro Vieira Pinto, veremos adiante, estão em “A filosofia do guerreiro sem senso de humor” (RAMOS, 1963, p. 193-216) – nesse período Guerreiro Ramos, ao contrário de Vieira Pinto, já não era mais membro do ISEB.

⁸⁵ Quando da preparação do Orçamento da União para 1961 (em 1960), ainda no Governo JK, a rubrica “ISEB” teria sido excluída do orçamento do Ministério da Educação, segundo Nelson Werneck Sodré (1992, p. 194), pelo deputado Tarso Dutra, deixando o instituto na penúria financeira.

(JK) a bastião da esquerda nacionalista e revolucionária, muito foi dito a respeito dele.⁸⁶

Em livro pioneiro e já notório sobre o assunto, Caio Navarro de TOLEDO (1982) desconstrói ideologicamente o discurso do que chamou “fábrica de ideologias”. Em sua visão, a produção isebiana, além da falta de rigor teórico, confundiria ciência e ideologia, e esposaria uma posição não-democrática, na qual o elitismo e tecnocracia da *intelligentzia*, pretendendo tutelar as classes dominadas, hipotecariam apoio a uma suposta burguesia nacional,⁸⁷ levando a um equivocado projeto de desenvolvimento, que não seria equivalente – como criam os isebianos – à autonomia e liberação nacionais; seria ainda a ideologia isebiana de inspiração intelectualista e de classe média. Mais tarde, o mesmo autor caracterizará o instituto como “aparelho ideológico de Estado”, embora não na acepção althusseriana (TOLEDO, 1986) e, analisando-lhe a influência marxista, localizará um “marxismo indigenista” nas formulações dos autores (TOLEDO, 1998). Em texto recente (“ISEB: ideologia e política na conjuntura do Golpe de 1964”), ao ocupar-se mais do ‘último ISEB’ (1959-1964) e opô-lo ao IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), o autor salienta que, apesar dos equívocos políticos e ideológicos, o ISEB “deve ser lembrado como uma

⁸⁶ A maioria dos autores – advertimos – embora não deixe claro, debruça-se sobre o ISEB em seu ‘momento nacional-desenvolvimentista’ (entre 1955 e 1958) e extrapola o diagnóstico para todo o período. Parece-nos ainda controversa a questão de se referir a uma ‘ideologia isebiana’, ou mesmo um ‘pensamento isebiano’: a pluralidade de autores e as diferenças teóricas entre eles (muitas vezes relegadas ao mesmo ‘saco de gatos’) e os diferentes momentos do instituto desafiam análises que, eventualmente, não respeitem tais matizes. Para um posicionamento a respeito, ver Dante Moreira Leite (1969, p. 319): “[...] embora seja até certo ponto incorreto falar numa ideologia do ISEB – pois alguns cientistas que com ele colaboraram nem sempre aceitaram os mesmos esquemas de pensamento – parece possível delimitar os seus objetivos básicos”; já para Jorge Miglioli (2005, p. 64), “O ISEB não seguia uma linhagem teórica única”.

⁸⁷ Conceito não consistente, segundo Toledo, pois também não haveria da parte dos isebianos uma teoria rigorosa das classes sociais. Já Virgílio Roma de Oliveira Filho (1999) localiza na produção de alguns isebianos (Helio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré) uma coerente e plausível análise das classes sociais, bem como uma conseqüente posição política progressista que daria conta dos desafios do momento histórico.

instituição cujos intelectuais se comprometeram com a defesa de causas progressistas e de caráter democrático” (TOLEDO, 2005, p. 162-3).

Ao radicalizar certo posicionamento presente em Toledo, Maria Sylvia de Carvalho Franco (CHAUÍ e FRANCO, 1985, p. 153-4), em tom bem menos prudente (e um tanto genérico), avalia que os isebianos teriam sustentado a “consciência burguesa em sua autojustificação”, a saber:

[...] a razão instrumental em suas variantes de técnica, de ciência social, política científica; a visão da história como movimento natural percorrendo o caminho que necessariamente leva à epifania e uma classe salvadora; a instalação de um todo harmonioso unificado pelo bem comum e equitativamente atravessado pelo progresso e pela justiça (FRANCO, 1985, p. 154).

O que produziria “miragens” cristalizadas no jargão científico ou filosófico e que travestiria...

[...] o senso comum em conhecimento, usando simples definições indemonstradas, postulando o iluminismo de uma classe e concebendo sua antropomorfização, com o autoritarismo disfarçado em revolução social, com as projeções soterológicas apelando para o obscuro sentimento das massas e para o misterioso sentido do destino. (FRANCO, 1985, p. 154).

Desconfiado do caráter oficial e instrumental atribuído ao ISEB, Renato Ortiz (1994, p. 46) traz ao debate um componente problematizador das análises anteriores: o contexto social. Ao referir-se a Caio Navarro de Toledo, argumenta que, na análise desse, permaneceria “um descompasso entre a realidade e a crítica, uma vez que os conceitos são articulados ao nível político e a crítica é sobretudo de caráter filosófico”. Afirma, então, que a atualidade do pensamento do ISEB estaria justamente no fato de não se constituir numa “fábrica de ideologia” do governo Kubitschek, pois se o Estado desenvolvimentista “procurou uma legitimação ideológica junto a um determinado grupo de intelectuais, não é menos verdade que os avatares desta ideologia caminharam em um sentido oposto ao do Estado brasileiro”. Já ao se referir a Maria Sylvia de

Carvalho Franco, discorda da alegação de que os escritos isebianos sejam um “coquetel filosófico”, “uma distorção do idealismo”, “um arranjo indigenista do marxismo” e muito menos uma “leitura sem rigor”, uma vez que, desse modo, “seria difícil, dentro dessa perspectiva, entender o porquê da hegemonia de um pensamento que se difunde praticamente em toda a esquerda brasileira”, logo, se o período Kubitschek seria um “tempo de ilusões” [expressão de M. S. de C. Franco], também seria necessário descobrir a que realidade essas ilusões corresponderiam (ORTIZ, 1994, p. 49).

Bolívar Lamounier (1978, p. 154) também questiona a envergadura das análises que não se deteriam no contexto e, mais ainda, promoveriam certa inversão ideológica ao partir de um “simplismo”: tudo o que se referisse à categoria “nação” seria ideologia, o que dissesse respeito às classes seria a verdade – a crítica da ideologia. Elaborar-se-ia assim “um dicionário, ou uma errata”, simplesmente substituindo os termos “povo”, “nação”, “desenvolvimento nacional”, por “burguesia, ou mistificação burguesa, ou pequeno-burguesa”. O autor também esboça sua própria – e original – crítica: “o ISEB jamais elaborou uma teoria satisfatória da organização e da representação política.⁸⁸ A contrapartida do nacional-desenvolvimentismo no terreno propriamente político parece ter sido um populismo ou plebiscitarismo implícito” (LAMOUNIER, 1978, p. 156). Ainda, invertendo determinadas posições, localiza virtudes isebianas e posições ideologizantes dos críticos, que veriam um “obscurcimento ideológico dos problemas de organização política autônoma da classe operária” no que seria – nos trabalhos do ISEB – “um diagnóstico substantivo” que

⁸⁸ Mais tarde, Daniel Pécaut (1990, p. 188) retornaria à indagação – e estendendo-a a toda intelectualidade nacionalista – ao notar a inexistência, no período, de textos que discutissem as formas de representação e de delegação de poderes.

identificaria a superorganização dos setores conservadores, “antinacionais” (a burguesia agrário-mercantil, a classe média parasitária etc.), os quais controlariam o Congresso Nacional e outros pontos estratégicos na estrutura de poder. Os isebianos, assim, teriam inserido uma problemática da organização dos débeis setores “progressistas” e afirmado o imperativo de uma ampla aliança entre esses setores e o Poder Executivo. O uso do conceito de “obscurcimento” pelos críticos do ISEB estaria associado “a certa incapacidade de compreender que o mundo real da política impõe alianças e barganhas, explícitas ou tácitas, as quais sempre se refletem na linguagem teórica”, e tal equívoco teria levado esses críticos a diagnosticar como ilegítima a atuação do ISEB, quando este propunha encontrar e definir um terreno de aliança política (LAMOUNIER, 1978, p. 157-8).

Em contrapartida às críticas de Bolívar Lamounier quanto às deficiências na construção de uma análise das instituições e da representação, e às de Caio Navarro de Toledo quanto à análise das classes, Vanilda Paiva (1986, p. 155) estabelece conexões entre as elaborações filosóficas do ISEB, a análise das classes sociais e uma estratégia política “lúcida” em relação ao arcabouço institucional.⁸⁹ Para ela, os isebianos teriam proposto a tarefa de “iluminar o caminho” da burguesia industrial nacional, apontando-lhe seus verdadeiros interesses e formulando as estratégias necessárias à conquista da hegemonia política, e não somente à transição da “consciência ingênua” à “consciência crítica” por parte dessa burguesia industrial:

A estratégia de tal conquista passava pelos caminhos da democracia parlamentar, supondo uma conquista política através do voto: seu

⁸⁹ Ressalte-se que a autora detém-se primordialmente numa ‘fase’ inicial do ISEB, aproximadamente até 1958, quando predominam os “isebianos históricos” (PAIVA, 1986).

fundamento era uma frente nacional pelo desenvolvimento formada por diversas classes que se reconciliavam exatamente através da aquisição da ‘consciência crítica’ que as permitiria entender a realidade, captar suas exigências, seus limites ‘faseológicos’, aceitar e promover a mudança comandada pela razão e pela prática do diálogo permitido e estimulados pelas práticas políticas características da liberal-democracia. (PAIVA, 1986, p. 155).

Aflui – e daí o acréscimo de um novo elemento às análises – a importância da educação como instrumento transformador; se “publicações, cursos seminários, poderiam ser os instrumentos para atingir as classes dominantes e a classe média”, outros instrumentos seriam igualmente perseguidos para atingir as massas, já que a “educação destas era de grande importância dentro da estratégia isebiana, porque seu voto era essencial para a realização de suas propostas política e econômico-social”, daí a ênfase na conscientização e organização ideológica dessas massas (PAIVA, 1986, p. 137-8).⁹⁰

De modo peculiar, Jorge Miglioli (2005, p. 69) toca num tema pouco cuidado: “Nenhum professor do ISEB se interessou em defender a idéia de um Estado democrático nesse processo [“de transformação econômica, social e política da sociedade brasileira”]. A democracia foi um tema quase ausente no período, não só entre os isebianos.”⁹¹

Por seu turno, Octávio Ianni (1985) identifica no modelo de desenvolvimento capitalista isebiano – da fase inicial, a saber, de “ideologia do desenvolvimentismo” –, calcado principalmente no pensamento de Helio Jaguaribe, as seguintes características: 1) uma compreensão dualista da sociedade brasileira; 2) a proposta de um “Estado funcional” para o desenvolvimento; 3) a direção de tal Estado, conforme uma ideologia do desenvolvimento, pelas “elites

⁹⁰ Em sentido contrário, Vale (2006) critica os isebianos pelo desdém com relação à educação.

⁹¹ Uma possível exceção é a preocupação com esse debate por parte do PCB, na *Declaração de Março de 1958* (KONDER, 1980; SEGATTO, 1981, 1995, 2003).

esclarecidas e deliberantes” (mormente empresários industriais e intelectuais); 4) omissão do papel das classes sociais, salvo o que corresponderia à burguesia empresarial ou industrial; e 5) a necessidade de um Estado autoritário para a realização do projeto. Ou seja, uma forma de modernização conservadora para o avanço do ciclo da revolução burguesa no Brasil.

À procura da resposta às análises que pecavam pelas deficiências contextuais, Luiz Carlos de Oliveira Marinho (1986, p. 165) estuda o ISEB no seu “contexto histórico”, isto é, analisando os governos de Vargas (1951-1954), de Kubitschek, Jânio e Jango; conclui que “o ISEB, apesar de sustentado pelo Estado, não permaneceu encastelado em si mesmo”, nunca teria sido uma “usina” ideológica instalada no centro do poder e manipuladora, teria sim uma “postura ideológica” que seria “permeável às manifestações não só do Estado, mas de qualquer grupo politicamente ativo no interior da sociedade brasileira”, permeabilidade que possibilitaria “rever e mudar o perfil dos próprios alinhamentos políticos em função dos novos rumos tomados pelo Brasil”.⁹²

De outro lado, eximindo os isebianos da condição de conselheiros de Juscelino Kubitschek, mais pela elevada estatura do governante que pela influência daqueles intelectuais, Maria Victória de Mesquita Benevides (1976, p. 241), em estudo sobre o Governo JK, reduz o ISEB a “outro recurso habilmente usado pelo Executivo para a propaganda do desenvolvimento e, principalmente, para o fortalecimento do Estado”. Todavia, para Alzira Alves de Abreu (2005, p. 103-4), o isebiano, considerado um “intelectual de transição”, não seria mais o ‘bacharel’, o ‘idealista’ de valores humanistas e literários, nem ainda o detentor

⁹² Uma outra tentativa - focada na conduta dos intelectuais - de apreender o ISEB na “perspectiva de seu tempo” foi feita por Alessandro Eugenio Pereira (2003).

de um ‘saber técnico’, justamente por isso os isebianos não teriam sido intelectuais influentes num Governo (JK) orientado para o desenvolvimentismo e não necessariamente para o nacionalismo.

Já Daniel Pécaut (1990, p. 110) tenta elucidar a relação ISEB-Estado sem, entretanto, negligenciar que, tendo momentos diferentes, conseqüentemente dever-se-ia diferenciar os posicionamentos políticos nas várias ‘fases’ do instituto e suas nuances. “O primeiro ISEB prolongou a tradição de 1930. O intelectual fala a partir da posição do poder, enquanto intérprete da modernização. Nesse papel, aproxima-se de outras elites modernizadoras, militares, tecnocratas, etc.” (PÉCAUT, 1990, p. 38). Todavia, ao final, alinhar-se-ia à esquerda. Reconstruindo o contexto, Pécaut apela à memória dos críticos para lembrar que a ideologia nacional que os isebianos propunham estaria em consonância com o nacionalismo largamente difundido na opinião pública, que tais posições estariam presas às cisões que dividiriam tanto as elites como as classes médias brasileiras e, por fim, que os isebianos teriam se engajado à esquerda à medida que se acentuariam as tensões políticas, e estariam indiscutivelmente ao lado das forças progressistas, sendo assim percebidos tanto por seus aliados quanto por seus adversários. “Durante o governo Goulart, os isebianos alinharam-se ao lado das outras organizações que, desde o PCB até a Ação Popular, lutavam pelas reformas de base. Esquecer esses dados, como fazem com frequência os críticos de 1980, leva a desvalorizar o alcance dos temas da ruptura e da racionalidade” (PÉCAUT, 1990, p. 124).

Sobre o mesmo panorama histórico, Alfredo Bosi (1980, p. IV) vislumbra um outro ISEB, caracterizado como “arremedo de resistência” à

integração Brasil-Imperialismo e difusor de uma “ideologia conciliante e ineficaz”, que tenderia “a imitar, a curto prazo, os males que a fizeram nascer, males do gigantismo industrial e burocrático”. Em contrário, Helio Jaguaribe (1979d, p. 109) assevera o fato do ISEB ter sido uma “*intelligentzia* contestatária do Brasil primário-exportador e representativo de uma coligação de setores progressistas, orientados para o desenvolvimento econômico-social e a afirmação autonomizante do nacionalismo”.

Ao reivindicar a herança isebiana, Luiz Carlos Bresser-Pereira (2004) não deixa de apontar que o ISEB superestimou a capacidade do setor moderno da economia em absorver mão-de-obra do setor marginalizado, não deu a devida importância à elevação do nível de vida e capacidade empresarial dos setores marginalizados ou excluídos do desenvolvimento, subestimou as táticas do imperialismo para impor políticas econômicas aproveitando-se da fragilidade dos países endividados externamente e da falta de consciência nacional de suas elites, e, finalmente, não se deu conta de que não bastaria acumular capital e agregar progresso técnico, seria preciso que o país se mantivesse solvente financeiramente, crescendo com seus próprios recursos, pois o endividamento externo implicaria a alienação das elites e imobilização do Estado, agravando a dependência e inviabilizando o projeto nacional.⁹³

Por sua vez, Carlos Guilherme Mota (1980) ressalta o “nacionalismo ingênuo” e a produção ideológica (logo anticientífica) cujo teor teria servido às justificativas juscelinistas; tais considerações, todavia, serão alvo de veemente contestação de Nelson Werneck Sodré (1978b, p. 133), que a dirige também –

⁹³ O anacronismo da análise, funcionando como retrocesso justificador do momento ideológico no qual escreve, torna o autor um herdeiro incômodo para o ISEB.

porém de modo respeitoso – à análise de Caio Navarro de Toledo. Para Sodré, Mota – “o travesti impune” – representaria o “serviçal da reação”, mas apresentaria-se como adversário dela, conduta reconhecida pela farsa de apresentar-se sempre como inimigo e, todavia combater “não a reação e seus valores” e sim “a oposição à reação e os que a compõem e nela militam, com todas as dificuldades – dificuldades que correspondem, simetricamente, às facilidades com que o travesti desempenha as suas tarefas”. Também seria Mota, nas palavras de Sodré, representante do “rebotinho” universitário que se formou no pós-1964, que primaria pelo “carreirismo” e pela mútua proteção à sombra do poder, de que seria exemplar a “máfia docente” que teria se formado em São Paulo.

Por fim, Paulo Freyre identificou no ISEB um marco, uma nova forma de ver o Brasil, que teria invertido a tendência do intelectual brasileiro à fuga e ao alheamento da realidade brasileira.

O ISEB, que refletia o clima de desalienação política característico da fase de transição era a negação desta negação, exercida em nome da necessidade de pensar o Brasil como realidade própria, como problema principal, como projeto [...] Era identificar-se com o Brasil como Brasil. A força do pensamento do ISEB tem origem nesta identificação com a realidade nacional. (apud PAIVA, 1986, p. 83).

Sem dúvida o ISEB permanece um capítulo desafiador do pensamento social no Brasil, com o tempo – ao que parece – as paixões estão arrefecendo e as análises estão lucidamente aproximando-se de um entendimento mais amplo da questão, o que talvez proporcione uma revisão histórica que problematize os estigmas isebianos: arcar com um enorme ônus do passado, pagar uma imensa parcela das dívidas – não somente suas – do nacionalismo, desenvolvimentismo, aliança de classes, ilusão quanto a uma burguesia pretensamente comprometida com o nacionalismo, etc. As críticas ao ISEB, salvo algumas mais agudas, poderiam – em sua maioria e sem grandes contorcionismos nos argumentos – ser

dirigidas a grande parte das forças consideradas progressistas (e estendida mesmo à esquerda mais contestadora) no período. A crítica, em geral, elegeu o instituto como ‘bode expiatório’, porém, as trevas de 1964 caíram sobre todos e em muito sobre o ISEB, que se tornou vítima e culpado.⁹⁴

Segundo Schwartzman (1979, p. 6): “O ISEB foi, essencialmente, uma tentativa de levar à frente os ideais do IBESP. Daí sua marca e daí, em última análise, o seu fracasso”. Certamente o ISEB foi uma das formas (possíveis) de desenvolvimento – radicalizado – do projeto IBESP, talvez uma das mais pragmáticas; daí derivar seu fracasso, é uma outra história.

O ISEB⁹⁵ institucionalizou-se, alargou o espectro das análises, agregou novos temas e aventurou-se tanto no debate intelectual quanto na intervenção política e social, procurando uma maior inserção – seja atuando como interlocutor do Estado e de alguns governos (mormente o de Juscelino Kubitschek), seja ministrando cursos e comunicações (algumas realizadas em outros recantos do país) e influenciando intelectuais, estudantes, sindicalistas e outros componentes da sociedade civil, bem como militares. Como instituição de saber, atuou também como ator político, engajando-se diretamente nas questões e atracando-se na luta ideológica. Em sua proximidade com o Estado e convicção de seu privilégio de interpretação da realidade nacional, persistiam seus liames com a geração intelectual anterior e com o IBESP, entretanto, já não intenta organizar o Estado e

⁹⁴ O conteúdo valorativo e mesmo moral dos termos aqui utilizados é deliberado, já que em boa medida as análises sobre o instituto primam pelo juízo de valor – inevitável, porém não recomendável como condutor da análise – positivo ou negativo a respeito de sua atuação, a abundante adjetivação dos argumentos utilizados já fornece um indício desse procedimento.

⁹⁵ A referência ao ISEB como coletivo de intelectuais é aqui encaminhada no sentido de sintetizar posturas e formulações, senão gerais, ao menos predominantes, sem elidir o fato de que as produções individuais dos autores – e de Guerreiro Ramos em particular – se dão com razoável nível de diversidade.

construir a nação a partir deste ou diagnosticar de modo socialmente desvinculado as aspirações nacionais de alcance do moderno.

Ao indicar a existência de uma estrutura de classes e a emergência de decorrentes reivindicações, o ISEB avoca para si a posição de organizador dessa emergente sociedade civil, da qual se arvora em representante. Representação esta que (1) não passa pela delegação (ocasional) de poderes, mas pela interpretação dos interesses profundos ('objetivos') dos diversos grupos sociais e o equacionamento do interesse 'geral'; 2) funciona de modo a mediar a relação dessa sociedade civil (seus interesses e reivindicações) com o Estado; 3) elege o Estado – baseado na representação legítima de interesses – para efetivar o interesse 'geral'. Daí – em alusão aos críticos que ressaltam a omissão na reflexão sobre a representação política e seus mecanismos – fica claro que, embora houvesse reconhecimento por parte do ISEB da importância da representação, o primordial dessa representação não era o aspecto institucional: a 'verdadeira' representação se dava pela identificação (em ambos sentidos) dos anseios sociais e sua representação "ideológica".⁹⁶

Também a 'negligência' quanto à questão da democracia, se por um lado deriva da concepção do desenvolvimento capitalista como processo orgânico – amplo, coerente e socialmente articulado nos vários aspectos – que traria consigo os avanços sociais em termos de participação, renovação de mentalidades, cidadania etc., por outro, se tomada a democracia simplesmente em termos de permeabilidade à participação política e garantias mínimas de representação no Estado, tal 'negligência' pode ser creditada também ao modo de entender a

⁹⁶ O ISEB assessorou parlamentares – principalmente na Frente Parlamentar Nacionalista – na formulação de projetos e, ao menos dois dos seus participantes (Roland Corbisier e Guerreiro Ramos, então ex-integrante) foram deputados federais.

representação política, já que o acesso ao Estado estaria garantido pela ‘correta’ identificação do interesse geral. Esse interesse geral era o desenvolvimento, entendido como processo capitalista autônomo e nacional.

Ao identificar o interesse geral – que não é necessariamente comum às distintas classes sociais – o ISEB persistia no papel de *intelligentzia* (agora não no sentido mannheimiano) e procurava formular os termos da efetivação racional dos anseios sociais, a ideologia.⁹⁷ Tal *intelligentzia* já não se orientava por perscrutar os interesses das classes (e racionalizá-los), trazê-los à tona no xadrez político, mas identificar-lhes a legitimidade na composição de um projeto nacional. Já não se trata da empreitada ibespiana de estabelecer “um reequilíbrio entre o Estado e a sociedade civil” e sim de exercitar o comando da sociedade civil – e suas reivindicações frente ao Estado – na transformação da sociedade brasileira. As pretensões da *intelligentzia* (não mais de Estado ou mannheimiana e desvinculada) já se confundem com as da vanguarda civil e intelectual, representação ‘partidária’.

Entretanto, diagnosticados interesses antagônicos dentro da sociedade civil, tal formulação ideológica não poderia contemplar os diversos grupos (classes) e seus interesses, vez que alguns grupos não se mostravam solidários ao empreendimento e outros interesses eram necessariamente incompatíveis. Daí alguns dos dilemas do ISEB que podem dar pistas para o entendimento de sua trajetória: como conciliar o papel de *intelligentzia* com a opção deliberada por determinados grupos e interesses (com o papel de vanguarda)? Como organizar e mobilizar a sociedade civil sem se chocar com a atuação do Estado como ator

⁹⁷ Nota-se (pela influência de Mannheim) que o que se antagoniza aqui à ideologia não é a ciência, mas a utopia.

político central num contexto de mediação ideológica e não institucional? Como pensar a nação (e o nacional) como comunidade num contexto de afluência de interesses antagônicos? Como postular o desenvolvimento do capitalismo em termos nacionais e autônomos – e num contexto imperialista! – se os sujeitos sociais não se apresentavam obstinadamente para reivindicar a hegemonia do processo? Como implementar um projeto hegemônico a partir de uma direção postíça, vez que as tarefas seriam eminentemente burguesas? E, no limite, poderia uma *intelligentzia* – ainda que em sua pretensão de vanguarda – ser portadora de um projeto hegemônico?

Essa intelectualidade, em sua ânsia de universalidade, representava – no limite – interesses que advinham de determinada verticidade social.

A ausência de um “povo” caracteriza o passado brasileiro, no momento em que os intelectuais do ISEB escrevem, afirma-se a existência de uma sociedade civil que não possui ainda a devida expressão política. Ao se colocarem como representantes legítimos do “povo”, o que eles de fato estão procurando realizar é dar às classes médias um papel político que elas não possuíam até então. Neste sentido a proposta política só pode se reformista, nunca revolucionária. (ORTIZ, 1994, p. 64).

Ademais, poderiam as “classes médias” serem portadoras de um projeto social, ainda que reformista? Tal projeto, malgrado a heterogeneidade social desse grupo, poderia derivar de uma visão de mundo específica? Talvez a análise da trajetória – representativa – de Guerreiro Ramos possa fornecer elementos para a resposta.

Em sua passagem pela Assessoria de Vargas, Grupo de Itatiaia, IBESP e ISEB (na década de 1950), Guerreiro Ramos deu-se conta de que (e como) subjacentes às interpretações da sociedade brasileira agiam aguerridas forças e interesses expressos não somente teoricamente, mas, sobretudo, politicamente.

A política (e sua racionalidade própria) mostrava-se sempre presente nas questões, permeava todo o corpo social, transbordava para além dos marcos de contenção de uma luta entre razão e anti-razão; o Estado (e a administração) – então campeão da racionalidade – já lhe parecia mais uma arena que propriamente um combatente, uma arena a ser ocupada por agentes políticos temerários em domar o gigante e sujeitá-lo aos seus interesses. Situar-se e combater era um imperativo da práxis, afinal, a mudança, a modernização, o desenvolvimento, já não eram exclusivamente tarefas da elite política e da *intelligentzia*, pois afluíam grupos minimamente coesos na sociedade civil. Para Guerreiro, se os sujeitos desse processo ainda estariam se qualificando, quanto às armas, a principal delas ele já empunhara: a sociologia.

II - Às armas: a crítica conflagrada

“A sociologia é ciência por fazer.”

Guerreiro Ramos

No início dos anos 1950, a produção sociológica de Guerreiro Ramos adquiriu alguma maturidade, produziu nessa década uma série de livros, dentre os principais: *O processo da sociologia no Brasil* (1953), *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1954), *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1957), *A redução sociológica* (1958) e *O problema nacional do Brasil* (publicado em 1960, mas cujos textos foram todos produzidos na década de 1950).

Nesse período, também se envolveu em algumas polêmicas com Costa Pinto, Roger Bastide e Florestan Fernandes. Com Costa Pinto, sobre a questão do negro e o preconceito, havia certo ressentimento como combustível; com Roger Bastide, foi algo ‘amigável’, talvez o único pelo qual Guerreiro mantivesse certo respeito intelectual, tanto que – ademais o cuidado de Bastide na argumentação – não se dispôs a atacá-lo; já com Florestan Fernandes a contenda tomou proporções importantes, não tanto devido à notoriedade ou inflexão, e sim pelos termos e a agenda que puseram em questão terem marcado época e influenciado os rumos da sociologia no Brasil.

Todos esses empreendimentos no sentido de produzir material crítico e de debate convergiam com a atitude de Guerreiro Ramos de promover uma ampla revisão da produção sociológica brasileira. A sociologia, naquele momento de acerba transformação do país, era tida como principal instrumento de consciência social, e Guerreiro – interpretando o momento – empunha-a não só naquele

sentido, mas como instrumento de autoconsciência social e, logo, de autoconsciência e construção nacional.

A sociologia é então tomada – pelo autor – como arma primordial na luta pelo desenvolvimento do país, atuando em duplo *front*: instrumentalmente, na interpretação e formulação das questões nacionais e, reflexivamente, promovendo a depuração crítica necessária à sua instrumentalização. Destarte, para se qualificar como arma eficaz a sociologia deveria se destituir de seu caráter alienado e de seus instrumentos importados, sob pena de conceber equivocadamente a realidade que deveria transformar. Todavia, poderia ela resgatar-se, regenerar-se e reconstruir o país em novas bases?

Defrontou-se então o autor com a produção sociológica do seu tempo, promovendo aguda crítica e, simultaneamente, empreendendo um resgate das elaborações teóricas anteriores que, de seu ponto de vista, enfrentaram corajosamente o desafio de construir um conceitual apropriado à abordagem da sociedade brasileira. Nesse resgate, deparou-se com as origens da sociologia no Brasil, autores os quais reivindicou como predecessores e, também, um tema incômodo: o negro.

O negro trazia consigo uma importante questão social e histórica: o preconceito. Tal questão, irresoluta, ameaçava qualquer projeto de comunidade nacional, pois como construir a nação sem integrar plenamente (como cidadãos) uma grande parte da população? Não bastasse isso, a questão do preconceito, ao postular ‘o negro’ enquanto ‘objeto’, trazia intimamente para Guerreiro Ramos (como negro e sociólogo) um componente extremamente desagradável: como

sujeito do conhecimento via-se, concomitantemente, reduzido a um ‘objeto’ de estudo.

Não obstante os estatutos das ciências humanas e as pretensas imbricações teórico-metodológicas entre sujeito e objeto, punha-se para Guerreiro Ramos um dilema exasperante: a própria sociologia que o guindou a certa condição de classe, emprestando-lhe prestígio intelectual, agora, ameaçava postá-lo na passiva condição de ‘objeto’ de reflexão – inclusive alheia.

1. O ‘problema’ do negro e a sociologia do preconceito

Ao abordar a questão do negro no Brasil, Guerreiro Ramos não pôs de lado a crítica da metodologia, da importação equivocada de conceitos e da transplantação de idéias, conduziu suas investigações sem desvencilhar o tema das formas de tratamento dadas pela ciência social da época e sem seccionar o ‘objeto’ das abordagens feitas pelos sociólogos, já que, no seu entender, eram faces do mesmo problema, em certa medida, formas que convergiam e/ou dinâmicas que se reforçavam.

Em “O problema do negro na sociologia brasileira”,⁹⁸ afirma o autor que o negro teria sido estudado no Brasil “[...] a partir de categorias e valores induzidos predominantemente da realidade européia. E assim, do ponto de vista da atitude ou da ótica, os autores nacionais não se distinguem dos estrangeiros, no campo em apreço” (RAMOS, 1979, p. 39).

⁹⁸ Publicado inicialmente nos *Cadernos de Nosso Tempo* n° 2 (jan./jun. 1954). As citações aqui feitas referem-se ao texto dos *Cadernos...*, porém republicado na coletânea elaborada por Schwartzman (1979).

Haveria uma inadequação no uso de conceitos como “raça”, “aculturação” e “mudança social”, pois, suporiam um “quietismo” da sociedade brasileira, uma visão estática – logo conservadora – que desconsideraria as conseqüentes atualizações. O olhar dos antropólogos/sociólogos brasileiros estaria eivado de um estranhamento que reporia o objeto como algo exótico, à maneira dos estrangeiros verem o país e o tema.

Eis que o histórico das visões sobre o negro no Brasil teria – segundo Guerreiro Ramos – três correntes fundamentais:

1) a *corrente autonomista* do pensamento sociológico no Brasil, cujos estudos sobre o negro teriam sido inaugurados por Silvio Romero e continuados por Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna, e que, “mesmo errando ao focalizar o tema (‘raça’), soube vencer a tentação de tratar o negro no Brasil como um elemento exótico e petrificado” (RAMOS, 1979, p. 51);

2) a *corrente monográfica*, fundada por Nina Rodrigues e continuada por Arthur Ramos, Gilberto Freyre e os imitadores deste, ao contrário da primeira corrente, abordariam a questão de um ponto de vista estático, interessando-se pelo negro como “assunto”, pelo seu passado e a sobrevivência desse passado no presente;⁹⁹

3) uma *terceira corrente*, a mais antiga, que se configuraria predominantemente sob a forma de comportamentos que de escritos,¹⁰⁰ caracterizando-se “pelo

⁹⁹ Nessa corrente, que contaria com os escritores estrangeiros (Debret, Rugendas, Maria Graham, Koster, Kidder), inclui também, mesmo considerando as diferenças de método e técnica científicos, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Donald Pierson, Charles Wagley e Thales de Azevedo: “Todos o vêem [o negro] como algo estranho, exótico, problemático, como não-Brasil, ainda que alguns protestem o contrário” (RAMOS, 1979, p. 56). Tal posição de Guerreiro Ramos desafia as interpretações que vêem uma ruptura crítica no trato da ‘questão racial’ entre as análises dos ‘explicadores’ do Brasil (cujo modelo é Gilberto Freyre) e a ‘sociologia científica’ da segunda metade do séc. XX, principalmente a produzida na USP. Ver Mota (1980), Costa, E. (1999) e Arruda, M. (1995).

¹⁰⁰ Neste sentido – de considerar como pensamento social ou político elaborações antes exercidas que formuladas teoricamente, ao nível da *práxis* e não somente do *logos* – Guerreiro Ramos é precursor de trabalhos como o de Faoro (1994).

propósito antes de transformar a condição humana do negro na sociedade brasileira do que descrever ou interpretar os aspectos pitorescos e particularíssimos da situação da gente de cor” (RAMOS, 1979, p. 42).

[...] marcos desta evolução foram os trabalhos do africano Chico Rei que, em Minas Gerais, no princípio do século XVIII, organizou um movimento para alforriar negros escravos; *as confrarias, os fundos de emancipação, as caixas de empréstimo*, irmandades e juntas, instituições que recolhiam contribuições de homens de cor destinadas à compra de *cartas de alforria*; as insurreições de negros muçulmanos no Estado da Bahia; os chamados *quilombos* [...] o movimento abolicionista em que sobressaíram Luiz da Gama e José do Patrocínio, intelectuais negros, e outras iniciativas e associações como o Clube do Cupim em Recife, as Frentes Negras de São Paulo e da Bahia. (RAMOS, 1979, p. 65, grifos do autor).

Os teóricos mais próximos dessa posição seriam dois intelectuais brasileiros (brancos): Joaquim Nabuco e Álvaro Bomilcar.¹⁰¹

Na delimitação das correntes, é evidente a valorização positiva – por parte do autor – das interpretações que supõe considerar a especificidade da sociedade brasileira e o uso de um instrumental teórico adequado e, maior ainda, das que atribuem ao negro um papel ativo no processo de libertação, elevando-o à condição de sujeito social e político.¹⁰²

No transcorrer da análise – também – aflora uma característica de Guerreiro Ramos: sua crítica ácida e mordaz, que não poupava os adversários de ironias e de um humor cortante. Destilou seu veneno contra Luiz Costa Pinto,

¹⁰¹ Nabuco é lembrado principalmente por *O abolicionismo* (escrito em 1883) e sua formulação a respeito do “mandato da raça negra”, já Bomilcar pela organização de um movimento social e político que pretendia liquidar a discriminação contra o negro, e por sua obra *O preconceito de raça no Brasil* (1916), na qual defende a criação de uma sociologia brasileira para esclarecer cientificamente a questão. Álvaro Bomilcar (1874-1957) – cearense, formado em direito, militar e funcionário público, católico militante e próximo ao integralismo – foi um dos principais animadores da revista *Brazílea* (1917-1918 e 1931-1933); influenciado por Tobias Barreto, Silvio Romero, Farias Brito, Alberto Torres e Manoel Bomfim, professou certo nacionalismo – sobretudo antiportuguês, mas que chegou a resvalar pelo anti-semitismo – e promoveu uma severa crítica das elites brasileiras. Escreveu ainda *A política no Brasil ou o nacionalismo radical* (1920) e *A conquista no conceito moderno* (1926) – ver Oliveira, A. (2002).

¹⁰² Embora um tanto relegado, esse tipo de análise tem representantes recentes – malgrado as distintas abordagens – em Moura (1988) e Saes (1985).

Florestan Fernandes, Álvaro Vieira Pinto, Arthur Ramos etc.; tratando da questão do negro, fez uma de suas vítimas: Nina Rodrigues.

Nina Rodrigues é, no plano da ciência social, uma nulidade [...] Não há exemplo no seu tempo, de tanta basbaquice e ingenuidade. Sua apologia do branco nem maliciosa é [...] É sincera, o que o torna ainda mais insignificante se se pretende considerá-lo sociólogo ou antropólogo. Há notícia de que ele foi um homem bom, um professor digno e criterioso, mas os seus amigos, pretendendo fazê-lo passar à história como cientista, fizeram-lhe verdadeira maldade, pois a sua obra, neste particular, é um monumento de asneiras [...] a melhor homenagem que se pode prestar às qualidades do cidadão comum Nina Rodrigues é fazer silêncio a respeito de sua obra. (RAMOS, 1979, p. 54).

Durante sua trajetória, Guerreiro Ramos promoveu uma particularíssima fusão de erudição, preocupação metodológica, engajamento e humor cáustico, valorizando o estilo e o efeito sem sacrificar a profundidade – e sacrificando os adversários, talvez mesmo a ética, para manter a blague.

Embora nutrisse uma crítica admiração pela corrente autonomista, identificava-se com a terceira corrente, cujo amadurecimento se corporificava – segundo ele – no trabalho do TEN (Teatro Experimental do Negro).¹⁰³ No TEN, Guerreiro Ramos ajudou a fundar (em 1949) o Museu do Negro e o Instituto Nacional do Negro,¹⁰⁴ bem como promover (juntamente com Abdias Nascimento e Edison Carneiro) o Congresso do Negro Brasileiro e a Conferência Nacional do Negro. Instalou também, no Instituto Nacional do Negro, o Seminário de Grupoterapia, no qual realizou experiências de psicodrama e sociodrama com vistas a dirimir os efeitos do preconceito de cor.

¹⁰³ Fundado em 1944, o TEN tinha como referência a Frente Negra Brasileira (1931-1937) e, entre outras atividades, patrocinou as Convenções Nacionais do Negro (nas cidades de São Paulo, em 1944, e do Rio de Janeiro, em 1947), a Conferência Nacional do Negro (no Rio de Janeiro, em 1949) e o Congresso do Negro Brasileiro (Rio de Janeiro, em 1950); além disso, editava o jornal *Quilombo* (dirigido por Abdias Nascimento), enaltecia a participação social do negro e promovia grupos de terapia e encontros tanto irreverentes quanto contestadores: concursos de beleza entre negros, artes plásticas cujos símbolos eram negros (às vezes em substituição aos arquétipos brancos), etc. Para uma visão do teatro negro e suas propostas, ver Fernandes (1972a), Guimarães (2002), Nascimento, E. (2003) e Semog e Nascimento (2006).

¹⁰⁴ Órgão do TEN encarregado da “pesquisa sociológica”, cuja diretoria Guerreiro Ramos assumiu (SOUZA, Márcio, 2000, p. 39).

Liderado por Abdias Nascimento, o TEN representava (segundo Guerreiro)...

[...] uma reação de intelectuais negros e mulatos que, em resumo, tem três objetivos fundamentais: 1) formular categorias, métodos e processos científicos destinados ao tratamento do problema racial, no Brasil; 2) reeducar os ‘brancos’ brasileiros, libertando-os de critérios exógenos de comportamento; 3) e ‘descomplexificar’ os negros e mulatos, adestrando-os em estilos superiores de comportamento no país. (RAMOS, 1979, p. 67).

O TEN buscava a integração social do negro numa posição não-subalterna, Abdias Nascimento – por ocasião do I Congresso Negro – assinala que o movimento pretendia indagar quais os meios de que poderia lançar mão para organizar associações e instituições que pudessem “oferecer oportunidades para a gente de cor se elevar na sociedade”, já que existiria no Brasil “uma elite de cor capaz de infundir confiança às classes dominantes”, cujo movimento não seria um mero “diversionismo”, não visaria “objetivos pitorescos” e nem se caracterizaria “por aquela irresponsabilidade que infelizmente tem prejudicado a maioria das iniciativas dos negros no Brasil” (Ramos apud RAMOS, 1979, p. 67).¹⁰⁵ Já Guerreiro Ramos afirma em documento escrito em 1949 (*Relações de raça no Brasil*): “É necessário instalarem-se na sociedade brasileira mecanismos integrativos de capilaridade social capazes de dar função e posição aos elementos da massa de cor que se adestrarem nos estilos das classes dominantes” (apud RAMOS, 1979, p. 68).

Em 1948, em conferência promovida pelo TEN no auditório do Ministério da Educação, em homenagem a Georg S. Schuyler (jornalista que fazia reportagens no Brasil para o *Pittsburgh Courier*, órgão da imprensa negra

¹⁰⁵ Em editorial (“Nós”) no primeiro número de *Quilombo*, afirmava: “Nós recusamos o ‘gheto’, a linha de cor [...] Nada temos com partidos, nem os chamados democráticos, nem de direita, nem de esquerda – que sempre exploram o negro eleitoralmente (Edison Carneiro). Muito menos advogamos uma política negra, mas sim uma vontade negra de ser brasileiros com as mesmas responsabilidades de todos os brasileiros” (NASCIMENTO, A., 2003b, p. 24).

estadunidense), Guerreiro Ramos anunciou algumas ‘teses’ sobre a situação do negro, a saber:¹⁰⁶ 1) o problema do negro não é uniforme no Brasil, varia conforme a região, meio (rural ou urbano) e classe social, haveria assim uma “psicologia diferencial do negro brasileiro”; 2) A expressão “preconceito racial” não deveria ser usada no caso brasileiro, pois haveria preconceito racial em relação a quase todos os estrangeiros, o correto seria referir-se a “preconceito ou discriminação de cor”¹⁰⁷; 3) não haveria no Brasil linha de casta, o homem de cor (negro) assimilaria os padrões de cultura da classe dominante e, quando o faria, seria tratado de maneira “frontal” (em relações sociais horizontais), embora houvesse certa tendência do homem branco a evitar relações frontais com negros em “situações ornamentais ou de aceção estética (diplomacia, salões elegantes, casamentos, Escolas Militares etc.)”; 4) o homem de cor das classes inferiores manifestaria forte ressentimento contra o homem de cor de elevada categoria social, o que deveria ser depurado por “métodos de sociologia psicodinâmica”; 5) o homem de cor brasileiro não seria um “híbrido cultural, um ambivalente, hesitante entre duas heranças”, e sim prestaria lealdade à cultura da classe dominante, sendo assim, ele próprio consideraria “pitorescos” os traços das culturas africanas; 6) já o mestiço brasileiro ver-se-ia da perspectiva do branco, tendendo a disfarçar as marcas raciais; 7) o que se entenderia por cultura negra no

¹⁰⁶ Publicada como “Contactos raciais no Brasil”, em *Quilombo* n° 1, p. 8, dez. 1948.

¹⁰⁷ O autor assinala a incorreção do termo “preconceito racial” quando relacionado à condição do negro no Brasil, paradoxalmente, ele – ao menos até a metade dos anos 1950 – refere-se a “contatos raciais”, “relações de raça”, “democracia racial”, etc. Embora passe – a partir dali – a evitar tais termos, provavelmente referia-se à sua crença momentânea no fato de haver uma questão “racial” (no sentido de como era interpretada por outrem) e mesmo relações de raça no Brasil, quando compreendesse outras ‘raças’ presentes na sociedade brasileira. Entretanto, o negro nativo não constituiria uma outra raça, seria tão brasileiro e nacional quanto o branco, daí o preconceito ser de cor e não racial. Dificilmente se pode depreender na obra do autor – como em grande parte das menções de variados autores – o que entende conceitualmente por “raça”, dado o descrédito quanto a uma definição científica do termo. Aparentemente, seu entendimento de “raça” estava norteado pela atribuição social de características ‘biológicas’ (aparência física) e culturais (nacionais).

Brasil, para “desespero dos sociólogos e antropólogos”, existiria ao nível do exótico, sendo instrumentalizada por “mulatos ladinos numa espécie de indústria turística do pitoresco”; 8) o mestiço brasileiro seria um “ansioso” (conforme a definição de Max Scheler), para ele ‘ser mais, valer mais’ – em comparação com outros – seria mais importante que sua condição objetiva; 9) o padrão estético da população brasileira seria o branco, os negros e os mulatos prefeririam casar-se com pessoas mais claras (RAMOS, 2003c, p. 26).¹⁰⁸

Na esteira dessas conclusões, ele organiza no Instituto Nacional do Negro – inspirado nas idéias do médico e sociólogo austríaco Jacob L. Moreno, criador da sociometria – o Seminário de Grupoterapia (RAMOS, 2003a, 2003f), visando por meio do psicodrama (RAMOS, 2003d) e do sociodrama (RAMOS, 2003e) promover a “catarse” dos componentes patológicos do comportamento de brancos e negros, purgar os indivíduos de “conservas culturais” que propiciariam o preconceito e exorcizar a “heteronomia” das condutas, aparelhando-os à socialização de modo horizontal e à aceitação das diferenças sociais.

Tais componentes “patológicos” estariam socialmente difusos e, logo, presentes também no comportamento dos indivíduos cientificamente treinados (sociólogos e antropólogos) para estudar a questão da discriminação e do preconceito. Sugere Guerreiro Ramos que os estudiosos deveriam se afastar dos falsos problemas e tematizar as “verdadeiras” questões, vez que algo seria o “negro-tema” e, outro, distinto, o “negro-vida”:

O negro-tema é uma coisa examinada, olhada, vista, ora, como ser mumificado, ora como ser curioso, ou de qualquer modo como um risco, um traço da realidade nacional que chama a atenção.

O negro-vida é, entretanto, algo que não se deixa imobilizar; é despistador, protéico, multiforme, do qual, na verdade, não se pode dar

¹⁰⁸ Guerreiro Ramos sabia exatamente o que falava, um ano antes – a 31 de maio de 1947 – havia se casado com Clélia Calasans de Paula, bela moça branca da classe média carioca.

versão definitiva, pois é hoje o que não era ontem e será amanhã o que não é hoje. (RAMOS, 1957b, p. 171).

Ao inverter o ângulo de abordagem da questão, Guerreiro Ramos assevera que o ‘problema’ do negro no Brasil – da forma como estava posto – seria, na verdade, uma manifestação da “patologia social do ‘branco’ brasileiro”,¹⁰⁹ isto é, uma persistente desvalorização social e estética do negro, elaborada por uma minoria de “brancos’ letrados”, que proviria do tempo em que os negros estavam numa condição social expressamente inferior; a permanência dessa mentalidade num outro contexto, desse anacronismo – que relegaria as mudanças na sociedade e desfiguraria o tipo ‘normal’ – denotaria tal patologia. O preconceito de cor seria assim, praticamente, um fenômeno residual, cuja influência seria ainda sentida mesmo depois de ultrapassadas determinadas relações anteriormente presentes na estrutura social e, mais ainda, na maioria dos estudos, o preconceito seria não somente objeto, mas também *elemento* das análises: o estudioso despreparado negligenciaria o real motivo do preconceito e, não bastasse, reiteraria o próprio preconceito.

Superar definitivamente essa situação, mormente para o analista que se defrontasse com o problema, passaria pelo procedimento fenomenológico de praticar “um ato de suspensão da brancura”, a fim de mostrar a precariedade dessa concepção de ‘branco’ e por em relevo a “alienação estética do negro” numa sociedade miscigenada e europeizada como a brasileira (RAMOS, 1957b, p. 194). Em termos de sociabilidade, passaria também pela afirmação da negritude; parodiando Nietzsche, assevera:

¹⁰⁹ Para o autor ‘branco’, é uma definição genérica, comum, vulgar, já que no Brasil vigoraria o mestiço, sendo poucos os brancos que não seriam frutos de miscigenação (RAMOS, 1979, p. 180, grifos do autor).

A negritude não é um fermento de ódio. Não é um cisma. É uma subjetividade. Uma vivência. Um elemento passional que se acha inserido nas categorias clássicas da sociedade brasileira e que as enriquece de substância humana. Humana, demasiadamente humana é a cultura brasileira, por isto que, sem desintegrar-se, absorve as idiossincrasias espirituais, as mais variadas. E até compõe com elas a sua vocação ecumênica, a sua índole compreensiva e tolerante. A cultura brasileira é, assim, essencialmente católica, no sentido de que nada do que é humano lhe é estranho. (RAMOS, 2003b, p. 117).¹¹⁰

Cumpriria ao indivíduo (e também ao estudioso) negro assumir essa subjetividade, afirmar o *niger sum*, isto é, a consciência de que:

Sou negro, identifico como *meu* o corpo em que o meu eu está inserido, atribuo a sua cor a suscetibilidade de ser valorizada esteticamente e considero a minha condição étnica com um dos suportes do meu orgulho pessoal – eis aí toda uma propedêutica sociológica, todo um ponto de partida para a elaboração de uma hermenêutica da situação do negro no Brasil. (RAMOS, 1979, p. 62).¹¹¹

Guerreiro Ramos e o TEN também postulavam uma “democracia racial” para o país, entretanto, não simplesmente como fato existente, dado da realidade brasileira, mas sobretudo como reivindicação, como projeto de integração nacional. “O Brasil deve assumir no mundo a liderança da política de democracia racial. Porque é o único país do orbe que oferece uma solução satisfatória do problema racial” (RAMOS, 2003b, p. 117). E mais: “o Brasil é uma comunidade nacional onde têm vigência os mais avançados padrões de democracia racial, apesar da sobrevivência, entre nós, de alguns restos de discriminação” (RAMOS, 1957b, p. 201).¹¹²

¹¹⁰ Publicado originalmente em *Quilombo* n° 10, p. 11, jun./jul. 1950 (“Apresentação da negritude”).

¹¹¹ Influenciada pelas lutas nacionais dos africanos – mormente contra a colonização francesa – a afirmação do negro por meio da *negritude*, do orgulho da diferença como negatividade, como “racismo anti-racista”, já havia sido feita por Sartre (1960), mormente em seu *Orfeu negro*, para ele, a negritude “é o ser-no-mundo do negro”, a consciência de si do negro, que dialética e momentaneamente negaria o outro para afirmar-se. Cabe mencionar que uma das primeiras traduções do texto (em resumo) de Sartre foi elaborada por Ironides Rodrigues nas páginas do n° 5 do jornal *Quilombo*, em 1950 (SARTRE, 2003).

¹¹² Uma análise da gênese do termo “democracia racial” está em Guimarães (2002). Afirma – curiosamente – esse autor que, embora a expressão seja atribuída a Gilberto Freyre, teria tido origem num relato de Roger Bastide que, juntamente com Florestan Fernandes, daria saída às críticas sobre a concepção. Freyre teria se referido raras vezes à “democracia social” e “étnica”

Guerreiro Ramos, utilizando-se dessa perspectiva, busca repor a questão do preconceito em novas bases:

[...] o problema do negro no Brasil é essencialmente psicológico e secundariamente econômico. Explico-me. Desde que se define o negro como um ingrediente normal da população do país, como povo brasileiro, carece de significação falar de um problema do negro puramente econômico, destacado do problema geral das classes desfavorecidas e do pauperismo. O negro é povo, no Brasil. Não é um componente estranho de nossa demografia. Ao contrário, é a sua mais importante matriz demográfica. E este fato tem de ser erigido à categoria de valor, como o exige a nossa dignidade e o nosso orgulho de povo independente. *O negro no Brasil não é anedota, é um parâmetro da realidade nacional.* A condição do negro no Brasil só é sociologicamente problemática em decorrência da alienação estética do próprio negro e da hipercorreção estética do branco brasileiro, ávido de identificação com o europeu [...]

À luz da sociologia científica, a sociologia do negro no Brasil é, ela mesma, um problema, um engano a desfazer – o que só poderá ser conseguido através de um trabalho de crítica e de autocrítica. (RAMOS, 1979, 63, grifos nossos).

Valor e ciência, pertencimento e objetividade, em vez de se excluírem, ou se perturbarem, complementam-se: a aceitação e o orgulho da condição seriam facilitadores da análise, expedientes que propiciariam uma visão mais lúcida da questão em todos os seus matizes e uma perspectiva adequada, senão privilegiada, a um entendimento inequívoco. Segundo Joel Rufino dos SANTOS (1995, p. 28, grifos do autor):

Para Guerreiro Ramos, pois, negro não é uma raça, nem exatamente uma condição fenotípica, mas um topo lógico, instituído simultaneamente pela cor, pela cultura popular nacional, pela consciência da negritude como valor e pela estética social negra. Um indivíduo preto de qualquer classe, como também um mulato intelectual ou um branco nacionalista (por exemplo) podem ocupar esse lugar e dele, finalmente, visualizar o *verdadeiro* Brasil [...]

Enquanto a sociologia modernizante busca, num trabalho de Sísifo, descrever o lugar do negro na sociedade brasileira, o sociólogo *populista* Guerreiro Ramos descobriu que o negro ele próprio é um lugar de onde descrever o Brasil. Penso ser essa idéia – o negro como lugar – a mais original contribuição de Guerreiro Ramos à compreensão do dilema nacional.

Por outro lado, Guerreiro Ramos afirma também que “os problemas ‘antropológicos’, do índio e do negro, são aspectos particulares do problema nacional, *de caráter eminentemente econômico e político*”, o que aparentemente é uma contradição, mas justificável pela interpretação de que: “Nossos problemas

culturais, no sentido antropológico, são particulares e dependentes da fase de desenvolvimento econômico do Brasil. A mudança faseológica de nossa estrutura automaticamente solucionará tais problemas” (RAMOS, 1979, p. 41, grifos nossos). Ou seja, os problemas “psicológicos” são, em última instância, expressão de dada fase cultural (e seus aspectos econômicos, sociais e políticos) em que o país se encontraria. A influência dos países centrais levaria à submissão cultural e estética que propiciaria a promoção de valores estéticos estranhos à realidade nacional, importados, daí superfetação do ‘branco’ e a depreciação e alienação do negro. Ora, também o preconceito – por meio da “hipercorreção estética do branco brasileiro, ávido de identificação com o europeu” – teria como componente o alheamento da realidade brasileira, ou seja, seria outra faceta da importação de idéias e imitação de condutas.

Excluído do rol dos pesquisadores envolvidos, Guerreiro Ramos, ainda que lhes reconheça o cuidado técnico, critica os trabalhos sobre o negro compreendidos nos estudos sobre relações raciais feitos na década de 1950 por encomenda da UNESCO, insurgindo-se particularmente contra o de Costa Pinto.¹¹³

¹¹³ O projeto de estudo das relações raciais no Brasil foi concebido em 1949 por Arthur Ramos e viabilizado, em 1950, pelo Departamento de Ciências Sociais da UNESCO e pela figura de Alfred Métraux. Do projeto original, constavam Costa Pinto, no Rio de Janeiro, Thales Azevedo, na Bahia, e René Ribeiro Costa, no Nordeste (PINTO, 1978); paralelamente, integraram-se Edison Carneiro, na Amazônia, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, no Sul, e Florestan Fernandes e Roger Bastide, em São Paulo – o resultado do trabalho desses últimos (Fernandes e Bastide) foi publicado em 1955 (*Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo*), e depois em 1959 (*Branços e negros em São Paulo*). Além desses, participaram: Charles Wagley, Oracy Nogueira e outros. Alguns escritos foram reunidos e editados sob direção de Charles Wagley (*Races et classes dans le Brésil rural*), outros constituíram obras independentes. Na USP, o projeto teve alguma continuidade na Cadeira de Sociologia I, sob direção de Florestan Fernandes e contando com Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Renato Jardim – ver Massi (1986) e Schwarcz (1999). Resenhas de como os intelectuais e cientistas viam a questão racial no final do séc. XIX e início do XX estão em Schwarcz (1993) e Skidmore (1976b).

Já Costa Pinto, autor de *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*, de 1953, é qualificado por Guerreiro Ramos como autor de “grosseiro plágio”

Costa Pinto e Guerreiro Ramos, na mesma década de 1950, promoveram uma polêmica – em livros e em artigos na imprensa carioca – sobre a referida ‘questão do negro’.¹¹⁴ Um balanço dessa querela foi feito por Marcos Chor Maio (1996, p. 10), segundo o qual, “a agenda política de Guerreiro seria composta pelos seguintes tópicos: a afirmação da singularidade dos negros com a eliminação dos recalques advindos do passado, ascensão social e econômica e constituição de uma *intelligentzia*”. Já Costa Pinto, criticando Guerreiro Ramos e o TEN, diagnosticava – segundo Maio (1996, p. 15) – que “a modernização capitalista gerava um processo de diferenciação interna entre os negros, com o surgimento de uma pequena classe média, constituída de intelectuais, formando assim uma elite negra”, que – nas palavras de Costa Pinto – buscava “se identificar com os padrões de comportamento das classes dominantes”, sendo uma “legítima expressão da pequena burguesia intelectualizada e pigmentada” (apud MAIO, 1996, p. 15).¹¹⁵

Se para Guerreiro (e o TEN) havia uma “patologia social do ‘branco’ brasileiro” e uma “ideologia da brancura”, para Costa Pinto...

[...] do mesmo modo que se pode aqui mais uma vez repetir que não há um problema do *negro* – pois o problema é o branco que tem sobre o negro falsas idéias e age de acordo com essas idéias falsas – também se poderia dizer,

(RAMOS, 1979, p. 61, nota 19), sem maiores explicações – provavelmente se referia a *Lutas de família no Brasil*, publicado em livro por Costa Pinto em 1946 e que seria uma cópia de um original francês, talvez do livro de Jacques Lambert (professor de C. Pinto) *La vengeance privée et les fondements du droit public international*). Guerreiro ainda fustiga: “Os estudos sobre o negro no Brasil sob o patrocínio da Unesco foram realizados dentro do melhor padrão técnico, com exceção do que se refere ao negro no Rio de Janeiro que foi confiado a Luiz Aguiar da Costa Pinto, cidadão sem qualificações morais e científicas. Este carreirista, *doublé* de sociólogo” (RAMOS, 1957b, p. 154, nota 19). Os ataques – explícitos da parte de Guerreiro e implícitos da parte de Costa Pinto – suceder-se-ão, um dos motivos, aparentemente, seria a perda (por parte de Guerreiro) da Cadeira de Sociologia na Universidade do Brasil para o outro (BARIANI, 2003a).

¹¹⁴ Também naquele período do final dos anos 1940 até o final da década de 1950, Costa Pinto polemizou com Emilio Willems e Florestan Fernandes, tecendo duras críticas à sociologia “acadêmica” – para uma consideração preliminar do debate ver Bariani (2003a).

¹¹⁵ Os trechos de autoria de Luiz de Aguiar Costa Pinto aqui citados – e provenientes do trabalho de Maio (1996) – são de *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança* (1953).

inversamente que a idéia da negritude não é negra – é branca, é o reflexo invertido, na cabeça de negros, da idéia que os brancos fazem sobre ele, é o resultado da tomada de consciência (também em termos falsos, diga-se de passagem) da resistência que o branco faz à ascensão social do negro. É, em suma, um racismo às avessas. (Costa Pinto apud MAIO, 1996, p. 16).

À análise existencial-psicológica (de fundo social-culturalista) e à *intelligentzia* negra – elitizada, intelectualizada e sedenta de aceitação social por parte da elite brasileira – Costa Pinto opõe a mudança social e o potencial transformador do negro proletário, portador de uma consciência e atitude diferenciadas, que deveria transformar-se de ‘negro em si’ em ‘negro para si’.¹¹⁶

Por seu turno, Guerreiro Ramos valoriza a condição do negro como sujeito (autônomo e responsável por seu destino social) e uma visão dinâmica da questão, todavia, o processo de integração fica subsumido aos anseios de reconhecimento de uma elite negra e as contradições sociais desse processo ofuscadas.

As referências dão conta de que não havia mais somente “o” negro, os brutais elementos de desigualdade e diferenciação social presentes no processo de modernização capitalista no Brasil já faziam, entre os próprios negros – e entre os sociólogos e suas visões – distinções.

Significativamente, Guerreiro Ramos – segundo relato de Abdias Nascimento, A. (2003a) – teria passado, entre 1942 e 1945, “pela maior crise intelectual e espiritual de sua vida”: marginalizado, sem reconhecimento acadêmico, relegado pela universidade, ‘exilado’ no Rio de Janeiro, escorando-se no serviço público para sobreviver... Não obstante, ingressa no TEN e passa a ocupar-se com a militância no movimento negro, ao qual se dedicará intensamente

¹¹⁶ Sartre (1960, p. 149), de certo modo, já havia insinuado os termos da controvérsia entre Guerreiro Ramos e Costa Pinto ao afirmar: “O que acontecerá se o negro despojando sua negritude em proveito da Revolução não quiser considerar-se senão como proletário? O que acontecerá se não se deixar mais definir senão por sua condição objetiva?”.

até meados dos anos 1950, não fortuitamente, quando ingressa na Assessoria de Vargas, na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, no Grupo de Itatiaia, IBESP e ISEB. Assim, no final dos anos 1950, a questão do negro não será mais objeto de sistemática atenção por parte do autor.

Ao menos pessoalmente, Guerreiro Ramos comprovava suas teses: se a afirmação da negritude resgatou sua auto-estima, sua autoconfiança e capacidade de assunção de seu “destino social”, de outro modo, ao ver-se aceito e “adestrado” na cultura da classe dominante, desfrutando de relações “frontais” com a elite ‘branca’, afastou-se da questão do negro, só vindo a mencioná-la novamente em 1981 – em entrevista (OLIVEIRA, L., 1995, p.174) pouco antes de sua morte – para queixar-se do país e da falta de reconhecimento de sua importância como sociólogo, devido à sua condição de cor; nessa ocasião, assume-se então como “mulato”, como figura social “limite”: “eu já sou entre os dois [...] Preto não confia em mim, branco não confia em mim. E mulato, você sabe, desconfia de mulato, porque mulato é malandro. Veja a minha situação como é”.

Ao final da vida, solitário, sem desfrutar do reconhecimento do qual se achava merecedor, Guerreiro Ramos isola-se no que acreditava ser o papel-limite na sociedade brasileira – o mulato, desajustado, não-integrado, em suas palavras “*in between*” (expressão provavelmente tomada a Eric Voegelin). Sentindo-se “de cor”, mas incompreendido por brancos e negros, apela a uma situação psicológica singular, intermediária, inconciliável.¹¹⁷

¹¹⁷ É notável a semelhança, resguardados os contextos, com Joe Christmas, personagem de William Faulkner (1983) em *Luz em agosto*. Homem comum, sem prestígio, Christmas – acreditando ter “sangue negro” – torna-se esquivo, desconfiado e mesmo revoltado, atribuindo suas desgraças à sua condição de cor, mesmo quando não é reconhecido como negro ou mestiço. A propósito foi – segundo o próprio Guerreiro – “paradoxalmente” nos EUA que se sentiu aceito e respeitado: “os EUA são um paraíso para mim! Paz, estabilidade, respeito, poder [...] Eu tenho

Daí a lacuna em seu entendimento da questão: não era suficiente se aceitar como negro e se habilitar na “cultura dominante” para ser aceito pela elite brasileira, foi preciso que ele se sentisse aceito pela elite – nas condições ditadas por ela – para esquivar-se do preconceito; nessas condições, a áurea da negritude tornava-se a benção do branqueamento: podia aceitar-se como negro, pois já desfrutava de uma posição ‘de branco’.

Ao definir de modo original – segundo Santos, J., (1995) – “o negro como lugar”, Guerreiro Ramos não atentou devidamente para a aversão (dissimulada) da elite brasileira ao ‘trânsfuga de cor’ e ao fato de essa elite indicar claramente qual deveria ser esse lugar, mais ainda, de indicar que os ritos de passagem compreendiam necessariamente a abdicação da negritude, o ‘descoloramento’. Ser – precariamente – aceito ou tolerado implicava ‘reconhecer-se’ como socialmente dócil e inferior; se postulante ao convívio deveria – além de apresentar como moeda requisitos econômicos, políticos e culturais – renunciar publicamente ao orgulho de ser negro, ‘limpar-se’ de corpo e alma, assumir sua ‘brancura de alma’.

Faltava a Guerreiro Ramos a compreensão de que o êxito na assunção de sua subjetividade (individual) estava indefectivelmente atrelado à situação do negro em geral (e o pobre em particular) na sociedade, não era possível escapar completamente ao estigma da cor enquanto o contingente ‘de cor’ fosse estigmatizado. Assim, ao longo de sua trajetória – entre idas e vindas, ascensões e quedas, reconhecimento (parcial) e marginalização, êxito e preconceito – Guerreiro Ramos via sua situação oscilar entre a condição de par e de pária. O

uma casa enorme, um palácio [...] Tenho uma datilógrafa, telefone, computador, o diabo” (OLIVEIRA, L., 1995, p. 176).

negro de classe média não atentava para a sutileza do preconceito e cria que sua posição de classe, *status* e aparelhamento cultural seriam suas senhas de passagem para uma integração plena e cidadã na sociedade brasileira.¹¹⁸ As pretensões de participação política tinham correspondência nas de democratização social. A conquista da reivindicação do negro como povo (brasileiro) não o elevava à condição de igual e o mito da comunidade nacional exibia suas fissuras e contradições não só no terreno dos interesses antagônicos da estrutura de classes, a cor continuava a ser um estigma dentro das próprias classes sociais, uma vez que estas mesmas classes é que definiam socialmente a posição dos indivíduos na sociedade brasileira. Mais uma vicissitude da evolução do capitalismo no Brasil.

2. A sociologia crítica e a crítica da sociologia

Em nota prévia à sua primeira obra sistemática de crítica à sociologia no Brasil – *O processo da sociologia no Brasil*, de 1953 – Guerreiro Ramos assim se expressa:

A elaboração deste estudo foi uma das tarefas mais desagradáveis que empreendi. Assumi diante das obras dos sociólogos brasileiros uma atitude de naturalista e, ao cabo do meu trabalho, verifiquei que havia tratado de pessoas que merecem o meu maior respeito e a minha admiração, como se o contrário desses sentimentos me animasse. Assim, o primeiro leitor irritado com o que se vai ler – sou eu.

Tive vontade de rasgar o manuscrito. Mas uma reflexão me deteve o gesto e foi a seguinte: estas idéias aí enunciadas são fruto de uma longa experiência de estudo e meditação, não obedeceram a um propósito mesquinho de denegrir quem quer que seja; parecem, ao contrário, atender a um imperativo, pelo menos de minha própria formação mental; *tenho o direito de me construir a mim próprio*.

Aliás, é fácil perceber hoje na inteligência brasileira uma disposição para libertar-se das heteronomias que a entorpecem. Esta disposição vem sendo contida até agora. Estou certo, porém, de que não se conterà mais tempo.

¹¹⁸ Significativamente, menciona ele que sua ficha na comissão de inquérito elaborada pelos militares, quando de sua cassação como deputado e sujeito político, o definia como “Alberto Guerreiro Ramos: mulato, metido a sociólogo” (OLIVEIRA, L., 1995, p. 162).

As alienações do pensamento brasileiro tornaram-se muito nítidas. Já são o tema esotérico das conversas discretas de muitos intelectuais patricios. Vão tornar-se um tema exotérico das tribunas, do livro e do jornal.

Mas, enquanto tal difusão não se registra, sabe Deus como é incômodo pensar em voz alta. Melhor, eu sei, seria escrever um estudo sobre colocação de pronomes... (RAMOS, 1953, p. 5-6, grifos nossos).

Em tom resignado e confessional, Guerreiro Ramos argumentava sobre a sua impossibilidade de isenção quando se tratava da árdua tarefa de rever criticamente a evolução e o estágio – naquele início de anos 1950 – da sociologia no Brasil, temática que – vaticinava – logo dominaria a pauta das ciências sociais no país. Apercebendo-se da dificuldade do empreendimento, desculpava-se antecipadamente pelo modo acre com que, mais que o texto, a tarefa se impunha. O inadiável processo de revisão, segundo ele, acusava as transformações da sociedade brasileira ao cruzar a metade do séc. XX e os problemas e desafios que se insinuavam à sociologia. É notório o sentido de missão que o autor atribui ao trabalho (e a si próprio), requisitando um espírito temerário algo inconsequente (“melhor seria escrever sobre colocação de pronomes”) para – com “atitude de naturalista”, mas inextirpáveis escrúpulos de sociólogo – descer à cova dos leões munido apenas de sua fé no encargo (vocação).

Nesse processo, vislumbrava – nos moldes de seu culturalismo – o movimento da sociedade brasileira reconstruindo-se a si própria,¹¹⁹ revendo-se por sua suma forma – segundo ele – de autoconsciência (a sociologia) e forjando os sujeitos intelectuais que se encarregariam de repensá-la. “Construindo-se a si próprio”, Guerreiro Ramos cria estar reconstruindo, ou melhor, redimindo a sociologia no Brasil e influenciando decisivamente os rumos desta e do seu

¹¹⁹ Não é gratuito que como epígrafes à *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1957b, p. 15) – obra imediatamente posterior na qual continua sua empreitada – cite excertos da *Lógica* de Stuart Mill, nos quais se lê que o problema fundamental das ciências sociais é encontrar as leis que regem a forma como um estágio social produz o subsequente, sendo que, nesse processo, é o todo que produz o todo mais que qualquer parte produz outra parte.

entorno social.¹²⁰ Ensaiaava também os primeiros esboços de uma dialética da mudança social, influenciada pelo empirismo de Gurvitch e pelo culturalismo – seja sociológico (H. Heller, H. Freyer, P. Sorokin e também K. Mannheim), seja filosófico (Berdiaev, Danilevski, Spengler, Toynbee) –, bem como revisava os passos de Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna.

Em *O processo da sociologia no Brasil* (de 1953) e na primeira parte de *Introdução crítica à sociologia brasileira* (“Crítica da sociologia brasileira”, escrita em 1954), alegando que o momento o exigia, lança-se à polêmica tomada como ‘método’ – daí a necessidade de “provocar a polêmica, pois por meio dela é possível liquidar as moedas falsas que ainda circulam entre nós, com o seu valor discutível” (RAMOS, 1957b, p. 31). Já a segunda parte de *Introdução...*, constituída pela notória (à época) “Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo” (escrita também em 1954), tem como subtítulo “Prefácio a uma sociologia nacional”, indicando seu intento de superar a fase de combate – de reavaliação crítica da produção sociológica – e avançar para a proposição de novos rumos, a saber, encerrar a fase polêmica e iniciar a construção propriamente dita de uma *sociologia nacional* – processo que culminará em *A redução sociológica* (de 1958).¹²¹ Afirmava que, com a emergência no Brasil de condições para a efetivação do desenvolvimento nacional, era mister que a sociologia se pusesse na ordem do dia. Se parodiarmos certo hegelianismo ‘trocado em miúdos’ da época, podemos afirmar que: se o real é o atual, a sociologia deveria atualizar-se para sua realização.

¹²⁰ Em seus termos: “não se trata rigorosamente de uma renascença. É, antes, um nascimento” (1957b, p. 29), porém, as palavras o traem já que não se pode fazer crítica do que ainda não nasceu.

¹²¹ *Introdução crítica à sociologia brasileira*, finalizado em 1956 e publicado no ano seguinte, reúne textos desse interregno 1954-1956.

O processo de crítica sistemática da produção sociológica brasileira – por parte de Guerreiro Ramos – tem como pano de fundo suas interpretações a respeito da estrutura e dinâmica da sociedade brasileira. Entendia ele que transformações econômicas em curso indicavam (e exigiam) mudanças na dinâmica da *sociedade política*¹²² e, logo, nas relações sociais; isto é, a sociedade econômica condicionava a sociedade política que, por seu turno, deveria acusar determinada atualização das representações e condutas. A “estrutura atual” impunha uma nova práxis.

Guerreiro Ramos – tomando um marxismo de segunda-mão – indicava que, impelidas pelas forças produtivas, as relações de produção influenciavam as situações de classe no sentido de reforçar a constituição dessas classes, definir seus contornos, possibilidades e interesses objetivos. Tal arranjo insinuaria o início da maturidade da sociedade brasileira, que se erguia sob o peso do “imperialismo econômico”, tentava livrar-se da submissão e consolidar a nação, cuja autonomia ainda estava represada pela maldição de nascença que a compelia a viver como o amanhã o ontem dos países centrais. Pois...

Os países descobertos e colonizados são escassos de idiosincrasias e de imanência, são pseudomorfoses¹²³. Sua formação é mais revolucionária do que evolutiva, visto que se procedeu à custa de transplantações. *Eles não têm história própria*, são versões da história de povos colonizadores, ou material etnográfico destes povos, para usar uma expressão de Danilevski. Assim, a inclinação dos países colonizados para adotar as idéias alienígenas obedece à lei da imitação do superior pelo inferior, formulada por Gabriel Tarde. Daí o fato de que *a história das idéias e das atitudes dos países colonizados reflete, sempre, os períodos por que elas passam nos países colonizadores*. É este um tipo de imperialismo mimético não baseado na coerção, mas assegurado pelo próprio fascínio que exercem sobre os colonizados as instituições dos povos colonizadores. (RAMOS, 1953, p. 11, grifos nossos).

¹²² Uma definição mais cuidadosa da noção de “sociedade política” encontra-se no capítulo seguinte, para o momento, tomamo-la apenas como o conjunto das instituições e atores sociais participantes dos processos decisórios.

¹²³ O autor – seguindo O. Spengler – define o termo como ocorrência de fenômeno no qual “uma velha cultura estranha impera sobre um país com tanta força que a cultura jovem, autóctone, não consegue respirar livremente e não logra constituir formas expressivas, puras e peculiares, nem sequer chegar ao pleno desenvolvimento de sua consciência” (RAMOS, 1957b, p. 84).

Nesses termos, a sociedade brasileira seria afligida como reflexo imperfeito da civilização que (desafortunadamente) nos acometeu, espaço sem história de idéias sem raízes, transplantada, perdida numa maldição platônica na qual as idéias seriam reverberações precárias das verdadeiras criações. No entanto, a fase cultural que agora esta sociedade adentrava tornaria possível – segundo Guerreiro Ramos – alcançar certa mobilidade de ação e, em última instância, a autoconsciência social do país, tornando-se uma nação na plenitude do termo, pois até então para Guerreiro – como para Euclides da Cunha (1975), em *À margem da história* – o que havia era somente uma “ficção”, uma nacionalidade criada a partir de uma teoria política (apud RAMOS, 1953, p. 22-3). Já nas palavras de Alberto Torres, para nossa desventura: “Há sociedade *parvenues* [...], nações *rastaquouères*” (apud RAMOS, 1957b, p. 29). Urgia inaugurar a “autonomia material e moral do país”.¹²⁴

Faltavam, todavia, os sujeitos dessa transformação, vez que as classes, ainda em formação e politicamente imaturas, disso ainda não se poderiam encarregar. Guerreiro Ramos – subscrevendo as interpretações de alguns autores¹²⁵ – caracterizava então o “povo” (símbolo ideal das reivindicações autônomas) – como algo amorfo, embora em formação (“*in statu nascendi*”), imediatamente incapaz da tarefa. Restava a “elite”.

¹²⁴ Naquele momento, era fortemente sentida na obra de Guerreiro Ramos a influência do culturalismo de Danilevski, do qual esposavam as idéias de que, na história, os períodos culturais seriam determinantes das civilizações, e estas sempre datadas e peculiares, porém, poderiam expandir-se por colonização ou por “enxerto”, criando novas civilizações, além disso, a História universal não seria simplesmente o desenvolvimento contínuo da experiência européia, não cabendo, assim, tratar outras experiências como algo residual. Ver Timasheff (1973).

¹²⁵ Notoriamente: Tobias Barreto, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Lima etc.

Na análise da sociedade brasileira, ao combinar – nesse momento – o culturalismo com elementos marxistas (relações de produção, forças produtivas, relações interestruturais de predominância material, relações de classe, etc.), o autor concluía pela infância dessas relações, diminuindo-lhes a centralidade teórica; voltava-se então para certo hegelianismo (um tanto ingênuo, chegando a resvalar no platonismo) para entender as modificações estruturais que intuía com argúcia. Eis um traço marcante da personalidade intelectual do autor: se por vezes lhe falta sofisticação e fineza de análise quando se trata de elucidar inter-relações econômico-sociais e estabelecer as devidas mediações, seu senso de oportunidade e intuição (aliados à sua verve), contorna obstáculos que seriam demais íngremes para seu instrumental teórico. Na falta da chave exata, usa o martelo com precisão demolidora.¹²⁶

Propugnava por uma atualização da sociologia em relação às exigências da transformação social – premente na contradição entre as “forças produtivas e os quadros institucionais vigentes” (RAMOS, 1957b, p. 101) – que arrebatava o país e passava a bradar por uma sociologia crítica, de responsabilidade e compromisso, despida de espírito de façanha (de “proeza”) e adequada ao nível de autoconsciência social que a época requeria, uma vez que estariam sendo postas as condições para superação do período de subalternidade da sociedade brasileira, quando, a partir de então, teria vida uma sociologia autêntica, isto é, uma

¹²⁶ Vide seus libelos contra a sociologia que seria praticada no país. Os “homens de prol”, que tratariam a cultura como “sobremesa” e confundiriam ciência com “racionalização de frustrações”; as produções culturais – que passariam antes pelas alfândegas que pelas instituições ‘de saber’ – seriam verdadeiros “enlatados ou conservas” (RAMOS, 1953, p. 33-4) e, em termos de compromisso, seriam como atividades lúdicas (do tipo do “pif-paf”). Também tais instituições técnicas e acadêmicas abrigariam esses homens sob o governo da liberalidade dos recursos públicos (daí a cooptação), assemelhando-se – como o autor contém-se, mas não se abstém de afirmar – a uma “casa da viúva Costa” (RAMOS, 1957b, p. 115). E serve-se das palavras de Graciliano Ramos para ultimar: “quem não tem vergonha na cara não pode ser sociólogo” (RAMOS, 1957b, p. 33).

sociologia ancorada em genuínas experiências cognitivas e não a partir de categorias e processos pré-fabricados exteriormente, sem autêntica gênese. Caso contrário, dominaria na sociologia brasileira a inautenticidade resultante de processos espúrios como: *alienação* (alheamento), *dedutivismo* (dedução a partir de materiais estrangeiros), *dogmatismo* (adoção de argumentos de autoridade, ‘válidos’ por si só) e *simetria/sincretismo* – febre de atualidade e hipercorreção na ânsia de acompanhar a produção estrangeira (RAMOS, 1957b, p. 18-23).¹²⁷

Isto posto, afirma: “a sociologia, no Brasil, será autêntica na medida em que colaborar para a autoconsciência nacional, na medida em que ganhar em funcionalidade, intencionalidade e, conseqüentemente, em organicidade” (RAMOS, 1957b, p. 26). No entanto, ao relevar a necessária funcionalidade da sociologia, assinalava que uma posição científica de caráter funcional seria aquela “proporcionadora da autoconsciência ou do autodomínio da sociedade brasileira” (RAMOS, 1957b, p. 123): forma-se então um círculo vicioso, já que sociologia seria autêntica – e possibilitaria autodeterminação – se fosse funcional, sendo que funcional seria aquela sociologia que proporcionasse autodeterminação. O lapso lógico do raciocínio – e outros o sucederão – indicava a dificuldade de Guerreiro Ramos em dar conta de uma situação na qual a superação das condições predominantes dependia da iniciativa de sujeitos (e seus instrumentos) submetidos e influenciados pelas mesmas condições adversas, de tornar a superação processo de auto-superação. A sociologia – como autoconsciência social – deveria redimir-se dos males que a afligiam (importação, imitação de idéias) e, no limite, redimir a própria sociedade na qual estava inserida.

¹²⁷ Em sua caracterização das vicissitudes que assolariam a sociedade brasileira em geral, o autor retomará alguns desses conceitos (RAMOS, 1960) – como veremos no cap. III.

Em busca do significado autêntico da cultura, o autor encaminha-se para um uso mais intenso dos conceitos existenciais, só que acusa ainda um incompleto domínio desse arsenal. Agregando outros elementos, procura puxar os fios dessa meada. Uma tentativa de saída desse labirinto insinua-se na referência que faz ao conceito elaborado por Edward Sapir (apud RAMOS, 1957b, p. 152, grifos nossos):

A *cultura autêntica* não é necessariamente alta ou baixa, é apenas inerentemente harmoniosa, equilibrada, a si mesmo satisfatória. É a expressão de uma atitude ricamente variada e, entretanto, de certo modo, unificada e consistente em face da vida, uma atitude que vê o significado de qualquer elemento de civilização em sua relação com todos os outros. É, falando de modo ideal, uma cultura em que nada deixa espiritualmente de ter sentido, em que nenhuma parte importante do funcionamento geral traz, em si, senso de frustração, de esforço mal dirigido ou hostil. Não é um híbrido espiritual de elementos contraditórios de compartimentos estanques de consciência que evitam participar de uma síntese harmoniosa.

Guerreiro Ramos requisitava agora para sua obra uma tessitura “dialética”, que privilegiava o aspecto dinâmico, mutável e inacabado da sociedade em detrimento das contradições, isto é, a mudança social seria um processo que primaria pelo contínuo sócio-temporal e não pelo conflito atroz, um movimento algo orgânico e não causado pelo enfrentamento entre posições. Embora avance além desse posicionamento, não é gratuito que em momento futuro ele se referirá a uma “dialética da ambigüidade” – que fascinou José Murilo de CARVALHO (2003a) – para ilustrar como se acomodariam as tensões na sociedade brasileira.¹²⁸

¹²⁸ Essa dialética da ambigüidade é definida por Guerreiro Ramos (1966, p. 369) nos seguintes termos: “[...] ao mesmo tempo em que a estrutura social procura salvaguardar sua integridade, recorrendo ao formalismo, a fim de cooptar parte do excedente populacional, os cidadãos, ameaçados pelo fantasma da marginalidade social, recorrem ao formalismo, em busca de um lugar ao sol. A ambigüidade consiste em que, de um lado, a estrutura social resiste, com *esprit de corps*, a incorporar em seu seio elementos que possam desnaturá-la e, ao mesmo tempo, diligência vencer essa resistência, pois, é compelida a pactuar com aqueles que aceitam acomodarse; de outro lado, os cidadãos que projetam ascender na escala social forçosamente se afirmam pelo combate à rigidez da ordem constituída para, num momento subseqüente, ajustar-se a tal ordem, desde que

Numa sociologia crítica e atual – segundo aponta – a dialética deveria ser posta nos seguintes termos:

a) não admite o primado sistemático de nenhum critério operatório de dialetização, nem tampouco se admite como um monismo determinista dialético; b) não admite a conclusão do processo histórico-dialético, nem sabe de antemão aonde conduz este processo; c) dialetiza as relações entre a teoria e a prática. (RAMOS, 1957b, p. 210).

Tal dialética, aplicada à análise de uma sociedade em rápida mutação – e por conseqüência refletida na sociologia que produzia –, alimenta certa confusão/sobreposição de conceitos. Se as transformações da estrutura social teriam como elementos a constituição das classes sociais e sua procura de rumos, no entanto, quando o autor trata da questão da alienação que acometeria o grupo dominante e os sociólogos – como porta-vozes desse grupo ou mesmo como grupo culturalmente dominante, e há aqui um outro imbróglio – utiliza o conceito de “elite”, desviando a questão de uma perspectiva de classe para uma questão de prestígio/privilégio político-cultural, de um contexto de luta de classes para uma polarização social elite-povo que, ao fundo, não deixava de ter uma significação ética. “No Brasil, o homem culto e o homem do povo são espécies diferentes” (RAMOS, 1953, p. 34), assinala. Desse modo, num contexto de formação nacional e afirmação existencial – e não estritamente de luta de classes – a “alienação” surge não como dominação e sim como “desentendimento entre as

ela, de algum modo, supere a sua inércia, ou sua tendência ao imobilismo. Como nenhuma das partes cede tudo, o pacto que se estabelece entre ambas, implica necessariamente o formalismo. A função latente do formalismo é transformar os pólos de uma polaridade, nos termos de uma ambigüidade”. Tal formulação mais cuidadosa da “dialética da ambigüidade” virá somente com *Administração e estratégia do desenvolvimento*, escrito a partir de 1964 e publicado em 1966.

camadas populares e as camadas cultas” (RAMOS, 1953, p. 34) – distanciamento social que Silvio Romero, analogamente, havia nomeado como “disparate”.¹²⁹

O que se passa é que naquele momento Guerreiro Ramos – como de resto boa parte dos sociólogos brasileiros de então, que se digladiavam em problemas sobre feudalismo, capitalismo, classes, estamentos, castas, etc. – não identificava coesão e maturidade nas classes sociais e, numa solução precária, opta pela oposição povo *versus* elite, na ânsia de refletir uma situação de grande distanciamento sócio-cultural entre grupos.¹³⁰ Esse amálgama teórico do autor, que procurava um caminho crítico aglutinando instrumentos de análise de situações conflitivas sociais e existenciais, essa busca de uma base ontológica, mostrava-se ali frágil e apresentava rachaduras – algumas dessas ‘soluções’ só virão em *A redução sociológica* (de 1958). Como exemplo, pode-se notar que o uso indiscriminado do conceito de elite desloca a análise para uma incômoda indiferenciação entre elite política e cultural, termos que – apesar das desigualdades da sociedade brasileira – não são idênticos, daí um lapso apenas para escorregar para a identificação entre condução política e “Inteligência”, entre dirigentes e ilustrados (ou intelectuais). Pois aí o equívoco vem sob encomenda: nada mais próprio dos intelectuais brasileiros, e particularmente dessa corrente

¹²⁹ Posteriormente, utilizará o termo alienação como negligência dos esforços de autodeterminação, comportamento estranho à realidade brasileira, de alheamento – definição de cunho existencial que manterá (RAMOS, 1957b, p. 22).

¹³⁰ Assinale-se que já se fazia sentir na sua obra a influência de Ortega y Gasset (1933) e a caracterização por parte desse da polarização elite-massas, entretanto, logo depois, até fustigado pela conjuntura política, esboçará um panorama da atuação das classes, o que ocorrerá principalmente a partir de *O problema nacional do Brasil* (1959).

que Guerreiro Ramos tanto prezava como herança, que o projeto de condução da nação por uma elite esclarecida.¹³¹

Num percurso comum a vários intelectuais brasileiros, ao detectar a incapacidade do povo em tomar nas mãos os destinos do país, procede à crítica do comportamento das elites; segue assim os passos de Alberto Torres e Oliveira Vianna, condena nessas elites a “exemplaridade” como estratégia social e a tentativa de alteração da realidade social por meio das ‘boas’ idéias e instituições, da correção do receituário antes que de adequação das formulações. Todavia, para Guerreiro Ramos,

Oliveira Vianna viu aqui meia verdade; não a verdade toda. Isto porque aquela conduta inquinada de idealista-utópica foi, muitas vezes, menos decorrência de uma imitação voluntária do que um expediente pragmático a que tiveram imperativamente de recorrer a fim de racionalizar ou justificar interesses e reivindicações de grupos e facções atrelados a tendências nem sempre ilegítimas da sociedade nacional. (RAMOS, 1957b, p. 52).

Mais que simples arremedo, a transplantação de idéias (e instituições) corresponde agora – e isso marca um avanço em relação à anterior conceituação do termo – a estratégias de afirmação e mesmo de justificação de interesses. O que resvala agora para a perigosa questão das idéias, sua instrumentalização e seu lugar – e suas muitas armadilhas.

No diagnóstico de Guerreiro Ramos, dar-se-ia uma falência da elite cultural (e dentre ela os sociólogos), identificada com a elite em geral, moldada sob os males da transplantação, já que...

Acontece muitas vezes que, por uma diminuição ou um falecimento da capacidade criadora das elites, as sociedades entram num processo de desintegração ou de hibridização pelo uso e consumo extensivos de produtos culturais exógenos.

No Brasil, os indivíduos que um dia vão constituir as camadas cultas sofrem, nos educandários que freqüentam, uma castração sistemática dos

¹³¹ Eis que não são fortuitas nem desencontradas – lembremos Mannheim (1972) – as opções teórico-metodológicas e as posições e anseios políticos. Pécaut (1989) assinala a pretensão desses intelectuais – até 1945 – à posição de classe dirigente.

membros intelectuais, que se entorpecem no exemplarismo cultural ou se obnubilam na aprendizagem de atitudes heteronômicas. (RAMOS, 1953, p.33).

Segundo ele, desde José Bonifácio e com raras exceções, tal exemplaridade teria regido a ação das elites no Brasil, sempre em desencontro com o meio social, a despeito disso, estaria se formando “o capitalismo brasileiro e desenvolvendo-se uma cultura popular, um e outra destinados a constituir o lastro de uma individualidade histórica e autônoma” (RAMOS, 1957b, p. 87).

Já o povo, ‘livre’ das condições de consumo e adestramento de bens culturais sob a égide da transplantação, como de toda e qualquer educação, em sua inocência e crueza cultural, estaria apto a herdar o céu das perspectivas da criação original: “na sociedade brasileira somente as camadas populares são criadoras, como atestam suas instituições e valores” (RAMOS, 1953, p. 33). Como os bons selvagens de Rousseau ou os ingênuos dos pensadores cristãos, o povo estaria livre do pecado original do mimetismo cultural, ironicamente, do mesmo modo como os proletários de Marx seriam ‘livres’ para vender sua força de trabalho.¹³²

Persistia nebulosa relação entre classes e contingentes (elite/povo), que agora se agravava pela situação sociocultural indicada pelo autor.¹³³ Seriam somente o consumo e o adestramento cultural que determinariam tal comportamento dos segmentos sociais? Tais mecanismos seriam determinantes da sociabilidade necessária para condicionar toda a vivência cultural, a despeito das outras experiências próprias da existência social? Haveria mecanismos de

¹³² Aproximadamente uma década antes, em 1944, Astrojildo Pereira (1978) – vislumbrando a expropriação do saber – já propunha entre as “tarefas da Inteligência” educar o povo pela “democratização da cultura”.

¹³³ Em 1957, ao resenhar *Introdução crítica à sociologia brasileira* para a *Revista Brasiliense*, Elias Chaves Neto (1957, p. 200) já cobrava de Guerreiro Ramos esclarecimentos em termos de caracterização das classes e seus posicionamentos na cultura e política nacionais.

aspectos econômicos e políticos subjacentes a tais formas de sociabilidade? Por que a elite estava sujeita à influência da transplantação (e conseqüente alienação) e o povo imune? Pelo contato com a cultura importada? E o povo, não estaria também sujeito à ‘contaminação’ por algo ainda mais degradado: a cultura já trazida azeda e agora regurgitada pela elite?

Em *O processo da sociologia no Brasil* (1953), o autor passou em revista – ou passou a ferros, melhor dizendo – o pensamento sociológico brasileiro desde a segunda metade do século XIX (estariam aí seus começos?); para tanto, armou-se de um método – que W. G. dos Santos (1978) chamou (um tanto impropriamente) “ideológico” – logo depois explicitado e definido por Guerreiro Ramos como de “crítica objetiva da ideologia”, que pleiteava capacitar o crítico a...

[..] ser capaz de enxergar o significado indireto ou implícito do produto intelectual, ou ser capaz de surpreender as verdadeiras ‘forças motrizes’ que ‘movem’ o produtor; é em suma, ser apto a ver a estreita vinculação do pensamento com a situação existencial do pensador [...] Fora desta pauta só é possível o esteticismo, o impressionismo. (RAMOS, 1957b, p. 30).

Munido desse método e da pretensão de diferenciar no Brasil a sociologia autêntica da alienada (e seus autores), que só passavam pelo crivo da “corporação de elogios mútuos” (RAMOS, 1957b, p. 31), Guerreiro levou a cabo sua análise baseada no “critério objetivo” de aferição das idéias conforme “a congruência com os fatos” (RAMOS, 1957b, p. 120). Com tal método, identificou duas correntes principais no pensamento sociológico brasileiro:¹³⁴

1) uma *corrente autêntica* – analogamente, já chamada “corrente crítica” – que seria comprometida com a dessatelação histórica, em cujas formulações, apesar

¹³⁴ Tal classificação tem uma construção paralela esboçada em artigo sobre a sociologia a respeito do negro no Brasil (RAMOS, 1979) – ver seção I deste cap. II. Embora haja simetrias em relação às correntes, as formas são relativamente independentes.

de certos equívocos pontuais, estaria sempre em busca da compreensão da realidade brasileira, para tanto, utilizando instrumentos teóricos não imediatamente importados; seus principais autores seriam Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna;¹³⁵

2) uma *segunda corrente* – em alguns momentos nomeada “alienada” – a qual se submeteria acriticamente aos ditames dos centros culturais dominantes, utilizando idéias e teorias de imediata importação para interpretar a realidade brasileira; seria formada por Tobias Barreto (embora com desagravo devido aos acertos deste em alguns pontos, como o caráter amorfo do povo),¹³⁶ Pontes de Miranda, Tristão de Ataíde, Pinto Ferreira e Mário Lins. Um sub-ramo – chamado “consular”, pois representaria episódio da expansão dos países centrais – dessa corrente seria formado por Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Artur Ramos e, assim como os cronistas estrangeiros que aqui estiveram, ressaltaria uma visão exótica, anedótica, excêntrica do país.

Haveria, no entanto, em situação peculiar (e positiva), o “caso de São Paulo”, corporificado – principalmente – na obra de Fernando de Azevedo e na Escola Livre de Sociologia e Política, sendo o primeiro elogiado pelo seu empenho em angariar o prestígio universitário à sociologia, livrando-a do diletantismo insigne e insignificante dos auto-intitulados “sociólogos”, e a segunda por ser a única escola que teria aliado a técnica e a prática à teoria

¹³⁵ Viria a acrescentar também Paulino Soares de Sousa (Visconde do Uruguai) como o primeiro sintetizador desse ponto de vista e, posteriormente, João Ribeiro.

¹³⁶ Não nos esqueçamos que o apreço fez com que Guerreiro Ramos retirasse da crítica de Tobias Barreto à sociologia – que este não admitia como ciência e identificava ao positivismo – uma das definições que usava (sociologia como “ciência por fazer”) e também nomeasse sua proposta, em dado momento, como uma “sociologia em mangas de camisa” (RAMOS, 1957b), em alusão a “Um discurso em mangas de camisa” com o qual Tobias Barreto brindou em 1877 os ouvintes do Clube Popular de Escada - PE, segundo ele, “[...] esta bela terra, onde, aliás, vim sepultar os dois mais caros objetos de meu coração e da minha fantasia: minha Mãe e meu futuro!” (MENESES, T., 1962, p. 99).

sociológica. Referência também há a Florestan Fernandes como promissor antropólogo e talvez “nosso primeiro clássico”, todavia, curiosamente, Guerreiro Ramos não cita a Universidade de São Paulo, que já apresentava alguma produção mencionável.¹³⁷ De todo modo, São Paulo é lembrado pelo êxito na institucionalização do ensino e pesquisa em sociologia, fruto – segundo Guerreiro – de um projeto com finalidades práticas das elites governantes.¹³⁸

Na avaliação do tratamento sociológico dado a questões sociais que envolviam setores subalternos da população, o autor assevera que o negro teve seu caminho para a evolução cultural prejudicado por estudos entre o saudosismo e o exótico; já a antropologia sobre o índio teria seguido trilha diversa:

Sucedeu pragmaticamente. Através da obra do General Candido Mariano da Silva Rondon, de Roquete Pinto e, ultimamente, de Darcy Ribeiro, adquiriu categoria funcional, o que se traduz numa política militante de aculturação, a cargo do Conselho Nacional do Índio e do Serviço de Proteção ao Índio. (RAMOS, 1953, p. 20).

Persistia, assim, na defesa da integração cultural de contingentes ‘marginalizados’ (índios, negros), sem problematizar a diferença da condição do negro e da do índio, bem como as formas, os ‘custos’ sociais (obviamente não

¹³⁷ Ver adiante toda menção na seção sobre a polêmica envolvendo Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos. Vale lembrar também que a referência a Florestan Fernandes como primeiro clássico na antropologia não é uma alusão à USP, já que a obra que havia projetado o autor era sua dissertação de mestrado (*A organização social dos tupinambá*), defendida na ELSP, sob a inspiração temática da escola e orientação de Herbert Baldus, em 1947. Já a tese de doutorado (*A função social da guerra na sociedade tupinambá*, de 1951), além de relativamente recente (Guerreiro escrevia em 1953) é, de certo modo, subsidiária daquele primeiro trabalho (CERQUEIRA, 2004; SEREZA, 2005).

¹³⁸ Guerreiro não menciona – como esses também não o mencionam – Edison Carneiro e L.A.Costa Pinto, autores de *As ciências sociais no Brasil*, publicado dois anos depois (1955); assim, em dois dos primeiros balanços da sociologia no Brasil, mormente naqueles anos 1950, elaborados quase simultaneamente num ambiente teórico tão restrito, os autores ignoram-se solenemente. Outros balanços nos anos 1950 foram realizados por Djacir Menezes (1956) e Pinto Ferreira (1958a, 1958b).

financeiros) e os efeitos – talvez entrópicos – dessa “aculturação” do índio.¹³⁹ Guerreiro Ramos pouco se refere à questão do índio, quando o faz transparece sempre algum desdém em relação ao “atraso cultural” em termos de organização dos nativos; quando, por exemplo, aborda a colonização no Brasil, afirma que, contrariamente aos espanhóis, que encontraram “povos” no México e no Peru, aqui os portugueses se defrontaram apenas com – utilizando a expressão de Danilevski – um “material etnográfico”, uma “espécie de matéria inorgânica” (RAMOS, 1957b, p. 86).

Quanto aos autores da corrente crítica citados, se Silvio Romero – para Guerreiro Ramos – merece o título de “fundador da sociologia pragmática” no Brasil, tem lugar de maior destaque Alberto Torres, por ele considerado – assim como por Oliveira Vianna (1930) – não só fundador da corrente autêntica, mas também o personagem-ápice do pensamento sociológico no Brasil (RAMOS, 1953, p. 27);¹⁴⁰ no entanto, é em Mário de Andrade – estranhamente esquecido na obra de Guerreiro Ramos daí em diante – que identifica o papel do intelectual como líder criador, “caso raríssimo [no Brasil] de homem de letras emancipado da literatura”, contrariando a sentença de Alberto Torres, segundo a qual o compromisso dos homens de letras seria apenas estético. Mário de Andrade teria exercido “verdadeiro apostolado da genuína inteligência brasileira”, comprometido com o meio e a crítica da inatualidade da inteligência artística brasileira, que desprezaria a funcionalidade social necessária à expressão

¹³⁹ Posteriormente, o autor viria a proscrever o conceito de aculturação, bem como os de raça, de estrutura e mudança social, por abordarem de modo estático a sociedade brasileira (RAMOS, 1957b, p. 125).

¹⁴⁰ Euclides da Cunha e Oliveira Vianna também são tidos em alta conta, sendo que *Os sertões* seria uma “o primeiro marco da sociologia brasileira”, e Oliveira Vianna, aquele que (antes do próprio Guerreiro) teria levado mais longe a tradição crítica recebida em termos de desmascarar o idealismo descompromissado com a realidade nacional (RAMOS, 1953, p. 21-3).

(RAMOS, 1953, p. 36).¹⁴¹ Analogamente, considerava o Movimento Modernista de 1922 como indicativo de “uma ânsia de liberação da atividade literária” que se estendeu às artes e arquitetura em geral (RAMOS, 1953, p. 36), entretanto, mais tarde (já no início da década de 1980), afirma que teria sido em grande parte “uma nova moda” (RAMOS, 1957b, p. 32), que apesar de inovador em relação às circunstâncias agrárias do país de então e relevância dos temas nacionais, teria importado idéias e paradigmas ocidentais decadentes e sucumbido ao imobilismo regionalista, tornando-se, “em certa escala, uma *journée de dupes*” (RAMOS, 1983a, p. 534) – termo que também usaria para caracterizar a esquerda derrotada em 1964.

Ao salvar para si uma herança crítica – também reivindicada por Oliveira Vianna (1987) – vê-se que, apesar de apontar erros pontuais, Guerreiro Ramos reconhece uma tradição fértil de estudos sociológicos no Brasil; assim, também assumia – um tanto hesitante – as posições dessa corrente ao afirmar a inexistência efetiva do povo e o idealismo alienado da elite, agora sob as vestes de uma transformação da atitude e papel dos sociólogos no sentido do compromisso com a realidade nacional. O combate à alienação sociológica adquire aspecto de enfrentamento com o cosmopolitismo abstrato professado por essa elite: “o progresso da sociologia científica no Brasil só poderá ocorrer contra ou *malgré* os profissionais da ‘linha auxiliar’ da expansão cultural dos países imperialistas”, sendo que esses, afirma, “têm consciência disto e defendem os seus interesses

¹⁴¹ Menciona-o (Mário de Andrade) em entrevista – ao final de sua vida – como “pernóstico”, assim como outros paulistas. Não é improvável que algum acontecimento de caráter pessoal o tenha levado – como era do feitio de Guerreiro Ramos – a uma mudança de julgamento. No acervo de Mário de Andrade (sob guarda do Instituto de Estudos Brasileiros da USP), consta um exemplar de *Introdução à cultura*, de Guerreiro Ramos, com especial dedicatória a Mário, todavia, o livro está praticamente intocado e não encontramos menção – em tempo algum – do escritor paulista à obra ou a Guerreiro Ramos. Não seria improvável que a indiferença tenha influenciado na atitude e julgamento de Guerreiro.

investidos” (RAMOS, 1957b, p. 122). De modo sumariíssimo, o colonialismo cultural torna-se apanágio da elite informada pela sociologia alienada.

A questão sociológica vai ultrapassando a disputa teórica e erigindo-se em luta político-ideológica aberta – vide as várias polêmicas na qual o autor se envolverá (BARIANI, 2003a). A ironia do autor já prenuncia o primeiro ato da tragédia do capitalismo nacional autônomo, se faltam os termos exatos, já se percebem os argumentos da disputa nacionalismo *versus* entreguismo: “persistindo [os sociólogos consulares, não críticos] em suas posturas superadas, dão-me a impressão melancólica de atores que continuam no palco representando uma peça serôdia sem perceberem que o pano já desceu e o público já se retirou...” (RAMOS, 1957b, p. 122). Ironia hoje amarga, pois lembra mais o contexto das pregações nacionalistas e revolucionárias no pós-1964.

Ao promover a crítica da inatualidade e da alienação da sociologia praticada no Brasil e propor uma sociologia crítica, compromissada e profundamente imbricada com a realidade social sobre a qual se debruçava – ou melhor, arregaçava as mangas –, Guerreiro Ramos insinuava suas convicções e adiantava aspectos do projeto que compartilhará. No seu entender, tal sociologia só poderia ser *nacional*. Investe então contra as “ilusões” dos sociólogos, assinalando que “o ideal dos sociólogos é a sociologia ‘universal’”, ou seja, “nacionalmente descomprometida, uma sociologia tanto quanto possível aproximada, quanto ao grau de abstração, da física ou da matemática” (RAMOS, 1953, p. 7); acrescenta ainda que “a universalidade da sociologia está muito distante do horizonte contemporâneo” – a emergência de uma sociedade supranacional, acima dos regionalismos era algo intangível para ele.

Sociologicamente, tal processo seria explicável do seguinte modo: “o ideal da sociologia universal nos países líderes do pensamento sociológico é, assim, um sintoma de etnocentrismo. Nos países culturalmente coloniais, é uma superfetação compensatória do complexo de inferioridade de certos elementos de elite” (RAMOS, 1953, p. 9).

Todavia, legitima a preocupação universalista no terreno das possibilidades, e acrescenta:

[...] cabe ao sociólogo o direito de proceder a um ato de fé na inteligência e acreditar na possibilidade da sociologia universal. O fato é que em todos os sistemas sociológicos criados até agora se flagrancia o impacto de contingências espaço-temporais. Foram *imperativos práticos* que suscitaram o aparecimento da sociologia e são ainda estes imperativos que estimulam, atualmente, o seu desenvolvimento, nos vários países. Imperativos práticos peculiares a cada um desses países. Daí que em cada país se registra uma direção e uma problemática específicas do pensamento sociológico (RAMOS, 1953, p. 8, grifos nossos).

Tal imperativo prático tomava corpo num projeto – que se esboçava – de tornar a sociologia instrumento de organização nacional e conhecimento socialmente disseminado, acessível ao saber comum para orientá-lo politicamente. Segundo Guerreiro Ramos, em todos os países nos quais a sociologia alcançou determinado desenvolvimento “depois de um período inicial em que é apresentada ao público esclarecido por divulgadores, passa a integrar-se eficazmente em sua superestrutura institucional, passa a ser utilizada como *instrumento de construção nacional*” (RAMOS, 1953, p. 9, grifos nossos). Ao decifrar a realidade nacional, a sociologia serviria ao conhecimento e à emancipação, “porque todas as soluções só são efetivas na medida em que forem peculiares. É a busca da autenticidade, a liquidação das heteronomias que manietam o país, que constitui hoje, *o programa por excelência da sociologia no Brasil*” (RAMOS, 1953, p. 32-3, grifos nossos).

Ao atacar as teorizações sobre o “caráter nacional”,¹⁴² o temperamento do cidadão brasileiro (idéia elaborada pelas elites, segundo ele), assevera que “a história da sociologia no Brasil é, em larga margem, uma crônica de livros, ou de cadernos de deveres colegiais” (RAMOS, 1957b, p. 211). Caberia à sociologia erigir-se em saber criador:

A tarefa iminente da sociologia no Brasil [...] é aplicar-se na denúncia destas e de outras alienações vigentes em nosso meio, é aplicar-se na criação das molduras, informá-las em comportamentos automáticos generalizados.

O problema da organização da sociedade brasileira [...] [é] primacialmente o problema da forma mesma que esta sociedade deve assumir, forma que, no caso do Brasil, tem de ser obra de criação sociológica.

A pesquisa desta forma é o tema número um da sociologia no Brasil. (RAMOS, 1953, p. 40-1, grifos nossos).

O Brasil deveria ser reinventado tendo a sociologia – “teoria militante da realidade nacional” (RAMOS, 1957b, p. 27) – como instrumento e o sociólogo como criador, subjacente a esse raciocínio, deveria a sociologia elaborar a crítica de seus pressupostos, despir-se de seu caráter inautêntico e refazer-se em novos moldes. Em suma: deveria reinventar-se e reinventar o Brasil. Tornar a redenção auto-redenção. Defende o autor, a partir daí, o imperativo de uma sociologia nacional, assim compreendida:

A sociologia, como toda ciência, é universal. É um método de pensar, corretamente, os fatos. Este método não é um na Alemanha, outro na Inglaterra, outro na França, outro no Brasil. É o mesmo em toda a parte [...]

Mas a universalidade da ciência, como técnica de pensar, não impede que a sociologia se diferencie nacionalmente. Esta diferenciação da sociologia é incoercível. Desde que o sociólogo só existe nacionalmente, na medida em que o seu pensamento seja autêntico, terá de refletir as peculiaridades da

¹⁴² A crítica às teorizações da ideologia do “caráter nacional brasileiro” também estava sendo feita – em tese de 1954 – por Dante Moreira Leite (1969, p. 320). Na segunda edição o autor incluiu entre os analisados Guerreiro Ramos, tomando-o por “ensaísta brilhante, embora freqüentemente pessoal e, portanto, parcial” que, na ânsia de produzir interpretações nacionais e generalizantes, desprezaria as pesquisas de pormenores e levaria água ao moinho dos ideólogos do “caráter nacional”. Guerreiro Ramos, também em 1954, abordara a questão em “O tema da transplantação e as enteléquias na interpretação sociológica do Brasil” (RAMOS, 1995).

circunstância em que vive. A sociologia se diferencia nacionalmente quanto aos temas e aos problemas do que trata. (RAMOS, 1957b, p. 25).¹⁴³

Existiriam, porém, os perigos do ufanismo nacional, daí as críticas a Oliveira Vianna e também à xenofobia, identificada em autores que seriam intuitivos em relação às mudanças em curso, mas pouco cuidadosos intelectualmente para abordar a questão nacional, como Álvaro Bomilcar, Nicolau Debané¹⁴⁴ e Jackson de Figueiredo (RAMOS, 1957b, p. 64). Não bastaria o sentimento, haveria de ter os instrumentos teóricos adequados; citando K Jaspers, Guerreiro alerta para o fato de que não existe ponto arquimediano fora do universo histórico, a partir do qual se possa elaborar uma concepção absoluta, definitiva, da sociedade, seria preciso assumir uma ótica *do ponto de vista nacional*,¹⁴⁵ que daria a perspectiva adequada para entender os problemas peculiares da sociedade brasileira, já que – lembrando Gurvitch – não existiria *a sociedade* e sim *sociedades* particulares (RAMOS, 1957b, p. 57). Segundo Guerreiro Ramos, não havia modo isento e mirante seguro para empreender a recriação da sociologia e a intervenção social a partir desta, a totalidade é reproduzida pela totalidade e é inexorável a visão perspectiva: não se pode ‘descer’ do carro da história para consertá-lo e pô-lo novamente em movimento.

¹⁴³ É mister aclarar a que Guerreiro Ramos se referia como método: “[...] ortodoxia metodológica só existe nos manuais e nas súmulas de aula dos ‘scholars’. Na verdade, os métodos são consubstanciais a uma motivação especulativa, são coetâneos do interesse do pesquisador, crescem e amadurecem simultaneamente com uma teoria. Daí que, embora seja útil a consulta ao patrimônio metodológico já acumulado, todo verdadeiro pesquisador é sempre autor de sua própria metodologia” (RAMOS, 1953, p. 21-2).

¹⁴⁴ Cônsul brasileiro no Egito por vários anos.

¹⁴⁵ Este viria a ser o nome da coluna que assinará a partir de 1958 (juntamente com Jesus Soares Pereira, Ignácio Rangel, Domar Campos) no jornal *Última Hora*.

Não tardou, entretanto, a contestação: a publicação do livro *O processo da sociologia no Brasil* (em 1953) suscitou um escrito de Roger Bastide¹⁴⁶ - “Carta aberta a Guerreiro Ramos” - na revista *Anhembi*. Precavido, Bastide imprime um tom pessoal, quase íntimo e propõe uma “amigável palestra”, afirmando:

Somos obrigados a aceitar o seu ponto de partida. A ciência não é, como outrora se julgava, totalmente desligada dos sábios que a estudam e, como esses cientistas pertencem a nações ou a classes sociais diferentes, as condições nacionais ou econômicas acabam por refletir-se até no conhecimento que pretende ser objetivo.

[...] isto posto, é preciso fazer três observações. Em primeiro lugar, que tais condições que pesam sobre a pesquisa são mais econômicas que nacionais. É mais ‘fácil’ falar de uma sociologia burguesa que de uma sociologia inglesa, ou italiana, por exemplo. E isto já abre o caminho para a constituição de uma teoria sociológica válida mais universalmente, através de toda burguesia ou de todo proletariado [...] em segundo lugar, a ciência tende assumir a forma de uma atividade coletiva, em que todo país contribui com a sua quota, em que uma pesquisa começa na Alemanha, continua na Rússia e termina, por exemplo, nos Estados Unidos, sem se preocupar com as fronteiras que separam as pátrias; [...] por fim e sobretudo, deverá essa verificação da sociologia do conhecimento ser erigida em valorização? O fato deverá ser transformado em direito? E, a pretexto de que as condições nacionais ou econômicas intervêm, será preciso concluir que não devemos trabalhar senão pragmaticamente, a favor desta nação ou daquela classe, e não objetivamente?

[...] estou de acordo com Max Scheler em que as condições exteriores à pesquisa são *ídola* do gênero dos de Bacon, contra os quais é preciso lutar. Ou de Mannheim, segundo o qual a classe dos intelectuais podia até certo ponto transcender as lutas das ideologias para estabelecer o dicionário das equivalências entre as diversas ‘perspectivas’ da ciência. (BASTIDE, 1953, p. 521-2, grifos do autor).

Nota-se que o autor tenta cuidadosamente demarcar a independência do método e conceitual sociológico em relação a contextos afetivos e ‘políticos’ (relacionado a valores), mas não sociais (em sentido amplo), o que não é gratuito, pois reflete uma sensibilidade quanto ao condicionamento social do conhecimento, o que aflora assim é a intenção de expurgar os conteúdos

¹⁴⁶ O sociólogo francês chegou ao Brasil em 1938 integrando a chamada “missão francesa”, que dominaria o ensino das ciências sociais na recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e, logo após a discussão com Guerreiro Ramos, em 1954, voltou à França, deixando no Brasil uma obra sobre temas variados e intensa influência sobre novos sociólogos que ajudou a formar, principalmente, Florestan Fernandes.

valorativos, que descredenciariam a sociologia como ciência e a rebaixariam à ideologia.

[...] não há uma ciência de importação e uma ciência nacional. A sociologia é uma ciência universal ou que se esforça por encontrar um sistema de conceitos universais, desligados de qualquer contexto afetivo ou político [...] devemos esforçar-nos para passar [...] à situação do homem no ‘universo da ciência’, que é o único autônomo. (BASTIDE, 1953, p. 522).

O sociólogo brasileiro – no entender de Bastide – deveria servir-se dos métodos e conceitos vindos do exterior para o desenvolvimento da ciência, pois se “a alienação é um defeito [...] é o nacionalista que está alienado, e é a gratuidade que nos liberta”. Nesse aspecto, um tipo de estudo objetivo deveria então se pautar pela generalidade, buscando tornar-se acessível a todas as culturas pois...

[...] o que caracteriza o trabalho científico sobre o negro brasileiro não será explicar fatos como o *candomblé* ou o *batuque* através de conceitos de uma ciência universal, através de categorias que não são válidas para o negro somente, mas também para o branco e para todos os homens, qualquer que seja a cor da sua pele? Levar o individual ao geral, situar os fatos brasileiros no conjunto dos fatos sociológicos já estabelecidos: é o mesmo que dizer que a ciência *mata o pitoresco*. É a sua [de Guerreiro Ramos] sociologia particularista que se arriscaria a atirar-nos no anedótico, não a nossa. (BASTIDE, 1953, p. 525).

Com base nas elaborações de Guerreiro Ramos – que buscava aplicar não absolutamente os métodos importados, mas aplicá-los adequadamente à realidade brasileira – o sociólogo francês responde estar “de pleno acordo”, entretanto, para ele, Guerreiro Ramos não estaria “contra a sociologia de importação [...] mas contra a sociologia teórica” e, para o sociólogo brasileiro, não haveria senão a “sociologia aplicada” (BASTIDE, 1953, p. 526). Ainda adverte:

1) a sociologia revelar-se-á tanto mais fecunda quanto mais repousarem as suas aplicações em pesquisas teóricas inteiramente desinteressadas. 2) Não há uma ciência dos fins; a sociologia não nos pode dar valores ou ideais. Encontrar esses valores ou ideais, para um país dado, é a tarefa da *filosofia* social ou da política. O sociólogo não pode fazer outra coisa senão indicar os melhores meios para realizar fins que lhe são dados de fora [...] Uma sociologia ‘valorizada’ como você parece por vezes desejar, seria uma sociologia falsificada. E como é fácil confundir os interesses do próprio

partido ou da própria classe com os da nação, ela seria mais prejudicial do que útil ao Brasil. (BASTIDE, 1953, p. 526).

E finaliza: “a sociologia será internacional, como a física, ou não existirá. Será desinteressada antes de tudo ou não terá aplicação prática. Seu admirador devotado – Roger Bastide” (BASTIDE, 1953, p. 528).¹⁴⁷

Bastide levantava argumentos no sentido de defender uma sociologia universal (embora não abstratamente universal), desinteressada e, logo, não-valorativa – características que eram ícones da sociologia uspiana; alegava ele que se enfraqueciam a solidariedade e as influências da condição nacional – e cita a nova divisão internacional do trabalho intelectual (e a USP era um símbolo disto com seus professores franceses, americanos, alemães, ingleses, brasileiros, etc.) –, e fortaleciam-se as de classe, pois já seria mais plausível falar em sociologia burguesa ou proletária que francesa ou brasileira. Ademais, a sociologia científica, desinteressada e expurgada de valores, não poderia fornecer fins, mas apenas meios para alcançar tais fins. Bastide indicava, assim, a força dos argumentos weberianos com relação à ciência como vocação, a posição mannheimiana da irracionalidade na política, a relação com valores de Max Scheler, bem como os resíduos durkheimianos (e positivistas) com os quais ele próprio imaginava ter rompido. Indicava também, inadvertidamente, o peso da influência que exercia sobre o jovem Florestan Fernandes que,¹⁴⁸ naquele momento, trabalhava com Bastide na pesquisa patrocinada pela UNESCO sobre relações raciais.

Uma sociologia universal conseqüente, não normativa, não valorativa, cujo sistema de conceitos fosse igualmente universal e objetivo (leia-se separar os

¹⁴⁷ Impossível saber se a candura das palavras desarmou o espírito beligerante de Guerreiro Ramos, o fato é que ele – curiosamente – não se ocupou de responder, em contra-ataque como era seu estilo, tais questões. Talvez seja a única contenda qual se eximiu.

¹⁴⁸ A discordância em relação à fidelidade a valores nacionais em detrimento da ciência será – veremos – a tônica da primeira crítica de Florestan Fernandes a Guerreiro Ramos, em 1958.

fatos dos valores): essa era a forma para Bastide. Somente o universo da ciência seria autônomo, mas qual seria tal universo? Algo paralelo à vida, valores, sentimentos, interesses, posições políticas? Se concordava – com Guerreiro Ramos – em não importar absolutamente métodos ‘exteriores’, de imediato criticava-o por negligenciar a classificação da sociologia em teórica e aplicada. E era justamente a posição de Guerreiro, para qual o método não era uma profissão de fé, fidelidade a cânones ou um pergaminho sagrado, e sim uma construção coetânea aos interesses do pesquisador (e seu entorno social) e necessidades teóricas do entendimento de uma realidade específica. Na verdade, Bastide estava certo quanto à negligência da questão “sociologia aplicada *VERSUS* teórica” ou sistemática (como se costumava chamá-la, lembrando Mannheim): para Guerreiro tal divisão não fazia o menor sentido, pois estava comprometido com a sociologia como práxis.

Por seu turno, Bastide, mais tarde, preocupar-se-á em elaborar um “método anti-etnocêntrico” e, em 1957, já de volta à França afirmará: “o sociólogo que estuda o Brasil não sabe mais que sistema de conceitos utilizar. Todas as noções que aprendeu nos países europeus ou norte-americanos não têm ali valor” (apud QUEIROZ, 1983, p. 15). Ou Bastide mudara, ou o Brasil era realmente peculiar.

3. A redução sociológica

A revisão do pensamento sociológico efetuada até então por Guerreiro Ramos tinha – segundo ele – como referência um método de crítica da ideologia,

da visão de mundo (em termos mannheimianos) compartilhada pelos sujeitos e cotejada com o contexto no qual atuavam. No caso da sociologia brasileira, mesmo a corrente crítica – a mais avançada para ele em termos de interpretação da realidade nacional e que refletiria a consciência possível do período¹⁴⁹ – tropeçaria nas limitações dadas pelas circunstâncias históricas, que não favoreceriam o nascimento de uma sociologia autêntica. Chegado um momento no qual a fase cultural adentrada pela sociedade brasileira propiciaria um vislumbre de autoconhecimento social, urgia efetivar uma renovação no pensamento e atitude sociológicos no Brasil. Haveria um movimento de “centripetismo”, “uma tensão dialética entre a estrutura anacrônica do país e sua estrutura em geração”. Em termos superestruturais, “essa tensão traduziria um conflito de duas perspectivas: a do país velho e a do país novo, a da mentalidade colonial (ou reflexa) e a da mentalidade autenticamente nacional” (RAMOS, 1996, p. 68). Esta seria sua agenda:

- 1- a elaboração de um método de análise, suscetível de ser utilizado na avaliação do valor objetivo do produto intelectual, como integração do significado das obras nos fatos, e não como proeza ou afirmação meramente individualista;
- 2- a revisão crítica de nossa produção intelectual realizada, até aqui, à luz dos fatos da vida brasileira;
- 3- o estímulo da auto-análise, como instrumento de purgação de equívocos e vícios mentais e de ajustamento do produtor intelectual às propensões da realidade. (RAMOS, 1957b, p. 30).

A redução sociológica – obra fundamental do autor, escrita em 1958 – é o esforço maior de Guerreiro Ramos para embasar a construção de uma sociologia nacional e a peça maior de sua passagem pelo ISEB. Nesta obra, intenta condensar suas reflexões teórico-metodológicas até então formuladas,

¹⁴⁹ G. Lukács e L. Goldmann – referências para o conceito de consciência possível – já faziam parte do repertório teórico do autor. Por outro lado, além dessas referências, também revela conhecer a obra de Georg Simmel, filósofo e sociólogo alemão até então pouco conhecido no Brasil, apesar de sua influência (indireta) por meio da sociologia estadunidense da Escola de Chicago (RAMOS, 1957b, 1979).

relevando o conceito (central) de *redução sociológica* que – acrescenta ele em prefácio à 2ª edição, escrito em 1963 – teria como sentidos básicos:

1) redução como método de assimilação crítica da produção sociológica estrangeira [...] 2) redução como atitude parentética, isto é, como adestramento cultural do indivíduo, que o habilita a transcender, no limite do possível, os condicionamentos circunstanciais que conspiram contra a sua expressão livre e autônoma [...] 3) redução como superação da sociologia nos termos institucionais e universitários em que se encontra. (RAMOS, 1996, p. 11).

Conforme comentário do autor, expresso em esquema posterior (RAMOS, 1989, p. XVI-XVII), o primeiro sentido já teria sido desenvolvido nos seus trabalhos dos anos 1950 – máxime em *O processo da sociologia no Brasil* (de 1953), *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (de 1954), *Introdução crítica à sociologia brasileira* (publicada em 1957) e *A redução sociológica* (de 1958) – e o segundo estaria presente, sobretudo, em *Mito e verdade da revolução brasileira* (de 1963); *A nova ciência das organizações* (escrito em 1972/3, e publicado somente em 1982) ocupar-se-ia do terceiro sentido. Todavia, tais sentidos viriam a adquirir essa significação a partir dos anos 1960 e seriam explicitados pelo autor a partir de 1963; em 1958, ano da publicação de *A redução sociológica*, a obsessão do autor – ele próprio o admitirá mais tarde, no prefácio à 2ª edição desta obra, em 1963 – era inaugurar uma *sociologia nacional*.

São as atuais condições objetivas do Brasil que propõem a tarefa de fundação de uma sociologia nacional. *De fundação, antes que de fundamentação*, pois não se trata de utilizar o repertório já existente de conhecimentos sociológicos para justificar orientação ou diretriz ocasional [...] Há que se fazer toda uma sociologia do fundamento e da fundação, que não pode ser realizada nesta oportunidade. O fundamento de uma sociologia verdadeiramente brasileira deve ser, antes de mais nada, um fato, um processo real, um dado concreto [...]

A redução sociológica é um método destinado a habilitar o estudioso a praticar a transposição de conhecimentos e de experiências de uma perspectiva para outra. *O que a inspira é a consciência sistemática de que existe uma perspectiva brasileira. Toda cultura nacional é uma perspectiva particular.* (RAMOS, 1996, p. 41-2, grifos nossos).¹⁵⁰

¹⁵⁰ No presente trabalho, mesmo quando nos referirmos a 1ª e 2ª edições de *A redução sociológica*, utilizaremos a 3ª edição, mais completa, pois contém – além da 1ª e 2ª edições – textos importantes de outros autores.

A preocupação do autor naquele momento estava centrada na assimilação crítica do conhecimento produzido no ‘exterior’ e no desenvolvimento da produção teórica brasileira, assim, dirigia-se aos intelectuais (“a habilitar o estudioso”), particularmente os sociólogos, aos quais já vinha se referindo – em alguns de seus escritos como “Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo”, “Meditações para os sociólogos em flor” e “Para uma sociologia em mangas de camisa” (RAMOS, 1957b). O público alvo do autor era certa elite cultural, mormente a *intelligentzia* nacional, pois essa lhe parecia ainda o ator político privilegiado. As considerações a respeito de uma sociologia – e da redução sociológica – como instrumento crítico ao alcance dos ‘leigos’, do homem comum, do povo, como “saber de salvação” – e daí a crítica à sociologia como saber “esotérico” – virão mais tarde, nos anos 1960, a peça central desta posição é o prefácio à 2ª edição de *A redução sociológica* (escrito em 1963, revisto em 1964 e publicado na 2ª edição, em 1965), máxime as críticas a Florestan Fernandes.

A configuração da audiência fica clara quando o autor escolhe os interlocutores e os adversários:

[...] as ciências sociais, na forma que assumiram nos meios acadêmicos oficiais, são, em grande parte, uma ideologia da dominação [“de uma minoria de empresários capitalistas europeus que constituem o centro dominante do Ocidente e do mundo”], na medida em que dificultam a compreensão global do processo histórico-social e distraem a atenção dos estudiosos para aspectos fragmentários desse processo. (RAMOS, 1996, p. 159).

Guerreiro Ramos delimita o campo de batalha, bem como sua trincheira, ao assinalar que as ciências, principalmente as sociais, não seriam imunes ao condicionamento histórico, “variam historicamente, e tem de ser examinadas à luz da *reciprocidade das perspectivas*” (termo tomado a Theodor Litt), assim,

constituiriam em dado período “um aspecto integrado numa *totalidade de sentido*”, e sendo tributárias da “cosmovisão” de cada período histórico, não se poderiam pretender permanentemente válidas (RAMOS, 1996, p. 160, grifos nossos).

Como método – atitude (científica e social) e também forma de posicionamento ontológico – a redução sociológica teria, segundo descrição do autor, as seguintes características:

1) *É atitude metódica [...]* 2) *Não admite a existência na realidade social de objetos sem pressupostos [...]* 3) *Postula a noção de mundo [...]* 4) *É perspectivista [...]* 5) *Seus suportes são coletivos e não individuais [...]* 6) *É um procedimento crítico-assimilativo da experiência estrangeira [...]* 7) *Embora seus suportes coletivos sejam vivências populares, a redução sociológica é atitude altamente elaborada.* (RAMOS, 1996, p. 72-3, grifos do autor).

Ao longo do livro dirige-se quase sempre ao sociólogo como ser-no-mundo, portador de uma existência social e histórica determinada, ao qual caberia entender e utilizar na prática da redução sociológica determinadas leis. A *lei do comprometimento* estabeleceria que nos países periféricos a idéia e a prática da redução sociológica estariam ao alcance somente daqueles sociólogos que adotassem “sistematicamente uma posição de engajamento ou de compromisso consciente com o seu contexto” (RAMOS, 1996, p. 105). Os problemas colocados à ciência social também não seriam casuais, obedeceriam à fase histórica – definida como totalidade dialética, porém só caracterizável *a posteriori* –¹⁵¹ na qual a sociedade se encontrasse (*lei das fases*) e, também ao sociólogo, cumpriria reconhecer a validade da *lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência*,

¹⁵¹ Guerreiro Ramos, freqüentemente, quando intui que seu voluntarismo sociológico e militante encaminha-se para uma teleologia da história, solapando o tão prezado culturalismo determinista, ‘atrasa o relógio’ da teoria e afirma a constatação somente por meio da experiência realizada (*a posteriori*). São exemplos a questões da burocracia como possível agente de modernização em *Administração e estratégia do desenvolvimento* (cap. IV) e aqui, em relação às fases, n’*A redução sociológica*. O mesmo se dá com as formulações ibespianas (na maioria de H. Jaguaribe) em relação à questão da ideologia (ver seção 3, cap. I.).

entretanto, submetendo o conhecimento “importado” à *lei do caráter subsidiário da produção científica estrangeira*, só assim lhe seria possível utilizar-se da *razão sociológica*, isto é, “uma referência básica, a partir da qual tudo o que acontece em determinado momento de uma sociedade adquire o seu exato sentido” (RAMOS, 1996, p. 29).

Na fundamentação teórica da redução repousa a noção de que a realidade social – em sua complexidade – seria tecida por entes em sistemática conexão de sentido, não sendo gratuitos os fatos da vida social, mas “referidos uns aos outros por um vínculo de significação” (RAMOS, 1996, p. 72).¹⁵² Inferia daí a categoria *mundo*, na qual o sujeito, sua consciência e os objetos estariam intrinsecamente relacionados, existindo em profunda imbricação uns com os outros, assim, a *consciência* não seria uma forma do entendimento se ocupar das coisas, mas sempre consciência ‘de algo’, das coisas, referida sempre ao objeto. Também as idéias estariam enredadas nessa trama e, se construídas com base na ausência de consciência crítica e no uso da transplantação literal, alicerçadas na crença no axioma de que as mesmas idéias produziriam os mesmos efeitos em contextos distintos, configurar-se-ia a *ingenuidade*. O homem como ser social, como *ser-no-mundo* (e *ser-do-mundo*) estaria fatalmente inserido num determinado contexto, suas ações, formas de consciência, valores, em suma, sua *visão de mundo* (*Weltanschauung*) – que o autor define como a “totalidade transcendente à qual devem ser referidos os objetos para serem compreendidos” (RAMOS, 1996, p. 99) – estaria ancorada na sua existência histórica, logo, socialmente singular. Tal

¹⁵² Por vezes, Guerreiro Ramos refere-se aos fatos sociais como fenômenos sociais totais, demonstrando que estava sintonizado com a crítica à qual era submetida a concepção de fato social (como algo, coisa) e o positivismo. Essa crítica, feita desde dentro por Marcel Mauss, sofria maior assédio de fora, mormente pela sociologia de influência fenomenológica, tendo em Georges Gurvitch e Jules Monerot alguns dos teóricos mais dedicados.

visão de mundo, entretanto, longe de ser uma “pura construção intelectual”, deslocada da concretude das relações sociais, teria suportes sociais “de massa”.¹⁵³

O pensar – logo o pensamento científico e a sociologia em particular – só poderia ser algo relativizado, relacionado, dirigido a partir de uma perspectiva determinada. O sociólogo, como sujeito investigador, instrumentalizaria esse *perspectivismo* – de cunho social e não individual – na procura de um conhecimento *autêntico*, cuja *funcionalidade* estaria intimamente relacionada a uma *intencionalidade* dos sujeitos e referida à estrutura social e suas relações.¹⁵⁴ Não haveria, portanto, posição neutra, equidistante ou superior, estariam os sociólogos condenados à ação. “Todo teorizar é extensão do fazer ao nível da representação” (RAMOS, 1996, p. 108), sentencia.

Há nessa construção débito evidente para com a fenomenologia e a filosofia da existência: de Husserl (1980) tomou a noção de *redução fenomenológica* ou *epochê* como atitude *parentética* – de por entre parênteses a existência efetiva do (ou de algo no) mundo – e as de intencionalidade, perspectivismo e consciência;¹⁵⁵ já de Heidegger (1979, 1989) absorve os conceitos de funcionalidade, ser-no-mundo e mundo. Obviamente, a dificuldade de utilização sociológica desses conceitos fez Guerreiro Ramos reconstruí-los na

¹⁵³ O conceito teve diferentes usos em diferentes autores (W. Dilthey, K. Mannheim, L. Goldmann) que Guerreiro Ramos cita sem se preocupar com tal disparidade. Nas concepções de alguns desses autores, Mannheim (1972) e Goldmann (1976a, 1976b, 1979), a visão de mundo é sempre algo relacionado a uma classe social, nunca em termos de massa. Daí percebe-se que para o sociólogo brasileiro as classes (em formação) ainda não possuíam centralidade no entendimento da sociedade brasileira.

¹⁵⁴ Embora qualifique a perspectiva como algo social, o autor não explicita a relação desta com os grupos sociais, aparentemente, tal relação é pensada mais em termos de *nação* – que na construção do autor não excluiria as relações de classe, todavia, com frequência ele enfatiza a existência social num espaço vital. As raras vezes (*em A redução sociológica*) que se refere a grupos sociais, toma por exemplos povos e nações.

¹⁵⁵ A noção de perspectivismo é apontada por alguns comentaristas como proveniente da influência de Ortega y Gasset, todavia, as referências explicitadas por Guerreiro Ramos – e aqui interpretadas – são de extração fenomenológica: Husserl, Heidegger e os sociólogos T. Litt, A. Vierkandt, A. Shütz, M. Scheler, G. Gurvitch.

medida de suas necessidades, expurgando, por exemplo, a transcendentalidade do sujeito (*eu*) em Husserl – substituindo-a pela determinação social – e atenuando a dimensão existencial e ontologicamente dada que conceitos como ser-no-mundo e mundo adquirem em Heidegger, alterando-os no sentido de uma abordagem sociológica que privilegia as condições efetivas de vivência e sociabilidade histórico-social de restrita temporalidade, utilizando para tanto certas determinações do conceito de mundo elaborado por Mannheim. Há também, em certa medida, influência de Dilthey (e sua filosofia da vida) nessa construção – especialmente quanto ao conceito de mundo.¹⁵⁶

No entanto, Guerreiro Ramos nega que sua redução sociológica seja uma fenomenologia do social, uma ciência eidética – no sentido husserliano – do social,¹⁵⁷ já que seu objetivo não seria conhecer o modo de ser do social e sim estabelecer, por meio do universal, uma perspectiva particular a partir da qual – conforme o imperativo de conhecer e a necessidade social de realização de seu projeto de existência histórica – uma comunidade, entendida aqui como *nação*, a “mais eminente forma contemporânea de existência histórica”, poderia servir-se

¹⁵⁶ Nessa construção, a já comentada influência de Hegel, cuja herança – e de “seus continuadores revolucionários” – ele próprio admite (RAMOS, 1957b, p. 213), aflui mais como um elemento geral de formação cultural que um autor diretamente citado em suas formulações. Talvez certa concepção dialética da existência – e possibilidades de autoconsciência – histórica, bem como o privilégio do conceito de totalidade, sejam devedores de Hegel. Quanto a Karl Jaspers, sua influência não é algo seminal, deve-se mais à característica de epígono de autores ‘maiores’ (Kant, Weber, Kierkegaard, Heidegger) e à notoriedade de suas análises do mundo contemporâneo que propriamente ao peso de sua construção conceitual.

¹⁵⁷ Em artigos publicados naquele ano de 1958, na revista *Estudos Sociais* (nº 3/4), Benedito Nunes (1996) concorda com a afirmação de Guerreiro Ramos e salienta os aspectos críticos e reflexivos da redução; já Jacob Gorender (1996) discorda e vê na redução a simples transposição do método de Husserl. Todavia, Teotônio Júnior (1958, p. 194), em resenha febril publicada no mesmo ano, na *Revista Brasiliense*, aproxima Guerreiro Ramos de um obtuso marxismo e ressalta: “A teoria da sociedade brasileira e a redução sociológica abrem-se-nos, assim, o caminho para uma teoria do mundo, do passado, do presente e do futuro, para uma nova concepção do espaço e do tempo, para, enfim, uma nova metafísica. Esta é a conseqüência lógica que Guerreiro Ramos não pôde tirar dado o caráter limitado do seu livro e sua obra à Sociologia. Conseqüência implícita, mas não afirmada”. De fato, jamais afirmada. Apesar da inconseqüência das palavras, temos uma idéia do impacto de *A redução sociológica* em alguns intelectuais, naquele momento.

da experiência de outras comunidades (RAMOS, 1996, p. 50). Desse modo, a redução operaria em dois níveis básicos: 1) para ultrapassar a aparência imediata dos objetos no mundo e, 2) assimilar criticamente a produção teórica estrangeira, subsidiando uma razão sociológica que, assemelhada à razão vital de Ortega y Gasset e à razão histórica de W. Dilthey, serviria como referência básica, a partir da qual o ocorrido em uma sociedade encontra um sentido apropriado e essa sociedade adquire sua *personalização* histórica (RAMOS, 1996, p. 129).

Subjacente a essa oportunidade histórica, estaria a análise de que a emergência de uma nova fase tornaria possível uma consciência crítica devido aos imperativos do desenvolvimento e as condições sociais estruturais concomitantes, máxime a industrialização e seus efeitos principais (urbanização e melhoria dos hábitos populares de consumo), que possibilitaria – na presença de um conhecimento rigoroso – o afloramento de uma sociologia autêntica, emergindo como produto orgânico e histórico de uma cultura (nos termos de FREYER, 1944), uma sociologia nacional.

Assinala Guerreiro Ramos que a sociologia (como ciência) seria universal, pois (1) os povos estariam estreitamente relacionados no contexto do mundo e (2) todos reconheceriam nela um repertório teórico “geral” de enunciados, válidos universalmente; todavia, o universal só seria alcançado – conforme a redução sociológica – por meio das mediações do local, do regional e do nacional. A possibilidade de uma sociologia nacional dar-se-ia então não por uma suposta variação dos seus princípios gerais de nação para nação, mas pela funcionalidade¹⁵⁸ das elaborações do sociólogo como “ser-em-situação”,

¹⁵⁸ O conceito de função na obra do autor, a partir daí, perde seu cunho ‘funcionalista’, de contribuição para um equilíbrio geral ou reiteração de dinâmica sistêmica, para adquirir cunho

historicamente localizado, donde derivaria uma perspectiva própria, peculiar; seria, portanto, o “caráter necessariamente particular de que se revestem os pontos de vista dos sociólogos, tanto quanto sejam significativa e funcionalmente adequados aos problemas da nação em que vivem” (RAMOS, 1996, p. 126) que caracterizaria como nacionais as sociologias. Assim, toda sociologia autêntica seria nacional. A sociologia como algo universal só se realizaria na sociologia nacional, uma construção dialética peculiar de Guerreiro Ramos, segundo a qual o universal (como totalidade) ‘preexistiria’ ao particular, o que não significa que sua sociologia seja simplesmente dedutivista, já que também o particular, por indução, configuraria a totalidade; tal dialética fica deveras complicada pelo fato de Guerreiro Ramos não distinguir entre o todo ‘preexistente’ e o todo ao qual chega pelo movimento dialético, são um único conceito, que muitas vezes confere uma aparência circular (ou talvez espiral) ao raciocínio.

Uma sociologia nacional no Brasil, até aquele momento, não teria sido possível devido à *situação colonial*,¹⁵⁹ a heteronomia da vida colonial que levaria a um condicionamento mental por fatores externos e secundariamente internos, ou seja, a *alienação*. As idéias, como os objetos, não poderiam ser transpostos sem conseqüências, sob pena de serem os importadores envolvidos pela intencionalidade da qual aquelas seriam portadoras. Como Roland Corbisier (1960), também para Guerreiro Ramos, tudo seria colonial na colônia. O colonialismo como sistema cultural – e além dos franceses, Guerreiro recorre agora aos africanos como Cheik Anta Diop, Aimé Césaire e Abdoulaye Ly –

existencial, “em termos de sentido, de acordo com a intencionalidade que possui numa estrutura referencial” (RAMOS, 1996, p. 87).

¹⁵⁹ Aqui referida – pela influência de Sartre e Balandier, entre outros – como sistema de dominação político-cultural (e existencial) e não como forma de organização da produção de mercadorias. Forma conceitual que logo após, no início dos anos 1960, seria particularmente desenvolvida por Frantz Fanon (1979).

adquire, sob o arsenal existencialista, peso ontológico; ontologia um tanto capenga, vez que ela na colônia se impõe de modo ‘imperfeito’, determinando o ser social quase que unilateralmente – pois os fatores internos não se impõem em momento algum aos externos – e conforme pressupostos imediatamente econômicos dos quais derivam também imediatamente formas culturais. Se na colônia tudo é colonial, também o é a ontologia, manca e superficial, ‘subdesenvolvida’.

A redução sociológica e a proposta de uma sociologia nacional refletiam num plano teórico-metodológico as vicissitudes da interpretação nacionalista da sociedade brasileira – num contexto de dominação imperialista – e de um projeto de capitalismo nacional e autônomo. O colonialismo cultural – conforme disposto aqui – guarda inegáveis similaridades com as análises do atraso e do subdesenvolvimento; a dominação econômica encontra na cultura seu espelhamento quase que ‘natural’, ambas são frutos da mesma visão de mundo que, naquele momento, tinha na ‘produção isebiana’ uma fortaleza e, na obra de Guerreiro Ramos, a principal formulação.

O “efeito de prestígio”, o mau hábito das elites de importar tanto idéias quanto mercadorias industrializadas (ou simplesmente ‘de luxo’), condenado sociologicamente por Guerreiro Ramos utilizando-se da teoria da imitação de G. Tarde, tinha como seu correspondente o “efeito de demonstração” de J. S. Duesenberry, usado pelos economistas – e esmeravam-se nisso os cepalinos –¹⁶⁰ na crítica ao modelo econômico capitalista em voga nos países periféricos. A repulsa à exportação de matérias-primas e à importação de bens industrializados,

¹⁶⁰ Uma das influências aqui é Raúl Prebisch, que alertava para os hábitos de consumo ostentatório e imitativo da elite como forma de dispêndio do excedente econômico.

de maior uso tecnológico e agregação de valor, encontra sua correlação na redução sociológica e suas propostas de valorização da realidade nacional e privilégio da peculiaridade para ‘uso’ próprio como matéria-prima de uma produção sociológica de ‘capital’ intensivo, tecnologicamente aparelhada e não como simples “enteléquias” – configuradas no diletantismo, nostálgico e retórico, dos beletristas sociais. Alberto Torres, muito prezado por Guerreiro Ramos, é – daí em diante – também criticado por advogar uma “vocação agrícola” do país, quando o imperativo prático deveria ser o desenvolvimento tecnológico.¹⁶¹

As vantagens comparativas da “vocação agrícola” eram vistas agora como “desvantagens reiterativas” – (FURTADO, 1975, 1983) –, elemento de ocorrência da desigualdade (em desfavor dos países periféricos) dos termos internacionais de troca. A ordem era substituir a importa o de bens acabados – nos quais se incluriam os métodos, teorias e conceitos – pela importa o de tecnologia que, devidamente assimilada e aplicada (daí um dos usos da redução), capacitaria-nos   produção de bens finais, em larga escala, com técnica apurada e gerando produtos genuinamente nacionais – não   fortuita a compara o que faz Guerreiro Ramos entre a depura o de idéias e de minérios. A industrializa o aparece assim como o processo por excelência do desenvolvimento ou, revertendo a ironia guerreiriana, como o ‘abridor de latas’ do desenvolvimento. Talvez mesmo – anseia Guerreiro Ramos – fosse possível iniciar uma exporta o de nossas idéias como bens finais, o que o leva a imediatamente reivindicar mercados para tais produtos:

¹⁶¹   época, tais termos eram considerados contraditórios, pois o setor rural era identificado com o atraso, ao passo que o urbano-industrial significaria o moderno; dualidade que, sem uma conseqüente análise de classes, mostrou-se insuficiente como explica o para o ‘atraso’ dos países periféricos.

Articulando o seu pensamento com a prática social, o sociólogo, que deixou de ser mentalmente colonizado, passa de consumidor passivo de idéias importadas a instrumentador e até mesmo a produtor de novas idéias destinadas à exportação. Provavelmente, em breve, será despertada a atenção dos estudiosos para o fato de que temos, hoje, no Brasil, uma teoria sociológica geral mais penetrante e avançada do que a norte-americana, capaz inclusive de envolvê-la e explicá-la. (RAMOS, 1996, p. 126).

As fronteiras entre o cientista e o representante comercial – naqueles anos, melhor seria ‘caixeiro viajante’ - diluem-se sob a ação corrosiva do engajamento temerário e afoito. A intrincada construção teórica da redução sociológica, com todos seus ‘porquês’ e ‘senões’ historicistas, culturalistas e existenciais perde muito de seu gume no afã de produzir resultados imediatos – o que não a inviabiliza teoricamente.¹⁶²

Há na redução um esforço teórico – e profícuo – de interpretar e assimilar criticamente as idéias, de não tratá-las como algo etéreo e só remotamente social e histórico, mas como construções, representações carregadas de significação e remetendo-se a realidades próprias – ainda que não absolutamente exclusivas – e em inter-relação com sujeitos e coisas, o que não pode ser simplesmente desconsiderado. Determinados equívocos da recusa intransigente em conceder generalidade às idéias sem perder de vista a particularidade, ou mesmo singularidade, não autorizam a extrapolação inconseqüente das idéias – seus usos e referenciais – que, atadas a qualquer circunstância, perdem o poder mesmo da significação numa ânsia de cosmopolitismo (abstrato). A banalização alegórica das idéias não receita ou permite a banalização conceitual.

No fundo, nota-se que persistiam na elaboração teórico-metodológica de Guerreiro Ramos os mesmos equívocos de sua interpretação da sociedade

¹⁶² A redução continua a figurar entre os poucos trabalhos brasileiros que enfrentaram as questões da teoria sociológica e suas bases, bem como entre os raros que promoveram uma reavaliação crítica do uso indiscriminado de instrumentos teóricos na análise dos fenômenos da sociedade brasileira.

brasileira naquela conjuntura. Pretendia, segundo ele próprio, fundar (antes que refundar) a sociologia brasileira, agora nacional, desprezando – embora suas referências a uma “corrente crítica da sociologia brasileira” (Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, etc.) o desmintam – o então existente, fazendo quase que *tabula rasa* de uma incipiente (porém promissora) cultura e tradição, uma vez que o resultado dessa colheita seria irrisório e a ação daninha do colonialismo cultural teria inviabilizado várias safras e gerações.

Não estaria o próprio Guerreiro Ramos retirando com uma mão o que tentava (re)colocar com a outra, quando desconsidera justamente uma frágil herança cultural brasileira ou até mesmo “espúria”, “residual” e, ao mesmo tempo, empreende renhida luta pelo reconhecimento e fidelidade à realidade nacional? E se apesar do colonialismo – tão inexorável em sua determinação – fosse realmente e somente aquela, naquelas condições, a nossa realidade brasileira? E se fosse, ao fundo e a contragosto, tal ‘miséria cultural’ a nossa verdadeira ‘alma’? A nossa única herança e nossa circunstancial forma de ser?

Todas essas questões ficaram sem resposta, já que a contrariedade à miséria nacional tinha como contraface a amputação dos nossos males ‘pela raiz’; desconsiderar o existente na construção de uma “sociologia nacional” também era desconsiderar os condicionantes internos de produção dessa realidade; o peso do colonialismo, do domínio dos países centrais, retirava o foco sobre as circunstâncias ‘internas’ de criação da miséria brasileira e, por conseguinte, dos sujeitos ocasionalmente ou mesmo diretamente beneficiários da situação. O nacionalismo ainda persistia em realizar o capitalismo nacional e autônomo

esclarecendo as elites e poupando as classes dominantes – mormente a burguesia industrial – de um exame mais rigoroso de sua condição, atuação e perspectivas.

O intelectual (e o sociólogo), mesmo com um olho na rua, ainda se comportava como demiurgo, guardando para si uma tarefa hercúlea: “Nesses países periféricos, a sociedade não está fundada segundo critérios próprios, é algo a fundar, e, por isso, a assunção, o engajamento, abre, para o intelectual, um horizonte de infinitas possibilidades” (RAMOS, 1996, p. 111-2). As possibilidades abertas naquela fase histórica permitiriam – segundo Guerreiro Ramos – aspirar à fundação não só de uma sociologia mas, concomitantemente, da própria sociedade em bases nacionais. Desse modo, vislumbrava uma transformação em curso, entretanto, havia certa miopia em relação aos transformadores: a *intelligentzia* persistia em monopolizar as prerrogativas da mudança ou o povo estava atrasado para a tarefa?

O povo – para Guerreiro Ramos – estaria vivendo “nova etapa do seu processo histórico-social”, ainda estaria se “configurando entre nós a categoria de verdadeiro povo”, todavia, incrementar-se-ia sua consciência política e já estaria empenhado na realização de projetos” (RAMOS, 1996, p. 53), ou seja, de momento, seria imaturo para o vulto do trabalho. Surgia para a *intelligentzia* – até então ungida pela demiurgia – uma nova vocação, cujos antecedentes remotos teriam nos jesuítas seu fundamento, mas que agora, em meados do séc. XX, havia encontrado em educadores e militantes da esquerda nacional um ‘novo’ começo: a de ‘pedagogo’. Eis então o novo papel do intelectual: educar o povo em vez de tutelá-lo, levá-lo a maioria de sua condição – sob seus auspícios.¹⁶³

¹⁶³ No início dos anos 1960, seria essa – guardadas certas diferenças – a tônica das atuações de parte do PCB, dos CPCs (Centros Populares de Cultura) da UNE (União Nacional dos Estudantes),

Somente no início dos anos 1960, após sua experiência isebiana, num contexto de maior conflituosidade política e lutas de classe, Guerreiro Ramos diagnosticará a emergência do povo como novo e privilegiado ator no cenário político, a partir daí a transformação da realidade social não será apanágio da elite cultural reformada, do intelectual, do sociólogo. Em 1963, no prefácio à 2ª edição d' *A redução...*, afirma:

A sociologia não é especialização, ofício profissional, senão na fase da evolução histórica em que nos encontramos, em que ainda perduram as barreiras sociais que vedam o acesso da maioria dos indivíduos ao saber. *A vocação da sociologia é resgatar o homem ao homem*, permitir-lhe ingresso num plano de existência autoconsciente. É, no mais autêntico sentido da palavra, tornar-se um *saber de salvação*. (RAMOS, 1996, p. 10-1, grifos nossos).¹⁶⁴

E, retomando a questão por novo ângulo, conforme outro significado da redução (intentado em *Mito e verdade da revolução brasileira*, de 1963), alega que a sociologia teria como vício de origem o comprometimento com a ordem burguesa – daí, segundo ele, os sociólogos evitem o tema da revolução – e deveria, entretanto, como “crítica da organização”,¹⁶⁵ ter como objetivo “submeter

do ISEB, do MCP (Movimento de Cultura Popular) com Paulo Freire – autor para o qual as formulações de Guerreiro Ramos, mormente a redução sociológica, tiveram grande influência (PAIVA, 1986) –, do MEB (Movimento de Educação de Base) por iniciativa da Igreja progressista e militante, artistas, intelectuais, jovens idealistas, etc. (PÉCAUT, 1989).

¹⁶⁴ O termo também foi usado por Helio Jaguaribe (1979a) num sentido cristão de saber revelado, Augusto Comte já havia usado a expressão (SIMON, 19[?], p. 274), entretanto, Max Scheler (1986, p. 52) parece ser a fonte do conceito, pois em 1925 já se referia “[...] ao devir do *mundo* e ao devir intemporal do *próprio princípio* supremo ao seu modo de ser e existência, que atingem a ‘determinação’ do seu próprio devir somente no nosso saber humano ou em qualquer saber possível, ou pelo menos atingem algo sem o que não poderiam alcançar esta determinação. Chamemos esse saber, que tem por fim a divindade [...] ‘*saber de salvação*’ ou de *redenção*’ [...] que o nosso núcleo pessoal busca conquistar a participação no *próprio* ser e no princípio supremo das coisas, respectivamente onde esta participação lhe é concedida pelo próprio princípio supremo; ou então: é o saber onde o princípio supremo das coisas, enquanto se ‘sabe’ a si mesmo e ‘sabe’ o mundo em nós e por nós, alcança ele *próprio* seu objetivo intemporal, como ensinavam primeiro Spinoza, depois Hegel e Eduard Von Hartmann; ele consegue uma espécie de *unificação* consigo mesmo, a libertação de uma ‘tensão’ e de uma ‘oposição originária’ que nele residiam”.

¹⁶⁵ O conceito de *organização* tem duplo significado na obra do autor, de início utiliza o conceito do mesmo modo que Alberto Torres (1982a), com o significado de estruturação racional da sociedade, mais tarde, usa também o termo de modo aproximado ao da sociologia contemporânea – embora sem abolir uso da primeira forma – acrescentando certo cunho libertário no sentido de identificar a organização com o domínio férreo (por vezes burocrático) da vida social, mormente por meio das rotinas, sejam elas institucionais ou simplesmente cotidianas. Neste último sentido,

a existência social à reflexão, fundamentar-se na atitude parentética”,¹⁶⁶ a saber, submeter à crítica incessante as condições sociais dadas e o próprio conhecimento que se quer hábil para fazê-lo. Assim, assumindo seu caráter de “saber de salvação”, a sociologia possibilitaria também aos leigos um posicionamento crítico no mundo, capacitando à interpretação da realidade da existência, promovendo agora o encontro entre a consciência crítica e sociologia autêntica: “A ‘promessa’ da Sociologia é a de constituir-se num saber liberador, consistente em possibilitar ao cidadão comum, e não apenas aos especialistas, a qualidade mental que [Wright] Mills chama de ‘imaginação sociológica’” (RAMOS, 1963, p. 152).

Em busca do povo, Guerreiro Ramos e a sociologia continuavam presos a certo messianismo, agora popular e salvador. O projeto de uma sociologia nacional ruiu com o Golpe de 1964, já a redução sociológica, malgrado sua imbricação com dado projeto, está para ser revista como proposta metodológica, vez que se suas proposições de sentido cripto-nacionalista guardam o bolor do seu tempo, muitos dos problemas contra os quais investia ainda guardam incômoda atualidade. Fica talvez a lição de que o enraizamento social da sociologia – a busca de uma profunda imbricação entre os problemas, os sujeitos, o arsenal conceitual-metodológico e a práxis – não passa necessariamente pela

quando Guerreiro Ramos define o termo, embora não o faça sistematicamente, limita-se a afirmar que a organização é “[...] o segredo da servidão humana. É para os seres humanos o que a espécie é para os animais inferiores. Uniformiza as condutas, subordinando-as mecânica e dogmaticamente, reduz e até anula a liberdade”; sendo “[...] pressuposto oculto da existência humana. É o veneno do cotidiano, cujos efeitos lesivos passam ordinariamente despercebidos. Somente quando se examina a existência humana do ponto de vista sistemático da organização, é que se pode perceber o quanto nela é patológico disfarçado em normalidade” (RAMOS, 1963, p. 147 e 149 respect.). Aproxima-se então das chamadas ‘teorias da organização’.

¹⁶⁶ Em sua definição: “A atitude parentética transcende a organização, é uma característica destreza da vida culta, de existência superior, ciosa de liberdade, que defende o ser humano contra o embrutecimento, a rotinização mental, a alienação” (RAMOS, 1963, p. 149).

recusa/aceitação das idéias ‘importadas’ nem pela assepsia da herança cultural, ainda que suspeita de contágio. O nacional não pode se estabelecer por depuração, muito menos por promulgação.

4. Uma batalha: Guerreiro Ramos *versus* Florestan Fernandes

A contenda entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos foi um momento no qual dois sociólogos brasileiros de peso expuseram suas idéias e ideais, trataram do assunto com grande acuidade e evitaram durante o debate lançar argumentos de sentido moral ou acusatório – embora Guerreiro Ramos seja mordaz em algumas colocações. Com o tempo, ficou claro que a disputa não envolvia apenas dois sociólogos em franca ascensão intelectual, nem dois *schollars*, mas distintas formas de institucionalização das ciências sociais (em São Paulo e no Rio de Janeiro), de socialização e formação intelectual (teórica, política e ideológica), de conceber a sociologia e o papel do sociólogo, diferentes interpretações da sociedade brasileira, visões de mundo, projetos para as ciências sociais e, no limite, para o Brasil.

A polêmica teve início a partir do II Congresso Latino-Americano de Sociologia, realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo (em 1953), no qual Guerreiro Ramos – presidente da Comissão de Estruturas Nacionais e Regionais – apresentou algumas propostas (RAMOS, 1957b, p. 77-8).¹⁶⁷

As recomendações foram rejeitadas no congresso (a votação acusou a derrota por 22 votos contra 9), mas o assunto repercutiu e os ataques às propostas

¹⁶⁷ Ver anexo D desta.

logo se fizeram sentir, embora às vezes, de modo obtuso. Guerreiro Ramos reagiu em artigos publicados no *Diário de Notícias* (do Rio de Janeiro) e teve apoio de alguns – dentre eles Nelson Werneck Sodré – seu futuro colega no IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) e ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros).

Não obstante, por que algumas recomendações apreciadas em um congresso – e derrotadas em votação! – repercutiram tanto? Basicamente porque não eram simples menções e sim um ‘projeto’, um modo de encarar a sociologia e o país.

Guerreiro Ramos prosseguiu na defesa de suas posições e na *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*, publicada em 1954, voltou à carga, argumentando em favor de cada item.¹⁶⁸ O autor iniciava sua proposta criticando a “transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos” e o uso (e abuso) do arsenal teórico – máxime conceitual – elaborado nos países dominantes. A sociologia brasileira – segundo Guerreiro Ramos – ao fazer uso indiscriminado daquele, tornar-se-ia uma “sociologia consular” e “enlatada” (RAMOS, 1957b, p. 78-80.).

Para Guerreiro Ramos, a realidade nacional seria irredutível em sua especificidade, produto do desenvolvimento histórico-social determinado que engendraria seus próprios problemas e, logo, demandaria um instrumental teórico apropriado para analisá-la. Mesmo considerando que “a sociologia, como ciência, seja uma só” (RAMOS, 1957b, p. 82), haveria de proceder a uma assimilação crítica das produções teóricas vindas dos países desenvolvidos, sob pena de não se

¹⁶⁸ Mais tarde, publicada novamente em *Introdução crítica à sociologia*, em 1957, edição aqui utilizada.

fazer “uso sociológico da sociologia” (RAMOS, 1957b, p. 90) e recair na alienação.

No que se refere ao futuro da sociologia como ciência, preocupava-lhe a viabilidade das pesquisas nas condições econômico-sociais do Brasil, seria mister: adequar as pesquisas às “disponibilidades da renda nacional” (item 3 da proposta), aos recursos econômicos e de pessoal técnico e ao nível cultural “genérico” da população (item 7). Na ausência de pleno desenvolvimento, haveria de coadunar as possibilidades de investigação à capacidade de investimento, tendo como parâmetros a disposição cultural e as prioridades de investigação. Primaz seria então a “formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais” (item 4), que contribuiriam decisivamente para promover o conhecimento da estrutura social, capacitando a implementação de políticas de caráter planificador que melhor nos conduziriam à industrialização e ao desenvolvimento, pois estaria “a melhoria das condições de vida das populações [...] condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais” (item 5) (RAMOS, 1957b, p. 78).

Dada a prioridade, há um evidente repúdio aos estudos sobre “minudências da vida social” (item 4), isto é, estudos basicamente empiricistas, à maneira da sociologia estadunidense e seus estudos de caso, que focalizariam pequenos grupos e comunidades – um exemplo seria a obra de Emílio Willems, *Cunha: tradição e transição em uma cultura rural do Brasil* (1947). Em contrapartida, deveriam ser prestigiados os estudos dedicados à compreensão da nação e que explicitassem os rumos possíveis para o desenvolvimento, seja em explicações de caráter geral e sintético (como as elaboradas por Alberto Torres,

Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Caio Prado Jr.), seja iluminando aspectos parciais relevantes da realidade brasileira, tais como *Geografia da fome* (de Josué de Castro) e *A vida privada e a organização política nacional* (de Nestor Duarte) (RAMOS, 1957b, p. 106-7).¹⁶⁹ Ademais, essas pesquisas sobre “minudências” implicitamente contribuiriam para a persistência de “estilos de comportamento de caráter pré-letrado”, fazendo apologia do isolamento e da ignorância, em vez de propiciar o conhecimento dos mecanismos de integração de populações marginalizadas na sociedade brasileira (“indígenas” e “afro-americanas”); seriam perniciosas não só por gastarem improdutivamente os raros recursos que poderiam ser destinados à pesquisa comprometida com a nação, mas por – direta ou indiretamente – focalizar a questão dessas populações como problemas, desvios, resíduos. Daí também o receio – da parte de Guerreiro Ramos – quanto à sociologia sobre o negro no Brasil, na qual se postularia ‘o problema do negro’ – como se o negro fosse o próprio problema – e não o preconceito, cuja origem emanaria da “patologia social do ‘branco’ brasileiro”, este sim portador de um comportamento anormal (RAMOS, 1957b, p. 171-93; 1979).

A questão do ensino de sociologia como disciplina na instrução geral da população (ensino secundário) também foi assunto premente do debate, como reivindicação, refletia sobretudo uma preocupação muito presente na época: a sociologia era encarada como uma espécie de conscientização social e/ou de modernização de mentalidade – Fernando de Azevedo, Costa Pinto, Antonio Cândido, Emílio Willems, Oracy Nogueira e outros também se ocuparam da

¹⁶⁹ Na Europa, a bandeira da defesa da elaboração de obras gerais, de síntese, já havia sido levantada pelo filósofo/historiador alemão Oswald Spengler, preocupado então com o predomínio das monografias na historiografia europeia do começo do séc. XX (cf. FEBVRE, 1992, p. 133).

matéria.¹⁷⁰ Sob o ponto de vista de Guerreiro Ramos, o ensino da sociologia na escola seria não uma simples forma de vulgarização de informações, mas um modo de difundir uma consciência crítica dos problemas nacionais e promover certa emancipação em relação ao colonialismo cultural; seria um outro *front* de combate aos males da transplantação, referida agora ao cotidiano, ao senso comum, à percepção da realidade brasileira que possuíam os não-especialistas, o nascente “povo”. A sociologia (mesmo como disciplina escolar) serviria a um propósito libertário e conscientizador, um saber que suprimiria a ingenuidade alienada (ANAIS DO II CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 1953).

Por seu turno, Florestan Fernandes – em 1958 – fez um balanço da atividade científica no Brasil em *A etnologia e a sociologia no Brasil*, o capítulo V desta obra – já publicado no mesmo ano como artigo na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* –¹⁷¹ intitula-se “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”, nele, o autor critica alguns pontos da comunicação de Guerreiro Ramos no II Congresso Latino-Americano de Sociologia, de 1953.¹⁷² As observações referem-se basicamente aos itens 4 e 7 da proposta de Guerreiro,

¹⁷⁰ Tal questão, embora não esteja contemplada nos principais textos dos autores quando do início da polêmica – as teses de Guerreiro Ramos e o artigo “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros” de Florestan Fernandes –, nem seja considerada pelos comentadores, consta dos debates do II Congresso Latino-Americano de Sociologia e do I Congresso Brasileiro de Sociologia e está inextricavelmente ligada às outras questões.

¹⁷¹ Mais tarde, o autor voltaria a publicá-lo, desta feita em *A sociologia no Brasil* (1977). Todos os trechos aqui citados foram extraídos desta edição.

¹⁷² Uma dúvida aqui persiste: por que Florestan Fernandes atacaria cinco anos depois algumas teses apresentadas e derrotadas em congresso? Não obstante a crítica de Florestan esteja inserida na moldura de um balanço das ciências sociais no país (*A etnologia no Brasil e a sociologia no Brasil*), talvez em 1958 as ‘teses’ de 1953 já não lhe parecessem tão inofensivas, vez que, a partir de então, tomaram corpo – e repercutiram – no balanço de Guerreiro Ramos sobre a sociologia no Brasil (*O processo da sociologia no Brasil*, de 1953), nos trabalhos deste sobre o negro (tema que Florestan pesquisava, em outra direção, juntamente com Roger Bastide), nos *livros Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1957) e *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1957) e institucionalizava-se na fundação do IBESP (1953) e do ISEB (1955). Frente tais circunstâncias e os rumos que a conjuntura político-social do país tomava, ao que parece, Guerreiro Ramos agora se fazia valer como adversário intelectual.

“entre recomendações que mereciam maior atenção e acolhida favorável” (FERNANDES, 1977, p. 67).¹⁷³

O sentido da crítica dirige-se ao caráter do trabalho científico e seus vínculos, Florestan censura a “falácia” que seria:

[...] considerar impositivas as obrigações do sociólogo em relação ao sistema de interesses e de valores da nação a que deve lealdade, e, ao mesmo tempo, negligenciar as obrigações dele, relacionadas com o sistema de normas e de valores do saber científico. (FERNANDES, 1977, p. 68).

O cientista – para ele – só poderia pôr a ciência a serviço da comunidade se observasse rigorosamente os requisitos do saber científico, caso contrário, correria o risco de produzir uma “pseudociência”. Logo, a recomendação de Guerreiro Ramos sobre evitar os estudos de “minudências” seria uma imposição ideológica face às necessidades do trabalho científico; num país como o Brasil, demasiado heterogêneo, a forma de garantir um conhecimento seguro da estrutura social nacional e regional seria elaborar estudos de particularidades, pois somente a partir destas – dentro do rigor científico – poder-se-ia generalizar os resultados; relegar tais estudos seria desprezar “todo o progresso alcançado pelos desenvolvimentos empírico-indutivos da investigação sociológica, nos últimos setenta e cinco anos” (FERNANDES, 1977, p. 69). Além disso, o uso de recursos em pesquisas de “detalhes” sociais não se faria em detrimento da aplicação em “bens de produção”, ao contrário, tais estudos serviriam à melhor utilização de fatores de produção já que “o controle de tensões sociais depende, muitas vezes, do conhecimento positivo de unidades de investigações dessa magnitude” (FERNANDES, 1977, p. 70).

¹⁷³ Embora critique os pontos aos quais é contrário, Florestan Fernandes não explicita com os quais concorda integral ou parcialmente. Um tal estudo (inérito) ainda está para ser feito.

O padrão do trabalho científico não poderia ser decorrente do estágio de desenvolvimento da estrutura social e sim dos “critérios de explicação científica na sociologia”, as exigências não se deveriam pautar pelos recursos disponíveis e pelo “nível cultural genérico das populações”, em vez disso, mesmo consideradas as dificuldades da investigação científica num país como o Brasil, dever-se-ia levar em conta os padrões mais rigorosos, para tanto, caberia uma estratégia que contemplasse:

1) a seleção de problemas relevantes para a análise sociológica, quase sempre perturbada pelo impacto de influências extracientíficas; 2) a capacidade de promover a necessária adequação de noções e categorias abstratas, construídas pelos sociólogos através da observação e da interpretação de fenômenos similares em países que reproduzem, de forma mais completa, o mesmo tipo de ordem social. (FERNANDES, 1977, p. 70).

No que se refere à questão da implantação do ensino regular de sociologia na escola, Florestan Fernandes – em comunicação no I Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em São Paulo (em 1954) – mostrava-se um tanto cético em relação às possibilidades de êxito do ensino da disciplina dentro do sistema educacional brasileiro de então; seriam necessárias mudanças para viabilizar o empreendimento, porém, se assim o fosse dirigido, poderia “contribuir para preparar as gerações novas para manipular técnicas racionais de tratamento dos problemas econômicos, políticos, administrativos e sociais, as quais dentro de pouco tempo, presumivelmente, terão de ser exploradas em larga escala no país” (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 105).¹⁷⁴

¹⁷⁴ Denominava-se a comunicação “O ensino da sociologia na escola secundária brasileira”. Prossegue Florestan: “A difusão dos conhecimentos sociológicos poderá ter importância para o ulterior desenvolvimento da sociologia. Mas, o que entra em linha de conta, no raciocínio dos especialistas, não é esse aspecto pragmático. Salienta-se, ao contrário, que a transmissão de conhecimentos sociológicos se liga à necessidade de ampliar a esfera dos ajustamentos e controles sociais conscientes, na presente fase de transição das sociedades ocidentais para novas técnicas de organização do comportamento humano. As implicações desse ponto de vista foram condensadas por Mannheim sob a epígrafe – ‘do costume às ciências sociais’ e formuladas de uma maneira vigorosa, com as seguintes palavras: ‘Enquanto o costume e a tradição operam, a ciência social é

Guerreiro Ramos, presente ao congresso quando dos debates,¹⁷⁵ de modo diverso, também mostrava certo ceticismo e objetou que, mesmo sendo ideal o ensino de sociologia, a sociedade brasileira não estaria aparelhada para tal, já que persistia na sociologia uma visão alienada da realidade do país, ocupando-se de problemas efetivos em outros países; além disso, a falta de profissionais especializados para a docência dificultaria um ensino satisfatório (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 319-20). Florestan redarguiu que uma formulação adequada dos problemas da sociedade não poderia garantir uma autoconsciência racional da realidade brasileira, ao que Guerreiro Ramos respondeu que a sua própria posição e as dos demais presentes no congresso eram irredutíveis: enquanto os outros seriam acadêmicos, ele se considerava um pragmático, e isso faria toda a diferença na análise das questões (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 342).

Não obstante os comentaristas aterem-se – quando abordam a polêmica – somente ao episódio das teses de Guerreiro Ramos e a crítica de Florestan Fernandes em “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”, seguiram-se outros *rounds*, embora as referências – explícitas por parte de

desnecessária. A ciência da sociedade emerge quando e onde o funcionamento automático da sociedade deixa de proporcionar ajustamento. A análise consciente e a coordenação consciente dos processos sociais então se tornam necessárias’. O ensino das ciências sociais no curso secundário seria então uma condição natural para a formação de atitudes capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência e a harmonia de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações entre os meios e os fins, em qualquer setor da vida social” (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 90, grifos do autor). E ainda “[...] alterando-se as condições atuais do sistema educacional brasileiro, em sua estrutura, em seu funcionamento e na mentalidade pedagógica dominante: com fundamento na conveniência prática de reforçar os processos de socialização operantes na sociedade brasileira. Esta seria a solução ideal, tendo-se em vista que o ensino das ciências sociais na escola secundária brasileira se justifica como um fator consciente ou racional de progresso social” (ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1955, p. 104).

¹⁷⁵ Na ocasião, apresentou também o trabalho (incluído nos anais) “Esforços de teorização da realidade brasileira, politicamente orientados, de 1870 a nossos dias”, balanço do pensamento político-social brasileiro no período mais tarde publicado em *Introdução crítica à sociologia brasileira*, de 1957 (RAMOS, 1957b).

Guerreiro e veladas de Florestan – por vezes, não sejam imediatamente identificáveis.¹⁷⁶ Ao reeditar *A redução sociológica* (em 1965) Guerreiro Ramos escreve um outro prefácio no qual – defendendo-se das críticas do autor em “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros” – argumenta que Florestan Fernandes:

- 1) confunde a ciência sociológica em hábito com a ciência sociológica em ato.^[177] O autor não ultrapassou a área informacional da sociologia. Por isso, o trabalho em pauta reflete uma ideologia de professor de sociologia, antes que atitude científica de caráter sociológico diante da realidade;
- 2) a crítica em apreço ilustra como algo mais do que a informação e a erudição, é necessário para habilitar ao estudioso a fazer uso sociológico dos conhecimentos sociológicos ou, em outras palavras, para a prática da redução sociológica;
- 3) pressupõe a referida crítica falsa noção das relações entre teoria e prática no domínio do trabalho científico, e assim tende a hipostasiar a disciplina sociológica, tornando-a um conhecimento superprivilegiado (RAMOS, 1996, p. 16).¹⁷⁸

Ainda comentando o referido artigo de Florestan, áspero, Guerreiro Ramos qualifica-o como “documento de ideologia de professor de sociologia no Brasil” e aponta os principais traços dessa ideologia: o “provincianismo” e o “bovarismo”. Provincianismo, pois como “típico sociólogo convencional”

¹⁷⁶ Aqui nos limitaremos a abordar as referências mais diretas que se seguiram até meados dos anos 1960, já que em trabalho anterior (BARIANI, 2003a) persistimos na trajetória dos dois autores até seus trabalhos finais.

¹⁷⁷ Inspirado em Jacques Maritain (autor católico cuja influência Guerreiro Ramos prezava) – que por sua vez retomou a antiga noção escolástica de *habitus* – Guerreiro diferenciava entre: *sociologia* (e *saber*) em *hábito*, exercida por treinamento específico, por vezes livresco e repetitivo, e *sociologia em ato*, efetivada por meio da capacitação e comprometimento como saber criador e de intervenção. E acrescentaria mais tarde: “sempre houve ciência social no Brasil, entendida como saber em ato” (RAMOS, 1983a, p. 540). Mais tarde, o conceito de *habitus* voltaria à berlinda na sociologia, então pelas mãos – principalmente – de Norbert Elias e Pierre Bourdieu.

¹⁷⁸ Refere-se ao opúsculo (“O padrão...”) como “a mais qualificada crítica que um representante ilustre de nossa sociologia convencional escreveu contra nossa orientação” (RAMOS, 1996, p. 15). Também vale lembrar que em *O processo da sociologia no Brasil* (de 1953) afirma: “Florestan é bem representativo da experiência universitária paulista, seu símbolo vivo, visto que fruto do que proporcionou de melhor. Sua carreira é a que tem transcorrido dentro dos trâmites universitários mais rigorosos. Seria monstruoso distraí-lo do seu esforço de criação teórica, plano em que certamente o Brasil dará com ele, o seu primeiro clássico universal, *no campo da antropologia* (RAMOS, 1953, p. 30, grifos nossos). Lúcia Lippi de Oliveira (1995) assinala que não é fortuito o fato de Guerreiro Ramos situá-lo “no campo da antropologia” e não no da sociologia. Todavia, é preciso lembrar – a despeito da ironia guerreiriana – que até aquele momento os trabalhos de maior ressonância de Florestan Fernandes eram os sobre os tupinambá, tidos como “antropológicos”.

procuraria garantir uma pureza do trabalho sociológico e livrá-lo de “deformações ‘filosóficas’”,¹⁷⁹ tornando a sociologia uma “disciplina de escoteiros”, já que os critérios da ciência não poderiam ser “livrescos ou institucionais”, mas teriam “de ser procurados na estreita relação entre teoria e prática”, tal pureza seria manifestação de um “solipsismo sociológico [que] só atende interesses extracientíficos da burocracia parasitária, gerada pela prematura institucionalização do ensino da sociologia”; já o “bovarismo” consistiria em “extremar a distância entre o mundo dos sociólogos e dos ‘leigos’, ao ponto de considerá-los cindidos”, levando à radical distinção entre “cientistas e leigos” e fazendo da sociologia um proselitismo, quando a vocação desta seria tornar-se um “saber vulgarizado” (RAMOS, 1996, p. 26-9). Para Guerreiro Ramos, a sociologia deveria destituir-se de qualquer caráter elitista e constituir-se em uma forma de consciência, sobretudo de autoconsciência social, requisito para a superação dos limites que impediriam o desenvolvimento.

Por sua vez, num trabalho publicado em 1968 (*Sociedade de classes e subdesenvolvimento*), Florestan Fernandes volta à carga contra Guerreiro Ramos e afirma que o equívoco central das considerações deste se localizaria na própria concepção de sociologia que, ao pleitear um vínculo estrito com dada sociedade e uma irreduzível especificidade histórico-social, acreditaria “que a própria natureza dos problemas sociológicos, a serem investigados, exige recursos conceituais metodológicos e teóricos específicos e *exclusivos*”, posição que converteria “o sociólogo em ideólogo e leva-o a ignorar ou a subestimar os requisitos da explicação científica e, até, o que torna o conhecimento científico verdadeiramente útil”, assim, “a própria Sociologia que é posta em questão, pois

¹⁷⁹ Termo usado por Florestan quando da crítica da sociologia professada por Guerreiro Ramos.

ela seria, no fundo, a fonte de falsos problemas e de explicações mistificadoras” (FERNANDES, 1972b, p. 16). Observa, ao final, que mesmo considerando-se a sociologia um produto orgânico de uma cultura – como de certo modo Hans Freyer o fez – seria possível extrapolar e construir métodos e técnicas de uso universal. Desse modo, Florestan salva uma herança que também lhe seria própria e cerra fogo em Guerreiro Ramos (FERNANDES, 1972b, p. 17, grifos do autor).

Naquele mesmo mencionado prefácio da 2ª edição de *A redução sociológica*, Guerreiro Ramos (1996, p. 29) chama a atenção para alterações no trabalho de Florestan:

[...] o escrito [de Florestan Fernandes, “O padrão de trabalho científico dos sociólogos brasileiros”] ainda tem muito de esoterismo, mas ao terminá-lo o autor escreve páginas que nos inspiram a convicção de que o professor paulista está em processo de autocrítica. Diz ele [Florestan Fernandes]: ‘o sociólogo, como homem da sociedade de seu tempo, não pode omitir-se diante do dever de por os conhecimentos sociológicos a serviço das tendências de reconstrução social’ (*A sociologia...*, p. 39). Quem conhece os escritos do professor paulista se dará conta de que essa frase é, nele, indicativa de uma revolução interior. O Sr. Florestan Fernandes já escreve sobre a sociologia militante. Temos a esperança de que se torne, em breve, um sociólogo militante. Só então se eliminará sua resistência à redução sociológica.

Guerreiro Ramos refere-se ao texto “A sociologia como afirmação” – publicado inicialmente na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (em 1962) e reeditado em *A sociologia numa era de revolução social*, também em 1962 – e com perspicácia percebe o acento mannheimiano que adquire a produção do sociólogo paulista, a ponto de vaticinar um desfecho militante à sociologia deste. Ironicamente, é Guerreiro Ramos quem primeiro vislumbra o sociólogo e militante que Florestan Fernandes viria a se tornar.

Na visão dos comentadores – que em geral resumem-se ao primeiro *round* da disputa – o debate entre os dois sociólogos teria diversos significados e motivações: ISEB *versus* USP, São Paulo *versus* Rio de Janeiro, ‘sociologia

carioca’ *versus* ‘sociologia paulista’, mertonianos *versus* mannheimianos, etc.¹⁸⁰

Todos esses recortes guardam algo de verossímil e especulativo, todos podem acrescentar algo à compreensão daquele momento de efusão intelectual e das trajetórias dos autores, entretanto, considerando-se a amplitude da discussão entre eles e a originalidade dos contendores, é equívoco tanto resumi-los à condição de figurantes quanto alçá-los à posição de encarnação de tais debates.¹⁸¹

Sempre polêmico,¹⁸² Guerreiro Ramos perseguia obsessivamente o enraizamento da sociologia na realidade brasileira, importava torná-la um saber genuinamente comprometido com o país e sua peculiaridade; a transplantação de conceitos e teorias seria assim um entrave, pois propagaria um ‘saber’ desvinculado de seu objeto, desenredado das relações sociais específicas de determinada sociedade. Cumpria efetivar uma sociologia compromissada com o país em sua realidade nacional e, logo, com as necessidades de transformação desta, daí suas tarefas como instrumento de conscientização e intervenção no sentido do desenvolvimento (e da industrialização), bem como a integração de populações marginalizadas na vida nacional: “indígenas” e “afro-americanas”.

A pesquisa sociológica – para Guerreiro Ramos – deveria se coadunar com tal realidade também no sentido de se adequar às possibilidades (de recursos

¹⁸⁰ Cabem aqui algumas advertências. Quando da divulgação das teses iniciais de Guerreiro Ramos, em 1954, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) ainda não existia – só viria a ser fundado em 1955. A existência de uma ‘escola paulista de sociologia’ – donde derivaria uma ‘sociologia paulista’ – é peremptoriamente negada por Florestan Fernandes (1977, p. 140). Quanto ao significado do debate, alguns chegam a abordar o enfrentamento entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos como uma disputa entre, respectivamente, a ciência e a política, o conhecimento e a intervenção, o saber e a ideologia, o rigor e a volúpia, etc., recortes estes muito presentes, direta ou indiretamente, em vários autores – malgrado o evidente equívoco na abordagem da questão.

¹⁸¹ Algumas análises da contenda estão em Arruda (1989), Ortiz (1990), Oliveira, L. (1995), Cohn (1995) e Vianna, L. (1997). Um balanço dessas análises está esboçado em Bariani (2003a).

¹⁸² O estigma de “polêmico” – como bem o qualificou Soares (1993) – é marca indelével de Guerreiro, coincidentemente, até mesmo no nome: polêmico, do grego *polemikós*, significa “guerreiro”. Ver Holanda (1986).

técnicos, humanos e mesmo de certo “nível cultural genérico”); métodos, objetivos (e objetos) teriam de estar sintonizados com a interpretação e aplicação desse saber (de modo integral, totalizante) como autoconsciência e autodeterminação da nação – daí a prioridade aos estudos gerais e evitar os de caso. A sociologia deveria relegar seu caráter “profissional”, “esotérico” e postar-se ao alcance da população (dos ‘leigos’), reunir numa práxis ampliada uma forma de explicação racional e efetivamente transformadora, conseqüente com os valores e aspirações nacionais. Assim, o ensino escolar de sociologia, a despeito desta ainda não ter se depurado da alienação em relação à realidade do país e ainda não possuir profissionais capazes, seria uma forma de tornar acessível esse saber ao senso comum, tornar-se efetivamente um “saber de salvação”.

Já para Florestan Fernandes a nação (e obrigações para com essa) não era por si um valor primordial, ao menos não superior às obrigações para com a ciência; a sociologia – para servir efetivamente à transformação social – deveria ser primeiramente científica e depois (circunstancialmente) nacional. O padrão de trabalho científico deveria ser o mais rigoroso possível, só assim seria também útil à intervenção racional nos problemas sociais; como ciência (universal), baseada na indução, a sociologia procuraria uma generalização a partir de estudos particulares, aproveitaria as noções e categorias abstratas elaboradas em países nos quais a ordem social competitiva estivesse “mais completa”, fornecendo subsídios para se pensar uma ordem na qual haveria ainda incipiente desenvolvimento dessa característica. Seria, portanto, um saber cuja cientificidade se faria em detrimento do senso comum, como algo especializado, e o ensino escolar da disciplina serviria somente à “manipulação de técnicas racionais”, à

atualização da mentalidade em preparação para o progresso social, não como consciência social dos efetivos problemas do país, pois uma formulação adequada – logo, científica – não garantiria autoconsciência social.

Defrontavam-se duas sociologias: uma que se pretendia um saber socialmente difusor de autoconsciência e autodeterminação, visando o desenvolvimento e a autonomia nacional (Guerreiro Ramos), e outra que se queria universalizada (em método e procedimentos), zelava pelos padrões de excelência do trabalho científico e que não tomava tais resultados como imediatamente indicados para conduzir ações políticas (Florestan Fernandes).¹⁸³ Opunham-se: o empenho na construção de um capitalismo autônomo e nacional (Guerreiro Ramos) e a ênfase na generalização e aprofundamento da ordem social competitiva como portadora das possibilidades e limites (próprios) das chances de modernidade (Florestan Fernandes).

O contencioso que reuniu/opôs Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos foi seguramente mais que uma querela intelectual, foi o enfrentamento de dois sujeitos e projetos intelectuais.¹⁸⁴

¹⁸³ Para Florestan Fernandes, a sociologia seria ciência universal no sentido de que seus fundamentos teóricos seriam os mesmos para todos os investigadores em quaisquer lugares; o nacional, o situado, seria um modo particular no qual os problemas sociais se apresentariam e deveriam ser enfrentados conforme uma adaptação do arsenal teórico geral. Guerreiro Ramos também admitia a universalidade da sociologia, entretanto, tal universalidade só se daria por meio dos particulares, das várias realidades situacionais (nacionais) que teriam relativa autonomia de problemas e larga margem para reelaboração do arsenal teórico para enfrentá-los. De um lado, o indutivismo (sintético) que veria no particular momento do universal (Florestan Fernandes), de outro (Guerreiro Ramos) certa microcosmologia que tomaria o particular como contendo em essência o universal – entretanto, este não conteria totalmente os particulares em sua riqueza infinita. Ao final, de modo diverso, ambos tinham consciência da universalidade da sociologia como ciência e da necessidade de adequação de seu instrumental teórico às diferentes situações.

¹⁸⁴ Em momento algum, defendemos que o sujeito intelectual, como indivíduo, seja – em última instância – construtor (por si) de projetos, sua participação (decisiva) é dar forma aos fluxos de consciência e experiência vivencial (na medida das possibilidades) presentes nos grupos sociais em determinado momento histórico, conforme determinadas condições sociais.

De um lado, Florestan Fernandes e uma visão advinda do centro nacional de maior desenvolvimento do capitalismo e fulcro da modernização burguesa calcada na transformação voraz e vontade de fazer *tabula rasa* das circunstâncias – e das conseqüências – de uma pesada herança;¹⁸⁵ certo ‘bandeirismo’ (paulista) que abominava o passado incômodo que lembrava suas raízes e débitos com o “Antigo Regime”. Trazia por certo um desconforto com o *status quo*, mas cria – inicialmente – no estabelecimento da ordem social competitiva e na organicidade da sociedade, que traria no seu bojo a democracia e o desenvolvimento. Com o tempo – e o atraso dos fatos – acrescentou certa dose de intervenção social, seja como engenharia social, como incremento político dos rituais institucionais e como formação educacional dos indivíduos. Preocupada com o ‘lugar’ que lhe seria destinado na infalível estrutura mundial, orientava-se pelas funções que lhe cabiam na engrenagem inviolável, o Ocidente próximo não seria somente onde emanavam as necessárias influências de nossa formação, seria também o horizonte possível de nossa existência. A ciência era caracterizada como o código supremo que, adquirido, guindar-nos-ia à maioria. Imitar os mestres era elevar-se ao conhecimento, e a sociologia – em tenra idade – era o fruto mais viçoso, porém verde, dessa colheita.¹⁸⁶

¹⁸⁵ Escravista, patrimonialista, antimoderna ou, para alguns, “ibérica”.

¹⁸⁶ Florestan Fernandes é um dos iniciadores – assim como Donald Pierson (1972) – dessa posição de crítica à ‘sociologia’, às idéias sociais dos não-sociólogos; distinguia “três épocas de desenvolvimento da reflexão sociológica na sociedade brasileira”: a primeira em que a sociologia “é explorada como um recurso parcial e uma perspectiva dependente de interpretação”, a segunda caracterizada “pelo uso do pensamento racional como forma de consciência e de explicação das condições histórico-sociais de existência na sociedade brasileira”, e a terceira singularizada “pela preocupação dominante de subordinar o labor intelectual, no estudo dos fenômenos sociais, aos padrões de trabalho científico sistemático” – trecho do artigo “Desenvolvimento histórico-social da sociologia no Brasil”, publicado inicialmente nas revistas *Sociologicus* (v. 6, n.º.2, 1956) e *Anhembi* (v. 7, n.º 75 e 76, fev./mar. 1957), e posteriormente em *A etnologia e a sociologia no Brasil* (cap. IV, 1958) e em *A sociologia no Brasil* (cap. 2, 1977), aqui utilizamo-nos de FERNANDES (1958, p. 190). Tal posição, que remotamente lembra a classificação de A. Comte das fases intelectuais (teológica, metafísica e positiva) pelas quais a civilização havia passado, é

O terreno de atuação era sem dúvida a sociedade civil e seus interesses, todavia, o que era tão moderno, burguês e racional subitamente se reencontra com o passado hostil, a história já não se movia infalivelmente adiante; o arcaico, o escuso, autoritário e irracional voltavam à cena pelas mãos da mesma burguesia – e com anuência ou complacência de grande parte de sua “ilustração”. Restava então (a partir dos anos 1970) a revolta, o clamor pelo anjo vingador da revolução, que varreria do país a miséria que atormentava o mundo dos ‘de baixo’ e a mente dos ‘atraiçoados’. A ciência – e a sociologia em particular – era agora arte dos mandarins, engodo dos refinados magos da ilusão espiritual, memória desagradável da crença no progresso e na democracia social com a qual os ‘de cima’ haviam permitido sonhar, apenas sonhar.

De outro lado (Guerreiro Ramos), uma visão apaixonada de seu espaço vital, de seu lugar no mundo, como fonte não só do que era, mas do que lhe seria permitido ser, vez que ali brotavam as aspirações – algo românticas, senão frente ao mundo ao menos perante os céticos. Haveria um passado, de opressão colonial, sobre o qual seria possível fundar uma nova sociedade, construir um futuro do qual poderia se orgulhar. A dinâmica mundial lhe parecia um tanto opressora, mas haveria um lugar reservado para ser essencialmente brasileiro. A sociologia seria a consciência – e a crença – desse ser e a promessa de poder mais, muito mais; uma sociologia, ou melhor, *a* sociologia: construída com instrumentos próprios, refuncionalizados às vezes, mas definitivamente própria, nacional, única, adaptada aos seres únicos em sua existência peculiar. Ela nos redimiria e realizaria a

precursora de uma forma de análise que, radicalizada, tornou-se hegemônica na ‘sociologia paulista’, principalmente uspiana, cujo principal fruto é *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, de Carlos Guilherme MOTA (1980), no qual critica os “explicadores” do Brasil e localiza a fundação da ciência social – conforme padrões científicos, não-ideológicos – na trajetória da USP e da ‘escola paulista’. Posições semelhantes estão em Ianni (1989c), Ortiz (2001) e Miceli (1989b).

promessa da modernidade, pelas mãos do povo iluminado pela *intelligentzia* e sob os auspícios do Estado. Irrealizada a promessa, restou (a partir dos anos 1970) a melancolia e o amaldiçoar de toda modernidade (RAMOS, 1989).

De certo modo, ilustravam os autores um contraste – que não deve ser exacerbado – entre São Paulo e o Rio de Janeiro, seus distintos ambientes e formas (econômicas, culturais, políticas), institucionalização e constituição universitária, acadêmica e intelectual; dois ‘microcosmos’ que cada qual a seu modo enfrentaram os obstáculos da construção da sociologia brasileira e forjaram diferentes soluções para implementar e operacionalizar tal conhecimento.

Essa controvérsia teve como personagens dois sociólogos, plebeus, criados por mães lutadoras (e sem a presença da figura paterna), de origem pobre, que perseguiram seus objetivos, venceram a desigualdade de oportunidades e chegaram à Universidade, magistério e admiração, dois precursores da sociologia de batismo acadêmico que seguiram rumos divergentes, “caminhos cruzados” (Oliveira, L., 1995): Guerreiro Ramos do intenso engajamento e intervenção políticos ao distanciamento (senão indiferença) consubstanciado numa sociologia institucional, Florestan Fernandes da sociologia acadêmica à defesa ideológica do revolucionarismo popular (BARIANI, 2003a).

Eruditos, intelectuais públicos, de brilho incomum. Oponentes e talvez mesmo complementares, senão paradigmáticos ao menos significativamente únicos. Dois ‘weberianos’ e mannheimianos particulares,¹⁸⁷ ecléticos na aparência, de uma originalidade sem preconceitos; ambos exilados, engajados e

¹⁸⁷ Influências já foram apontadas por Luiz Werneck Vianna (1997) – assim como as relações com o Estado e a sociedade civil. Quanto ao marxismo, Florestan inicialmente preocupou-se com as possibilidades empíricas do materialismo histórico e com a estruturação das relações sociais, depois com as conseqüências revolucionárias da práxis política; já Guerreiro era seduzido pelo jovem Marx e seus usos da dialética e da ontologia.

eleitos deputados: dois inconformistas, radicais – cada qual a seu modo. A sociologia – para eles – era muito mais que uma disciplina, a ela dedicaram suas vidas, mas ambos os projetos ‘fracassaram’: nem autonomia, nem revolução, nem paixão, nem sociologia nacional, o que os sucedeu foi a tecnologia de controle social como profissionalização do saber, nem como intervenção racional e rebeldia política, nem como forma por excelência de autoconsciência social, e sim como ocupação universitária e modo de inserção institucional.

A sociologia *brasileira* (para Guerreiro Ramos) ou a sociologia *no* Brasil (Florestan Fernandes), em busca de um passado e em fuga para o futuro,¹⁸⁸ viveu com Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos o seu momento ‘heróico’, quando as oportunidades surgiam – poucas e promissoras – e a competição, embora dura, não congregava grandes contingentes de postulantes; plebeus, saíram ‘de baixo’ e ascenderam socialmente devido ao prestígio social que gozavam os intelectuais – numa conjuntura de consolidação da classe trabalhadora, embates dessa com a burguesia e ascensão de setores intermediários.

Florestan,¹⁸⁹ orgulhoso de sua origem plebéia – lumpemproletária, segundo ele (FERNANDES, 1977) –, ascendeu à classe média e procurou sempre manter um vínculo com os ‘de baixo’, com as classes subalternas, ainda que tal vínculo, mediado pela conflituosa relação ciência-militância, por vezes, apresentasse um aspecto puramente ético. Branco, respeitado e gozando de grande prestígio resistiu à cooptação pela classe dominante, entretanto, incomodava-lhe a culpa da ascensão social e, de certo, radicalizava algumas posições à esquerda

¹⁸⁸ Tal sociologia ergueu-se por meio de uma ambígua dialética (noção obviamente devedora da construção guerreiriana de “dialética da ambigüidade”): negando seu passado e invejando um futuro (europeu, norte-americano) que lhe era estranho, até porque estrangeiro, imitando os mestres e combatendo a transplantação de idéias. Uma dialética fortemente tensionada, mas sem síntese.

¹⁸⁹ Sobre a vida de Florestan Fernandes, ver Cerqueira (2004) e Sereza (2005).

para manter certa independência de espírito e paz de consciência; seu revolucionarismo, além da solidariedade com os oprimidos, é também de revolta e reação ao destino que teve, amado e admirado por aqueles que deveria combater, pela classe dominante. Já Guerreiro Ramos, mulato, rejeitado pela Universidade brasileira, politicamente incompreendido (e sentindo-se perseguido), buscou aceitação; sua opção pelo nacionalismo é – também – um modo de buscar a integração (na comunidade imaginada) e autonomia (como assenhoreamento do destino) que não desfrutava socialmente, encarna assim os ideais da classe média e sua busca por segurança e independência, crê nesses ideais como somente um convertido poderia crer, pois já conhecia e ainda se sentia ameaçado pelas agruras da vida dos ‘de baixo’.

III - A arte da guerra

“A maior humilhação que pode sofrer um intelectual consiste em se surpreender abaixo das virtualidades de seu tempo e de sua circunstância. Sou revolucionário por orgulho. Por uma questão de ética, de ética intelectual. A vocação da inteligência é a verdade. Se a vida intelectual tem de ser um experimento da verdade, no Brasil de hoje é compelida a tornar-se revolucionária. A verdade do Brasil de hoje é a revolução.”

Guerreiro Ramos (1961, p. 15).

Por acreditar estar vivendo momento crucial da história do país, Guerreiro Ramos – ao final dos anos 1950 – lançou-se obstinado ao enfrentamento com o que cria serem os pungentes problemas do Brasil. Nem por isso abandonou a reflexão teórico-metodológica sobre a sociologia, ao contrário, aprofundou suas inquietações e pôs à prova a capacidade da sociologia como *saber urgente*, instrumento de entendimento e capacitação para agir – interessava-lhe coroá-la como práxis.

O problema nacional do Brasil – livro do autor publicado em 1960 –¹⁹⁰ é um marco dessa atitude, seu título é uma clara alusão ao livro de Alberto Torres (*O problema nacional brasileiro*, de 1914). “O presente livro, como o de Alberto Torres, é uma tentativa de *utilizar a ciência social como instrumento de organização da sociedade brasileira*” (RAMOS, 1960, p. 13-4, grifos nossos). Nessa obra, Guerreiro Ramos reconsidera o papel do povo na história do país, conferindo-lhe autonomia e capacidade de ação, contrariamente a Alberto Torres

¹⁹⁰ Com esse livro Guerreiro Ramos inicia uma abordagem mais direta das questões da política brasileira, os artigos que o compõem foram escritos entre 1955-1959 e, inicialmente, foram apresentados como conferências proferidas no ISEB, na Faculdade Nacional de Filosofia, no Ministério da Educação e na FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) – um dos artigos foi elaborado para publicação no jornal *O Semanário*. Não é fortuito que o público escolhido fosse de estudantes, militares, pessoas ligadas ao Estado e Governo, empresários brasileiros, etc.: é nítida a intenção de intervenção política por meio da influência intelectual.

(1982, p. 105), que em seu livro afirmava: “esta obra não é uma obra de educação: é uma obra de direção política. Nenhum povo tem a educação necessária para dirigir seus interesses gerais”.

Nesse processo, Guerreiro Ramos põe em curso uma revisão dos argumentos de certa herança teórica que lhe era cara, reafirma o papel da sociologia como organizadora social e principia por pensar tal organização agora em outro sentido: de baixo para cima, relegando o elitismo daquela herança.

Ícone daquela tradição, Alberto Torres configura-se como interlocutor privilegiado dessa revisão crítica. Guerreiro Ramos entendia que a solução do problema organizacional do Brasil não poderia mais ser concebida como iniciativa individual de um pensador ou de uma elite, mas fruto da experiência e participação ativa dos grupos sociais. Se em 1957, com *Introdução crítica à sociologia brasileira* (RAMOS, 1957b, p. 32), já reprovava Torres por advogar a “vocação agrícola” do país, por não entender o condicionamento econômico da gênese da na o e pretender form -la a partir do alto (com a tutela do povo pelas elites nacionalistas), em 1960, com *O problema nacional brasileiro* (RAMOS, 1960) propõe uma nova forma de organiza o da na o e, finalmente, em 1961, com *A crise do poder no Brasil* (RAMOS, 1961), afirmar  que aquele incide “no erro fundamental de pensar que a organiza o do País pudesse ser outorgada de cima para baixo” (RAMOS, 1961, p. 86).

Mais próximo da política, Guerreiro Ramos também se inquietava com a necessidade de rever suas posi es sem abandonar seus princípios, de fazer aliados sem conceder ao oportunismo, de promover o convencimento e aglutinar forças a partir da constata o da existência da sociedade civil, na qual brotavam as

classes e se fortalecia um novo sujeito: o povo. Não competiria mais – do mesmo modo – organizar a nação à revelia do povo, era preciso dar-lhe voz e educá-lo para exercer a soberania.

1. Povo, desenvolvimento e industrialização

O caminho de Guerreiro Ramos para uma ação mais efetiva foi também uma ida ao povo, o “nascimento do povo” parecia-lhe uma novidade radical, que constituiria a principal transformação em curso na realidade brasileira e daria novos rumos à história do país. “*O povo é a categoria cardinal da história contemporânea do Brasil*” (RAMOS, 1960, p. 229, grifos nossos).

Embora houvesse corroborado o diagnóstico de Alberto Torres, de Silvio Romero, Tobias Barreto, Euclides da Cunha, Gilberto Amado e outros, a respeito da inexistência ou a incipiência do povo no Brasil, vislumbrava agora a ascensão das massas como elemento ativo, sujeito político autônomo. O povo surge então “como protagonista eminente do processo político”, pois “na história contemporânea do Brasil, exerce a função de dirigente por excelência do processo histórico-social. De elemento subsidiário, passou à categoria de agente principal dos acontecimentos” (RAMOS, 1960, p. 42).

Definido como “o conjunto de núcleos populacionais articulados entre si pela divisão social do trabalho, participantes de uma mesma tradição e afetados de uma mesma consciência coletiva de ideais e de fins”, o *povo*, a partir de 1930, configurar-se-ia organicamente no Brasil por meio da densidade e

complexificação da estrutura social, estando desde então vocacionado a revolucionar o panorama político brasileiro (RAMOS, 1960, p. 228).

Um tardio aparecimento do povo como categoria central da dinâmica sociopolítica dever-se-ia a que, na “fase capitalista” do desenvolvimento econômico-social, os povos só se constituiriam com a estruturação de um mercado interno (“seu substrato material”), tornando-se assim “conjunto de pessoas integradas num mercado próprio” – o que exatamente teria faltado ao Brasil no passado para que pudesse ter verdadeiramente um povo (RAMOS, 1960, p. 228).

O economicismo da assertiva de Guerreiro Ramos reitera um problema recorrente – assim como em escritos de seus pares ibespianos/isebianos – e acentuado nesse momento da obra do autor: a articulação entre os aspectos econômico (de um lado) e social, político e cultural (de outro) é precariamente definida.¹⁹¹ A preocupação com certa determinação econômica e sua reflexão no todo da vida social é freqüentemente construída de modo parcial ou falho; há um evidente exagero em relação à influência econômica na vida social e faltam as mediações necessárias quando considera seus efeitos; entretanto, quando do avanço da elaboração teórica, a análise acaba por conquistar certo despreendimento que, às vezes discrepante, outras contraditório mesmo, privilegia outros aspectos e dá evidente riqueza ao tratamento das questões, ainda que negue alguns supostos anteriores. Via de regra – na definição dos conceitos – o autor ‘carrega nas tintas’ do aspecto econômico, todavia, ao utilizar-se dos conceitos em articulação e movimento, ressalta outros aspectos (como exemplo, veremos, podemos citar os

¹⁹¹ Por vezes, Guerreiro Ramos refere-se às relações entre uma estrutura e uma superestrutura social, sem, entretanto, definir rigorosamente suas constituições e relações; provavelmente, a estrutura remeteria às bases ‘materiais’ e a superestrutura às construções ideológicas – remetendo remotamente a certo marxismo, menos de filiação teórico-conceitual que disseminado na cultura sociológica do período. Nesse período, esporadicamente, o autor refere-se também a “forças produtivas” e “relações de produção”.

conceitos de *desenvolvimento*, *industrialização*, *povo*). Tal ocorrência não deve ser atribuída simplesmente ao ecletismo mal-concatenado ou às deficiências lógicas do autor; equívoco razoavelmente comum, é sinal dos tempos em que – em parte devido à influência da economia e do marxismo vulgar – o aspecto econômico era tido como alicerce das proposições científicas da sociologia.

O aparecimento do povo – segundo o autor – traria consigo importantes conseqüências, pois lhe atribuía os seguintes “princípios” básicos:

- 1) *O povo é o principal empresário do processo econômico brasileiro. Pelo seu trabalho, criam-se as riquezas, combinam-se os fatores e se os transformam em bens e serviços. Exerce o principal papel na realização das atividades produtoras, cabendo-lhes, portanto, o controle ideológico da programação global da economia;*
- 2) *O povo é uma realidade social englobante que ultrapassa o âmbito exclusivo de toda classe. É constituído majoritariamente de trabalhadores, mas se compõe também de elementos oriundos de outras classes e categorias;*
- 3) *O povo é o dirigente político do processo histórico-social. Exerce esta função, extraordinariamente, de modo direto; normalmente, de modo indireto, por intermédio de sua vanguarda;*
- 4) *O povo é o verdadeiro gênio da cultura nacional. Só existem cultura e ciência nacionais, do ponto-de-vista do povo. (RAMOS, 1960, p. 244, grifos nossos).*

Mesmo como agente político primordial, o povo – ordinariamente – lançaria mão de sua *vanguarda*, sua “consciência militante”, formada em sua maioria por trabalhadores e contando também com empresários, quadros técnicos profissionais e elementos da pequena burguesia, militares, estudantes e intelectuais; esta vanguarda – partindo da experiência concreta do povo – elaboraria uma “visão conjunta” das necessidades sociais e seria o elemento *dirigente* na defesa dos interesses do povo. Superficialmente (podemos supor), a *vanguarda* seria um grupo de atuação política, de identificação de anseios, promoção de valores e de condução das aspirações do povo.

Em discordância com algumas leituras – particularmente Carvalho (2003c), que supõe o povo formado por um corte horizontal na estrutura de

classes –, parece haver no conceito guerreiriano um viés de subalternidade na constituição do povo, a presença de elementos de classe média, intelectuais e até empresários dar-se-ia num setor particular e nitidamente contrastante no interior de um grupamento superior (vanguarda) e, mesmo assim, como presença individual e não como categoria, camada ou classe; o empresariado enquanto classe social (assim como outros grupos) não seria parte integrante do povo, mas – no limite – haveria elementos desse grupo que se afinariam politicamente (ou cujos ‘projetos’ convergiriam) com os anseios populares. Embora Guerreiro Ramos assinale que o povo ultrapassa o “âmbito exclusivo de toda classe”, afirma também que é composto por trabalhadores e “*elementos oriundos de outras classes e categorias*” (grifos nossos), indivíduos (e não propriamente parcelas ou frações de grupos sociais) que teriam originalmente suas raízes em outras classes, mas que se reconheceriam na luta do povo.¹⁹²

A entrada em cena do povo lançaria as bases da *nação* que, para Guerreiro Ramos, como...

[...] unidade histórica dotada de sentido ou como campo inteligível, nada mais é do que a forma particular de uma configuração espaço-temporal que surge onde quer que um agrupamento humano se alce da *existência bruta à existência significativa, da condição puramente natural à condição histórica, de um modo de ser inferior a outro superior.* (RAMOS, 1960, p. 29, grifos nossos).

O efetivar dessa elevação – da supressão da *situação colonial*, de *dependência* e destituição da circunstância de “proletariado externo do mundo ocidental” (termo tomado a Arnold Toynbee) – não seria uma ocasião ‘natural’ e sim uma busca, uma opção, uma “escolha de caráter axiológico” (RAMOS, 1960,

¹⁹² Carvalho (2003c) ainda faz referência à presença de camponeses na constituição do povo, termo que aparece raramente e de modo colateral em escritos menores (como panfleto de uma campanha eleitoral) na produção de Guerreiro Ramos; algumas poucas vezes, refere-se a um proletariado rural. Note-se ainda que Guerreiro Ramos não identificava o grupo social com o exercício de funções restritas à produção econômica.

p. 30), que possibilitaria um destino histórico independente (“não reflexo”), assim “1822 é a data da independência de um território e não de uma nação” (RAMOS, 1957b, p. 86).¹⁹³

Como parte dessa busca pela maioria, seria imperativo incrementar a produção e o mercado interno, reverter o sentido do circuito econômico (de externo para interno) e desencadear o processo de autonomização do capitalismo brasileiro, isto é, ocasionar “uma promoção mediante a qual as regiões e nações passam de uma estrutura a outra superior” (RAMOS, 1996, p. 140), ou seja, provocar o *desenvolvimento*, entendido como:

[...] elevação da produtividade dos fatores (notadamente mão-de-obra) disponíveis num sistema econômico, seja por meio da divisão social do trabalho (especialização de funções), seja mediante a substituição da energia muscular pela energia mecânica. (RAMOS, 1996, p. 113).

Não seria o desenvolvimento, entretanto, processo estritamente econômico, sua plenitude estaria condicionada ao fato das decisões econômicas e os benefícios advindos das mudanças serem coletivamente socializados, só haveria desenvolvimento – afirma – “quando em determinada sociedade a população participa de transformações mediante as quais adquire melhores condições de existência”, pois seria o “homem a medida do desenvolvimento” (RAMOS, 1996, p. 109). Os instrumentos para essa missão (planejamento, racionalidade e programação econômica, aproveitamento de recursos abundantes, etc.), notadamente tomados à influência cepalina, só atingiriam o efeito

¹⁹³ A situação colonial – na berlinda teórica com os trabalhos de Sartre, Balandier (e mais tarde Fanon) – passaria então pela questão da dependência, caracterizada como um dos traços da psicologia coletiva engendrada por aquela situação e definida como “[...] certo bilingüismo, a duplicidade psicológica, condições que tornam limitadíssima a possibilidade de uma identificação da personalidade do colonizado com a sua circunstância histórico-natural imediata” (RAMOS, 1957b, p. 18). Guerreiro Ramos releva a questão da dependência por meio de um instrumental psicológico-existencial que privilegia o peso do estorvo ao auto-reconhecimento em vez da submissão econômica – via de regra entre os teóricos da dependência.

perseguido se mobilizados com “capacidade política” por meio de um projeto nacional: “não há programação nacional sem ideologia nacional” (RAMOS, 1996, p. 192). O próprio desenvolvimento econômico seria, ao final, um “problema político” (RAMOS, 1996, p. 181).

O “problema político”, no entanto, dá lugar a certo automatismo quando Guerreiro Ramos afirma que “no desenvolvimento há uma causação circular; o excedente de produção e o modo de utilizá-lo determinam o progresso técnico, mas são também por ele determinados” (RAMOS, 1996, p. 142). No rastro de Keynes, o autor inverte as formulações de Myrdal e Nurske – que havia utilizado tal raciocínio para entender o círculo vicioso da pobreza – e menciona um “círculo virtuoso” do desenvolvimento’.

O papel do Estado na promoção do desenvolvimento seria primordial, dele poderia emanar a racionalidade e coordenação para planejar e executar uma ótima disposição e uso dos fatores de produção. Guerreiro tinha para si, porém, que somente nos governos socialistas o Estado poderia se arvorar em administrador geral da sociedade, atuando ampla e profundamente no sentido de evitar as inconsistências e arbitrariedades privadas no trato dos negócios públicos. Todavia, naquele contexto de capitalismo dependente e divisão de classes, estaria limitado o escopo de iniciativa política por parte do Estado, restando assim um papel ‘shumpeteriano’ aos “capitais privados”: *empreender* – já que, por sua natureza, comportar-se-iam conforme outra lógica que não a do desenvolvimento “racionalmente organizado”. Para ele, se “o tempo do Estado, como organizador da comunidade, não é o mesmo do capital privado” (RAMOS, 1996, p. 69), cumpriria ao poder público intervir para programar e organizar a produção

nacional; contudo, sendo algo essencial para provocar o desenvolvimento, não o era de modo cabal, fazendo-se necessário, mas não-suficiente para garanti-lo; haveria ainda que mobilizar o povo como “empresário”, propiciando “à comunidade nacional o controle de direito da programação do desenvolvimento” (RAMOS, 1996, p. 220).

Afluía da parte do autor uma desconfiança com relação à capacidade e disposição do empresariado na promoção do desenvolvimento, o Estado ainda era um ator privilegiado, embora penetrável à representação.¹⁹⁴

Diferentemente de grande parte dos intelectuais do período, Guerreiro Ramos não encarava o desenvolvimento como fenômeno ‘em geral’ (abstrato), percebia nesse processo interesses distintos e mesmo – em última instância – contraditórios.

O desenvolvimento, se quiserem o desenvolvimentismo, foi uma tese dos nacionalistas ou ainda o é daqueles mais retardatários. Todavia a lição última dos fatos da vida brasileira pode ser assim resumida: o desenvolvimento abstrato é entreguismo. Do ponto-de-vista da emancipação nacional, e da continuidade do desenvolvimento, não importa simplesmente que a renda contabilizada do País cresça a uma taxa alta, mas é necessário que as camadas populares participem desse crescimento, a fim de que o mercado possa acompanhar a expansão da capacidade produtiva. (RAMOS, 1961, p. 120).

Como processo social, o desenvolvimento deveria propiciar um relativo bem-estar ao povo, melhorando suas condições de vida e, por meio da participação (inclusive na renda), abrindo possibilidades de influência nas decisões; deveria dar suporte às necessidades materiais e aos anseios políticos do

¹⁹⁴ O Estado, nesse momento das elaborações do autor, geralmente aparece como dotado de uma dupla dimensão: de arena política de embate de forças (permeável à influência e comando dos sujeitos políticos) e de ator político. Caracterizamo-lo como *ator* – e não *sujeito* – devido ao caráter de sua atuação, circunscrita ao cumprimento de determinados papéis políticos e não de ‘livre’ (aberta) deliberação conforme anseios e interesses ‘próprios’.

povo. Desenvolver o país significaria também ‘democratizá-lo’, ainda que o Estado persistisse como uma espécie de ‘tutor’ do processo.¹⁹⁵

Ao diagnosticar a situação do país na conjuntura mundial e estabelecer comparações com outros países, Guerreiro Ramos deduz que “*todo desenvolvimento se realiza necessariamente pela industrialização*” (RAMOS, 1960, p. 113, grifos do autor) e endossa tal caminho. Alavanca do desenvolvimento, a *industrialização* seria processo modernizador por excelência: incrementaria a produção, propiciaria ganho tecnológico, autonomia de consumo e potencialização de fatores. Não obstante as realizações em termos de avanço das forças produtivas, atualizaria também as relações de produção, gerando conseqüências na consciência coletiva:

A industrialização deve ser entendida como categoria sociológica. Em tal acepção é um *processo civilizatório*, que se propaga por todos os setores da atividade econômica e não apenas pelo setor restrito do que normalmente se chama de indústrias. (RAMOS, 1960, p. 126, grifos nossos).

Referida industrialização teria reflexos na existência social dos indivíduos e na vida política do país, atuaria como fator de modernização da mentalidade coletiva: propiciando novas condições sociais e formas de sociabilidade, forjando os limites e a consciência dos grupos sociais e, em última instância, possibilitando uma compreensão ampliada da vivência social; engendraria assim um verdadeiro “processo civilizatório”, uma vez que imbuída do *status* de “categoria sociológica” – de forma de relação entre sociedade e natureza em razão da substituição das forças humanas pelas mecânicas, “libertação dos determinismos cósmicos pelo domínio” social (RAMOS, 1957b, p. 111) - adquiriria caráter ontológico.

¹⁹⁵ O termo ‘democracia’ não é de uso recorrente do autor, entretanto, assim nos reportamos devido ao sentido de participação política e integração social qualificada.

Em relação à *questão agrária*, o autor é lacônico ao afirmar que só o desenvolvimento e a industrialização poderiam – ao espriar seus efeitos – transformar a vida do homem do campo; medidas como organização de comunidades, educação sanitária, assistência social e outras desse gênero seriam inócuas, já que partiriam de princípios equivocados, como o que pressuporia que a sociedade rural fosse um “sistema fechado”. A melhoria da qualidade de vida no campo dever-se-ia primeiramente à transformação tecnológica e, por conseqüência, ao incremento da produtividade do trabalho rural, assim, caberia rever a “questão da fixação do homem no campo”; esse migraria para as cidades não apenas por voluntarismo, mas porque não conseguiria integração econômica na estrutura regional. Tal êxodo, aliás, não seria um mal em si, e sim um dos efeitos inevitáveis do desenvolvimento econômico: a transferência de mão-de-obra do setor primário para o secundário e terciário – os países desenvolvidos seriam prova disso (RAMOS, 1957b, p. 110).

Guerreiro Ramos nutria certa aversão ao Brasil rural e suas contingências, que identificava com o atraso e o reacionarismo, ao passo que o urbano seria – em regra – o moderno e progressista. Não deixou, entretanto, a partir de 1962, de defender uma reforma agrária no Brasil; em seu panfleto de campanha para deputado federal propunha a realização dessa reforma por meio da “emancipação dos camponeses” e resolvendo “os dois problemas gêmeos da agricultura brasileira”, a saber, “a superprodução de café e de outros produtos de exportação” e a “escassez e carestia dos produtos de amplo consumo popular, especialmente gêneros alimentícios” (apud AZEVEDO, 2006, p. 229). Em sua atuação parlamentar (em 1963), discursou algumas vezes em favor da reforma

agrária, alegando necessidades estruturais de resolução da questão para alavancar o desenvolvimento, mormente em sua etapa de industrialização.

Quando da defesa – pelo autor – de uma reforma agrária (sem especificá-la), fê-la sempre em termos gerais e circunstâncias fugazes (panfleto de campanha e discurso parlamentar), em seus livros não há grandes referências à questão agrária e tampouco defesa da reforma agrária nos termos de uma divisão de terras e fixação do homem no campo como objetivos ‘em si’. Ao que parece, enquanto parte da questão agrária, a reforma seria para ele uma forma de eliminar alguns obstáculos ao desenvolvimento econômico e seu carro-chefe, a industrialização; possivelmente, tomava a realização da reforma agrária como modo de diversificar e aumentar a produção rural de bens (alimentícios em particular) por parte dos trabalhadores rurais, o que lhes possibilitaria meios de sobrevivência digna e certa autonomia (ao fundo política) para se libertarem do jugo da dependência em relação aos latifundiários, desse modo, forneceriam no mercado interno matéria prima à indústria e meios de subsistência ao proletariado, baixando os custos de produção e proporcionando melhores condições de vida também aos trabalhadores urbanos. Haveria, sobretudo, uma preocupação em desobstruir o processo de desenvolvimento e industrialização, fortalecer o mercado interno e elevar o nível de consciência das massas rurais para impedir a instrumentalização política pelo setor atrasado e reacionário do país. A preocupação com o êxodo rural e conseqüentemente o excesso de oferta de mão-de-obra e a queda do nível (nominal) de salários, comum em alguns autores do período, não parece ter grande relevância para Guerreiro Ramos, ao contrário, esse “processo de abertura do complexo rural, que permite a migração de fatores (mão-de-obra e capitais) do

campo para as cidades, ainda hoje é uma importante referência dinâmica da economia brasileira” (RAMOS, 1957b, p. 44).

Um problema então em pauta, o das *desigualdades e desequilíbrios regionais* no Brasil, é definido pelo autor como eminentemente político e recebe uma atenção particular. Assinala que as regiões Norte e Nordeste não seriam prejudicadas pelo desenvolvimento econômico do “Sul” do país – ao contrário, seriam mesmo beneficiadas – e o próprio ritmo e forma “normal” de evolução do processo dar-se-iam por meio da integração entre um *centro dinâmico* (representado pelo “Sul”) e a periferia (outros estados). Nessas condições, com o tempo, o pólo de dinamismo tenderia a deslocar-se para dentro do país (e não para o exterior) – movimento impulsionado pelas atividades reivindicatórias e pressões políticas exercidas pelas massas.¹⁹⁶

A conclusão, para uma análise que se queria preocupada com o aspecto político, soa por demais confiante na funcionalidade e na diminuta margem de irracionalidade do processo econômico capitalista sem um planejamento superior e/ou na ação política racionalizadora (geralmente difusa) das exigências das massas. Curiosamente, o Estado, até então presente nas formulações do autor como encarnação da racionalidade e planejamento, nesse caso, limitar-se-ia a proporcionar condições de atuação dos interesses legítimos.

Lançando mão das teorias da CEPAL a respeito do desenvolvimento possível, de G. Myrdal para explicar a causação circular que até ali beneficiaria o

¹⁹⁶ “Nas condições capitalistas, não há outra maneira de um espaço continental como o Brasil desenvolver-se globalmente senão em termos de diferenciação entre centro e periferia. Esta diferenciação é a condição mesma para que as regiões periféricas possam ingressar num processo de transformação de sua estrutura” (RAMOS, 1960, p. 152). Guerreiro Ramos aplicava internamente as elaborações cepalinas da relação centro-periferia (mundial), embora destituída de seus conflitos. Vale lembrar que o termo “Sul”, no período, abrangia ambas as regiões hoje conhecidas como Sul e Sudeste, assim como todo o restante do país era vulgarmente chamado de “Norte”.

“Sul” do país, de R. Nurske para elucidar o “efeito demonstração” (concebido inicialmente por J. S. Duesenberry)¹⁹⁷ que assolaria os países subdesenvolvidos e prejudicaria a formação de capitais, e de Shumpeter, P. Baran e P. Sweezy para entender o desenvolvimento como questão não somente econômica (mas sobretudo política), Guerreiro Ramos, sem perder de vista o “caráter subsidiário” da produção estrangeira – que afirmou em *A redução sociológica* – utiliza os argumentos dos autores reconsiderando sua funcionalidade nacional: “Uma coisa é a teoria geral do desenvolvimento. Outra é a teoria do desenvolvimento nacional de cada país” (RAMOS, 1960, p. 193). O Brasil seria um caso único e a percepção dessa originalidade deveria nortear a práxis dos sociólogos. Daí afirmar mais tarde a necessidade de “salvar o fenômeno nacional” (RAMOS, 1983a, p. 543).

Pouco citado, mas muito presente nas formulações do autor, é Ignácio Rangel, com o qual conviveu na Assessoria de Vargas, no IBESP, no ISEB e compartilhava muitas idéias.¹⁹⁸ Em prefácio ao livro seminal de Rangel – *Dualidade básica da economia brasileira*, editado pelo ISEB em 1957 – Guerreiro Ramos alerta para a centralidade da categoria de *dualidade* (elaborada por Rangel).¹⁹⁹ “De há muito a sociologia brasileira procurava explicar a falta de

¹⁹⁷ Grosso modo, definido como o processo social pelo qual grupos superiores em sociedades periféricas imitariam a pauta de consumo de grupos congêneres das sociedades cêntricas (desenvolvidas), geralmente em termos de produtos sofisticados ou de luxo não produzidos localmente, o que causaria evasão de receitas para formação de capital.

¹⁹⁸ Assim como Rangel, o sociólogo privilegiava as peculiaridades históricas do Brasil e suas possibilidades de desenvolvimento explorando a situação específica do país, o planejamento econômico, o uso de recursos ociosos e a análise dos efeitos positivos da inflação. Guerreiro Ramos menciona superficialmente o caráter político da inflação e seus possíveis efeitos positivos, já Ignácio Rangel – no seu livro *A inflação brasileira* (de 1963) – analisa detidamente o fenômeno inflacionário e reconhece que um efeito positivo (anti-recessivo) desse fenômeno no Brasil seria o fato de, numa situação inflacionária, os agentes econômicos evitarem adquirir ativos monetários, preferindo o investimento e aumentando assim a taxa de imobilização, o que favoreceria o aquecimento da economia. Ver ainda Bielschowsky (2004).

¹⁹⁹ Rangel definiu – basicamente – a *dualidade* do seguinte modo: “A economia brasileira se rege basicamente, em todos os níveis, por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente

correspondência entre os dois planos de vida do País: o superficial e o profundo, o externo e o interno, o explícito e o implícito” (RAMOS, 1957a, p. 10). Pleiteia, então, extrapolar tal categoria para o entendimento do conjunto da vida social nacional:

A dualidade não é apenas uma lei de nossa economia, mas da sociedade brasileira em geral [...] a categoria de dualidade tornou obsoleta a teoria sociológica da transplantação, vigente no Brasil até bem pouco tempo. (RAMOS, 1957a, p. 12).

Com isso, Guerreiro apontava para a conclusão de que não haveria mais que se pensar a sociedade brasileira e seus fenômenos como efeitos da transposição – a partir do exterior – de idéias e instituições, dado que já existiria consolidado na realidade brasileira certo arranjo de condições que disseminava suas próprias determinações, uma espécie de ‘interiorização’ da situação de transplantação, que se traduziria agora em heteronomia.

O conceito de *dualidade* – relacionado à coexistência de dois tipos de sociabilidade numa mesma formação social, em termos de um setor moderno em contraposição a outro tradicional – fundamentou muitas das interpretações sobre a sociedade brasileira nas décadas de 1950 e 1960. Afastadas as sutilezas e matizes, o conceito propunha a análise da situação brasileira como marcada pelo conflito/contradição entre moderno e tradicional, no sentido de que o primeiro representaria o novo, o moderno, a evolução do capitalismo, e o segundo, o arcaico, atrasado, as sobrevivências não-capitalistas (fossem feudais, escravistas, formas primárias de produção de subsistência, etc.). Em geral, crenes no desenvolvimento capitalista e presos a interpretações relativamente evolucionistas e baseadas nas leituras das formas ‘clássicas’ dessa evolução nos países de

no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção” (RANGEL, 1957, p. 32).

capitalismo central (mormente França e Inglaterra), os autores brasileiros – em sua maioria – tendiam a perceber a superação de tal impasse dualista como o avanço (mais ou menos inexorável) do processo de absorção (ou solapamento) do setor arcaico pelo novo – o que, obviamente, mostrou-se mais tarde como algo ingênuo.²⁰⁰

Na visão de Guerreiro Ramos da evolução socioeconômico do país, não obstante a crença no lastro “civilizatório”, as transformações pretendidas não seriam, ainda assim, processos imanentes, haveria de se superar os obstáculos e agir politicamente para instaurar as melhorias que poderiam acarretar; mais que isso, virtualmente possíveis, os efeitos benéficos não seriam inexoravelmente garantidos, sendo necessário o domínio das mudanças para que se lhes imprimisse a direção devida, o que seria claramente um problema político. Desenvolvimento e industrialização não seriam garantias inerentes de ingresso na modernidade, vide as preocupações – expostas anteriormente – do autor quanto às necessidades de real geração de melhoria de renda (e de vida) e de participação à população em geral.

Em suma, desenvolver e industrializar o país – para o autor – não equivaleria a equacionar todos os seus problemas, traria sim (possíveis) ganhos econômico-sociais e na atualização na consciência nacional, mas não há na sua concepção relação causal ou de determinação necessária – que comumente se

²⁰⁰ A origem do conceito de “dualismo” (ou sociedade dual) estaria em Boeke (em *Dualistische Ökonomie*, de 1930) e posteriormente em Furnival (*Netherlands Indias: a study of plural economy*, de 1944); mais tarde, teve usos em George Balandier (*Sociologie des brazzavilles noires*, de 1955, e *Afrique ambiguë*, 1957) e Wilbert Moore (*Industrialization and labor*, de 1951). No Brasil, um dos pioneiros no uso do conceitual foi Jacques Lambert com *Le Brésil: structure sociale et institutions politiques* (1953), cuja versão (ampliada) foi aqui publicada em 1959 sob a denominação de *Os dois Brasís* (LAMBERT, 1973) – (cf. PINTO, 1978, p. 106-7). Sem recorrer necessariamente ao termo “dualismo”, uma outra face da discussão – mormente entre os autores filiados ao marxismo - encontra-se nos debates sobre a existência ou predominância do feudalismo (ou pré-capitalismo) e do capitalismo nas origens da formação social brasileira (DÓRIA, 1998).

arbitrava – entre desenvolvimento e aperfeiçoamento das instituições, ampliação das condições efetivas de participação política e, no limite, promoção/consolidação da democracia. Não que admitisse uma via de desenvolvimento não-democrática, ao contrário, pensava o pleno desenvolvimento como um processo eminentemente democrático, o que não significa, por outro lado, que possuísse uma visão ingênua do processo político e considerasse a democracia como processo orgânico, consequência natural do desenvolvimento. Industrialização e desenvolvimento poderiam promover substantiva modificação na condição econômica e sociopolítica do país se coadunados com um outro processo (acentuadamente político) – mais rico, amplo e complexo – que efetuaria profundas transformações na sociedade brasileira: a revolução.²⁰¹

2. A revolução *brasileira*

Guerreiro Ramos descartava o conceito de “mudança social”, segundo ele influência da sociologia formalista e estática norte-americana que (como outros produtos) importamos, pois teria um cunho conservador e nutriria a pretensão de dar valor heurístico ao dinamismo (característica essencial do acontecer social) em contraposição à estagnação, considerada assim como estado normal da sociedade. À grande transformação que aspirava para a sociedade

²⁰¹ A relação entre o desenvolvimento (e a industrialização) e a revolução brasileira não é nítida nas formulações do autor. Seria o desenvolvimento um processo potencializador da revolução? Um requisito para a eclosão dessa? Ou seria essa que desencadearia o desenvolvimento, removendo os obstáculos à sua promoção?

brasileira, chamou *revolução*:²⁰² “revolução brasileira” que, em suma, seria “nacional”²⁰³; não *nacional* no sentido que lhe foi atribuído por alguns comunistas e socialistas (como etapa do desenvolvimento do capitalismo e para a revolução socialista), ou como ascensão de uma burguesia local ao poder, ou processo de expansão democrática, ou mesmo afirmação do interesse interno apenas, mas nacional como só a revolução brasileira poderia sê-lo. A revolução nacional não seria “brasileira” porque aqui se desenrolaria, seria nacional justamente por ser *brasileira*, por ser fundada na originalidade do país, enraizada nesta realidade.²⁰⁴

Analisando a questão em *A crise do poder no Brasil*²⁰⁵, assevera:

Criadas se encontram no Brasil as condições objetivas da revolução nacional. Falta criarem-se as subjetivas. É provável que no presente quinquênio do Presidente Jânio Quadros surja momento de intensa fermentação revolucionária. É necessário que, na oportunidade, estejam organizados os quadros capazes de merecer esse momento. Então deverá ser cortado o nó górdio do processo brasileiro, ato que, de uma vez por todas, divorciará a nação da antinacão. *O modelo da revolução brasileira será necessariamente inédito.* Foge assim de domesticacões à distância. Não será soviético. Não será chinês. Não será cubano. Em toda sua História, o Brasil tem sido original na América e no mundo. Eis porque o quadro da revolução nacional brasileira será necessariamente independente em relação a qualquer espécie de Internacional. (RAMOS, 1961, p. 17, grifos nossos).

²⁰² Definia formalmente *revolução* como “[...] um movimento, subjetivo e objetivo, em que uma classe ou coalizacão de classes, em nome dos interesses gerais, segundo as possibilidades concretas de cada momento, modifica ou suprime a situacão presente, determinando mudançã de atitude no exercicio do poder pelos atuais titulares e/ou impondo o advento de novos mandatários” (RAMOS, 1963, p. 30, grifos do autor).

²⁰³ Como explicitamente traz o subtítulo de *A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira*, de 1961.

²⁰⁴ A ênfase na terminologia comumente denota o sentido da caracterizacão pretendida: Florestan Fernandes chamou-a “A Revoluçã Burguesa no Brasil”; Caio Prado, Nelson Werneck Sodré – e Guerreiro Ramos – chamaram-na “Revoluçã Brasileira”. Há ainda os casos de Sérgio Buarque de Holanda, que a nomeou “nossa revoluçã” (ou, às vezes, “revoluçã brasileira”) sem explicitar a caracterizacão “burguesa”, e Octavio Ianni, que comumente menciona a “revoluçã burguesa”, sem atribuir-lhe caracterizacão “nacional”.

²⁰⁵ *A crise do poder no Brasil: problemas da revoluçã nacional brasileira*, afora alguns ensaios sobre o pensamento social no Brasil (escritos entre 1955 e 1957), é um livro escrito no calor da hora, seus capítulos de análise política foram escritos em 1960 e publicados em 1961, neles o autor enfrenta as grandes questões do momento, aventura-se na análise da conjuntura (então tão rica e desafiadora) e também lança bases conceituais para posteriores estudos sobre o período, como: o uso aplicado à realidade brasileira das noções de bonapartismo e populismo, a encruzilhada que se avizinhava, a crise do poder, de direçã, dos partidos, etc.

Nessa revolução, inédita defrontar-se-iam *nação e antinação*,²⁰⁶ que representariam – respectivamente – as forças sociais engajadas na luta entre libertar-se do caráter reflexo da vivência história brasileira, apoderar-se dos seus instrumentos decisórios e destino político e, de outro lado, pretender manter o estado de coisas no sentido de perpetuar o alheamento do país em relação às suas possibilidades de autonomia; ou, como Guerreiro Ramos (1960, p. 85, grifos nossos) dinamicamente definiu: “O aspecto fundamental da problemática do nosso país consiste em aguda tensão entre *forças centrípetas e forças centrífugas* nele atuantes”.

Todavia, quais seriam a forma e o sentido dessa revolução?

A revolução nacional, esclareça-se logo, não está necessariamente associada aos eventos dramáticos que constituem o cortejo habitual das insurreições e quarteladas. Tecnicamente, e nesse sentido é que usamos a expressão, *consiste na mudança qualitativa que se opera numa coletividade humana, quando passa de uma fase histórica para outra superior*. Em nossos dias, todos os países que realizaram sua revolução nacional esforçam-se em fazer de sua política externa um campo tático de promoção do seu desenvolvimento. Sua *maioridade histórica* *exibe-se na aptidão que revelam para libertar-se de posições caudatárias*. A firmeza de tal conduta supõe uma perfeita *articulação das instâncias de poder com as massas populares*. (RAMOS, 1960, p. 37, grifos nossos).

Quanto ao caráter da revolução, o diagnóstico do autor é cabal: o Brasil ainda estava localizado em determinada fase histórica – embora numa posição de transição e coexistência de tempos (contemporaneidade do não-coetâneo) – na qual a revolução revestir-se-ia de um caráter capitalista, vez que, devido à falta de

²⁰⁶ “Antinação” é expressão tomada a Gilberto Amado, que a definiu como “o conjunto de interesses que se representam ao revés dos interesses gerais permanentes, profundos, do País” (apud RAMOS, 1961, p. 7). Benito Mussolini já havia usado tal contraposição (*nação versus antinação*) em seus discursos, não é certo que Gilberto Amado conhecesse a menção anterior; Guerreiro Ramos – ao que consta – não conhecia.

condições objetivas (e também subjetivas, veremos), o país ainda não estaria apto a almejar o socialismo.²⁰⁷

Quais seriam então os sujeitos da revolução e como se apresentariam?

Os autores isebianos, por vezes, foram criticados por não proceder sistemática e profundamente uma análise das classes sociais no Brasil, não obstante outros poucos autores o terem feito seriamente, há sem dúvida nas concepções dos isebianos – e já havia no IBESP – análises relativamente detalhadas a respeito da configuração das classes sociais no Brasil e suas posições no espectro de luta.²⁰⁸

Se já havia dado anteriormente indicativos quanto a essa questão (RAMOS, 1957b), Guerreiro Ramos explicitamente o faz em *O problema nacional do Brasil*. Haveria – afirma – uma peculiaridade brasileira na questão da gênese das classes sociais, a saber, a aliança entre os grandes proprietários rurais e os comerciantes; se na Europa existiria uma contradição entre eles, no Brasil – no qual vigoraria o latifúndio, que internamente lembraria de modo remoto uma forma de enfeudação e externamente uma empresa comercial moderna (numa óbvia aplicação da lei da dualidade como definida por Ignácio Rangel) – muitas vezes teriam encarnado o mesmo personagem. Essa composição social teria emancipado a colônia, dado ao país uma organização nacional e continuaria uma sólida expressão consciente de interesses.²⁰⁹

²⁰⁷ Guerreiro Ramos admitia que nas formações sociais capitalistas – e o caso brasileiro não seria diferente – subsistiriam (de modo residual) formações pré-capitalistas (RAMOS, 1996, p. 143). Nem por isso as considerava como feudais.

²⁰⁸ Uma análise desse aspecto nos autores Helio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré está em Oliveira Filho (1999).

²⁰⁹ Para uma comparação com Florestan Fernandes – em *A revolução burguesa no Brasil* (1974) – vejamos: “Na verdade, várias burguesias (ou ilhas burguesas), que se formaram em torno da plantação e das cidades, mais se justapõem do que se fundem, e o comércio vem a ser o seu ponto de encontro e a área dentro da qual definem seus interesses comuns” (FERNANDES, 1987, p.

Com o desenrolar desse processo, parte significativa da *burguesia industrial* no Brasil teria se formado em estreita relação com os próprios latifundiários e comerciantes, configurando uma relação de “ambigüidade dialética” antes que de contradição (RAMOS, 1957b). Assim, com o avanço (tardio) da revolução industrial, quando as burguesias dos países centrais já se teriam lançado à conquista do setor industrial nos países periféricos, teria havido uma diminuição das oportunidades e um arrefecimento dos ânimos dessa burguesia industrial nativa (brasileira), que passaria então a ser assediada para a colaboração técnica e financeira com aquelas burguesias, nublando sua consciência social (e nacional) e intimidando-a como classe empreendedora.

Paradoxalmente, Guerreiro Ramos nutria certas esperanças quanto ao desempenho econômico da burguesia – mormente a industrial –²¹⁰ e, no entanto, duvidava da disposição e capacidade política dessa classe para dirigir o processo histórico:

Um grande papel, no quadro que delineamos, é reservado aos setores do meio empresarial. Embora incluam a agricultura e o comércio, é à indústria que, na fase atual do processo brasileiro, cabe liderar as reivindicações do nosso nascente capitalismo. A revolução brasileira em marcha em nossos dias é eminentemente uma revolução burguesa, de que está resultando nova classe de empresários, distinta daquela que, até cerca de 1930, era dominante no Brasil, a classe dos fazendeiros. Esta classe nova não apresenta, contudo,

204). Há – entre os autores – uma aproximação quanto ao diagnóstico do caráter conciliador na gênese da relação entre as classes e também um paralelo analítico entre os termos “composição de interesses” (em Guerreiro Ramos) e “padrão composto de dominação” (Florestan Fernandes).

²¹⁰ Não é fortuito que o autor não se refira sistematicamente a uma “burguesia nacional” – uma das raras menções é quando aborda o Estado Novo como “uma ditadura da *híbrida* burguesia nacional” (RAMOS, 1957b, p. 49, grifos nossos) –, mas sempre a tarefas “nacionais” que deveriam constar da agenda burguesa, cuja responsabilidade acabava recaindo sobre a mencionada “burguesia industrial”, identificada com os anseios de desenvolvimento, industrialização e proteção à economia nacional por pretensamente ter interesses (profundos, objetivos) conflituosos com os da indústria estrangeira e dos setores ligados à agricultura e ao comércio (cuja orientação econômica seria, em jargão cepalino, ‘para fora’): “No nível da burguesia, aguçam-se os conflitos de interesse entre o setor agrário tradicional e o industrial inovador, este último à diferença do que ocorria nas décadas anteriores, agora suficientemente expressivo como força econômica e, portanto, apto a fazer valer esta força em termos de poder” (RAMOS, 1960, p. 33). Haveria assim uma posição política nacional, mas não necessariamente uma classe burguesa ontologicamente nacional.

em sua conduta global, um mínimo de coerência, quanto aos objetivos que persegue. (RAMOS, 1960, p. 215, grifos nossos).

Entretanto...

Tudo parece mostrar que, no Brasil, não se está formando uma burguesia capaz de ter iniciativa de uma revolução nacional. Ao contrário do que se registrou no Ocidente Europeu e nos Estados Unidos, nossa burguesia não está apta para levar a efeito esse cometimento. É antes o povo que conduzirá a revolução nacional brasileira. (RAMOS, 1960, p. 237, grifos nossos).

Com um importante papel político reservado para si, essa burguesia (industrial), todavia, não o exerceria; seu caráter vacilante – quanto às suas “tarefas históricas” – também geraria um impasse na resolução do processo político brasileiro, que o autor chamou de “situação dramática”.

[...] há, hoje, no Brasil, uma nova classe dominante, que ainda não se tornou classe dirigente por carecer da consciência das necessidades orgânicas da sociedade brasileira em sua fase atual. Quer isso dizer que a força política e o poder econômico estão nas mãos de pessoas jurídicas e físicas que, em larga escala, não têm consciência sistemática do projeto pressuposto por sua condição. (RAMOS, 1960, p. 26, grifos nossos).

Essa tensa coexistência na base do poder seria algo paralisante, que emperraria o desenvolvimento, postergaria as tarefas, minaria a ação renovadora que porventura uma nova burguesia pudesse ter e mesmo nublaria a consciência de sua situação: “A lógica do atual processo brasileiro confere à nova classe dominante um poder que ela subexerce e subutiliza, por isso que ainda não é dirigente” (RAMOS, 1960, p. 27). Aparentemente, Guerreiro Ramos cria na capacidade dessa fração de classe em impulsionar uma revolução *burguesa*, mas não *nacional*; os esforços e horizonte ideológico poderiam conduzi-la à afirmação econômica, cujos objetivos e interesses sua consciência permitiria vislumbrar, todavia, uma radical transformação das condições sociais de existência estaria distante de seu alcance.

Em agravo ao quadro, ao defrontar-se com um *proletariado urbano* já “institucionalizado”, “portador de estatuto legal” e da mais poderosa consciência

de interesses entre todas as classes, a burguesia ver-se-ia em competição pelos mesmos papéis históricos que os trabalhadores, intimidando-se por receio de perder terreno nas vantagens materiais que desfrutava.²¹¹ Já o *proletariado rural*, apesar dos avanços sociais e em termos de consciência coletiva, ainda seria – por vezes – instrumentalizado pelos interesses políticos dos setores capitalistas mais atrasados, funcionando como contrapeso às lutas trabalhistas urbanas. Distanciando-se de grande parte das análises da época, o autor menciona um proletariado rural e não um campesinato,²¹² o que deixa entrever que não compartilhava das concepções que identificavam uma formação feudal (passada ou existente de modo residual) no Brasil. O latifúndio, ainda dominante na estrutura agrária, guardaria semelhanças, no seu aspecto ‘interno’, mas não seria definitivamente uma instituição feudal (RAMOS, 1960, p. 237-8).

Quanto à *classe média*, “espécie de vanguarda de todos os movimentos revolucionários durante a fase colonial” (1500-1822), também de modo peculiar no Brasil, não se teria formado no incremento de funções técnicas e qualificadas do sistema produtivo, em geral, seria de extração pequeno-burguesa e abrigar-se-ia (em situações parasitárias) em postos no Estado, o qual criava ocupações devido à falta de empregos na produção e, para – no limite – acomodar/cooptar elementos que poderiam vir a desencadear possíveis dissensões. De papel progressista na República até 1930, estaria então (naquele fim dos anos 1950) – pressionada pela crescente politização da burguesia industrial e do proletariado – adotando posições à direita (RAMOS, 1957b, p. 46); todavia, além de um setor

²¹¹ O peso da conjuntura política faz-se sentir nas formulações do autor que, pouco antes, afirmava que ainda não haveria no Brasil um “verdadeiro proletariado”, já que formado a partir da massa de escravos e da plebe rural seriam ainda ex-campônios carecendo de consciência de classe e trabalhando em pequenos empreendimentos nos quais as relações de classe não ficariam evidentes (RAMOS, 1957b, p. 45-6).

²¹² Somente o faz, como já mencionado, raras vezes em pronunciamentos de ocasião.

dessa ter mantido continuamente estreitas relações com o povo, um outro setor (moderno) da classe média, que estaria se formando em razão das qualificações técnicas engendradas pela industrialização, tenderia a aliar-se ao povo e efetuar “papel relevante na *vanguarda das lutas sociais*” (RAMOS, 1960, p. 239, grifos nossos).²¹³

A revolução brasileira, ao que tudo indica, seria para o autor prerrogativa do *povo*, sujeito social de inquestionável aptidão para a tarefa, formado basicamente pelos trabalhadores (proletariado urbano/rural) e contando também com “elementos” (indivíduos) progressistas provenientes de outras classes, compondo uma frente com os setores (avançados) de classe que teriam interesse na transformação e se afinariam com tal projeto (burguesia industrial e setor esclarecido da classe média). Tal vocação do povo para a transformação da realidade brasileira não tem suas bases explicitadas pelo autor, imediatamente, ao que parece, sua condição de subalternidade, de descompromisso com os interesses arcaicos e mesquinhos que se perpetuavam na sociedade brasileira e sua posição socialmente contestadora dos privilégios, além de seus interesses econômicos prementes, conferia-lhe essa condição – afora o fato de ser, como maioria excluída das decisões, o principal impulsionador da expansão da sociedade política e, logo, da democracia.

A *democracia* não é objeto de atenção especial por parte de Guerreiro Ramos (e grande parte dos autores do período), não há em sua obra uma definição

²¹³ Não há explicitamente uma distinção entre classe média e pequena-burguesia na obra do autor, há indicativos, no entanto, de que Guerreiro Ramos labora com um conceito histórico-relativo de classe média, tendo um sentido lato de segmento intermediário e outro, restrito, de classe com posição específica na estrutura social. Assim, a *pequena-burguesia* – classe média em sentido lato – seria algo historicamente anterior e formada por pequenos negociantes, profissionais liberais, funcionários públicos, militares, intelectuais, etc.; já a *classe média* – em sentido restrito – conteria, naquela contemporaneidade histórica, a remanescente pequena-burguesia e grupos sociais que afluíram com a modernização capitalista (técnicos, funcionários qualificados, etc.).

conceitual ou análise sistemática da democracia e sua condição na sociedade brasileira. Depreende-se que seria subsidiária (e também impulsionadora) do desenvolvimento (autônomo e nacional), bem como teria como ingredientes: a ausência de preconceito de cor, relativa igualdade social em termos ausência de grandes disparidades econômicas (níveis de renda) e de *status* social (tratamento equitativo), expansão da sociedade política, garantias de participação e representação, manutenção de rotinas de decisão e circulação no poder, e exercício da soberania nacional – para ele seria implausível conceber como democrática uma sociedade que estivesse refém de injunções externas. Definida em termos substantivos, a democracia consistiria numa ordem social que propiciasse soberania, cidadania, relativa igualdade (inclusive de tratamento), condições dignas de sobrevivência material e ‘livre’ exercício político.

3. Nacionalismo: ideologia revolucionária e ciência

O nacionalismo é apresentado pelo autor como a forma autêntica – naquela fase histórica – de vivenciar a *realidade brasileira*. Como, entretanto, o autor define conceitual e metodologicamente a realidade brasileira? Obviamente, se a tomasse – como era de seu feitio – como algo dinâmico, relacional, histórico e em constante mutação, não poderia ser definida de modo simplesmente descritivo; por outro lado, defini-la formalmente seria cair na própria armadilha para a qual alertava: dissipar a especificidade complexa que justificaria a necessidade do conceito.

O esforço de Guerreiro Ramos (1960, p. 85) principia por considerar “a realidade brasileira como fenômeno total, na acepção de Mauss, isto é, com um todo cujos caracteres se apresentam, não só no conjunto, como em cada uma de suas partes, variando apenas de escala, de uma para outra”.²¹⁴

Ao investigar os fatos da vida social – afirma ele – dever-se-ia ter em vista que “a coleta de fatos não tem sentido se não for orientada pelo *ponto de vista da totalidade*, por um *a priori*” (RAMOS, 1960, p. 82, grifos nossos), pois os caracteres impressos nas variadas partes só adquiririam sentido quando relacionados ao todo; sem a noção anterior do todo, as diferentes partes seriam esvaziadas do sentido completo que conteriam em gérmen, nas palavras do autor, “em escala”. Assim, afirma que “a *teoria global de uma sociedade* é o requisito prévio para a compreensão de suas partes” (RAMOS, 1960, p. 83).

Precipita-se então na contramão da posição hegemônica na sociologia brasileira do período (e daí em diante), que afirma a necessidade de estudos empíricos (particulares) como subsídios para uma análise mais generalizadora da sociedade brasileira, compondo o todo por meio de um mosaico de partes relativamente avulsas. A posição guerreiriana – nítida em suas propostas apresentadas ao II Congresso Latino-Americano de Sociologia (1953) – pleiteia uma dialética entre as partes (e entre estas e o todo), cujo princípio se funda em tomar as próprias partes como emanações do todo; tais unidades não teriam – primariamente – conteúdo/forma autônomos, isolados em si, sua própria existência parcial já acusaria a influência da totalidade, que teria posição

²¹⁴ Embora – na ocasião – mencione somente Marcel Mauss, Guerreiro Ramos busca fundamentar tal concepção também na sociologia de orientação fenomenológica (Jules Monerot, Georges Gurvitch, etc.), bem como nas anteriores elaborações monográficas organicistas de F. Le Play (filtrado pelas influências de Silvio Romero e Oliveira Vianna) – para o qual o corpo social (tomado como organismo) teria, inscritos em suas ‘células’, os caracteres gerais da sociedade (RODRÍGUEZ, 2006).

preponderante. Desse modo, a dialética não avançaria simplesmente do particular ao geral, da análise à síntese, do empírico à construção abstrata mais complexa; demandaria uma noção ‘anterior’ do geral que orientaria a própria apreensão dos aspectos particulares, culminando numa generalização mais elaborada, numa totalidade ‘superior’.

Com essa ‘totalidade *a priori*’, seria possível não somente ir às partes com certo respaldo teórico, a partir dela poder-se-ia delimitar uma perspectiva como ponto de partida, já que a assunção de um lugar social delimitado histórica e socialmente seria essencial para se atingir a compreensão profunda do todo, e nem todos os lugares sociais – tomados como pontos de vista – seriam adequados para alcançar uma visão abrangente.

Nessa ordem de idéias, isto é, partindo de um *sum* (sou brasileiro), procuraremos empreender um esforço tendente a contribuir para a compreensão global de nossa sociedade. Essa tarefa tem prioridade sobre qualquer outra, no domínio das ciências sociais em nosso país. Não deveríamos partir para estudos de pormenor antes de termos consciência crítica da realidade social do país. *Aqui também é a visão do todo que condiciona a compreensão das partes.* (RAMOS, 1960, p. 85, grifos nossos).²¹⁵

Resta saber se uma “consciência crítica da realidade social do país” poderia ser alcançada a partir de uma noção ‘apriorística’ da totalidade.

De outro lado, os principais empecilhos teóricos para a compreensão geral da realidade nacional seriam o “empirismo”, que insistiria em privilegiar a parte em detrimento do todo, e o “dogmatismo”, que afirmaria aspectos estáticos contra a fluidez do fenômeno e promoveria ainda “a interpretação da realidade social em termos da preponderância sistemática de um determinado fator, seja a

²¹⁵ Esse “*sum*” (sou brasileiro), essa determinação do “eu sou” como assunção do sujeito em suas circunstâncias existenciais e a partir de uma perspectiva própria na sociedade, Guerreiro também o utiliza como recurso metodológico ao abordar a existência do negro com base num “*niger sum*”, na aceitação e orgulho da condição de negro. Ver “O problema do negro na sociologia brasileira” (RAMOS, 1979). O engajamento configura-se como um ponto de vista privilegiado na investigação dos problemas sociais.

raça, seja o clima, ou outra condição geográfica, seja a economia, seja a cultura, seja a alma ou o caráter nacional, ou de outro qualquer fato” (RAMOS, 1960, p. 83).²¹⁶

Apresentado o método, persiste o problema, como dar conteúdo à forma da “realidade nacional”?

Guerreiro Ramos utiliza um expediente curioso: identificando um “cisma” na vida brasileira, a existência de duas sociedades – “uma velha, com todos os seus compromissos com o passado, outra recente, implicando novo estilo de vida ainda por criar ou apenas ensaiado em círculos de vanguarda” (RAMOS, 1960, p. 87) – e procede a definição da velha sociedade em função da nova, numa atitude de negação. Justifica-se: “Nessas condições, a descrição sumária a que vou proceder, embora se caracterize pelo que nega, postula o seu contrário. Esse contrário é o nosso projeto, em função do qual avaliamos a presente circunstância brasileira” (RAMOS, 1960, p. 88).²¹⁷ O descritivo, o analítico, o sintético e o normativo se articulam como recursos epistemologicamente complementares.

Expõe então um estudo “tipológico” no qual figuram as seguintes “categorias compreensivas” que representariam a espinha dorsal da velha sociedade:

²¹⁶ Georges Gurvitch (1953) – forte influência sobre as formulações teóricas de Guerreiro Ramos – já havia se insurgido contra esse tipo de procedimento “dogmático”, de um determinismo monocausal, todavia, outro autor caro a Guerreiro, Silvio Romero, já havia empreendido – muito antes – tal crítica.

²¹⁷ A referência aqui é notoriamente a obra de Alberto Torres, pelo qual nutria imensa admiração. O livro de Guerreiro (*O problema nacional do Brasil*) alude a *O problema nacional brasileiro*, de Torres (1982b), no qual este – de modo semelhante – define a realidade nacional de modo ‘negativo’, pelo que lhe falta, pelo que deveria tornar-se e não pelo que era naquele momento.

- 1) *dualidade*: a coexistência inevitável numa mesma fase cultural de diferentes tempos históricos e – conseqüentemente – de diferentes formas de existência numa mesma realidade;
- 2) *heteronomia*: incapacidade de induzir critérios da realidade nacional, submetendo-se a um processo mimético de adesão a valores e condutas de centros culturais e tecnológicos de maior prestígio;
- 3) *alienação*: antônimo de autodeterminação, fenômeno pelo qual a sociedade é “induzida a ver-se conforme uma ótica que não lhe é própria, modelando-se conforme uma imagem de que não é o sujeito”;
- 4) *amorfismo*: falta de formas que organizem a vivência social, que lhe dêem “antecedentes e conseqüentes”, evoluindo assim a sociedade não “pela mediação de forma a forma, mas por improvisos, em que tudo começa sem antecedentes”;
- 5) *inautenticidade*: existência social falsificada ou perdida em mera aparência, que não reflete a apropriação pelo sujeito do próprio ser social (RAMOS, 1960, p. 88-97).

A apreensão da realidade brasileira estaria condicionada pelo nacionalismo, de conteúdo “revolucionário”, cuja ideologia mobilizaria para a revolução brasileira. Todavia, como se caracterizaria o próprio *nacionalismo*?

O nacionalismo é a ideologia dos povos que, na presente época, lutam por libertar-se da condição colonial. Eles adquiriram a consciência de sua restrita capacidade autodeterminativa e pretendem exercê-la em plenitude. Mas a capacidade autodeterminativa, ou a soberania, não é atributo inato, dom da natureza, nem se obtém à maneira de dádiva de um poder munificente. A efetiva soberania é atributo histórico adquirido pelas coletividades, mediante luta, audácia e iniciativa. (RAMOS, 1960, p. 225).

E mais: “O nacionalismo é mais do que amor à terra e a lealdade aos símbolos que a representam. É tudo isso e o projeto de elevar uma comunidade à

apropriação total de si mesma, isto é, de torná-la o que a filosofia da existência chama um ‘ser para si’” (RAMOS, 1960, p. 32).²¹⁸

Como projeto político, o nacionalismo seria a idéia-força que poderia conduzir os povos periféricos – alijados de sua soberania – a alcançar a maioria política, econômica, social e cultural; só afirmando sua nacionalidade elevar-se-iam à condição de arbitrarem os próprios destinos e postarem-se internacionalmente como sujeitos políticos. E, embora naquele momento vigessem – assinala o autor – as tarefas nacionais para o país (que emergia do colonialismo), o nacionalismo não se converteria em realidade última, mas estágio para o alcance das referidas aspirações.

O nacionalismo – como ideologia – só adquiriria força devido à participação popular, jamais poderia – afirma Guerreiro Ramos – ter outro enraizamento: “O nacionalismo é essencialmente uma ideologia popular e só poderá ser formulada induzindo-se da prática do povo os seus verdadeiros princípios”, sob pena de incidir nas várias modalidades equívocas de nacionalismo (RAMOS, 1960, p. 230):

²¹⁸ Anteriormente, assim se referia: “O nacionalismo, na fase atual da vida brasileira, se me permitem, é algo ontológico, é um verdadeiro processo, é um princípio que permeia a vida do povo, é, em suma, expressão da emergência do ser nacional” (RAMOS, 1957b, p. 32). Entretanto, o caráter ontológico do nacionalismo é relativamente relegado por Guerreiro Ramos a partir do início dos anos 1960, coincidentemente ou não, em 1960 dá-se a publicação de *Consciência e realidade nacional*, de Álvaro Vieira Pinto, seu antigo colega de ISEB. Os equívocos de uma visão que priorizava absolutamente a autonomia e determinação ontológica da nação (a nação como “universal concreto”, nas palavras de Vieira Pinto) preocuparam Guerreiro que – também devido às comparações (e aproximações) com sua obra *A redução sociológica* (de 1958) – reagiu violentamente, como era de seu feitio, produzindo uma peça crítica de virulência ímpar, na qual denuncia o caráter burguês, reacionário e fascistóide do livro de Vieira Pinto – “A filosofia do guerreiro sem senso de humor” (RAMOS, 1963, p. 193-216). Guerreiro Ramos não chegou a negar o que havia afirmado antes, aparentemente, deu-se conta da delicadeza da questão e da tênue linha que separava a concepção da nação (e do nacionalismo) como afluência de formas de consciência mais efetivas a respeito da realidade social e a consideração da nação como configuradora do ser social, forma por excelência de organização da experiência social e ontologicamente fundante.

- 1) *nacionalismo ingênuo*: consistiria “numa reação elementar de autoexaltação do grupo”, algo próximo do etnocentrismo;
- 2) *nacionalismo utópico*: caracterizar-se-ia “pela cegueira à lógica material das situações constituídas”;
- 3) *nacionalismo de cúpula*: que teria como propagadoras figuras (bem ou mal intencionadas) expressivas da classe dominante em busca do favor popular;
- 4) *nacionalismo de cátedra*: consistiria “numa posição assumida apenas no plano verbal”. É o nacionalismo de professores e intelectuais que não estão dispostos a assumir os riscos implícitos na orientação que dizem adotar;
- 5) *nacionalismo de circunstância*: seria o oportunismo, a procura por tirar vantagens da ocasião (RAMOS, 1960, p. 248-52).

“Ideologia revolucionária”, o nacionalismo teria para com a construção da nação uma dinâmica e complexa articulação: depois de determinada fase de consolidação de condições básicas (certa infra-estrutura material e densidade social) para se cogitar efetivamente a existência de uma forma autônoma de capitalismo, estabelecer-se-iam condições para a existência plena da nação (primordialmente, o nascimento do povo) e floresceria o nacionalismo como modo de mobilização e organização político-social, visando desencadear as forças necessárias para se atingir o ponto de mutação que transformaria qualitativa e cabalmente o país, consolidando o capitalismo nacional e a nação.

[...] a nação não se dá independentemente da existência de um mercado interno, de um sistema de transportes e comunicações suscetível de interligar todos os recantos do território [...] a nação brasileira só poderia verificar-se, em toda sua plenitude, com o surgimento de um capitalismo brasileiro. (RAMOS, 1957b, p. 32).

Por ser uma ideologia, uma idéia motriz, uma aspiração viva – popular e mobilizadora – o nacionalismo não se esgotaria ou formataria em um amontoado

de axiomas com salvaguarda científica; as ideologias não poderiam – segundo Guerreiro Ramos – ser formuladas cientificamente:

[...] a ciência se define por um esforço de transcender a ideologia, embora se admita seu insuperável condicionamento histórico-social. Portanto, elaborar ou defender uma ideologia é confessar um propósito mistificador [...] a defesa de uma ideologia não é bem tarefa do homem de ciência como tal. É tarefa do homem de partido. A tarefa do homem de ciência é formular a teoria. (RAMOS, 1963, p. 210).

A *ideologia* emergiria como aspiração social e não como algo tramado, teria como função a mobilização política, e sua efetividade frente aos desafios históricos só poderia ser avaliada após os acontecimentos – *post festum*, como gostava o autor de se expressar. Não seria, portanto, tarefa do sociólogo (enquanto cientista) formular ideologias, até porque, segundo Guerreiro Ramos (alfinetando o ISEB após sua saída), “ideólogo que se preza não é professor de ideologia nacionalista” (RAMOS, 1963, p. 210).

Nunca houve, na história da inteligência, quem quer que seja minimamente categorizado para o trato das coisas do saber, que concebesse a idéia de formular uma ideologia. Só as ideologias mortas podem ser narradas. As ideologias vivas, como o nacionalismo em nossa terra, são inenarráveis como sistema. (RAMOS, 1963, p. 209).

Essa forma de conceber a ideologia é comum também a Helio Jaguaribe, e caudatária das posições de Weber e Mannheim: não haveria posições científicas para os anseios políticos, a ciência só poderia ser instrumentalizada para o agir no sentido de racionalizar a ação, de saber se há correspondência entre as pretensões e os objetivos, se por meio de tais formulações se pode efetivamente alcançar os alvos, nunca para deduzir cientificamente metas políticas e valores sociais (WEBER, 1982); por outro lado, a ideologia (em seu sentido total) é vista como estrutura mental de grupos, aspiração social e visão de mundo, logo, impossível de ser deliberadamente arquitetada e implementada conforme meios articulados a fins (MANNHEIM, 1972).

No entanto, se Guerreiro Ramos recusava-se a dar um conteúdo dogmático ao nacionalismo ou identificar ciência e ideologia, acabava por considerá-lo uma *ciência*: “ciência do ponto-de-vista dos povos proletários” (RAMOS, 1960, p. 254).

É fácil compreender que, mais do que os povos desenvolvidos, os atuais povos periféricos são portadores do ponto-de-vista da comunidade humana universal. A ciência é atividade realizada à luz desta perspectiva. O máximo de consciência universal está hoje naturalmente à disposição dos povos periféricos e, por isso, podem ter uma ciência mais avançada do que a dos povos metropolitanos. O nacionalismo, como ideologia básica desses povos, adquire assim atributos de verdadeira ciência. A ciência é praticada em cada época segundo as possibilidades históricas existentes. Sua universalidade é sempre relativa. *Não há uma ciência universal absoluta, indene às condições históricas. Alcançam necessariamente a universalidade possível em cada época os que contemplam os fatos como essencialmente provisórios em sua determinação concreta. Ora, somente os povos proletários estão naturalmente voltados e dispostos a este modo de ver, pois só o futuro lhes promete a realização de seus ideais, que se transmutam, por imperativo de sua condição, em ideais universais.* (RAMOS, 1960, p. 254, grifos nossos).

O nacionalismo – em sua ânsia de superação das condições atuais – propiciaria uma ampliação do horizonte histórico dos povos oprimidos, bem como uma noção historicamente condicionada do devenir, o que legaria a esses povos um potencial de vislumbre do dinamismo da situação histórica, de consciência, enfim, um lastro “científico”. A perspectiva privilegiada dos povos periféricos seria o fundamento do nacionalismo como ciência, por meio dela abrir-se-iam possibilidades de entrever o precário, o historicamente relativo, o particular, em contraposição a uma visão universalmente abstrata, estática e formalista que acometeria os povos desenvolvidos, atingidos pelo conformismo – e desejo íntimo de conservação – de uma posição superior. “O nacionalismo é o único modo possível de serem hoje universalistas os povos periféricos” (RAMOS, 1960, p. 226).

Esfumam-se assim as fronteiras entre ciência e ideologia: a ciência adquire um caráter histórico-relativo, fortemente condicionado pelas

circunstâncias, perspectivas e mesmo anseios dos sujeitos; por seu turno, a ideologia transfigura-se em visão de mundo e condiciona a perspectiva cognoscente, mobilizando aspirações sociais e atitudes políticas. De forma análoga (e irônica), a afirmação de certo privilégio cognoscente por parte da “classe proletária”, mormente na época de influência do stalinismo, foi alvo de amplas e duras críticas, também por parte de Guerreiro Ramos (1963).

Adverte o autor, porém, que a instrumentalização científica do nacionalismo demandaria uma atitude deliberada, metódica, racionalmente organizada e sistematizada conforme uma intencionalidade:

É certo que em sua expressão espontânea, o ponto-de-vista dos povos periféricos não atinge o plano da ciência. Para chegar até aí, é necessário lhe sejam dados suportes teóricos sistemáticos, o que demanda trabalho de absorção da herança humanística legada pelo passado e seu ajustamento positivo e dinâmico a novas exigências [...] Como ciência, o nacionalismo só pode ser expresso à guisa de conjunto de princípios gerais de uma atitude metódica destinada a habilitar, a transpor conhecimentos e fatos de uma perspectiva para outra, a relativizar o adquirido, a bombardear com perguntas e arguições todo produto da ação humana. (RAMOS, 1960, p. 255).

Tal concepção – já exposta teoricamente sem tal acentuação política em *A redução sociológica* – é fundamental para a projeção de uma “sociologia nacional”, como Guerreiro Ramos pretendia, isto é, utilizar-se da perspectiva nacional como mirante privilegiado para uma real compreensão dos problemas conforme a especificidade do país, nunca como princípio geral de interpretação ‘crítica’.

Entre as possibilidades do nacionalismo revolucionário estaria também a solidificação de uma cultura nacional, superando os males da importação e alienação que assolavam a produção cultural brasileira. “O Brasil já possui ingrediente bruto de uma cultura nacional” (RAMOS, 1960, p. 241), esse ingrediente seria a existência do povo, vez que “não há cultura nacional onde não

existe povo” e “a cultura nacional não se elabora à maneira de peripécia de intelectuais [...] É essencialmente produzida pelo povo e subsidiariamente pelos intelectuais, que realizam tarefa por excelência estilizadora” (RAMOS, 1960, p. 243). A existência do povo possibilitaria tal realização, pois a transformação qualitativa da produção cultural não seria uma questão de caráter estético, mas eminentemente política: “Somente quando se modificar o modo de sua articulação à história universal poderá ser transformado o caráter de sua cultura [do Brasil]” (RAMOS, 1960, p. 242).

Explicitamente, que transformação marcaria a cabal existência de uma cultura nacional? Em quê isso mudaria significativamente o eixo da respectiva visão de mundo? Ao definir o conceito de *cultura*, o autor dá-nos indicativos.

Cultura é o conjunto de produtos materiais e não materiais resultantes da atividade transformadora dos povos, mediante os quais se exprime uma idéia interpretativa do homem e do mundo. Não há povo que não possua idéia interpretativa do homem e do mundo e que não a exprima em tudo aquilo que faz. A cultura é produto da prática social. (RAMOS, 1960, p. 241-2).

Além disso...

A cultura de um povo é o seu ponto-de-vista. Falar, portanto, da cultura brasileira é falar do ponto-de-vista brasileiro. Nunca tivemos propriamente um ponto-de-vista, porque não constituíamos uma personalidade histórica, isto é, não tínhamos condições reais que nos permitissem o comando pleno do curso de nossa existência [...] Víamos a nossa realidade através de interpretações importadas. E o hábito secular de consumir idéias e interpretações pré-fabricadas viciou o espírito de nossas camadas instruídas – o que torna o esforço de elaboração da cultura nacional extremamente penoso, em virtude da inércia mental contra que tem de chocar-se. (RAMOS, 1960, p. 243).

Assim, a cultura – sob o impacto do projeto político – adquire um núcleo histórico-pragmático e militante, já o intelectual, organizador da nação (e guardião da consciência social), tem aí suas atribuições, suas pautas e seu compromisso relacionado ao povo: exerce agora sua função como um mandato popular.

O nacionalismo – na obra de Guerreiro Ramos – insinua-se como ideologia e ciência, politicamente revolucionário e pragmático, perspectiva sócio-histórica e posicionamento ético, forma de autonomia e de engajamento, cultura autêntica e ponto de vista, consciência popular e missão intelectual... Tais paradoxos, muito presentes no pensamento nacional daqueles anos de 1950 (e do autor em particular), podem ser sintetizados na pretensa função – atribuída pelo autor – de, organicamente, ser aquele nacionalismo instrumento de consolidação do capitalismo e, ao mesmo tempo, afirmação de um destino histórico autônomo, os quais, para Guerreiro Ramos, seriam processos convergentes, sinérgicos. Tal posicionamento, imediatamente plausível, configurará uma armadilha para as esquerdas no pré-1964.

4. Crise do poder, instituições e representação

Com apenas 15 anos de existência – de eleições ‘livres’ e competição política – a 4ª República (1945 – 1964)²¹⁹, no entender de Guerreiro Ramos, já acusava uma séria crise, não só econômica e social, mas sobretudo uma *crise do poder*.

Nas considerações de Guerreiro – inspirado em Hermann Heller²²⁰ – o *poder* se concretizaria em termos “antagônicos”, não existindo poder onde não houvesse oposição aos que o exercem, e implicaria uma “relação em permanente mudança entre: 1) uma minoria que o exerce; 2) os que o apóiam; e 3) os que se

²¹⁹ Tal designação, tomamos a Carone (1985).

²²⁰ Hermann Heller (1891-1933), jurista e teórico político austro-alemão, ativo na ala não-marxista do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) durante a República de Weimar, formulou as bases teóricas para as relações da social-democracia com o Estado e o nacionalismo, sua principal obra, escrita em 1934, é *Teoria do Estado* (HELLER, 1947).

lhe opõem embora o reconheçam e consintam no seu mandato” (RAMOS, 1961, p. 22-3). Tal conjunto de camadas forma o que o autor chama de *sociedade política*.²²¹

No Brasil, a sociedade política – avaliava Guerreiro Ramos – teria sido extremamente restrita e o círculo de dirigentes, mais ainda, entretanto, desde as primeiras eleições presidenciais no final do séc. XIX ela viria regularmente crescendo de forma proporcional e absoluta, incorporando maiores contingentes e participação²²².

Avaliava também o autor que um dos principais grupos sociais no combate pela expansão da sociedade política teria sido a classe média que, desde o séc. XIX, apresentar-se-ia à frente de alguns dos movimentos reivindicatórios mais avançados, como: o folhetim *Opinião Liberal* (em 1866), o Manifesto do Partido Republicano (1870), a Sociedade Positivista (1878) e a Proclamação da

²²¹ Embora não haja uma definição mais rigorosa do conceito por parte do autor, depreende-se que fariam parte da *sociedade política* somente os indivíduos e grupos contemplados institucionalmente com a possibilidade de exercer efetiva participação política nos rituais decisórios (como eleitores, postulantes, mandatários, etc.). Em termos dinâmicos, observa ainda que: “Quando a terceira camada [da oposição que legitima o poder] nega esse reconhecimento e consentimento [à minoria que exerce o poder] surge uma situação revolucionária” (RAMOS, 1961, p. 23).

²²² Se na República Velha – para Carone (1973) a Primeira República (1898 - 1930) – é quase imperceptível esse crescimento, a partir de 1945 passa a ser significativo. Para uma comparação, por meio da relação percentual votantes/população, nas primeiras eleições para a Presidência da República (em 1894) 2,21% da população compareceu para votar, sendo eleito Prudente de Moraes – este percentual oscilava em pouco mais ou menos de um ponto percentual até a eleição de Washington Luís (1926), quando foi de 2,27%. Já na eleição de Júlio Prestes (1930) foram 5,65% os eleitores em relação à população, na de Dutra (1945) 13,42%, Vargas (1950) 15,88%, Juscelino (1955) 15,56% e na de Jânio (1960) já eram 19,14%. Curiosamente, o presidente da República Velha que se elegeu com maior percentual de participação da população (Júlio Prestes) foi deposto, entre outros motivos (como fraude), sob alegação de falta de representatividade. Simultaneamente, o percentual de votos do eleito decaía proporcionalmente ao aumento da participação: Prudente de Moraes elegeu-se com 84,29% dos votos, já Juscelino Kubitschek com 33,83% e Jânio Quadros com 44,78%; Rodrigues Alves chegou a ser eleito com nada menos que 99,06% dos votos. Fontes: Diário do Congresso Nacional, Anuário Estatístico do Brasil e Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral (apud RAMOS, 1961, p. 32). Embora esses números dêem uma visão preliminar razoável do problema, uma análise mais cuidadosa da questão implicaria também considerar o percentual e o tipo de crescimento demográfico do período, bem como as mudanças na definição legal da aptidão eleitoral, além, é claro, da lisura e bom andamento dos pleitos.

República (1889) – a qual teria alçado ao poder, momentaneamente, quadros pequeno-burgueses (militares).²²³ Apesar do predomínio da antiga classe dominante na República Velha, a classe média voltaria à carga na Campanha Civilista (de Rui Barbosa, em 1910), fato que teria representado “o projeto revolucionário” dessa classe. O Tenentismo, as revoltas de 1922 e 1924 e a Coluna Prestes também seriam manifestações de liderança e ideal pequeno-burgueses, assim como a Revolução de 1930 seria “o último elo da revolução da classe média” (RAMOS, 1961, p. 27).

O Estado Novo marcaria o período no qual a classe média teria tido maior participação no poder em nossa história, só que a partir de 1945 a situação se modificaria: o candidato presidencial identificado com a classe média (Eduardo Gomes, da UDN) é derrotado por Eurico Gaspar Dutra (do PSD) que, embora de um partido de raízes oligárquicas, sagra-se vitorioso com o voto popular – recomendado por Vargas. Já as eleições de Vargas (em 1950) e de Juscelino Kubitschek (em 1955) representariam momentos de modificação na estrutura social e ensejariam reflexos políticos, indicando agora a ascensão das massas e o declínio do poder da classe média.

Não obstante, é com a eleição de Jânio Quadros (em 1960) que o quadro se delinearía, com essa eleição teria se explicitado o descompasso entre as instituições representativas e os anseios do novo e preponderante sujeito do processo político: o povo.

As lições disso, segundo o autor, seriam que:

²²³ O movimento abolicionista, estranhamente, não é mencionado pelo autor, talvez no intuito de não ofuscar um papel ativo – que supunha – dos negros escravos ou libertos na abolição (RAMOS, 1979).

- 1) em 1960, significativa parcela do eleitorado não votou partidariamente, mas segundo a sua própria decisão;
- 2) a diluição do significado social dos grandes partidos [...] nossos três grandes partidos [PSD, PTB e UDN²²⁴], já não controlam mais a situação política do País;
- 3) as proporções da vitória eleitoral do Sr. Jânio Quadros lhe conferiram considerável ‘*quantum*’ de poder específico em relação às forças que lançaram a sua candidatura. (RAMOS, 1961, p. 35-6).²²⁵

Se – para Guerreiro Ramos – na política externa Jânio teria encaminhado iniciativas interessantes, como certo neutralismo e a abertura das relações exteriores, que teriam respaldo político nos anseios do povo, internamente, desdenharia dos apoios institucionais que seriam cruciais para a sustentação de seu governo e possibilidades de realização.²²⁶

²²⁴ Respectivamente, Partido Social Democrático, Partido Trabalhista Brasileiro e União Democrática Nacional.

²²⁵ Demagogo, personalista e moralista, nutrindo certo desprezo pelas instituições, Jânio teve uma carreira política singular e meteórica: elegeu-se vereador (suplente) na cidade de São Paulo em 1947, deputado estadual do Estado de São Paulo em 1950, Prefeito de São Paulo em 1953, Governador do Estado de São Paulo em 1954 (PSB/PTN), deputado federal em 1958 (PTB do Paraná) e Presidente da República em 1960 pela legenda do PDC, com o apoio da UDN, PTN, PS e da Frente Democrática Gaúcha (PSD/UDN/PL) – historicamente adversária do PTB e do PSD getulista (BENEVIDES, 1981, p. 110). Ainda candidato a Presidente esnobou o apoio recebido, inclusive chegando a renunciar em dezembro de 1959 à candidatura presidencial por terem ambos partidos (PDC e UDN) o escolhido candidato – assim como pelo Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ) e pelo PTN em 1958 (HIPOLITO, 1985, p. 176) –, mas indicando vices diferentes (Milton Campos pela UDN e Fernando Ferrari pelo PDC), só reassumindo a candidatura após os partidos anunciarem publicamente que Jânio não estava comprometido com nenhum dos dois partidos (SKIDMORE, 1976, p. 235); contou ainda com a força dos comitês Jan-Jan – Jânio para Presidente e Jango para Vice-Presidente –, uma vez que as eleições eram desvinculadas, podendo-se votar em um candidato de uma chapa para Presidente e outro, de outra chapa, para Vice – mecanismo esse que alguns avaliam ter sido fator causador de instabilidade política na 4ª República. Derrotou no pleito os partidos que compunham a aliança no poder – elegendo os vários presidentes desde 1945 – PTB e PSD, causando uma ruptura na linha de continuidade no poder. Por fim, compôs arbitrariamente o Ministério com: 3 ministros da UDN, 3 do PTB, 1 do PSD, 1 do PSB, 1 do PR e 1 do PSP – afora os ministros militares, considerados sem partido (HIPOLITO, 1985, p. 298-9). No Governo, desprezou os partidos e consagrou uma forma de mando tanto personalista e excêntrica quanto desastrosa.

²²⁶ Havia naquele momento a pretensão a uma “política externa independente” (VIZENTINI, 2004), uma “terceira posição” (compartilhada por países como Egito, Iugoslávia, Índia, etc.), a saber, de não apoiar unilateralmente os EUA ou a URSS – naquele mesmo ano (1961), cinco anos após os países asiáticos reunirem-se na *Conferência de Bandung* (Indonésia, 1955), foi realizada em Belgrado (Iugoslávia), a *I Conferência dos Países Não-Alinhados*. Em seu governo, Jânio, pretendendo mostrar independência, recebeu rudemente o embaixador norte-americano no Brasil (Adolf Berle) e lhe disse categoricamente que não apoiaria qualquer movimento que visasse pressionar Cuba, pois era contra a interferência nos assuntos internos dos países. Provocativamente, frente às pressões americanas para que o Brasil apoiasse o boicote a Cuba, visitou a ilha e, no Brasil, condecorou – com a Ordem do Cruzeiro do Sul – ninguém menos que Ernesto ‘Che’ Guevara; condecoração essa posteriormente ‘cassada’ no regime ditatorial (pós-1964). Além disso, firmou acordos comerciais com países do então chamado ‘Bloco Socialista’,

A efetivação das melhores potencialidades do Governo Jânio Quadros depende de um dispositivo político-partidário que, por sua idoneidade ideológica e, por isso mesmo, pelo seu poder de massa, seja capaz de dar ao Sr. Jânio Quadros a base de que precisará para levar a efeito reformas de grande envergadura, sem as quais a ordem no País só poderá ser mantida pela força. (RAMOS, 1961, p. 95).

Ao confiar num certo cacife político-eleitoral, Jânio não teria atentado para a necessidade de se apoiar solidamente.

O maior erro que poderia perpetrar o Sr. Jânio Quadros consistiria em não compreender o problema da representação política e social que o momento brasileiro lhe apresenta e que lhe incumbe resolver [...] Não se governa duradouramente sem suportes sociais organizados. (RAMOS, 1961, p. 100).

Estimulado pela conjuntura política que o teria levado ao poder, de ampla vitória praticamente à revelia dos grandes partidos, Jânio Quadros postar-se-ia como único mandatário legítimo, desconsiderando as instituições representativas e dirigindo-se diretamente ao povo. Para entender tal quadro, Guerreiro Ramos lançou mão do conceito de *bonapartismo*.²²⁷

Tecnicamente, quando um Governo se põe *acima* da sociedade política, considerando-se livre de vinculações partidárias, verifica-se o quadro do bonapartismo. O bonapartismo suspende a força política das classes sociais e as transforma por assim dizer em suplicantes diante do Estado. Então o povo, partidariamente desorganizado, passa a ser aparente sustentáculo do poder. O chefe bonapartista, por cima das classes, por cima dos partidos, busca o apoio direto do povo. (RAMOS, 1961, p. 37, grifos do autor).

As análises de K. Marx (em *O 18 brumário de Luís Bonaparte*), fonte teórica do conceito, embora fossem de domínio do autor, não eram sua influência imediata, e sim Robert Michels (mormente em *Os partidos políticos*).²²⁸

como Bulgária, Hungria, Romênia, Iugoslávia e Albânia; revalidou passaportes para a União Soviética, outros países do Leste europeu, China Tibete, Mongólia e Coreia do Norte, bem como criou embaixadas em Dacar, Gana, Nigéria e outros países do 'Terceiro Mundo' (FERREIRA, 2006, p. 72; VIZENTINI, 2004).

²²⁷ No exame da situação brasileira desse período (1930-64), Guerreiro Ramos foi um dos precursores das análises baseadas no bonapartismo, mais tarde tal abordagem se tornaria notória nos trabalhos de, entre outros, Rui Mauro Marini e Francisco Weffort – ainda que este último empreenda uma abordagem desse tipo, mas não use o termo, “para evitar comparações históricas entre distintas formações capitalistas”, preferindo referir-se a um “Estado de Compromisso que é ao mesmo tempo um Estado de Massas” (WEFORT, 1989, p. 70).

²²⁸ Michels definiu o bonapartismo como “a teoria da dominação individual baseada na vontade coletiva e tendente a emancipar-se desta para tornar-se soberana [...] que encontra em seu passado democrático um refúgio contra os perigos que o podem ameaçar em seu presente

Assim, quando “o Sr. Jânio Quadros passou a colocar-se *acima* da sociedade política” (RAMOS, 1961, p. 37, grifos do autor), o bonapartismo teria se tornado uma possibilidade (frágil, por sinal); sendo “fenômeno passageiro”, sua ocorrência dependeria do comportamento das classes e do nível de reivindicação que empreendessem, principalmente, na questão da inflação como “problema político”, palco de disputas por participação na renda. Arriscando-se a uma predição, Guerreiro Ramos afirma que: “As contradições entre o setor tradicional e o de vanguarda de nossa economia chegaram hoje a tal agudeza que não é possível o bonapartismo, ou seja, não é possível um Governo neutro, acima das classes sociais” (RAMOS, 1961, p. 40).

E adverte:

Se o Governo pretende corrigir a inflação sem afetar os níveis de renda do setor estacionário da economia, terá de recorrer à política de força, a um regime ditatorial e, portanto, colocará os empresários de vanguarda e os assalariados diante de um desafio que terá de ser conjurado pela revolução, a menos que busque em tempo útil os seus suportes sociais nessas últimas categorias. (RAMOS, 1961, p. 40-1).

O bonapartismo não seria algo inédito na política brasileira, segundo Guerreiro Ramos, o próprio Estado Novo “preparou meticulosamente a implantação do que temos chamado de bonapartismo *estado-novista*” (RAMOS, 1963, p. 34), e as circunstâncias – avaliava – abriam novamente essa possibilidade. Porém, a realidade econômica e social do país não favoreceria um bonapartismo duradouro, as disputas econômicas – principalmente em relação ao ônus da inflação e à decorrente disputa política por renda – davam um tom de

antidemocrático”, seria assim uma “síntese entre [...] democracia e autocracia”. O governante escolhido pelas massas elevar-se-ia acima delas e a soberania da escolha popular tornar-se-ia uma arma contra o próprio povo: “o poder do chefe do Estado apóia-se exclusivamente na vontade da nação [...] não reconhece elos intermediários”. Além disso, no modo bonapartista de exercer o poder na administração, “o corpo de funcionários públicos, deve ser mantido na mais estrita dependência da autoridade central, a qual, por sua vez, depende do povo. A menor manifestação de liberdade por parte da burocracia equivaleria a uma rebelião contra a soberania dos cidadãos” (MICHELS, 19-, p. 123).

radicalidade à conjuntura e, ao longo do tempo, inviabilizaria a existência de tal estilo de governo. Sem apoio dos partidos e de outras instituições da sociedade civil seria inócuo o apelo direto ao povo – este, quando desorganizado politicamente, seria apenas uma abstração.

A posição ‘olímpica’ do Governo Jânio seria assim o equilíbrio no gume da navalha, ademais, não seria o pretense gênio maquiavélico de Jânio que propiciaria essa situação: “as veleidades bonapartistas do atual Governo não são fortuitas. Explicam-na a perda de representatividade dos partidos, dos aparelhos partidários” (RAMOS, 1961, p. 41). As pretensões do governante de elevar-se único por sobre a sociedade política dever-se-ia à fragilidade das outras instituições, mediadoras entre o poder central e o povo.

Haveria assim uma forte incongruência entre o exercício do poder e a realidade social do país, uma *crise do poder*, devido à falta de alicerces institucionais que garantissem legitimidade e sustentação duradouras. À expansão da sociedade política e à emergência de novos sujeitos, não haveria uma (proporcional) correspondência em termos de representatividade, institucionalidade e consolidação de formas políticas mais avançadas.²²⁹

Frente tais desafios, Guerreiro Ramos ocupou-se com o entendimento do processo político brasileiro e a evolução das formas de organização e procedimento na defesa de interesses e suas diferentes modalidades, às quais o autor se refere como “tipos ‘ideais’ de política”; mesmo havendo uma evidente sucessão entre elas, senão absoluta ao menos na predominância em dado momento, não seriam rigorosamente “realidades históricas”, podendo mesclar-se,

²²⁹ No início daqueles anos 1960 (em obras publicadas em 1963 e 1965, respect.), José Honório Rodrigues fazia diagnóstico semelhante ao detectar um “divórcio entre Poder e Sociedade” como a principal fonte de instabilidade política no Brasil (RODRIGUES, 1970, 1982).

combinar-se com outras e/ou ocupar espaços restritos – mais distantes ou menos importantes (RAMOS, 1961, p. 49-62). Seriam elas:

1) *política de clã*: dominante no Brasil colonial, configurar-se-ia nos clãs (como os definiu Oliveira Vianna), em comunidades com laços de parentesco e dependência pessoal; o poder privado dominaria, não havendo nem mesmo noção do que era o público; a autoridade do senhor territorial seria incontestável;

2) *política de oligarquia*: apareceria sob a forma de clã eleitoral (como também o definiu Oliveira Vianna) quando do aparecimento do Estado-nação e predominaria até aproximadamente o final da República Velha nas várias ordens de governo (municipal, provincial-estadual e geral-nacional); reconheceria juridicamente a coisa pública, mas utilizá-la-ia como coisa privada e auferiria obediência por meio do compadrismo e familiarismo, empregando nos serviços do Estado somente os apaniguados;

3) *política populista*: iniciada no pós-45, marcaria um momento particular da evolução histórico-política do Brasil, no qual predominariam líderes ligados por laços de lealdade a categorias sociais;

4) *política de grupos de pressão*: disseminar-se-ia onde houvesse relativa complexidade da estrutura econômica e social; reconheceria o fundamento público do poder e a ele apelaria (especificamente junto às autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário), procurando condicionar-lhe favoravelmente as decisões em detrimento do interesse geral. Por serem organizados, esses grupos exerceriam verdadeiro monopólio dos meios de comunicação e de círculos do mundo econômico e financeiro;

5) *política ideológica*: seria “exigência fundamental” daquela fase do Brasil na qual já estariam constituídas as classes sociais; seria “exercida do ponto de vista sistemático, de classes ou de categorias sociais, que supõe o povo eleitoralmente livre, em que a adesão dos eleitores tem de ser conquistada pela representatividade dos candidatos e dos partidos” (RAMOS, 1961, p. 60); sendo a ideologia forma de justificação de interesses, cada grupo seria “compelido a procurar influenciar o aparelho estatal e mesmo a controlá-lo, proclamando a racionalidade de suas pretensões, a vantagem coletiva do prevaecimento de seu ideário no exercício do poder” (RAMOS, 1961, p. 62).

O tipo populista de política, segundo o autor, predominante no pós-1945, apareceria concomitantemente a noções como de “espírito público”, de “respeito à opinião”, e pressuporia ao menos um mínimo de probidade nas eleições; não apelaria a relações de parentesco ou familiarismo, sendo o chefe político (no caso) um delegado de interesses, do qual se esperaria vantagens para a categoria social: cargos, favores e facilidades por meio da manipulação de órgãos do Estado. Para conseguir obediência, o chefe apelaria a uma vaga solidariedade social e ligar-se-ia aos liderados por uma espécie de confiança pessoal, por meio da qual conseguiria sensibilizar politicamente realizando “algo pela categoria” (RAMOS, 1961, p. 55). As figuras exemplares dessa política seriam: Getúlio Vargas, João Goulart, Ademar de Barros, Jânio Quadros, Tenório Cavalcanti – entre outros.²³⁰

Como política, o *populismo* seria um avanço em relação à política de clãs e oligarquias, mas seus quadros seriam incapazes de atingir um nível de política

²³⁰ Logo se vê que seria algo independente de partidos e ideologias, pois Jango foi do PTB, Tenório Cavalcanti da UDN e Jânio circulou por alguns (PTB, PDC, etc.), mas, como Vargas (que foi do PTB), sempre evitou ser identificado com qualquer partido.

ideológica e estabelecer uma “coerente concepção militante a serviço de camadas sociais definidas” (RAMOS, 1961, p. 57). Assinala Guerreiro que, historicamente:

O populismo é uma ideologia pequeno-burguesa que polariza a massa obreira nos períodos iniciais da industrialização, em que as diferentes classes ainda não se configuraram e apenas despontam, de maneira rudimentar. Em tais condições, a debilidade relativa do incipiente sistema produtivo não permite que as categorias dos trabalhadores tomem parte nas lutas políticas em obediência a programas próprios ou diferenciados. Ao contrário, justapõem-se num agregado sincrético, que pode ser considerado como o povo em estado embrionário. Esses contingentes recém-egressos dos campos ainda não dominaram o idioma ideológico. Seu escasso ou nulo enquadramento e treino partidário, sua tímida consciência de direitos, eis o que os torna incapazes de exercer influência pedagógica em seus líderes, os quais por isso mesmo, não precisam ir além de um libertarismo superficial em suas maneiras e ação. (RAMOS, 1961, p. 56-7).²³¹

As transformações pelas quais estaria passando o país – de emergência do povo, de um estilo de política ideológica, de fortes e freqüentes demandas sociais, de crise do poder – inquietaram Guerreiro Ramos a ponto de refletir sobre a estrutura institucional e verificar um desajuste, um descompasso com relação à dinâmica sociopolítica da sociedade brasileira; se havia algum tempo diagnosticado o “disparate” – termo tomado a Silvio Romero – da transplantação de idéias e instituições, depois a importação disfuncional de conceitos para o contexto brasileiro, agora vislumbrava uma *crise das instituições*.²³²

Dentre as instituições em crise, estaria o *Estado* brasileiro. Se de um lado o autor mantinha evidente confiança no potencial racionalizador, planejador, do

²³¹ No artigo “O que é ademarismo” – publicado nos *Cadernos de Nosso Tempo* nº 2, editado pelo IBESP em 1954 – Helio Jaguaribe (1979, p. 26) já havia analisado o estilo de política do ex-governador paulista Ademar de Barros (PSP) como “expressão brasileira do populismo”, visto que já se conferia o uso do conceito em outros países e circunstâncias, como na Rússia e, a partir dos anos 1950, na América Latina. Sob a influência de Ortega y Gasset (1933), Jaguaribe define populismo como “manifestação política das massas que persistiram como tais, por não terem seus membros logrado atingir a consciência e o sentimento de classe e por tender a se generalizar, como protótipo da comunidade, o tipo psicossocial do homem-massa”. Mais tarde viriam as análises de Weffort (1989) e Ianni (1989, 1994), que apontariam em outra direção.

²³² Advertimos que o autor em momento algum menciona a expressão (crise das instituições), que é de nossa responsabilidade. Há, sim, na elaboração de Guerreiro análises esparsas e não-sistemáticas sobre instituições específicas, entretanto, o intuito de apresentar uma síntese da teorização do autor sobre a sociedade brasileira – naquele contexto – encorajou-nos a formular a questão deste modo e utilizar tal expressão. Uma expressão de significado próximo utilizada pelo autor é “*crise de desenquadramento institucional*”, usada quando se refere à circunstância política de falta de eco à opinião popular.

Estado como entidade superior e guardião da coisa pública, de outro, detectava em determinadas práticas arraigadas o mau uso da máquina e deformações de gestão no sentido de privilegiar interesses privados, setoriais e parasitários. Percebia que grassava o clientelismo e o privatismo como formas de instrumentalização do estatal em benefício de interesses particularistas; de igual modo, reprovava a atuação do Estado como instrumento de amortização de conflitos, inchando a máquina estatal com contratações acima das necessidades reais (em parte devido à falta de ocupações no setor produtivo privado), empregando – principalmente – a classe média tradicional (muitas vezes, sem preparo para desempenhar tais funções) e fazendo funcionar assim um mecanismo de cooptação para dirimir tensões resultantes da possível insatisfação social.²³³

Também no Brasil a *Universidade* (e os órgãos oficiais para educação, ciência e cultura) estaria assolada pela “cartorialização”, pelo “clientelismo na distribuição de auxílios, de funções e cargos”, pelo privilégio a pessoas sem qualificação ou capacidade reconhecida. O Brasil não teria “política” com respeito à ciência e à cultura; essa lacuna não se deveria ao Governo – que se esforçaria em formulá-la – e sim à resistência e à inércia dos que, entrincheirados em seus privilégios, comprometeriam o êxito das mudanças. Junte-se a isso a insistente crítica que fazia ao mau uso dos recursos: em pesquisas alheias às reais demandas

²³³ Essa formulação aproxima-se muito da noção de “Estado cartorial”, confeccionada por Helio Jaguaribe. Algo que as distingue é que, para Jaguaribe, esse mecanismo tinha como importante função costurar o clientelismo que garantiria um saldo político-eleitoral aos dirigentes. Assim, imediatamente, Jaguaribe estaria mais preocupado com o uso político da máquina estatal em benefício de interesses arcaicos e mesquinhos, já Guerreiro Ramos atribuía importância maior à subversão da racionalidade administrativa do Estado – o que não significa que os aspectos político e administrativo do Estado estariam separados, ou que os autores ignorassem essas e outras faces da questão. Quanto à função do Estado na estratégia de cooptação das classes médias, ver ainda Ramos (1960, passim; 1971, p. 65). Guerreiro Ramos chega a mencionar o conceito de *cartorialismo*, ademais, percebe-se que embora razoavelmente implícito nesse, não há mais por parte do autor a referência ao conceito de *patrimonialismo* (apreendido de Max Weber), ao qual fazia menção nos anos 1940.

da sociedade brasileira e por “outras razões mais graves” – as quais não declina (RAMOS, 1960, p. 206).²³⁴ Depreende-se que, para Guerreiro Ramos, a comunidade universitária brasileira estaria também refugiada institucionalmente num passado de elitismo, escolasticismo, impermeabilidade às legítimas demandas sociais e auto-isenção de responsabilidades quanto ao seu papel. Embora à época de criação recentíssima, para o autor, a Universidade brasileira seria profundamente arcaica.

Nem todas as instituições eram reprovadas no crivo tão severo do autor, havia uma que considerava sensível às novas tarefas e ao eco das ruas: o *Exército*, que se conduziria “de maneira lógica”, pois...

[...] essa instituição, de raízes tão profundas no seio do povo, sai invariavelmente de sua posição discreta, toda vez que a comunidade brasileira, por incapacidade temporária das instituições civis, fica exposta a um desvio em sua evolução. As peculiaridades sociais da formação do Exército no curso de nossa história fizeram-no uma instituição diretamente aberta às autênticas tendências políticas da coletividade. A sensibilidade política do Exército é uma virtude saudável da estrutura do País. Por isso o grau de politização que o Exército atualmente manifesta dá a medida da crise de desenquadramento institucional em que se encontra a opinião popular. Essa crise só poderá ser conjurada quando o Congresso coincidir ideologicamente com o mandato que o instaurou e os partidos, o aparelho sindical e demais instrumentos de expressão da vontade do povo se penetrarem do novo sentido da evolução brasileira. (RAMOS, 1960, p. 24-5).²³⁵

²³⁴ Já no início dos anos 1950 atacava as pesquisas sobre “minudências da vida social”, clamava pelo esforço em teorizações mais amplas (de “verdadeira importância para a realidade brasileira”) e pelo uso escrupuloso dos investimentos em pesquisa (RAMOS, 1957b).

²³⁵ Lembremos que tais palavras – frutos da conferência “Ideologias e Segurança nacional”, proferida no ISEB em agosto de 1957 – tinham como contexto recente a recusa de boa parte do Exército em evitar a posse de Juscelino Kubitschek e a conseqüente garantia, por parte do Mal. Lott, para que assumisse a Presidência, em testemunho de respeito ao pleito eleitoral; embora o Marechal (em 1954) tivesse assinado manifesto pela deposição de Vargas. Já na Aeronáutica (e também na Marinha), na qual a influência da UDN era grande também devido às duas candidaturas presidenciais do Brigadeiro Eduardo Gomes pela legenda, havia certo apelo golpista. Havia também, como fica claro no texto da conferência de Guerreiro, uma deliberada ação do autor no sentido de influenciar ideologicamente os militares, buscando trazê-los para o campo do nacionalismo como defesa do capitalismo autônomo: “No Brasil de hoje, o ponto de vista básico da segurança nacional é o do capitalismo brasileiro. Incumbe-lhe participar da política geral que o defenda contra a ação adversa de fatores internos e externos [...] se é inevitável que a segurança nacional tenha uma ideologia, essa ideologia só pode ser a da revolução industrial brasileira em processo” (RAMOS, 1960, p. 61). Acrescente-se a isso o indelével costume político brasileiro desde a República de fazer romarias aos quartéis e rapapés aos militares, ao qual certamente os

A própria inquietação do Exército dever-se-ia à inaptidão das instituições civis, ou seja, o ônus da crise deveria ser pago pelas instituições mais ‘abertas’ e/ou de caráter representativo e, se Guerreiro Ramos não clama pela intervenção dos militares para dar ‘lisura’ e ‘organização’ aos procedimentos, também não atribui a devida parcela de responsabilidade da crise aos militares – pelas constantes interrupções do processo de constituição de representação política e consolidação de rituais democráticos. O apelo ao Exército (e não às Forças Armadas!) como “sensível” guardião da normalidade política denotava a confiança ingênua do autor num setor nacionalista aparentemente predominante naquela instituição. 1964 deixará claro o equívoco dessa posição do autor.

Aos *sindicatos*, todavia, é dada ‘sua’ parcela de responsabilidade na referida crise, a crítica vem avassaladora, condenando toda a estrutura sindical que na época era um dos sustentáculos do poder – e o seria mais fortemente ainda no Governo Jango:

[...] a estrutura sindical vigente, [é] toda ela marcada por um vício de origem: o de ter sido outorgada pelo Estado, implantada de cima para baixo, propiciando a formação de uma burocracia sindical parasitária, de que o peleguismo é a conseqüência mais notória. Tudo isso impede a representação autêntica das aspirações do proletariado. (RAMOS, 1960, p. 24).

Embora afirmasse que sem o peleguismo talvez as massas trabalhadoras ainda estivessem entregues a formas incipientes de luta, como o espontaneísmo (RAMOS, 1961, p. 92), o autor vislumbrava a possibilidade de uma outra evolução para o movimento sindical:

Quem quer que estude a história das lutas sindicais no Brasil verá que na década de 1920 já existia consistente agitação nos meios operários. A legislação trabalhista que se implantou depois da Revolução de 1930 atendeu a uma pressão de massa. E não seria temerário afirmar que o Golpe de 10 de

intelectuais não são imunes. E, segundo D’Araújo (1996, p. 116), “O PTB [partido ao qual Guerreiro Ramos se juntaria] nada ficava devendo à UDN no que toca à corrida à caserna”.

novembro de 1937 [instauração do Estado Novo] teve muito do que chamamos de revolução assumida. (RAMOS, 1963, p. 60).

O pensamento do autor nitidamente encampava a radicalização do período, insinuava-se à esquerda e, nesse processo, também efetuava certa revisão da história do Brasil, vislumbrando outras possibilidades do acontecer histórico.²³⁶ As circunstâncias daquele presente – efervescência política, sindicalismo na berlinda, peleguismo, constante disputa por hegemonia entre setores sindicais de variadas orientações ideológicas, etc. – levaram o autor a questionar a herança sindical corporativa e estatizante e aventar uma outra evolução do movimento sindical no Brasil, bem como as condições que propiciariam a efetivação da autonomia sindical.

Destarte, quem mais intensamente recebeu críticas da parte de Guerreiro Ramos foram, sem dúvida, os *partidos políticos* – daí depreende-se também a importância que atribuía a essa instituição (partido) como organizadora e mediadora racional de conflitos e interesses. A crítica não se dirige a tais ou quais partidos, ou à atuação circunstancial desses, mas à própria instituição em sua conformação e existência histórica: “a crise não é, portanto, bem de partidos isolados, é da organização partidária do País” (RAMOS, 1961, p. 97).

Os partidos no Brasil já haviam sido definidos pelo autor – de modo similar a Oliveira Vianna – como “ganglionares”: ajuntamento de interesses privados, instrumento de exclusão e de manutenção do poder por uns poucos que os manobravam. “Podemos assim resumir a história dos partidos desde a Independência até quase os nossos dias na fórmula: foram instrumentos

²³⁶ Nesse sentido, Guerreiro Ramos já renunciava as análises que afirmarão a existência de um conseqüente movimento operário na Primeira República, e o Movimento de 1930 e a instituição da legislação trabalhista como formas de contenção das reivindicações mais ousadas.

institucionais a serviço da circulação de elites. E não podiam ter sido outra coisa” (RAMOS, 1950, p. 71).

Somava agora ele aos vícios de origem a profunda crise que assolava os partidos naquela conjuntura, fato marcante da crise teria sido o pleito eleitoral para Presidente da República (em 1960), no qual um candidato (Jânio Quadros) teria sido eleito mantendo uma postura alheia aos partidos – e mesmo manifestando-se contra eles.

Num momento em que – ponderava Guerreiro – o país estaria “politicamente vertebrado” (RAMOS, 1961, p. 98) e o Congresso nunca teria tido tanto poder no Brasil (RAMOS, 1961, p. 214), a crise mostrava-se-lhe como algo extremamente sério. Vide o dramático diagnóstico que fazia:

Desarticulados das correntes de opinião e das categorias sociais, descaracterizados perante o público, viciados no jogo de vantagens sem verdadeiro alcance social, os partidos não foram capazes de apresentar os termos da última sucessão [eleição presidencial de 1960] de modo que refletissem a radicalidade que marca hoje os projetos das diferentes categorias sociais. (RAMOS, 1961, p. 41).²³⁷

Naquele desafiador momento da sociedade brasileira, no qual – segundo o autor – o povo emergia para cobrar seu papel fundamental de sujeito político, quando a política evoluía para uma forma “ideológica” e decaíam as modalidades políticas exclusivistas e arcaicas, o fulcro da crise seria a perda da capacidade de interpretar os anseios da sociedade política e dar vazão às demandas na forma de reivindicações legítimas e participação, ou seja, seria uma *crise de representatividade*:

A crise de representatividade não pode ser mais explicada pela ausência do povo, mas essencialmente pela inadequação dos institutos partidários à nova realidade social e econômica do País. Nas condições anteriores, o que se verificava na esfera decisória do País era simples circulação de elites, isto é,

²³⁷ Significativamente, o eleitorado (em 1960), num contexto de polarização entre esquerda e direita, nacionalismo e entreguismo, democracia e golpismo, optou por um candidato que não assumia necessariamente nenhum dos termos, e esquivava-se por entre as definições.

mero rodízio de ocupantes eventuais das posições de mando, sem alteração significativa do estatuto econômico e social. Hoje, entretanto, trata-se de organizar uma sociedade funcional, em cujo Estado se afirma o poder das camadas sociais *na proporção do que contribuem para o enriquecimento da nação*. Suficientemente dotadas de consciência desse imperativo, as diferentes categorias do eleitorado brasileiro não mais aceitam comandos partidários munificentes. (RAMOS, 1961, p. 44).

A falta de representatividade dos partidos adviria de um “descompasso entre o grau de consciência política das diferentes camadas da população e a representação partidária” (RAMOS, 1960, p. 217), não bastasse, os partidos desdenhariam do eleitorado e, sem ouvi-lo, as cúpulas partidárias indicariam candidatos que não teriam respaldo político (e nem ao menos se afinariam com o partido), apenas por esses indivíduos possuírem recursos financeiros pessoais, em detrimento dos postulantes mais qualificados, mas com uma condição econômica ínfima (RAMOS, 1960, p. 218).

Assim, alheios às transformações, os partidos perdiam de vista a evolução política dos eleitores.

A crise dos partidos em nossos dias resulta de que ainda continuam em grande escala viciados pelas superadas práticas oligárquicas e populistas, sem se darem conta da mudança qualitativa ocorrida nos últimos anos na psicologia coletiva do eleitorado. Este se orienta cada vez mais por critérios ideológicos e, assim, perdeu o temor reverencial pelos grandes nomes que, em outros tempos, mantinham-se indefinidamente nas posições de mando, graças à docilidade de eleitores cativos. (RAMOS, 1961, p. 60).

Os partidos estariam tornando-se “ficções institucionais” (RAMOS, 1961, p. 97), seria mister que se reestruturassem, visando qualificação para expressar a vontade dos eleitores de modo ideologicamente coerente; a solução para essa crise de representatividade – segundo o autor – seria a *organização*, “Organização que os habilite à prática da democracia interna e do trabalho de massa em caráter sistemático e permanente” (RAMOS, 1961, p. 45).

Outro instrumento válido seria a “luta interna” aos partidos como forma de dinamizar sua atuação e lapidá-los ideologicamente, mecanismo que – nesse

aspecto, embora o autor não comente – a radicalização política do momento estava fazendo surgir ‘instintivamente’ nos partidos: a UDN reunia o grupo reacionário da Banda de Música e o conservadorismo renovado da Bossa Nova; o PSD tinha em seus quadros experimentados oligarcas e, como contestadores dos antigos modos, a Ala Moça; no PTB, adesistas e pelegos coexistiam com o reformismo do Grupo Compacto; e o PCB, com a turbulência causada pela ‘desestalinização’ e suas conseqüências (a partir das denúncias de Khrushchev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956), punha em pauta a questão democrática (*Declaração de Março*, 1958), entrava em ebulição política e, em 1962, cindia-se dando origem ao PC do B, além disso, enfrentava lutas internas ocasionadas pela divergência de projetos e estratégias que amadureciam no interior do partido (SEGATTO, 1981). Não obstante, nasciam grupos organizados que não se constituíam oficialmente como partidos: Polop (Política Operária), AP (Ação Popular), Ligas Camponesas, etc., mas funcionavam como tal.

Nítida, a fragilidade dos partidos na conjuntura daquele início dos anos 1960 ficava patente na organização – principalmente parlamentar – de frentes que ultrapassavam em muito o âmbito dos partidos e das alianças mais imediatas. A polarização esquerda *versus* direita expressava-se no enfrentamento entre Frente Parlamentar Nacionalista (à esquerda) e Ação Democrática Parlamentar (à direita), extrapolava o comando partidário e estabelecia um corte ideológico que transpassava os partidos conforme a afinidade política com uma das frentes, atingindo assim a maior parte das agremiações.²³⁸ Se por um lado a ADP era

²³⁸ Além delas, mais à esquerda – com um programa antiimperialista e antilatifundiário e formada por setores mais amplos (estudantis, sindicais e movimentos populares), contudo, sem contestar a

formada por variados elementos e setores tradicionalmente identificados com o conservadorismo e a reação, de outro, a FPN – mais heterogênea ainda – tinha em seus quadros certa maioria de petebistas (29 membros), mas também parlamentares da UDN (10), do PSD (12) e de outros partidos (9) – PCR, PR, PSP, PSB, PCB²³⁹ - (DELGADO, 1989, p. 208).

Interna ou externamente, perpassando seus âmbitos ou extravasando-os, os partidos – na leitura de Guerreiro – esvaziar-se-iam como vetores das forças sociais em litígio, a polarização ideológica e as dificuldades em expressar/representar os anseios políticos dos grupos sociais relegá-los-iam a certa debilidade institucional, abrindo canais de contestação da ordem.

Tal situação nos reconduz ao suposto estratagema de Jânio (e o momento bonapartista) e as advertências de Guerreiro Ramos: como poderia Jânio se apoiar nas instituições de representação política, dentre as quais seriam privilegiados os partidos, se esses se mostravam tão fragilizados? Mesmo assim lhe dariam sustentação política? Referida sustentação seria suficiente? Essa relação traria prudência e conseqüência ao governante e renovação – em termos de adequação às demandas e expressão ideológica – aos partidos? Ou ambos seriam reféns da crise? Tais questões foram elididas na análise feita pelo autor.

A crise dos partidos, como não poderia deixar de ser, também teria afetado – segundo o próprio Guerreiro – o partido (PTB) e a facção (Grupo Compacto) ao qual estava ligado; além dos motivos que afligiriam as outras organizações partidárias, o Partido Trabalhista Brasileiro sofreria também de

FPN (de caráter parlamentar) – havia a Frente de Mobilização Popular, reunindo a UNE (União Nacional dos Estudantes), o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), o PUA (Pacto de Unidade e Ação), o movimento dos sargentos, as Ligas Camponesas, AP, Polop, setores de extrema-esquerda do PCB, o Grupo Compacto do PTB, boa parte da própria FPN, etc. (TOLEDO, 1983; FERREIRA, 2005).

²³⁹ Embora o partido estivesse na ilegalidade, havia pecebistas que se elegiam por outras legendas.

males peculiares: teria pretensões a ser o legítimo representante dos trabalhadores, mas ainda não estaria à altura do papel.²⁴⁰

Na análise do autor o ciclo inicial do trabalhismo no Brasil teria se esgotado, a presença da liderança paternalista de Jango seria já algo nocivo e a eleição de Almino Afonso – assim como Guerreiro, membro do Grupo Compacto do PTB e opositor interno àquela modalidade de atitude política – para a liderança da bancada no Congresso seria o indicativo do aumento das tensões internas.²⁴¹

Ao criticar as deficiências do partido, Guerreiro Ramos esboçou um quadro do que chamou de “doenças do trabalhismo”, a saber:

1) *varguismo*: culto de Vargas, “resíduo emocional” que incitaria a crença popular na bondade intrínseca do carismático líder;²⁴²

2) *janguismo*: “legado político do varguismo” (Jango seria continuador de Vargas), que pecaria por não renovar seus métodos, pois isso faria declinar sua influência;

3) *peleguismo*: “subproduto do varguismo”, “irmão siamês do janguismo”, consistiria na ação de sindicalistas burocratas que agiriam como conciliadores entre trabalhadores e governo, impedindo a concretização de um movimento obreiro forte e decidido, ainda que, sem ele, possivelmente as massas ainda estivessem relegadas a formas voluntaristas ingênuas de organização;

²⁴⁰ Guerreiro Ramos ingressou no PTB em 1959, no ano seguinte à sua saída do ISEB. Alegou na época – em entrevista ao jornal *Última Hora* – ingressar no partido “para elevar o nível científico de minha [sua] produção sociológica” e passar a “negar a sociologia de gabinete, fora do gabinete”, uma vez que já a havia negado “dentro do gabinete” (apud AZEVEDO, 2006, p. 226).

²⁴¹ Segundo o relato de T. Skidmore (1976, p. 481): “Havia um pequeno grupo de parlamentares do PTB (Grupo Compacto) que tentava imprimir ao partido uma diretriz mais agressiva de esquerda e ideologicamente mais coerente depois de 1961. Porém, mesmo esses esquerdistas no seio do PTB estavam divididos. Um deles, Guerreiro Ramos, fez uma interessante crítica do trabalhismo de Getúlio Vargas e da necessidade de sua atualização”.

²⁴² A importância conferida por Guerreiro Ramos a Vargas desponta na dedicatória de *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963): “Ao saudoso Presidente Vargas, mestre do realismo político, fundador do trabalhismo brasileiro.” Tal indicação deve-se à advertência perspicaz de Ariston Azevedo, que despertou nossa atenção para o fato.

4) *expertismo*: tentativa de fazer-se teórico do partido “de cima para baixo”, desrespeitando as experiências das lutas (RAMOS, 1961, p. 90-3).

Dentro do PTB, Guerreiro posicionava-se como uma espécie de ‘teórico’ – de tendência à esquerda – do Grupo Compacto, cujos integrantes principais (em sua maioria do Rio de Janeiro e da Guanabara) eram Sérgio Magalhães, Almino Affonso, Luiz Fernando Bocaiúva Cunha, Fernando Santana, Armando Temperani Pereira, Clidenor Freitas e Doutel de Andrade. O grupo lutava por uma política “ideológica” – contra o que identificavam como “populismo” – e exigia uma posição nacionalista agressiva do Governo Federal: limitação do capital estrangeiro, incentivo à indústria nacional e compromisso com as *reformas de base* (agrária, urbana, bancária, tributária e universitária).²⁴³ Seus parlamentares integravam a Frente Parlamentar Nacionalista e, após os acontecimentos de 1964, pagaram caro por suas posições (DELGADO, 1989, p. 206).²⁴⁴

Os embates políticos de Guerreiro Ramos acirravam-se não somente no âmbito do partido. Em 1961, escreve um manifesto chamado “Trabalhismo e marxismo-leninismo” – redigido pelo autor a pedido de membros da Executiva do PTB (seção da Guanabara) –, que se constitui de uma declaração de princípios, na qual procurou definir as posições do partido (conforme a ótica de seu grupo) e fustigar os adversários de esquerda (particularmente o PCB). O teor é o seguinte:

1) o Partido Trabalhista Brasileiro [...] tem como objetivo principal a emancipação econômica, social e política do povo brasileiro, mediante o

²⁴³ Outras reformas, menos mencionadas, também eram reivindicadas: administrativa, da empresa, fiscal tributária, cambial, educacional, da consciência nacional, etc. (BRUM, 1983).

²⁴⁴ Para Guerreiro, ainda que defensor da luta interna como forma de aperfeiçoamento dos partidos, a convivência no PTB não era fácil, além do “fisiologismo” de alguns parlamentares ‘sensíveis’ ao apelo governista – e que seguiram apoiando inclusive o governo golpista de 1964 e ficaram conhecidos como “bigorrilhos” – e do sindicalismo burocratizado e atrelado ao Estado, o partido sofria forte controle por parte dos ‘caciques’ (e Jango era o maior deles). Além disso, as dissensões internas eram punidas, visto o PTB ter sido o que mais expulsou membros dentre os partidos da 4ª República (D’ARAUJO, 1996).

desenvolvimento independente da nação e a instauração no País de um Poder a serviço exclusivo dos interesses da coletividade brasileira;

2) o PTB *só defende soluções brasileiras para os problemas brasileiros*, repudia diretivas estranhas à realidade nacional, o comando ideológico externo das lutas sociais dos trabalhadores brasileiros, e não reconhece validade objetiva no marxismo-leninismo, doutrina que, historicamente sob o disfarce de ciência, tem sido instrumento de direção monopolística, em escala mundial, de movimentos políticos e agitações de massa;

3) o PTB na defesa dos interesses das massas obreiras *proclama a sua vocação socialista*, mas não admite nenhum figurino pré-fabricado de socialismo, o qual só poderá vingar no Brasil, na medida em que for gerado pelas condições particulares da história do nosso povo;

4) o PTB [...] *conclama todas as forças populares à união*, a fim de [...] elegerem aos postos parlamentares candidatos autenticamente nacionalistas;

5) o PTB está aberto a alianças que, sem prejuízo de seus princípios, contribuam para a *constituição de sólida frente popular contra os inimigos das causas dos trabalhadores*. (RAMOS, 1963, p. 217-8, grifos nossos).

Tal envolvimento levou-o a pleitear uma cadeira parlamentar.²⁴⁵

Candidato a deputado federal pelo PTB da Guanabara (em 1962), não foi eleito pela falta de aproximadamente 900 votos; tornado suplente, assumiu o mandato em agosto de 1963 e atuou até 18 de abril de 1964, quando foi cassado pela ditadura militar – seu nome foi incluído numa das primeiras listas de cassação.

Durante seu curtíssimo mandato teve intensa atuação parlamentar, manifestando-se na grande maioria das sessões e apresentando vários projetos, entre eles: sobre as patentes industriais no Brasil,²⁴⁶ pela regulamentação do

²⁴⁵ Entre suas propostas de campanha – coligadas em panfleto – estavam: “por uma política externa independente”, “por uma política interna independente”, “pela obrigatoriedade constitucional do desenvolvimento programado”, “pelo compulsório reajustamento permanente dos salários ao custo de vida (escala móvel de salários)”, “pela maior participação dos trabalhadores na programação e nos resultados do desenvolvimento”, “pela reforma agrária, pela emancipação econômica, social e política dos camponeses e contra a prepotência e a usura dos latifundiários”, “pela organização do mercado nacional de capitais”, “pela nacionalização imediata das concessionárias estrangeiras de serviços públicos”, “por leis eficientes contra os abusos do capital estrangeiro”, “pela regulamentação imediata do direito de greve”, “por moradia digna ao alcance de todos”, “pelo ensino gratuito em todos os níveis”, “contra a corrupção e a incompetência”, “pelos interesses da Guanabara no plano federal” (apud AZEVEDO, 2006, p. 226-8). Azevedo (2006, p. 228) nota com agudez que nas propostas não aparecia em destaque a ‘questão do negro’.

²⁴⁶ Guerreiro Ramos havia sido – em 1960 – delegado do Brasil à XVI Assembléia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, discursou e apresentou como projeto o texto “O papel das patentes na transferência da tecnologia para países subdesenvolvidos”, que – segundo ele – viria a se transformar na Resolução nº 1713 daquela assembléia. No documento, denuncia a ação – no uso das patentes – dos monopólios e oligopólios que, adquirindo exclusividade de uso, não industrializariam os produtos ou exigiriam condições injustas para dar licença à indústria nacional para fazê-lo, prejudicando assim o desenvolvimento dessa (RAMOS, 1996, p. 247-54). Em outra participação (em 1962) – segundo ele indicado por San Tiago Dantas, que já o havia indicado nos

exercício da profissão de técnico de administração²⁴⁷, reclassificação das carreiras do serviço público e pela obrigatoriedade de apresentação – por parte dos presidentes da República eleitos – de um Plano Quinquenal até 180 dias após a posse. Nas suas comunicações em plenário, defendeu o aumento salarial e a adoção da escala-móvel de salários, aumento salarial para os funcionários públicos, o direito de resposta nos órgãos de imprensa, as reformas de base (e a reforma agrária em particular), a Lei de Remessa de Lucros, o controle do câmbio e a Instrução 263 da SUMOC,²⁴⁸ a neutralidade como política externa, o restabelecimento de relações comerciais e políticas com a China, a legalização do PCB, o apoio ao Panamá na questão contra os EUA, etc. Em debates no plenário, manifestou-se da seguinte forma: defendeu Jesus Soares Pereira²⁴⁹ da ‘acusação’ de ser comunista, pediu esclarecimentos sobre a possível influência e financiamento norte-americano em órgãos planejadores do governo, defendeu

anos 1940 para o Departamento Nacional da Criança (OLIVEIRA, 1995) – como delegado brasileiro na III Comissão, analisou o *Relatório de 1961 do Conselho Econômico e Social sobre a situação social do mundo* e proferiu comunicação a respeito, chamando a atenção para o fato de que nas análises deveria ser considerado o bem-estar das populações e não apenas a riqueza em geral produzida. Somente em 1990 o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD) institucionalizará o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), criado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, tendo como variáveis: renda, longevidade e instrução. Criticando duramente o relatório, Guerreiro Ramos também tocou numa questão espinhosa e não devidamente equacionada: o fato de as estatísticas dos países capitalistas desenvolvidos considerarem – sendo que outros (países ‘socialistas’) não o faziam – no “cômputo da renda” (na soma do valor agregado) as atividades do setor terciário, pois haveria nesse setor distorções graves (atividades que não seriam produtivas, subemprego) e que, se não equacionadas, inseririam distorções graves no processo de planejamento e alocação de recursos. Ver “Análise do Relatório das Nações Unidas sobre a situação social do mundo” (RAMOS, 1996, p. 257-73).

²⁴⁷ Essa foi a primeira iniciativa no sentido de reconhecer a profissão, em 1964 o Senado Federal apresentará outro projeto dispondo sobre a matéria e, em 1965, o Presidente Castelo Branco sancionará a lei 4.769, regulamentando a profissão (SOARES, 2005).

²⁴⁸ A *Lei de Remessa de Lucros* limitava o valor dos envios de divisas ao exterior, sofreu forte oposição mas foi aprovada; para Darcy Ribeiro “foi essa lei que provocou a intervenção norte-americana” e tal intervenção fundamental para a eclosão do Golpe de 1964 (depoimento em MORAES, 1989, p. 297). Já a *Instrução 263* da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) era uma espécie de reforma cambial que, para os setores furiosamente nacionalistas, representava uma concessão à política do FMI (Fundo Monetário Internacional).

²⁴⁹ Jesus Soares Pereira (1910-1974) foi destacado funcionário federal e um dos principais assessores econômicos do Governo Vargas (1950-1954), um dos responsáveis pela implementação de projetos nacionalistas de política econômica daquele governo – como os da Petrobras, da Eletrobrás, etc. (LIMA, 1975).

uma posição nacionalista de esquerda e denunciou o “falso dilema” – interno e externo – de uma escolha radical entre ‘esquerda’ e ‘direita’, “ianques” e cubanos/chineses/soviéticos; criticou o PCB (como partido “burguês”), o marxismo-leninismo e Carlos Lacerda;²⁵⁰ e defendeu o socialismo. Às vésperas do golpe – a três de março de 1964 – apelou para que as forças políticas nacionais abandonassem as posições radicais e procurassem um denominador comum que as conduzisse à solução dos problemas nacionais e, em 23 de março de 1964, fez uma análise do “fenômeno Goulart”, afirmando que “os decretos baixados pelo chefe do Executivo – quando do comício do dia 13 do corrente [março de 64] –²⁵¹ caracterizam a gestação da forma do movimento revolucionário brasileiro, necessitando, agora, da reforma do poder, com a alteração radical de sua composição” (DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1983, p. 173-4 e passim).

5. A crítica em combate

As incursões críticas de Guerreiro Ramos, em imbricação às batalhas políticas, dirigiram-se a autores, organismos, concepções e modalidades de ação, ou seja, a todo tipo de reflexão e prática socialmente significativa que pretendesse uma intervenção social, já que toda prática suporia uma teoria (e vice-versa) – argumentava. Longe de apreciar estilos, proceder exegeses de textos ou avaliar

²⁵⁰ Então Governador da Guanabara pela UDN e um dos principais incentivadores do golpismo.

²⁵¹ O comício do dia 13 de março (sexta-feira), na Guanabara, conhecido como Comício das Reformas – ao qual outros deveriam se seguir pelo país caso o golpe não abortasse o processo – reuniu 200 mil pessoas e contou com discursos inflamados de Miguel Arraes, Leonel Brizola e do Presidente João Goulart, que anunciou a desapropriação das terras com mais de 100 hectares situadas ao redor das rodovias e a nacionalização das refinarias de petróleo particulares (TOLEDO, 1983).

idéias conforme instrumentos formalistas relacionados a cânones, pretendia uma análise que considerasse as idéias, ações, os sujeitos, o contexto e as intencionalidades envolvidas.²⁵² Adicionado o tempero – acre – de sua verve.

Elegeu o autor como interlocutores (e adversários) várias personalidades e instituições, dentre as quais alguns ícones da esquerda: o ISEB, o PCB e o marxismo-leninismo.

O *ISEB* – segundo Guerreiro Ramos, em 1961, logo após sua saída – teria se tornado “o Santo Ofício do nacionalismo” e funcionaria como “agência doutrinária”, cujos líderes “do antigo ‘aparelho’ nacionalista chegaram a propor para o cargo de diretor um professor de lá que era revendedor da Shell e funcionário do serviço jurídico da Light” (RAMOS, 1961, p. 121);²⁵³ teria ainda se transformado numa “agência eleitoreira, e ultimamente, numa escola de marxismo-leninismo, com honrosa exclusão talvez de alguma dissidência, devidamente neutralizada” (RAMOS, 1963, p. 10). Para ele, o ISEB teria sido um

²⁵² Essa forma de análise, aplicada à abordagem do pensamento social no Brasil, prima por considerar as elaborações teóricas fora das amarras de uma linhagem evolutivo-institucional, como contribuições para interpretação de um presente específico, sem relegá-las como formas de ‘ensaísmo’ ou especulação. Um autor definiu tal matriz crítica como “ideológica”, acrescentando que por essa “entende-se a preocupação de analisar os textos brasileiros de reflexão social com o objetivo explícito de buscar sua caracterização conceitual própria, independentemente dos azares conjunturais da empiria. Não se trata de afirmar que a empiria histórica é irrelevante para a formação do pensamento social, nem que esse mesmo pensamento não se refira em algum momento ao transcurso histórico. Apenas se reivindica a diferenciação e análise conceitual como procedimentos legítimos e necessários na apropriação adequada dos determinantes estritamente conceituais do presente” (SANTOS, 1978, p. 31).

²⁵³ Refere-se a Cândido Mendes de Almeida, proposto como diretor – segundo Guerreiro Ramos – por ter bom relacionamento com o presidente eleito Jânio Quadros (do qual era assessor), podendo assim assegurar a sobrevivência da instituição. Há que se recordar que no primeiro ano de mandato de Jânio, do Orçamento da União – elaborado no Governo JK – foi expurgada a rubrica “ISEB”, deixando a instituição sem um centavo de verba (SODRÉ, 1992, p. 194; 1978). Sobre Cândido Mendes, ainda dispara: “especial fenômeno humano, a merecer exame à parte, o trêfego conde papal Cândido Antonio Mendes de Almeida, espécie de Sebastião Pagano em edição novíssima, multifacetado, via síntese de contradições, pois, ao que parece, consegue ser homem de confiança da Light, da Cúria, da Shell, do ISEB e do PCB” (RAMOS, 1961, p. 141-2).

dos comitês em prol da candidatura presidencial – em 1960 – do Mal. Lott e tornado-se um “botequim eleitoreiro” (RAMOS, 1961, p. 110).²⁵⁴

Anos depois, em 1980, sentenciou:

[...] jamais me identifiquei com os intelectuais que transformaram a sigla [ISEB] do que erroneamente muitos acreditavam ser legítima institucionalização da redução sociológica numa bandeira de proselitismo. Em retrospecto, contemplo os curtos três anos de minha associação com eles, como circunstância de que não me lembro sem constrangimento. (RAMOS, 1983a, p. 541).

O nacionalismo isebiano – segundo ele – teria se perdido em taticismos e hipocrisia, abandonando a tarefa maior de elevar-se como *intelligentzia* (no sentido mannheimiano) – daí talvez sua preferência pelo IBESP (OLIVEIRA, 1995, p. 154).²⁵⁵

No final dos anos 1950 e começo dos 1960, quando Guerreiro Ramos lança-se às questões políticas mais iminentes, o *PCB* torna-se um importante interlocutor. Defensor da legalização do partido (proscrito desde 1947, no Governo Dutra), referia-se constantemente a ele na condição de opositor, mas também de um possível aliado, desde que migrasse para o campo nacional, abandonando as “diretrizes soviéticas”.

²⁵⁴ Guerreiro Ramos – propositor da candidatura malograda de Osvaldo Aranha – declarou aos jornais que seria “uma insensatez transformar o nacionalismo num comitê Lott” e que a escolha entre Jânio e Lott era um “um medíocre dilema”, mas, vencido, apoiaria Lott como ‘mal menor’, já que lhe ocorria – quase premonitoriamente – que “o Marechal [ao contrário de Jânio] não parece ser homem capaz de expor o País a surpresas desastrosas ou a jogadas intempestivas” (RAMOS, 1961, p. 127). Assim como o ISEB, o PCB também apoiou Lott.

²⁵⁵ Sobre a ruptura com o ISEB – nas palavras de Nelson Werneck Sodré (1992) – Guerreiro Ramos, “talentoso, culto, imensamente vaidoso e decidido a empregar todos os meios para a destruição de seu antagonista – suponho que assim tratado apenas porque lhe fazia sombra” (ibidem, p. 27), teria levado o livro de Helio Jaguaribe [*O nacionalismo na atualidade brasileira*] à UNE e denunciado-o como uma traição, mas “derrotado, abandonou o ISEB, na suposição de que, com a sua saída, a instituição desaparecesse” (ibidem, p. 50). Tentou então – segundo Sodré – “carregar outros elementos, particularmente Álvaro Vieira Pinto, que o acompanhara na luta contra Helio Jaguaribe, com a maior boa fé, cruzado de guerra santa em defesa do nacionalismo. Como não consegui, irritou-se e, pouco depois, inclui em livro verrina contra o mestre de Filosofia” (ibidem, p. 50), a saber, “A filosofia do guerreiro sem senso de humor”, publicada em *Mito e verdade da revolução brasileira* (RAMOS, 1963). Anos antes, em entrevista à revista Marco (nº 4, 1954), Guerreiro Ramos declarava ter como projeto pessoal escrever – além da “história secreta de Abdias Nascimento” – a biografia de Helio Jaguaribe, manifestando assim sua admiração por aquele que se tornaria um seu desafeto (RAMOS, 1957b, p. 215).

Nas considerações do sociólogo, o PCB teria entre seus quadros “considerável parte da fina flor da inteligência brasileira” e, freqüentemente, levaria a esquerda a reboque, pois seria a única organização partidária de esquerda no Brasil com imprensa e quadros de militância organizados e disciplinados (RAMOS, 1961, p. 106-7). Um excelente aliado na luta política que, todavia, quando na direção do processo político, efetuaría lances temerários – como o apoio à candidatura do Mal. Lott.

Guerreiro Ramos caracterizava o PCB como “essencialmente agência pequeno-burguesa, de débeis raízes no proletariado” (RAMOS, 1961, p. 107) e apoiava a luta renovadora da facção interna que pretendia se distanciar da influência de Moscou e encontrar novos caminhos para a revolução no Brasil. Nutria, assim, simpatia pelos membros do PCB que discordavam das posições ‘oficiais’, pois mesmo havendo em curso na direção do partido um processo de desestalinização e desconfiança quanto às diretrizes soviéticas, via nisso uma continuidade, uma revisão a partir de dentro para manter o *status quo*.²⁵⁶ Ao mesmo tempo, golpeava também os tradicionais adversários do stalinismo: “O trotskista é um desses socialistas idílicos, que não compreendem, como já se assinalou, que os ideais só se realizam pervertendo-se” (RAMOS, 1961, p. 115).

No fundo, sua grande desavença como o PCB era o que considerava ser a adoção pelo partido do *marxismo-leninismo*, que reputava ser para o Brasil – como para nações como Cuba, Guiné, Gana, Argélia – um prejuízo, “uma ideologia restrita do campo soviético, que só tem valor subsidiário” (RAMOS,

²⁵⁶ Em 1960/1961, visitou a China, a Iugoslávia e a União Soviética a convite do PCB, entretanto, de volta ao Brasil, manifestou-se criticamente nos jornais a respeito de tais países ‘socialistas’, o que lhe trouxe a malquerença de muito pecebistas.

1961, p. 109). Ou seja, uma idéia importada, fora de contexto, logo, disfuncional aos objetivos políticos.

Em *Mito e verdade da revolução brasileira*, de 1963,²⁵⁷ livro no qual pretende fazer a “crítica revolucionária da revolução brasileira” (RAMOS, 1963, p. 9), investe decididamente contra a visão da esquerda – particularmente contra a que interpretava ser a visão predominante na política do PCB – do que seria a revolução brasileira. Discute ali demoradamente a revolução, estratégia, tática, limites, princípios, condições objetivas e subjetivas, etc., condenando o que entendia por marxismo-leninismo: uma corruptela da filosofia, ideológico e positivista, criação burocrática dos sucessores de Lênin e fruto do autoritarismo bolchevista.²⁵⁸

Acercou-se de autores como Trotski, Kautsky, Rosa Luxemburgo, Lukács, Henri Lefebvre, Karl Korsch, G. Nagy, Sultan Galiev, B. Brecht, etc., e procurou caracterizar o marxismo-leninismo como uma perversão do pensamento de Marx, Engels e mesmo de Lênin – embora não o poupe na questão do modelo de partido, considerado como uma apologia da *organização* (no sentido de dominação da vida social). Infidelidade à práxis e desrespeito à realidade brasileira, eis os problemas cruciais do marxismo-leninismo como ideologia da revolução.

²⁵⁷ Guerreiro pretendia chamá-lo – mas foi disso demovido pelo editor – *Os rinocerontes e a revolução brasileira*, já que todo o livro é pontuado por epígrafes extraídas do texto da peça *O rinoceronte*, de Eugène Ionesco (1995). Produto do que foi chamado “teatro do absurdo”, a peça de Ionesco retrata a convivência num local onde aparece um rinoceronte e, de início, todos se surpreendem, mas com o tempo tornam-se igualmente rinocerontes, apenas o herói Bèrenger recusa-se a isso. A peça pode ser considerada uma metáfora do totalitarismo e de como ele se alastra pela sociedade, contaminando muitos e oprimindo os que se opõem e insistem em ser independentes, tornando-se inimigos todos os que se encontram fora da comunidade de idéias.

²⁵⁸ O bolchevismo – e o marxismo russo – teria sua explicação na gênese da *intelligentzia* russa, na sua obsessão ocidental, sua intolerância e seu sentido missionário e salvacionista. Tal análise é devedora dos estudos sobre a *intelligentzia* e o comunismo russos feitos por Nicolau Berdiaev, autor muito caro a Guerreiro Ramos – ver Berdiaev (1963).

Pouco tempo antes, em artigo publicado na revista *Estudos Sociais* (“Correntes sociológicas no Brasil”, nº 3-4, de set./dez. 1958), Jacob Gorender, então militante do PCB, referia-se às análises do livro de Guerreiro Ramos (*A redução sociológica*, 1958), afirmando que...

Nós comunistas, consideramos, e já o dissemos numa Declaração [de Março de 1958] que esta contradição [nação \times antinação, identificada por Guerreiro Ramos] se tornou a principal, a dominante da sociedade brasileira, no atual período de sua vida. Trata-se de uma contradição que polariza a nação em desenvolvimento, com as suas forças progressistas e revolucionárias em expansão (dentro de marcos capitalistas, únicos possíveis no momento), em oposição ao imperialismo norte-americano e aos círculos econômicos e sociais, que o apóiam internamente [...] O sr. Guerreiro Ramos chegou à essência do processo histórico [...]. (GORENDER, 1996, p. 207-8).²⁵⁹

Porém, para o crítico, Guerreiro Ramos não o teria feito “sem padecer de estreiteza específica”. Gorender condena-lhe o “ecletismo” e a recorrência às filosofias “burguesas” (como a fenomenologia, o existencialismo) e a autores como Husserl, Heidegger, Jaspers e Mannheim; reprova ainda a concepção de uma “ideologia do desenvolvimento” (cujo formulador seria o ISEB), de uma “sociologia nacional” e o que entendia ser uma tentativa de submeter as massas à ideologia burguesa por meio da dissimulação das contradições de classe. E arremata: “Limitamo-nos a assinalar este fenômeno bem brasileiro: ideólogos da burguesia de um país subdesenvolvido, a qual ainda tem um papel progressista a desempenhar, aceitam como padrão espiritual a filosofia decadente da burguesia imperialista” (GORENDER, 1996, p. 216).

Guerreiro, que naquele momento experimentara de seu próprio veneno, defendeu-se (em prefácio escrito em 1963 para a 2ª edição de *A redução sociológica*, de 1965) alegando que Gorender recusava Husserl, Heidegger, a

²⁵⁹ O texto de Gorender aqui citado consta da 2ª edição (de 1965 e reeditada em 1996) de *A redução sociológica*, tendo sido incluído pelo próprio Guerreiro Ramos que o considerou “o mais eminente documento crítico que um militante do Partido Comunista já produziu no Brasil” (RAMOS, 1996, p. 29).

fenomenologia, o existencialismo e o ‘isebianismo’ – do qual não se considerava herdeiro – ²⁶⁰ e não propriamente as formulações dele, Guerreiro. Esclareceu então sua relação (e influências) com tais autores e filosofias, e acrescentou que Gorender deveria ler mais detidamente seus livros (principalmente *O problema nacional do Brasil*, *A crise de poder no Brasil* e *Mito e verdade da revolução brasileira*, todos posteriores ao artigo de Gorender), nos quais encontraria as referências ao ponto de vista proletário, à totalidade e à comunidade humana universal. E, finalmente, contrariando os adeptos do “marxismo institucional”, sentenciou que a questão não passaria mais por juras de ortodoxia, uma vez que: “Não somos nem marxistas, nem antimarxistas. Somos pós-marxistas” (RAMOS, 1996, p. 35).

Ainda que Guerreiro Ramos muito se concentrasse em cerrar fogo nas posições da esquerda, a *direita* não foi poupada: teceu críticas às ideologias conservadoras, buscando entender tais práticas em correspondência com as respectivas origens sociais e concepções de mundo. A vida intelectual – para ele – poderia ser abordada em termos de “famílias”, grupos de pensadores aproximados por suas afinidades conforme uma “morfologia social do espírito ou da inteligência” (RAMOS, 1960, p. 141). Três dessas famílias são analisadas pelo autor, sendo que duas delas enquadram-se no que se pode nomear como pensamento conservador (MANNHEIM, 1959) ou ‘de direita’: a defesa da ordem e da reação.

No ensaio “A ideologia da ordem”, presente em *A crise do poder no Brasil* (1961), o sociólogo aborda as idéias de um grupo intelectual católico

²⁶⁰ “Ao contrário do que pensa o sr. Gorender, não temos, nunca tivemos nada de comum com os ‘isebianos’ de que fala em sua crítica. Jamais levei a sério as elucubrações cerebrinas de certos intelectuais menores, pivetes do ‘desenvolvimentismo’ burguês” (RAMOS, 1996, p. 36).

brasileiro – óbvio que nem todos os pensadores católicos de então compartilhavam das idéias dessa estirpe – ²⁶¹ formado por Jackson de Figueiredo, Hamilton Nogueira, Alceu Amoroso Lima, Alcebíades Delamare, Durval de Moraes, Perilo Gomes, Pe. Assis Memória, Cardeal D. Jaime Câmara, Arcebispo D. Helder Câmara, Gustavo Corção, Gladstone Chaves de Melo, Juarez Távora, Eduardo Gomes, Fernando Carneiro, Carlos Lacerda, José Artur Rios e outros, que primariam pela defesa daquela ideologia.

Nota-se a menção a pessoas dedicadas integralmente ao ofício intelectual, “homens de ação”, políticos, etc., indicando que Guerreiro Ramos não considerava o pensamento social como algo contemplativo ou profissional, nem media a validade do estatuto teórico pela condição canônica, erudita, rigorosa ou sistemática, mas pela confecção de idéias que representassem uma perspectiva socialmente significativa. Inspirado em Jacques Maritain,²⁶² que por sua vez retomou a antiga noção escolástica de *habitus*, Guerreiro Ramos diferenciava entre *sociologia (e saber) em hábito* e *sociologia em ato*. Assim, a sociologia em ato já seria algo presente no Brasil, antes mesmo de sua institucionalização acadêmica.

Na gênese daquela “ideologia da ordem”, estaria o *integrismo*, concepção cujo excessivo compromisso temporal tenderia a identificar o catolicismo com a defesa da organização econômica em voga e a “civilização ocidental”, aferrando-se a isso como valores e distanciando-se das camadas populares – sua expressão

²⁶¹ Guerreiro Ramos fazia exceção – por razões diversas – aos padres Fernando Bastos de Ávila, Henrique Vaz e Júlio Maria, e a Cândido Mendes de Almeida.

²⁶² Maritain, autor francês cristão e neotomista, muito caro a Guerreiro Ramos, teve relativa influência sobre os pensadores cristãos e católicos no Brasil, seja à direita ou – algo menor – à esquerda (cristãos). Isso posto, as críticas de Guerreiro Ramos não deixam de ser um episódio da luta por certa herança de Maritain. A respeito dos debates – no Brasil e na América Latina – em torno das idéias políticas do filósofo francês, ver Chacon (1980).

máxima seria o pensamento de Jackson de Figueiredo. Este, fundador do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, teria como influências os conservadores de extração católica Joseph de Maistre, Louis de Bonald e Charles Maurras; politicamente, seria um fervoroso conservador, defensor da ordem, do direito divino, da monarquia e de uma teoria aristocrática e antipopular da sociedade. Na sua concepção a política teria um fundamento moral, daí considerar a revolução como algo diabólico, sua posição seria – como ele próprio admitia – “reacionária”. O integrismo católico – de Jackson de Figueiredo e outros – ²⁶³ teria dado origem intelectual ao *integralismo* como movimento ideológico.

Já a posterior intelectualidade católica no Brasil – segundo Guerreiro – ainda não teria superado satisfatoriamente as posições de “ideologia da ordem”, movendo-se ainda num anti-humanismo e num maniqueísmo político, que satanizaria a revolução e perceberia a política como uma eterna luta entre o Bem e o Mal; as questões sociais reduzir-se-iam a problemas morais cuja solução adviria do esclarecimento dos espíritos ou da purgação dos erros dos culpados, e o máximo ao qual chegariam esses intelectuais – em termos de renovação – seria o reformismo, esboçado nas propostas de distributivismo econômico (de Alceu Amoroso Lima, “Tristão de Ataíde”) e de participação nos lucros (de Juarez Távora).²⁶⁴ Não obstante a caducidade dessas concepções, a “ideologia da ordem” – adverte Guerreiro Ramos (1961, p. 151) – estaria, naquele momento, a dominar

²⁶³ Outro autor analisado é Hamilton Nogueira, homem de inspiração maurrasiana que preconizava a pena de morte como direito de defesa da sociedade – e mais tarde viria a renegar algumas de suas posições.

²⁶⁴ Guerreiro Ramos relega o fato de que vários representantes da inteligência católica – Francisco Karam, Valdemar Falcão, Moacir Veloso Cardoso de Oliveira, advogados católicos discípulos de Alceu Amoroso Lima e Rego Monteiro, reunidos na assessoria de Oliveira Vianna – tiveram papel de destaque na instauração da legislação trabalhista no Brasil (VILLAÇA, 1975, p. 160).

num grande Estado do Brasil (Rio de Janeiro) e na Guanabara, onde Carlos Lacerda havia sido eleito governador.

Já em “A ideologia da ‘*Jeunesse Dorée*’”²⁶⁵ outra “família” que abominava a revolução é estudada, Guerreiro Ramos sonda ali os limites da visão de mundo (inclusive os caracteres psicológicos) de alguns ‘bem-nascidos’ – daí a designação – intelectuais que não teriam conhecido as agruras da dificuldade material e que, pela sua condição, seriam “induzidos a um certo esteticismo diante de si mesmos e da vida, tentando a perfeição interior pela auto-análise, pelo esclarecimento, pelo exercício do domínio da vontade e, além disso, pela concepção do homem e da sociedade em termos preponderantemente psicológicos” (RAMOS, 1961, p. 153).

Esses autores, frente aos acontecimentos da Revolução de 1930, teriam sido tomados pela angústia, temores, pessimismo e nostalgia ao perceberem que a classe média e o proletariado avançavam no campo das decisões políticas, daí o viés do protagonismo exclusivista (veriam a história em termos de acaso e heroísmo), o racismo e o horror aos mestiços e ‘desqualificados’, e o elitismo – defendiam que o poder deveria ser entregue aos intelectuais, aos iluminados. A análise que fizeram da sociedade brasileira seria calcada numa “psicologia nacional” – predominando conceitos dogmáticos como *ethos*, alma nacional, caráter nacional – e na abordagem das relações sociais como “relações racionais”, atribuindo ao aspecto intelectual um fator modelador da sociedade, donde surgiria a idéia do papel salvador das elites. Dentre os anseios desses autores, estariam: a monarquia, a recristianização e a elevação moral da política.

²⁶⁵ Publicado originalmente nos *Cadernos de Nosso Tempo* n° 4 (em 1955) e depois reeditado em *A crise de poder no Brasil* (1961).

Tais autores seriam: Alceu Amoroso Lima, Octávio de Faria e Afonso Arinos de Melo Franco e, segundo Guerreiro Ramos, o sentido essencial de suas obras poderia ser assim resumido: “*A estrutura econômica e social, na qual a classe dirigente era constituída de grandes proprietários de terras, devia conservar-se imutável, sendo imorais e satânicas as tendências que laboravam por sua transformação qualitativa*” (RAMOS, 1961, p. 167, grifos do autor).

Haveria também uma terceira “família” de autores, de importância cabal para o entendimento do processo histórico pós-1930, considerada progressista e tida em alta conta por Guerreiro Ramos, cuja herança intelectual reivindicava: Caio Prado Júnior, José Maria dos Santos, Oliveira Vianna, Martins de Almeida, Virgínio Santa Rosa, Azevedo Amaral. Todavia, a contribuição de vários desses autores – que constituiriam “elo da ciência brasileira, da teoria social brasileira que se vem formando, por acumulação através de João Ribeiro, Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres” (RAMOS, 1961, p. 169) – estaria sendo diminuída por outros que se colocariam como encarnação de uma nova postura, ‘científica’ em rigor e método.

Nos últimos vinte anos adquiriram prestígio, aos olhos do público, certos estudos que se rotulam de “sociológicos” e “antropológicos”. Os autores desses estudos timbraram sempre em exibir muita erudição e um conhecimento de técnicas de pesquisa que diziam constituir a última palavra em ciência social. Então passaram a, aberta ou indiretamente, empequenecer as contribuições dos estudiosos dos problemas brasileiros que os tinham precedido. Além disso, afirmando serem a “Sociologia” e a “Antropologia” ciências cuja prática exigia treino especialíssimo, desestimularam muitas pessoas pudicas e, entretanto, capazes de contribuir para o esclarecimento de nossas questões. Resultou de tudo isto que ficaram sem merecida atenção numerosas obras de valia, só porque seus autores não se diziam nem “sociólogos”, nem “antropólogos”. (RAMOS, 1961, 168).²⁶⁶

²⁶⁶ E desdenha das contribuições desses *experts* – principalmente de Gilberto Freyre – afirmando desconhecer qualquer uma delas que fosse produtiva, pois se resumiriam a “glosas de temas tratados no estrangeiro ou de livros para divertimento e “sorriso da sociedade” (expressão tomada a Afrânio Peixoto, com a qual definiu o fenômeno literário), como *Casa grande e senzala, Sobrados e mocambos* e outros” (RAMOS, 1961, p. 169).

É nesse ensaio, “O inconsciente sociológico”,²⁶⁷ que Guerreiro – em contrapartida aqueles críticos – analisa algumas das colaborações dessa “família”, especificamente as de Martins de Almeida (em *Brasil errado*, de 1932), Virgínio Santa Rosa (em *O sentido do Tenentismo*, de 1933) e Azevedo Amaral (*O Brasil na crise atual*, de 1934, e *A aventura política do Brasil*, de 1935). Observa que teriam cometido erros, tais como não conseguir ficar distantes da ‘ciência oficial’, incorrer num psicologismo e não construir uma teoria social orgânica, contudo, realça-lhes o vigor e a acuidade de análise – seriam exemplos da sociologia como “saber em ato”.

Certa perplexidade e estranheza – à primeira vista – rondam o título do ensaio, a explicação advém de uma passagem – selecionada por Guerreiro Ramos – de *Brasil errado*, de Martins de Almeida:

“Em lugar de pensarmos os nossos pensamentos, são os nossos pensamentos que nos pensam”, diz [...] Martins de Almeida, que, não tendo as categorias técnicas para descrever o desenvolvimento objetivo e necessário da sociedade brasileira se reporta ao que chama de *inconsciente sociológico*. Ele percebe que existem “forças ocultas” que dirigem inexoravelmente o processo histórico-social e que os pensamentos, as idéias, são fatores componentes integrantes e não determinantes, das situações sociais. (RAMOS, 1961, p. 169-70, grifos nossos).

Martins de Almeida referia-se em *Brasil errado* – segundo Guerreiro Ramos – a duas formas diferentes de organização da produção em embate naquele momento da sociedade brasileira, uma persistente e outra emergente, e aos entraves à forma emergente, de cuja tensão resultaria um desconforto social.

Sentimos que o País precisa sair desse estado de retenção material, de continência nas relações de produção. Da insatisfação de nossas necessidades concretas resulta um mal-estar generalizado. Freudismo do nosso inconsciente sociológico pelos recalcamientos de ordem material. (Martins de Almeida apud RAMOS, 1961, p. 170).²⁶⁸

²⁶⁷ Com o subtítulo “Estudos sobre a crise política no Brasil na década de 1930”, foi publicado originalmente nos *Cadernos de Nosso Tempo* nº 5 (em 1956) e, posteriormente, em *A crise do poder no Brasil* (1961).

²⁶⁸ Apesar de citar Freud de modo paradoxal (estende ao social análises concebidas para o entendimento do indivíduo), Martins de Almeida acusava uma singular percepção de fenômenos

Ao encampar mais um debate e abrir polêmica contra os novos ‘sociólogos’ e ‘antropólogos’, Guerreiro Ramos procurava dar continuidade à sua luta para retomar certa herança crítica do pensamento social no Brasil, afirmar determinada visão do desenrolar pós-1930 que valorizava positivamente o papel do Estado e da classe média contra as oligarquias, atacar posições liberais e relevar o papel de uma deliberada intervenção racional como construtora institucional, isto é, como forma superior de organização da vida social. E, principalmente, defender o posicionamento e o compromisso político dos intelectuais com a realidade brasileira.

Nesses ensaios, Guerreiro Ramos demonstra seu desapego a fórmulas e certa amplitude na análise do pensamento social, mantém-se fiel a uma abordagem crítica conforme determinada tensão contextual, considera a permanência e influência das idéias nas posteriores construções intelectuais (em “A ideologia da ordem”), a presença de caracteres psicológicos na formação de uma particular visão de mundo (“A ideologia da ‘*Jeunesse Dorée*’”) e a importância de certa sensibilidade social – ainda que formulada teoricamente de modo precário ou excessivamente generalizador – no tratamento de questões submetidas ao saber sociológico.

cuja detecção teórica é em muito devida a Marx: a contradição entre diferentes modos de organização da produção da vida material (e social), o enraizamento histórico-social das idéias e como estas se põem nas circunstâncias que as requerem. Lembremos Marx: “Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou pelo menos, são captadas no processo de seu devir” (MARX, 1978, p. 130).

Um papel destacado no processo social brasileiro é atribuído por Guerreiro Ramos à atuação da *inteligência brasileira*, ou seja, do...

[...] conjunto de pessoas que têm exercido em vários papéis, um magistério público orientado para interpretar e configurar o processo de formação do país. Como em outros períodos, na década de 1930 fazem parte dela, ao lado de escritores propriamente, como por exemplo: Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Martins de Almeida, Alceu Amoroso Lima, Octávio de Faria, Plínio Salgado, indivíduos como Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha, João Neves de Fontoura, Góis Monteiro, Luís Carlos Prestes, Juarez Távora, Newton Estillac Leal, que, quando muito, são escritores *ad hoc* ou de ocasião. (RAMOS, 1983a, p. 529).²⁶⁹

A *inteligência* teria uma conformação calcada na peculiaridade brasileira e no exercício da reflexão voltada à intervenção pública, o que implicaria divulgar idéias, esboçar projetos e terçar armas para influir decisivamente nos destinos do país. O exercício intelectual efetuado por essa inteligência não seria, portanto, uma profissão, um ofício, aproximar-se-ia mais de uma missão, um “magistério público” – menos identificado com uma ‘função’ que com uma profunda imbricação ‘espiritual’ com a nação. O compromisso, o envolvimento, definiria a inteligência.

Estaria – segundo o autor – nascendo também no Brasil, devido à afluência do povo, uma *intelligentzia*, uma intelectualidade tanto desvinculada (com relação aos interesses imediatos, primários) quanto comprometida com os ideais políticos do povo, à qual competiria “organizar um Estado Nacional, ou seja, configurar politicamente o povo brasileiro” (RAMOS, 1961, p. 190). O

²⁶⁹ A respeito desse período (pós-1930), ainda classificaria os intelectuais quanto à temática e estilo de abordagem – parafraseando Miceli (2001) a respeito dos “anatolianos” – em *carlylianos*, *bonaldianos* e *gorkianos*; e quanto às posições políticas em *cêntricos*, *periféricos* e *fronteiriços* (RAMOS, 1983a, p. 532). Não nos deteremos na explanação desses tipos, pois consideramos uma construção circunstancial do autor, de ocasião, esboçada ao final de sua carreira (em 1980) em um texto para comunicação – em seminário sobre a Revolução de 1930 – e sem eco ou forte respaldo em seus demais trabalhos.

compromisso dessa *intelligentzia* não poderia ser estético mas, naquele momento, basicamente político.²⁷⁰

Guerreiro Ramos – seguindo as lições de Mannheim – afirma que a *intelligentzia* teria como característica fundamental o “pensar independente”, o esforço para libertar-se do ponto de vista de uma classe, aspirando a uma condição de possibilidade de síntese; afirma, também, que não haveria posição imune ao condicionamento social, entretanto, a consciência crítica militante alcançaria “maior objetividade que o desserviço da auto-reflexão” (RAMOS, 1961, p. 186), uma vez que a perspectiva social localizada (porém de amplitude privilegiada) seria mais efetiva que o ‘livre-pensar’ ou a flutuação descompromissada, inconscientemente caudatária de posições dadas (RAMOS, 1961, p. 186-7).

A aridez do terreno para a contestação seria outra particularidade do processo social brasileiro, em sua relação com a atuação intelectual: “Os intelectuais de origem modesta raramente escapam ao processo cooptativo que, ou os assimila inteiramente, ou os acomoda ao sistema social prevalecente. Por isso jamais se formou no Brasil uma *intelligentzia* no sentido russo” (RAMOS, 1983a, p. 531).

Não bastasse isso, ainda vigeria no país uma entronizada concepção que pregaria o ‘saudável’ distanciamento do intelectual em relação aos problemas

²⁷⁰ Advertimos que Guerreiro Ramos utiliza o mesmo termo (*intelligentzia*) para referir-se a dois ‘objetos’ distintos: certa intelectualidade russa e o conceito mannheimiano, o que não implica que desconhecesse ou desconsiderasse a distinção; usualmente, utilizava o termo acrescentando comentários e explicações num ou noutro sentido. Acreditamos que o uso de termos diferentes pode ser mais produtivo, uma vez que permite distinguir claramente entre a referência a um grupo intelectual socialmente determinado e pretensamente desvinculado que se propõe tarefa de amalgamar interesses e sistematizar idéias na sociedade – na acepção de Mannheim e talvez de Alfred Weber – (*intelligentzia*); e o fenômeno russo, de certo romantismo contestador e radical, que é historicamente singular (*intelligentzia* russa). Tal distinção permite-nos afastar uma concepção formalista (e genérica) do conceito. No curso deste trabalho, utilizaremos desta terminologia distintiva – respeitando, todavia, as construções do autor.

políticos,²⁷¹ persistindo em distraí-lo de suas tarefas. Entretanto, Guerreiro Ramos vislumbrava um outro destino para a *intelligentzia* no Brasil.

[...] formou-se no Brasil uma concepção segundo a qual a vida da inteligência é incompatível com a política [...] Ao contrário, num país como o Brasil, *o intelectual que viva profundamente a ética da inteligência, reconhecerá que o seu magistério terá de ser deliberadamente, intencionalmente político. Não é inteligente ser de outra maneira. Há na sociedade brasileira, atualmente, um oco a preencher, que decorre da perda de exemplaridade das idéias, por meio das quais justificava sua dominação uma classe há duas décadas em processo de aposentadoria histórica. Está diante de nós a tarefa de organizar um Estado Nacional ou seja de configurar politicamente o povo brasileiro. Para o intelectual, assumir essa tarefa não corresponde a ser adminículo de uma classe particular. Nas condições atuais da sociedade brasileira, está aberta ao intelectual, pela primeira vez entre nós, a oportunidade de valor por si, na proporção do teor concreto das idéias que exprime. Tais condições necessariamente politizam o trabalho intelectual orientado por um propósito substitutivo. E a *intelligentzia* não é esteticista. Pretende sempre a fundação de algo e o exercício de tarefa pedagógica.* (RAMOS, 1961, p. 190, grifos nossos).

A essa *intelligentzia*, cuja presença propiciaria a possibilidade de existência de um pensar emancipado em relação às classes dominantes, caberia como tarefa primordial educar o povo, sem tutelá-lo.

Ordinariamente se considera o povo como conjunto de cidadãos em menoridade. Esta concepção é falsa hoje no Brasil. O povo, coletivamente, é o principal titular de capacidade econômica, social, política e cultural. Corresponde a um retrocesso a pretensão de tutelá-lo. (RAMOS, 1961, p. 230).

6. Programa, estratégia e tática na revolução brasileira

A revolução brasileira, conforme os indicativos de Guerreiro Ramos, deveria ser eminentemente nacional e iminentemente burguesa, afirmar a nação em detrimento da antinação, reforçar o movimento das forças centrípetas e

²⁷¹ Alberto Torres já havia notado o fenômeno: “Intelectuais [...] e, em geral, homens de letras, estão longe de ocupar a posição que lhes compete na sociedade brasileira. Não formam, até hoje, uma força social. A intelectualidade brasileira levou ao último extremo essa atitude de impassibilidade perante a coisa pública a que a absorção do espírito em estudos especulativos e o desinteresse pela vida e pela realidade habituou filósofos e cultores da arte” (TORRES, 1982b, p. 105-6).

destituir de seu eixo as forças centrífugas, deslocar o centro decisório para o âmago do país, elevar a nacionalidade à posição de elemento aglutinador/conscientizador da vida social e relevar a realidade brasileira como espaço vital da existência social plena e autêntica. Economicamente, efetivaria a industrialização, promoveria o desenvolvimento e construiria as bases do capitalismo no Brasil como circuito econômico nacional e autônomo, como *capitalismo nacional*, cuja existência se concretizaria...

[...] quando se forma, em determinado país, um aparelho de produção orientado prioritariamente para atender ao consumo interno e quando o dinamismo dos recursos aplicados na instalação desse aparelho, sejam de propriedade de nacionais ou de estrangeiros, obedece a um *processo endógeno de acumulação de capital*. (RAMOS, 1960, p. 62, grifos nossos).

Esse processo econômico renderia frutos não só à burguesia (industrial), haveria uma disseminação de seus benefícios, o que tornaria os trabalhadores interessados diretos no processo. Como assinala o autor, os brasileiros teriam, “como povo, um empreendimento capitalista próprio a realizar” (RAMOS, 1960, p. 61), já que “o nosso capitalismo realiza-se, basicamente, na forma de um processo de industrialização e seus beneficiários não são apenas os donos de bens de produção, mas o povo brasileiro em geral” (RAMOS, 1960, p. 60).

No campo dos que (supostamente) perderiam – e conscientes desse processo se oporiam à revolução –, haveria os grandes proprietários de terra, a burguesia comercial ligada aos interesses estrangeiros, bem como o setor da classe média beneficiária de posições parasitárias – detentora de privilégios ancorados no Estado.

Os setores sociais mais avançados – incluso o segmento esclarecido da classe média (técnicos, militares, intelectuais) – seriam potenciais aliados, já que haveria no país, nas palavras de Guerreiro, “possibilidades reais que permitem

unificar numa frente, a burguesia industrial e a massa dos trabalhadores” (RAMOS, 1963, p. 60). Existiria aí então uma sobreposição dos interesses nacionais aos interesses de classe? Os trabalhadores, o proletariado, deveria abdicar da condição de classe oponente à burguesia em favor dos ‘interesses nacionais’? A dinâmica política dos grupos não se conduziria pela luta de classes, mas pela luta entre nação e antinação?

Em cáustica crítica ao livro *Consciência e realidade nacional* (1960), de seu ex-companheiro de ISEB Álvaro Vieira Pinto, Guerreiro Ramos assevera:

Proclama-se aí [em *Consciência e realidade nacional*] incompatibilidade entre a ‘concepção de luta de classes’ e o reconhecimento eventual de existência de uma contradição principal. Não sabe o Sr. AVP [Álvaro Vieira Pinto] que essa conceituação tem caráter metodológico. É procedimento metodológico que serve para aclarar as relações sociais vigentes em qualquer fase, no passado, no presente, no futuro. *A classe operária jamais poderia deixar de lado esta concepção, em favor do ponto de vista da nação, porque, deste modo, se exporia à mistificação e postergação de seus interesses. Ademais, é à luz da concepção de luta de classes, que a classe operária pode determinar, segundo suas conveniências, os termos da união com setores da classe dominante, em prol da libertação nacional* [grifos nossos]. O Sr. AVP, situando-se no ponto de vista da ideologia burguesa, prega a suspensão do critério metodológico de luta de classes, sem compreender que existe uma relação dialética entre união nacional e luta de classes. Para a classe operária, a união nacional contra o imperialismo é uma *união com luta de classes* [grifos do autor]. Somente para o nacionalismo burguês é concebível tal união nacional sem luta de classes. (RAMOS, 1963, p. 206-7).²⁷²

Ou seja: “A nação pode ser válida, enquanto referência do pensar, mas como modalidade particular, episódica, efêmera, subalterna, da *comunidade universal* ou da *totalidade*” (RAMOS, 1963, p. 214, grifos nossos), no longo prazo, o nacionalismo seria algo circunscrito, historicamente relativo. Assim, segundo Guerreiro Ramos, embora as tarefas do momento fossem necessariamente nacionais, no horizonte estaria o ponto de vista da comunidade humana universal, ou seja, o socialismo.

²⁷² Para uma leitura da obra de Guerreiro Ramos como operadora de um método dialético, ver Garcia (1983).

Não obstante, Guerreiro Ramos afirmara que a “polaridade fundamental” que definia “o presente momento da vida brasileira” era a “luta entre a nação e a antinação”: “duas categorias chaves, à luz das quais se explica a contradição mais saliente em nosso país” (RAMOS, 1960, p. 13). Naquele contexto, para o autor, a luta nacional seria uma posição tática do proletariado no processo revolucionário brasileiro, cumpriria aos trabalhadores – como episódio de sua luta, como passo a caminho do objetivo estratégico (o socialismo) – a criação/consolidação da nação e do capitalismo nacional; daí a aliança, circunstancial, com o setor mais ‘avançado’ da burguesia, todavia, sem abandonar a luta de classes.

Ainda, como tarefa urgente, agendava o sociólogo o estabelecimento de uma particular transformação democrática do país:

No domínio prático, a posição revolucionária brasileira implica tarefa organizatória das massas. É necessário tomemos consciência sistemática da necessidade urgente de institucionalizar esta posição, a fim de que os problemas do poder nacional, que se vão colocar, recebam as soluções justas, consentâneas com as aspirações do povo brasileiro. (RAMOS, 1961, p. 109-10, grifos nossos).

“A revolução está madura hoje no Brasil”, “o poder está aberto a revolucionários” (RAMOS, 1963, p. 183-4). Desse modo, Guerreiro Ramos caracterizava a situação em 1963. A máxima orteguiana (reinterpretada) da *rebelião das massas* tomava corpo – assinalava ele – na inquietação, no mandato das massas que se avizinhava, entretanto, faltava a concretização de um aspecto:

Estão faltando condições subjetivas. A inconsistente liderança do atual movimento emancipador contribui para postergar a revolução brasileira. Na medida em que assim permaneça tal liderança, a revolução, que se proclama inevitável, pode ocorrer, de fato, contudo não de modo orgânico e adulto, mas como expressão impulsiva, mero protesto indistinto e sem força configuradora da nova ordem. (RAMOS, 1963, p. 184).

Mesmo havendo – no entender do autor – um enorme “capital político” para utilização revolucionária naquela conjuntura, haveria – contudo – “ausência de liderança competente e realista” (RAMOS, 1963, p. 184) que conduzisse

seriamente a revolução, já que a vanguarda do povo se despercebia de seus objetivos, as organizações não superavam suas limitações e crescia o risco de o ato de maioria da nação e independência do povo tornar-se novamente uma *jornada de otários*.²⁷³

À crise de direção política e ao conseqüente impasse, somar-se-ia a carência de um *centro de poder* (configurador), levando o país a uma situação de *sociedade exposta*, que se caracterizaria...

Quando a minoria dominante, por circunstâncias várias que não convém referir, perde a capacidade de resguardar o caráter secreto dos meios que utiliza, na manutenção de sua posição privilegiada, notadamente em virtude do ingresso de indivíduos na área esotérica do poder, contra a vontade dos poderosos.

[...]

Desfazem-se as fronteiras entre o palácio e a rua, e os governantes e candidatos a governantes são levados à desmedida na busca frenética do favor popular. Em tais circunstâncias, a reserva é impossível, as autoridades falam demais e, por isso mesmo, deixam de ser autoridades, pois o exercício do poder é incompatível com a incontinência verbal. (RAMOS, 1963, p. 180).

A crise seria também “de cultura política”, cumpriria processar as demandas de modo compatível com as condições e possibilidades de ação: “A revolução está madura no Brasil, e a nação precisa digeri-la, segundo o seu metabolismo próprio” (RAMOS, 1963, p. 186), caso contrário, “A revolução no Brasil corre o risco de transformar-se em metafísica” (RAMOS, 1963, p. 188).

A revolução deixa de ser séria quando se transforma numa corrida inconstante de palavras, de declarações carbonárias não apenas dos que têm razões vitais para fazê-las mas também e sobretudo dos que, a partir dos escalões do governo, tão-só perseguem o benefício da promoção política. (RAMOS, 1963, p. 181).

²⁷³ O termo – usado por Guerreiro – remete imediatamente a Teófilo Otoni (1807-1969) quando da definição da tentativa de depor D. Pedro I, por meio de uma revolta, em sete de abril de 1831, ocasião na qual aquele veio a abdicar do trono em favor de seu filho; Otoni referiu-se ao fato como uma *journèe des dupes* (uma jornada de otários), expressão tomada aos franceses que assim definem o 11 de novembro de 1630, quando os inimigos de Richelieu (1585-1642) tentaram – em vão – apeá-lo do poder.

Em meio ao que considerava volúpia ‘revolucionária’, inconseqüente, Guerreiro Ramos pinta um lúcido retrato do Governo Jango em seus últimos dias e apela à razão em meio ao destempero que vigeria.²⁷⁴

A revolução brasileira será mistificada, se e enquanto os que pretendem representá-la e servi-la não se desvencilharem de fetiches verbais. A revolução brasileira hoje está diante do dilema: mito ou verdade. Aos otários – o mito. Façamos a revolução – segundo a verdade da história nacional. (RAMOS, 1963, p. 191).

Reeditava-se – segundo Guerreiro – o risco de tornar a revolução uma jornada de otários. Mas quem seriam os otários de então? Os petardos tomavam a direção do governo, dos demagogos, dos políticos ‘populistas’, de setores da esquerda, do PCB, etc.

Podemos responder que [otários] são todos os que estão falando demais, falando mais do que podem, aventureiros e literatos que, por erro de perspectiva ou por gosto, se vão especializando na desmedida, compelindo muitos a segui-los, por temor de parecerem não-revolucionários, ou inimigos das causas populares. Otários são os que, ingenuamente, se deixam manipular e conduzir pelos corretores da revolução. Otários são todos os que imaginam que a revolução brasileira só poderá efetivar-se mediante a internacionalização do País. (RAMOS, 1963, p. 186).

Otários, à época, para ele, seriam quase todos.²⁷⁵

²⁷⁴ São notórias na ocasião as declarações bombásticas e intempestivas de personalidades políticas como Leonel Brizola, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes, Francisco Julião e outros.

²⁷⁵ Em 1980, o autor via sua previsão confirmada ao afirmar: “O movimento reformista que agitou o Brasil em 1963 e nos primeiros meses de 1964 constitui a mais espetacular jornada de otários que se registra em nossa história político-partidária. Por força de sua proposta inarticulável, estava fadado à frustração e a provocar a substituição daquela vanguarda civil pela guarda militar” (RAMOS, 1983a, p. 538).

IV – A utopia desarmada

“A ciência social e, portanto, também a ciência administrativa nada significam sem um engajamento com valores humanísticos.”

Guerreiro Ramos

Após o golpe de 1964, Guerreiro Ramos teve seu mandato de deputado federal e os direitos políticos cassados.²⁷⁶ Perseguido, foi abrigado por Luiz Simões Lopes (ex-presidente do DASP), então presidente da Fundação Getúlio Vargas, na qual – com o financiamento de uma bolsa da Fundação Ford – trabalhou e escreveu *Administração e estratégia do desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração* (publicado em 1966). Interrompido seu envolvimento com a política nacional, que se intensificava desde 1953 (quando trabalhou na Assessoria de Vargas), encontrou a proteção econômica e institucional no lugar que o havia acolhido quando – naqueles difíceis momentos após sua saída da Universidade do Brasil (nos anos 1940) – foi preterido na carreira universitária, acusado de colaboração com o integralismo: na administração pública. O tecnicismo e a proteção corporativa ressurgiam como tábua de salvação para as tormentas da política.

Imediatamente, é como se Guerreiro Ramos recuasse aos anos 1940, retomando temas e questões há muito relegadas e tratando dos problemas com certo distanciamento técnico que já não lhe era peculiar. As condições exigiam-no, entretanto, *Administração e estratégia do desenvolvimento* será, daí em diante,

²⁷⁶ Conforme o Ato n° 4, de 9 de abril de 1964, expedido pelo Comando Supremo da Revolução, que resolvia (no seu Art. 10) suspender, pelo prazo de dez anos, os direitos políticos de dezenas de cidadãos, dentre eles Alberto Guerreiro Ramos e Nelson Werneck Sodré.

para sempre um filho malquisto.²⁷⁷ Nele, Guerreiro Ramos esboça uma sociologia especial da administração e volta-se para temas como burocracia, estratégia, formalismo, etc.; não fosse a profundidade de abordagem de certos temas, a erudição e o enciclopédico conhecimento do autor a respeito do tema, poder-se-ia tomá-lo – devido à forma do texto, à quantidade de autores relacionados e o didatismo da argumentação – como um manual. Não o é, malgrado o desapareço do autor pela obra, é um livro que acerta algumas contas com o passado e retoma uma temática anterior de maneira nova, dando início a um outro momento de sua produção, agora voltado à teorização a respeito da administração e das políticas públicas; mais técnico, menos intensamente político, privilegiando a teoria em desfavor do pragmatismo nacionalmente engajado. O peso do contexto não permitia grandes manobras.

Em *Administração e estratégia do desenvolvimento*, uma questão adquire circunstancial importância: “a burocracia pode ser agente ativo de mudanças sociais?” (RAMOS, 1966, p. 245). De início, Guerreiro Ramos repõe a questão numa outra base teórica, alertando para o fato de que a “*burocracia não tem natureza, tem história*. Conferir-lhe atributos fixos e imutáveis é incidir num erro de perspectiva histórica” (RAMOS, 1966, p. 264, grifos nossos), ou seja, seria equivocado dotá-la de predicados inerentes, julgá-la por si mesma positiva ou negativa, autônoma ou submetida, conservadora ou progressista. O que não o impede de analisar-lhe o papel e *status*, demarcando (como setor) os limites de sua posição e possibilidades de atuação na estrutura social:

A burocracia é agrupamento que, por força de seu lugar na estrutura social, jamais logra impor suas próprias diretivas à sociedade em geral. Isso não quer dizer que a burocracia não possa exercer um papel modernizante. Na

²⁷⁷ O livro seria publicado posteriormente com o título *Administração e contexto brasileiro*.

verdade, pode, e a história tem dado prova disso. Mas o seu papel modernizante apresenta-se-lhe sempre como uma chance, um ‘acidente estatístico’ da história, da conjuntura de poder. (RAMOS, 1966, p. 274).

Se a burocracia não desfruta de estatuto político que a capacite à universalidade de empreendimento como portadora de um projeto, entretanto, em determinadas conjunturas, poderia adquirir certa ‘autonomia’ política e motivação que, nessas condições, seria direcionada num dado sentido. O resultado, porém, seria nocivo:

Quando a burocracia adquire orientação política autônoma, debilita-se a estrutura social, ‘aristocratizando-se’, e tende à ‘exploração parasítica’ dos recursos econômicos. É dizer, *na história decorrida e em curso, a política espontânea da burocracia tem sido essencialmente predatória e conservadora e jamais modernizante.* (RAMOS, 1966, p. 275, grifos do autor).²⁷⁸

No mais, a atuação da burocracia estaria sempre submetida às diretrizes de um grupo superior – capaz de construir um projeto – que legaria àquela a possibilidade de ação. “*A execução direta de toda estratégia administrativa modernizante é sempre tarefa de elite, nas condições atuais de nossa época*” (RAMOS, 1966, p. 280, grifos do autor). Cabalmente, para ele: “A burocracia como agrupamento social jamais se torna sujeito do poder político [...] Não existe burocracia dirigente” (RAMOS, 1966, p. 328).

Adverte, todavia, que se por um lado a burocracia poderia exercer efetivamente uma função modernizadora e colaborar decisivamente para a superação de obstáculos ao desenvolvimento, embora não como protagonista principal da mudança, por outro, as “características de uma burocracia que,

²⁷⁸ A referência a Michels (19-, p. 242 e passim), à crítica da burocracia e à formulação da “lei de bronze da oligarquia”, é notória. Segundo esse: “É uma lei social inevitável que todo órgão da coletividade, nascido da divisão do trabalho, crie a partir do momento em que se consolida, um interesse especial, um interesse que existe em si por si. Mas os interesses especiais não podem existir dentro do organismo coletivo sem colocar-se em imediata oposição com o interesse geral. Mais do que isso: as camadas sociais que desempenham funções diferentes tendem a se isolar, a criar órgãos aptos a defender seus interesses particulares e a se transformar, finalmente, em classes distintas”.

alguma vez, desempenhou funções modernizantes, *são sempre 'a posteriori', 'post festum', e, por isso, têm escasso valor normativo ou estratégico*. As normas da autêntica estratégia administrativa são coetâneas às ações e ao desempenho administrativo” (RAMOS, 1966, p. 299, grifos nossos).

As constatações anteriores não lastreariam ‘cientificamente’ uma deliberada intervenção modernizadora, já que só a experiência adquirida daqueles fatos, em contextos determinados, poderia indicar o papel modernizador da burocracia; antecipadamente, não haveria como detectá-lo. Ademais, o escopo das ações da burocracia reduzir-se-ia a realizações circunstanciais e operacionais da rotina administrativa, não de efetiva direção política – tarefa, novamente, de elites.

Se todo experimento sociopolítico só se consolida na prática e não há resultado *a priori*, os efeitos só poderiam ser significativamente entendidos com a efetivação, todo progressismo ou conservadorismo só se definiria realmente na ação num dado contexto (e numa certa perspectiva), nunca discursivamente, ‘em abstrato’; todavia, seria ainda possível uma prospecção racional a respeito das potencialidades e implicações dos projetos. A elaboração de Guerreiro Ramos trata não somente da dificuldade de intelecção da eficácia da ação e do projeto, mas também da incapacidade – por parte da burocracia – de indicar rumos precisos e determinados aos processos modernizadores.

A burocracia estaria circunscrita ao âmbito da racionalidade (WEBER, 1982), dos negócios rotineiros do Estado (SCHÄFLLE apud MANNHEIM, 1972) e alijada da esfera da criação, da política, do irracional (MANNHEIM, 1972).

Na insegurança do período (pós-1964), com a perplexidade, a busca de ‘culpados’ pelo acontecido, o advento das previsões catastrofistas de estagnação econômica e retrocesso político (cf. FURTADO, 1979)²⁷⁹ emergem – para Guerreiro Ramos – as incertezas em relação ao regime, ao momento histórico (e à própria vida do autor) e suas possibilidades; pelas frestas do incerto vem à tona o desânimo com as forças políticas consideradas progressistas, com o potencial transformador desses sujeitos políticos e até mesmo uma incômoda suspeita: aquele regime pós-1964 (e sua tecnocracia) que se instaurava (autoritário, excludente e conservador), *a posteriori*, poderia mostrar-se modernizante; isto é, já não parecia seguro que as mudanças na sociedade brasileira teriam necessariamente como herdeiras as forças progressistas, um outro tipo de mudança que não a sonhada revolução brasileira poderia ser possível e o capitalismo consolidar-se-ia no Brasil por outros meios que não o autônomo e nacional – como outros viriam a indicar em 1969 (CARDOSO; FALLETO, 1975).

Essa modernização configurar-se-ia mais tarde como o fôlego do regime e a esfinge para a esquerda, modernização essa muito peculiar (conservadora, pelo alto), mas que desafiava uma geração de intelectuais que se acostumou a pensar o desenvolvimento e a modernização capitalista como processo relativamente inexorável, evolutivo, e a face mais visível da democracia, cidadania e soberania. Ilusão que o tempo se encarregaria de destruir.

Para Guerreiro Ramos, razão e modernização já não eram convergentes. O desenvolvimento mostrava suas outras faces (algumas perversas) e contradições. A política continuava uma amante infiel. Assim, devido à desilusão

²⁷⁹ Editado originalmente em 1967.

– do servidor com a impotência e o amesquinamento privatista da burocracia, do sociólogo com o descompromisso da Inteligência com o país, e do político com a baixaza do jogo do poder – Guerreiro Ramos exilar-se-á, distanciando-se da política e pondo em causa a razão (instrumental) e sua aptidão para uma transformação positiva, não mais pensada em termos de modernização, mas sim de humanização (RAMOS, 1989).

A partir daí, o autor deixa em segundo plano o processo político do desenvolvimento nacional e passa a ocupar-se da *modernização* como “modalidade de mudança social menos espontânea do que deliberada”, cuja teoria teria por objeto “um fenômeno dotado de especial carga volitiva” (RAMOS, 1966, 140-1).²⁸⁰ A ênfase na ação devia-se à tentativa de diferenciar-se dos teóricos da modernização, então na berlinda, os quais não desprezava, mas incomodava-o o caráter prescritivo e a-histórico da maioria das análises, além de certa preocupação normativa (ou de receituário, às vezes); também enfatizando a ação, o autor penitenciava-se do – forçado – distanciamento político, dando força a uma retórica que só demonstrava a fraqueza da práxis.

A modernização, como processo (escassamente definido) de ingresso na modernidade, ostenta a partir daí – nas formulações do autor – um caráter mais geral, mundializado e não-nacional. Em artigo escrito em 1967 (“A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade”) – já no exílio nos EUA, como professor visitante da Universidade do Sul da Califórnia – o autor, após afastar-se do conceito de fase, esboça uma noção de *etapa* como período

²⁸⁰ A falta de uma definição mais precisa do conceito de modernização fortalece ainda mais as suspeitas de certo formalismo conceitual, esvaziado de processos políticos e sociais concretos, que, entretanto, não seria algo peculiar ao autor, mas – em maior ou menor medida – dos teóricos da modernização.

histórico-comparativo e não como realidade empírica, um tipo-ideal, no sentido weberiano (RAMOS, 1967, p. 136-7); usa-o no sentido de instrumentalizar uma outra abordagem da história, agora em termos de uma concepção típico-ideal baseada na *possibilidade objetiva* (“Teoria P”), em contraposição a uma concepção baseada na necessidade (“Teoria N”). Conforme a opção que faz pela primeira, a evolução histórica e seus condicionantes estariam postos de acordo com as possibilidades (objetivas) de realização histórica. Assim, a caracterização básica relativa à modernização:

1) pressupõe que a ‘modernidade’ não está localizada em qualquer lugar do mundo precisamente; que o processo de modernização não se deve orientar segundo qualquer arquétipo platônico; e, 2) sustenta que toda nação, qualquer que seja sua configuração presente, terá sempre possibilidades próprias de modernização, cuja efetivação pode ser perturbada pela sobreposição de um modelo normativo rígido, alheio àquelas possibilidades (RAMOS, 1967, p. 9).

Desse modo, faz considerações que recolocam alguns problemas em novas bases, a saber: 1) seria errôneo nessas condições utilizar termos como países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, ou “pioneiros” e “seguidores”, sendo mais correta a distinção entre nações *hegemônicas* e *periféricas*; 2) todas as nações seriam influenciadas por um *supersistema*, a economia mundial, ou a *sociedade mundial*, cuja dinâmica seria superposta à de qualquer sistema nacional isolado; 3) a modernidade, sendo algo “ecumênico e universal” não estaria segregada geograficamente no mundo, daí que “do ponto de vista político, qualquer forma de provincialismo ou nacionalismo, hegemônico ou periférico, representa, em última análise, um obstáculo à modernização”; 4) a modernização seria uma preocupação constante para os cientistas sociais e deveria ser por esses não somente compreendida, mas conduzida, para tanto, deveriam ocupar-se mais

de conceitos operacionais do que de prescrições, esforçando-se no sentido de uma *estratégia da modernização* (RAMOS, 1967, p. 39-42).

Empreende, assim, uma crítica das teorias que enfocam a mudança social com base numa linearidade histórica pretendida por algumas teorias da modernização, que identificariam o alcance da modernidade como o trilhar determinado percurso que levaria à posição dos países “desenvolvidos”. Em contrapartida, Guerreiro Ramos afirma o destino histórico ‘aberto’ e próprio de cada país, por meio de uma teoria que aborda a transformação como horizonte de possibilidades (objetivas). A esperança na peculiaridade e na construção de rumos históricos próprios não se alicerça mais no culturalismo de Danilevski, mas em Weber e na leitura deste por alguns teóricos norte-americanos; resgata, ademais, a categoria de “mundo”, porém relativamente esvaziada de seu conteúdo existencial e definida agora em termos de uma abordagem sistêmica. Os novos ares já influenciam Guerreiro Ramos: o nacionalismo é subjugado às determinações do sistema mundial e torna-se mesmo obstáculo à modernização; a transformação social perde sua imanência histórica e adquire aspecto de estruturação, de controle de variáveis; a política perde espaço para a técnica; a teoria distancia-se um pouco da prática e é agora menos revelação histórico-existencial de problemas e mais organização conceitual estrito senso; por fim, os intelectuais, antes postos a reelaborar como projeto os anseios do povo, são chamados novamente, agora em novo contexto, a tomar decisões como dirigentes e não como *intelligentzia*, entretanto, não são mais os organizadores da nação ou vanguarda do povo, estão mais próximos de uma tecnocracia. A revolução e o povo saem de cena, dando lugar aos libelos da crítica em termos de tecnologia social.

Manifesta-se, então, a respeito da conturbada relação entre intelectuais e

Estado:

No Brasil – e em outros países latino-americanos – a extrema rigidez da estrutura social, e sua capacidade para absorver os setores médios, precisa ser considerada quando se tenta explicar a hipertrofia dos quadros burocráticos. Tal hipertrofia é o resultado necessário de certa cooptação inconsciente exercida pelo sistema social brasileiro no sentido de acomodar aqueles que porventura ameacem sua estabilidade, alienando-os completamente.

[...]

Aqueles bacharéis que não encontram emprego no setor privado da economia exercem pressão sobre o governo na busca de ocupações e meios de subsistência. O governo, em todos os níveis, é forçado a prover os serviços públicos com pessoal além de suas reais necessidades, sacrificando então sua eficiência, mas ao mesmo tempo evitando uma situação na qual as pressões poderiam alcançar um ponto crítico. (RAMOS, 1971, p. 65).²⁸¹

O intelectual compromissado denunciava a cooptação não simplesmente em defesa da integridade da Inteligência, nem pelo ponto de vista da sociedade civil – numa eventual condenação à falta de independência ou à proximidade com o Estado –, mas indignando-se com o clientelismo, o parasitismo exercido por aqueles que buscavam ‘colocações’. O vértice desse ponto de vista não é a função do intelectual, nem mesmo a moralidade ou o cinismo, é, paradoxalmente, ainda o próprio Estado e sua racionalidade.

Embora Guerreiro Ramos só se refira aos equívocos dos governantes e militantes políticos, os acontecimentos de 1964 e o que se seguiu ao Golpe, estremeceram-lhe a fé no povo como sujeito político. Também a irrealização de possíveis tarefas históricas o faz duvidar da própria existência de uma sociedade civil e de “verdadeiras” classes sociais nos países latino-americanos é questionada:

[...] a existência de verdadeiras classes sociais – classe dominante, burguesia industrial, burguesia dos campos, proletariado, classe média – é muito discutível. Autores rigidamente presos a esse enfoque apresentam situações quiméricas como se fora a *realidade dos países latino-americanos*. Os entes

²⁸¹ No original em inglês, tradução nossa.

políticos latino-americanos parecem permitir melhor compreensão se explicados em termos de, por exemplo, *aspirantes ao poder*, *atores*, do que em termos de classes estratificadas. Da mesma forma, muito autores dão por suposto que os países latino-americanos já são verdadeiras sociedades, ou, em outras palavras, que em todo país latino-americano existe a dicotomia Estado *versus* sociedade, tal como se verifica nos países cênicos. (RAMOS, 1983b, p. 59, grifos do autor).

Antes central, a questão da transplantação também se modifica: os acentos nacionais e políticos, de construção da nação e realidade existencial são afastados, e passa a ser tratada conforme a adequação lógica e funcional a contextos teóricos; o autor refere-se a “transferência de conceitos”, para “os casos nos quais é pertinente e adequada a tentativa de examinar o problema segundo um modelo tomado de empréstimo de uma situação diferente, porque ambos possuem realmente características análogas”, e “uso inadequado de conceitos”, para os casos nos quais um modelo é tomado de empréstimo, sem observar a indisponibilidade do uso (RAMOS, 1973, p. 6). Se a nação já não é uma categoria central e estaria mesmo “rapidamente se tornando inviável como categoria de análise” (RAMOS, 1983b, p. 51), a transplantação no sentido anteriormente atribuído, a saber, de deslocamento de idéias para uma realidade nacional alheia, é agora destituída de sentido. Para Guerreiro Ramos, frente à vigência de um sistema único, “faz-se mister uma ciência social global” (RAMOS, 1983b, p. 51), desse modo, soterra qualquer resquício de realização de uma sociologia nacional.

Um outro aspecto da transplantação, a importação de instituições e condutas despregadas do devido contexto, aplicados conforme uma concepção formal, passa a ser tratada como uma questão autônoma, que denomina *formalismo*. Desde *Administração e estratégia do desenvolvimento e*, principalmente, em “Latent functions of formalism in Brazil”,²⁸² o autor investiga

²⁸² Artigo publicado em 1971, na revista *Sociology and Social Research*.

as várias facetas do fenômeno do formalismo no Brasil, que se configuraria em estratégias: para lidar com o conflito social, de ascendência social conforme uma mobilidade vertical, de construção da nação e de articulação da sociedade periférica com o resto do mundo (RAMOS, 1971, p. 80); assim, o formalismo (identificado nas relações e instituições sociais brasileiras) seria, em seu sentido principal, não uma característica bizarra, nem um traço de patologia social nas sociedades periféricas, mas uma reação “normal”, que refletiria a estratégia global conforme a qual sociedades tentam emergir de seu atual estágio de desenvolvimento. Isto posto, seria, nas sociedades periféricas, “uma estratégia de mudança social, imposta pelo caráter dual de suas formações históricas e pelo modo particular como essas sociedades se articulam com o resto do mundo” (RAMOS, 1971, p. 62).

O formalismo, que – anteriormente – ao nível nacional aparecia como uma forma de alheamento, de inautenticidade, de importação de formas, desta feita, num contexto de sistema mundial, torna-se uma legítima manobra – obviamente não plenamente consciente – para lidar com as circunstâncias do ‘atraso’, isto é, da diferença (comparativa) de estágio de desenvolvimento no interior de um mundo que já estaria organizado como sistema (“único e completo”) devido aos efeitos da tecnologia (RAMOS, 1983b, p. 36).²⁸³

A partir da década de 1970, advém como questões centrais para o autor a crítica da centralidade social do mercado como instituição estruturante da sociabilidade em geral e destituída de controles políticos, tendo na razão organizacional a sua legitimação funcional. Tais preocupações refletem-se em

²⁸³ Nesse aspecto, Guerreiro Ramos já mobilizava categorias – agora em voga – de alcance global, análogas às de globalização, mundialização, sistema-mundo, etc.

alguns artigos (cf. RAMOS, 1982, 1984), mas sua peça principal é seu último livro, escrito nos EUA e – custosamente – publicado no Canadá e no Brasil. Em busca da superação da ciência social contemporânea, *A nova ciência das organizações* – livro esboçado desde 1973 e só publicado em 1981 – liga-se à agenda de pesquisas norte-americana do período, todavia, se por um lado assume seus temas e problemas, por outro contraria severamente a abordagem, as referências teóricas e os argumentos mais aceitos pelo *mainstream* acadêmico.²⁸⁴

Inicia a árdua tarefa apoiando-se raízes na distinção entre racionalidade formal ou instrumental e racionalidade substantiva. A *razão formal* ou *instrumental* seria aquela baseada no “cálculo utilitário de conseqüências”, na relação exclusiva entre meios e fins, caudatária da imposição funcional do mercado; a *substantiva* ou de *valores* resgataria a “razão como categoria ética” (Escola de Frankfurt), independe de cálculos utilitários e expectativas de êxito (Weber), e revelaria percepções inteligentes das inter-relações de acontecimentos numa situação determinada (Mannheim), propiciando a existência da *boa sociedade* (Eric Voegelin).²⁸⁵ Segundo Guerreiro Ramos, “a racionalidade substantiva sustenta que o lugar adequado à razão é a psique humana [...] [que] deve ser considerada o ponto de referência para a ordenação da vida social, tanto quanto para a conceituação da ciência social em geral” (RAMOS, 1989, p. 23).

²⁸⁴ Talvez o motivo principal da dificuldade em publicar o livro – recusado por várias editoras – nos EUA. Guerreiro Ramos tinha consciência disso, pois afirmou “este livro [...] é contra toda ciência [norte] americana” (OLIVEIRA, L., 1995, p. 159). Atualmente, nos EUA e Canadá, Guerreiro Ramos está sendo revisitado, máxime em virtude deste livro (cf. VENTRISS; CANDLER, 2005). Também no Brasil alguns trabalhos resgatam a obra do autor, traçando interessantes comparações com autores atuais, como J. Habermas (ANDREWS, 2001), F. Capra (BOEIRA, 2002) e Z. Bauman (REZENDE, 2005), ou abordando novos aspectos, como com respeito à ética na produção (SERAFIM, 2001), e, de modo mais ousado, promovendo uma retomada totalizante do pensamento de Guerreiro Ramos como sistema – uma “sociologia antropocêntrica” (AZEVEDO, 2006).

²⁸⁵ Tais referências são fornecidas pelo próprio Guerreiro Ramos.

Guerreiro censura agora Weber e Mannheim – ambos por não terem levado adiante a distinção crítica entre as formas de racionalidade (RAMOS, 1989, p. 4-7) – e passa a buscar subsídios para a tarefa também em outros autores (Escola de Frankfurt, Hanna Arendt, Eric Voegelin, etc.). A partir da crítica da razão, investe contra a ciência social estabelecida, que se assentaria na racionalidade instrumental – característica do sistema de mercado – e teria estendido à cognição as formas de sociabilidade organizadas por esse sistema.²⁸⁶

A ciência social moderna foi articulada com o propósito de liberar o mercado das peias que, através da história da humanidade e até o advento da revolução comercial e industrial, o mantiveram dentro de limites definidos [...] A moderna ciência social deveria, portanto, ser reconhecida pelo que é: um credo, e não verdadeira ciência. (RAMOS, 1989, p. 22).

Essa ciência seria uma “ideologia serialista”, isto é, difundiria a “noção de que a história revela seu significado através de uma série de estágios empírico-temporais” (RAMOS, 1989, p. 39), tal concepção seria comum a liberais, marxistas, neomarxistas, etc. Mas, não seria mesmo aplicável à concepção faseológica da história que Guerreiro Ramos havia esposado?

A ciência social então em voga, segundo Guerreiro Ramos, seria também uma “ciência cientística”, partiria “da premissa de que a correta compreensão da realidade só pode ser articulada segundo o modelo da linguagem técnica da ciência natural. Sob esse enfoque, a realidade é reduzida apenas àquilo que pode ser operacionalmente verificado” (RAMOS, 1989, p. 42). Desse modo, os aspectos se conjugam: “a própria ciência social cientística é produto de uma posição serialista em relação à realidade”, e mais, retomando posições anteriores (e potencializando-as), cerra fogo contra o puritanismo científico, ao afirmar que

²⁸⁶ Um exemplo disso, podemos acrescentar, seriam as teorias que propagam o interesse imediato (seja o *homo economicus*, seja o maximizador de benefícios, o fazedor de escolhas, etc.) como motivação humana/social essencial.

“método e técnica não são padrões de verdade e de adequado conhecimento científico” (RAMOS, 1989, p. 42).²⁸⁷

Empreende, assim, uma crítica generalizante, concluindo que “a despeito de suas reivindicações isentas de conceitos de valor, a ciência social contemporaneamente é *normativa*, à medida que, na teoria e na prática, nada mais é do que um corpo de critérios de análise e planejamento de sistemas sociais induzidos a partir de uma configuração histórica particular” (RAMOS, 1989, p. 195, grifos do autor), a saber, a de alguns poucos países do Ocidente e a trajetória que eles tomaram. Guerreiro Ramos ainda respondia às críticas feitas à sociologia que praticava apontando a falsa objetividade que os adversários cultuariam.

Adverte, então, que a deliberada distinção entre uma ciência social baseada na razão instrumental ou na razão substantiva...

[...] não deveria ser considerada um exercício didático: propõe um dilema existencial a quem quer que escolha ser um cientista social. Na verdade, em geral, a opção por uma ou outra das pontas do dilema não é consciente, mas é feita para os indivíduos através de sua socialização em meios acadêmicos, que por sua vez operam no contexto dos parâmetros institucionais que prevalecem no Ocidente. (RAMOS, 1989, p. 194).

Aqui aflora o sentido da crítica da terceira modalidade da redução sociológica: “a superação da ciência social nos moldes institucionais e universitários em que se encontra” (RAMOS, 1989, p. XVI). A nova ciência, baseada na razão substantiva, deveria ter como pressuposto fundamental “que a produção é, ao mesmo tempo, uma questão técnica e uma questão moral” (RAMOS, 1989, p. 199)²⁸⁸ e, daí “*libertar-se de sua obsessão com o desenvolvimento*, e começar a compreender que cada sociedade contemporânea

²⁸⁷ Guerreiro Ramos reaviva a crítica, retirando lições de sua polêmica com Florestan Fernandes e a defesa deste dos padrões científicos.

²⁸⁸ Daí a aproximação do autor com Keynes (RAMOS, 1982).

está potencialmente apta a se transformar numa boa sociedade, se escolher se despojar da visão linearista da história” (RAMOS, 1989, p. 196, grifos nossos).

Cumpriria fundar uma ciência multicêntrica e não focada no sistema de mercado, embora advirta que o modelo alternativo de ciência proposto não seria “antimercado”, vez que não estaria proposta “a eliminação do mercado como sistema social funcional” (RAMOS, 1989, p. 195). Essa nova ciência englobaria uma preocupação com o aspecto moral e não somente técnico da produção, com a produção intensiva e industrialização descontroladas, com a questão ecológica e a sanidade psicológica dos indivíduos. Como paradigma para uma nova ciência livre dos vícios indicados, propõe um modelo multidimensional, a “teoria da delimitação dos sistemas sociais”.²⁸⁹ Era o derradeiro fim da febre desenvolvimentista e o início da ‘utopia’ humanista. A crítica culminava em autocrítica.

E o Brasil? Guerreiro Ramos, outrora um analista tão apaixonado, teria riscado o país de sua agenda de pesquisas? Absolutamente não, em textos circunstanciais e entrevista, bem como num breve período que esteve como professor da Universidade Federal de Santa Catarina, abordou a situação do país, não sem certa mágoa.

Por ocasião de um seminário internacional sobre os acontecimentos de 1930 no Brasil, o autor voltou às críticas que caracterizaram desde a década de 1950 sua leitura da produção teórica brasileira e seus sujeitos, passou em revista o pensamento social no Brasil com base na diferenciação entre a hipercorreção e o

²⁸⁹ Nesse modelo, composto de eixos que representariam a multidentalidade social, o autor tenta organizar conceitos como “orientação individual e comunitária”, “prescrição e ausência de normas”, e categorias delimitadoras como “anomia” e “motim”, “economia”, “isonomia”, “fenonomia” e “isolado” (RAMOS, 1989). Ali, Guerreiro Ramos já apresenta algumas construções que se antecipam às de Giddens (1991).

pragmatismo e sentenciou que a história da cultura no Brasil seria ainda uma sucessão de importações, seríamos mesmo a essa altura apenas consumidores de ciência importada e estaríamos ao sabor dos ventos da última moda. Os intelectuais no Brasil, em regra, estariam sempre sob o signo da cooptação, jamais na história brasileira os intelectuais teriam se sentido excluídos, daí o fato – segundo ele – de que também nunca teria havido uma verdadeira *intelligentzia* contestadora no Brasil. Mais ainda, o próprio projeto de modernização no Brasil deu-se sob o signo da *decadência*, como atrelamento do país à decadente sociedade ocidental, a própria modernidade seria uma “ideologia da decadência” (1983a). Em seu último artigo, escrito em 1982 (“Curtição ou reinvenção do Brasil”), reclama da dificuldade em “distinguir entre aparência e realidade” no Brasil, alerta para o aspecto “trágico” da situação do país e reafirma que este “nunca deixou de ser um país colonial” (RAMOS, 1986, p. 3).²⁹⁰

Finalmente, em entrevista em 1982, pouco antes de sua morte, afirmou “é preciso reinventar a civilização brasileira, em termos de elementos permanentes, não de elementos modernos”, livrar-se do estigma da decadência já que a sociedade industrial haveria sido um “fiasco”. Também os intelectuais, constituintes que seriam de uma “oligarquia”, não escapam da ferocidade do autor, ressalta-lhes o arrivismo e a submissão (OLIVEIRA, L., 1995, p. 180).

As referências à condição do negro escasseiam nesse período, ainda denunciava o preconceito no Brasil, mas, curiosamente, dizia sentir-se aceito nos EUA, onde desfrutaria – segundo ele – de uma condição privilegiada, “incolor”, e teria o reconhecimento que aqui lhe negavam (OLIVEIRA, L., 1995, p. 176).

²⁹⁰ Significativamente, nessa interpretação do Brasil, Guerreiro Ramos reutiliza-se de conceitos que há muito havia deixado de lado em seus escritos ‘do exílio’, como se estivesse – apesar do tempo passado – a retomar o fio da meada perdido no ‘longínquo’ 1964.

Dilacerado entre a mágoa pelo não reconhecimento intelectual e acadêmico e o aborto de suas convicções políticas de um lado, e o amor pelo país de outro, ao final chegou ao limite de desabafar: “este país é uma merda!”.²⁹¹

Entretanto, reconsiderou....

Não nascemos no Brasil por deliberação. Mas isso não é escusa para escolher o rumo da capitulação. Mais inteligente é aceitá-lo como destino e com espírito de grandeza, posicionamento sem o qual seria impossível o sucesso de qualquer tentativa de salvar o fenômeno brasileiro. (1983a, p. 547).

Frustrada a redenção só restaria a resignação, um tanto indignada, mas ainda a resignação.

²⁹¹ Perguntado sobre qual o sentido de suas palavras, respondeu que era uma “ironia”: “Afinal, eu nasci nesta merda, então vamos salvar esta merda! Porque eu não vou negar que nasci nesta merda, não é? Isto é parte da minha história, parte do meu ser. Mas que isto é uma merda, é uma merda!” (OLIVEIRA, L., 1995, p. 158). Restaria perguntar: ironia do autor ou do destino para com o autor?

V – O saber (re)velado

“Vivo dialeticamente.”

Guerreiro Ramos

Quando estudamos a polémica entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos, procuramos caracterizar tal enfrentamento não apenas nos termos de uma querela intelectual, interessava-nos a dimensão de *projetos* que adquiriram as formulações dos autores, nesse rumo, ao final, impunha-se uma questão que veio a se tornar hipótese deste trabalho, a saber:

A aspiração à construção de um saber social (e sociológico) original, radicalmente enraizado nesta formação social é não somente contemporâneo ou paralelo mas, sobretudo, convergente com as aspirações e projetos de construção de um capitalismo autônomo e nacional no Brasil do séc. XX, seus sonhos de autonomia e desenvolvimento são comuns, suas frustrações também. (BARIANI, 2003a, p. 97).

Guerreiro Ramos foi quem melhor encarnou essa voracidade pelo original, essa busca frenética pelo enraizamento social (nacional) da sociologia; seguindo agora a sua trajetória, ocupamo-nos em tentar – usando as próprias palavras do autor – “fixar um momento importante da evolução cultural do Brasil, quando uma vida humana se faz matéria em que um determinado ‘tempo’ histórico impregna o seu sentido” (RAMOS, 1957b, p. 216).²⁹²

A *trajetória* de Guerreiro Ramos (a totalidade tensa e dinâmica de sua vida, obra, práxis) representa – senão de modo exemplar, ao menos de forma original e fecunda – significativamente, um momento um tanto controvertido e complexo da sociedade brasileira, que buscamos interpretar conforme os marcos

²⁹² Assim se expressou quando mencionou o desejo de escrever a biografia de Helio Jaguaribe. Aqui, neste trabalho, pretendemos descentralizar a questão biográfica e utilizá-la como subsídio para a análise.

históricos e o horizonte de perspectivas dos sujeitos, já que – nas próprias palavras do autor, que remetem a Lucien Goldmann – “se não há esperança de um aprisionamento definitivo da realidade social, num sistema, há sempre, em cada época, um máximo de consciência possível da realidade, que se pode atingir” (RAMOS, 1996, p. 183). Esse máximo de consciência possível²⁹³ não denota aqui uma exigência e sim um parâmetro, uma medida (limítrofe) para lidar com a temporalidade histórico-social e a consciência, pois a história não é um tribunal, e analisar o pensamento social não é levar um sujeito intelectual ao banco dos réus, ao altar ou ao panteão.

A primeira metade do século XX no Brasil marcou a formação do proletariado e a ascensão da burguesia como classe dominante, embora alguns – entre eles Guerreiro Ramos – criam que esta não fosse propriamente “dirigente”, já que não possuiria a representatividade ideológica e o pleno controle do processo político.²⁹⁴ 1930 marca não só o efetivo domínio burguês, o reconhecimento dos oponentes proletários e as preocupações com as tensões geradas, marca também a ascensão de setores sociais intermediários como sujeitos políticos, circunstancialmente qualificados por suas posições relativamente estratégicas para garantir alguma estabilidade no delicado equilíbrio na balança do poder.²⁹⁵

²⁹³ O conceito é entendido como uma ampla apreensão da situação social de grupo (classe social) em termos de possibilidades (objetivas), num horizonte histórico de determinada estrutura social (GOLDMAN, 1976a, 1976b, 1979).

²⁹⁴ Também Octavio Ianni (1986, p. 29) – referindo-se às características da revolução burguesa na América Latina – menciona uma “dominação sem hegemonia”. Diagnósticos que nos parecem equivocados, pois essa modalidade de dominação exigia exatamente tal forma de articulação das classes que, obviamente, custaria algum ‘quinhão’ do poder. A dominação burguesa não era incompleta, não-dirigente, mas adequada ao seu papel no bloco histórico no poder; é, desse modo, menos um alijamento do poder que um acordo tácito com outros grupos.

²⁹⁵ Daí, em parte, a promulgação das leis de proteção social e a criação de uma estrutura sindical que, primordialmente, funcionava como amortecedor das lutas de classe, e que proporcionou

A influência desses setores intermediários não provinha decisivamente da pequena burguesia que, embora contando com um setor relativamente moderno e destacados personagens políticos desde o séc. XIX, sempre foi economicamente débil e pouco expressiva politicamente – enquanto classe – devido às características do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, dentre elas, a escassa importância dos pequenos negócios (pequena produção e pequeno comércio) na estrutura econômica, desde logo dominada pelos grandes negócios monopolistas e oligopolistas (SAES, 1986, p. 449).²⁹⁶ No geral, essa pequena burguesia asseverava posições conservadoras, dada sua submissão ao padrão burguês de dominação: excludente, elitista, anti-democrático e defensor ferrenho de uma concepção da propriedade privada como forma de afirmação perante a sociedade civil e o Estado, derivado da herança escravista e discriminatória – calcada na necessidade de renda (e propriedade) para efetiva participação política. Alguns desses quadros pequeno-burgueses mais modernos (profissionais liberais, mormente), que contavam com seus instrumentos de produção, mas eram destituídos de propriedade de meios de produção empregáveis como capital, alinharam-se à classe média.

Formada na primeira metade do século XX e consolidada socialmente nos anos 1950, a classe média, grupo social urbano ligado aos setores mais avançados da produção (indústria e novos serviços), ocupações técnicas, administrativas, militares, funcionários públicos, etc., não estava obrigatoriamente ligada à defesa da propriedade privada e dos privilégios

garantias econômicas e sociais para a existência de uma classe média que auferia sua renda por meio de salários, fato pouco explorado pelos estudiosos do tema.

²⁹⁶ Seria equívoco – cremos – considerar o pequeno proprietário rural no Brasil parte da pequena burguesia.

‘estamentais’, sua existência e experiência eram produto (ainda que recente) da modernização – e das contradições desse processo. Nutria, sem dúvida, anseios de ascensão social, mas as rígidas e ‘estamentais’ condições anteriores à emergência do ‘mercado de oportunidades’ para tal mobilidade (compromissos com as classes dominantes, clientelismo, fisiologismo, apadrinhamento, favorecimento), já não eram tão férreas; adquirindo formas conjunturais e localizadas, tais relações arcaicas já estavam combinadas com outras mais modernas (impessoalidade, competência, competição e demais relações advindas da racionalização e do mercado de trabalho em formação). Se havia relações de dependência pessoal para colocações profissionais, busca de melhoria de nível de vida e participação política (localizadas), por outro lado, essas circunstâncias já não eram determinantes quanto à sobrevivência social dos indivíduos pertencentes a essa classe média. Não eram mais agregados, estavam configuradas algumas formas de inserção tecnicamente qualificadas na produção social, além disso, emergia um tipo de Estado que já se pautava por ainda incipientes padrões burocrático-racionais e admitia (e ampliava) espaços públicos e oportunidades de emprego, garantindo-lhes, assim, certa ‘autonomia’ e margem de manobra.

Possuía já essa classe média – em seus primórdios – um histórico de posicionamento político: seja nos fatos relacionados ao Tenentismo, ao Movimento de 1930 e ao Estado Novo, seja na militância integralista ou comunista. Agora, no início da segunda metade do séc. XX, tentava ganhar espaço social e político consignando apoio ao setor burguês que considerava progressista (o industrial), contra as oligarquias e outros setores da burguesia tidos como conservadores (comercial, bancário). Tinha a frágil percepção de que seus

interesses seriam locupletados com o pleno domínio por parte da burguesia industrial e ‘nacional’, a saber: aumento e complexificação do setor produtivo (indústria e novos serviços), ampliação de oportunidades, qualificação de emprego nos setores privado e estatal, promessas de reforma agrária – que supostamente frearia o êxodo dos trabalhadores do campo, considerado ameaça aos seus empregos, salários, acesso a bens e condição geral de vida. Cria – outrossim – que sua efetiva participação política poderia se ampliar e ganhar qualificação se organizasse e intensificasse sua presença e intervenção nas instituições políticas públicas, desse modo, a defesa do Estado e da nação, confundia-se com a busca de prestígio e defesa de privilégios e oportunidades no funcionalismo público.

Carregava consigo a herança elitista do orgulho da ocupação intelectual (e suas promessas de oportunidade) e a aversão ao trabalho manual (resíduo escravista), daí sua preocupação com a educação – particularmente a pública, a qual lhe era facilitado o acesso, não só em termos de qualificação profissional e intelectual, mas, também, como forma de distinção social. Havia, concomitantemente aos anseios de ascensão social, o medo da proletarização e da perda de *status* numa sociedade na qual a pirâmide social sempre teve uma base amplíssima e um topo de agudíssimo ângulo – particularidade de uma modernização tardia, cujos processos de mobilidade social (ascendente e descendente) ocorriam de modo simultâneo e socialmente difuso. Por vezes, encarava a classe trabalhadora como o inimigo oculto, denotando forte preconceito moralista,²⁹⁷ porém, acreditava que o alargamento de sua influência

²⁹⁷ Não raras vezes o moralismo se traduziu em atitude antipopular e mesmo anticomunista, daí certa rejeição ao comunismo no Brasil ter se expressado (nessa classe) em termos de acusações

derivaria também da ampliação da sociedade política e, conseqüentemente, de certa democratização das formas de decisão, o que tornava os proletários possíveis aliados – se circunstanciais e tutelados – nessa jornada.²⁹⁸

Os aliados potenciais seriam, assim, a burguesia industrial e o proletariado de extração urbana; os trabalhadores do campo – profissionalmente desqualificados para novas formas de ocupação, alijados de uma educação mínima, politicamente submetidos ou manipulados, negligenciados pela cobertura e efetiva aplicação das leis trabalhistas e formas de proteção social – não ofereciam suficiente atrativo como aliados e, não bastasse, ainda pairavam ameaçadores sobre a classe média (e sua interpretação eivada de preconceitos), que os tomava por sua história política de subjugação e estertores de violência e fanatismo, inabilidade de ‘participação’ política, composição ‘racial’ demasiado heterogênea e hábitos migratórios em direção às cidades quando da inviabilização da vida no campo. Eram identificados com o atraso, com o Brasil que queriam deixar para trás.

Todavia, o medo da proletarização e perda de *status*²⁹⁹ levavam a classe média a evitar ser confundida com os ‘de baixo’ e a pleitear, juntamente com

morais: dissolução dos bons costumes e das instituições tradicionais (religião, família, casamento), devassidão, crueldade, etc. Assim como o movimento anticomunista, por vezes, ter sido capitaneado por grupos de classe média, em defesa da família e da estabilidade social.

²⁹⁸ Nesse aspecto, pode-se notar no período a presença de partidos políticos de esquerda e centro-esquerda ligados à classe média; Carone (1985, p. 170) menciona a Ação Popular (AP), a Organização Popular Marxista (Polop), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Democrata Cristão (PDC). Já o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formado a partir da burocracia sindical e com ampla e diversa base, congregava boa parte da classe média, mormente em seus grupos mais à esquerda, como o Grupo Compacto. Aliás, essa é uma característica do trabalhismo no Brasil: a defesa dos direitos dos trabalhadores a partir de um ponto de vista da burocracia sindical e da classe média.

²⁹⁹ Há que se advertir que, naquele período, a proletarização não representava necessariamente a perda de renda ou piora das condições materiais de existência, ao contrário, por vezes, dependendo da inserção em setores industriais ‘de ponta’, representava melhoria dessas condições. O medo da proletarização estava, em grande medida, relacionado à perda de *status* e decorrentes privilégios de posição.

outras reivindicações de caráter mais geral, concepções e formas de intervenção elitistas e hierárquicas: tratamento político diferenciado, favorecimento na representação institucional, espaço na organização partidária elitizada, privilégio de formação como quadros técnicos e burocráticos, e, até mesmo, reivindicar primazia na assunção do papel de *intelligentzia*.

Heterogênea, permeada por contradições, pressionada por cima e por baixo, a classe média oscilava politicamente – às vezes de modo abrupto – entre a esquerda e a direita, reivindicando a distinção, a defesa de privilégios, a representação e, por outro lado, a ampliação das oportunidades de participação política e na distribuição da renda, abrindo espaço – inadvertidamente – também para alguns setores subalternos. Não havia, então, dois campos políticos internos claros, mas uma polarização volátil entre posições, conforme a conjuntura política e o peso político das classes antagônicas (burguesia e proletariado); daí suas variações de rumo – avanços sociais e democratizantes, defesa de privilégios e conservadorismo. Daí, também, sua aversão às posições políticas radicais ou polarizadas – que apontariam no sentido do esfacelamento de sua influência ou, no limite, da ameaça à sua sobrevivência – e suas atitudes de não apoiar majoritariamente e resolutamente o socialismo nem a contra-revolução burguesa, nem se unir decisivamente às classes subalternas (e aceitar a hegemonia do proletariado no processo de contestação), e nem se juntar organicamente à reação burguesa.³⁰⁰ Externamente, também se via pressionada a tomar posições. Opunha-se ao domínio do capital ‘externo’ e à intromissão dos países centrais, mantinha

³⁰⁰ Embora boa parte das análises a respeito dê como certa a adesão da classe média a momentos de reação burguesa, particularmente em 1964, tais condutas circunstanciais parecem, malgrado a singularidade dos acontecimentos, terem sido mais motivadas pelo horror à transformação profunda e ao radicalismo que as circunstâncias prometiam que propriamente uma opção pela organização direitista e reacionária da sociedade brasileira. Haja visto o engajamento de indivíduos da classe na luta contra a ditadura, desde a campanha armada até pela democracia.

considerável distância do imperialismo e do comunismo, e comungava uma pretensa terceira posição, em conformidade com sua auto-imagem no contexto social do país e com a ponderação predominante na herança diplomática brasileira: o neutralismo – como recusa aos EUA e à URSS – seria a forma de expressar essa posição.

Uma das formas que a classe média no Brasil encontrou para participar politicamente – de modo qualificado e elitista, sem confundir-se com a massa, longe do trabalho manual, próximo dos centros decisórios (mormente o Estado) e sem radicalização política – foi a postulação do papel político da *intelligentzia*: caracterizada sempre por proposições e não por atitudes severas contra o poder, seu modo de atuação era de um ator privilegiado, consciência do processo político e organizador de interesses diversos em busca de uma síntese (ou uma conciliação), malgrado o descontentamento de determinados setores (‘arcaicos’), cujos interesses seriam absolutamente incompatíveis com o avanço.

A proeminência do nacionalismo desse período³⁰¹ – como ideologia e projeto político – é em muito devedor de uma *visão de mundo* cujas raízes remontam a essa classe média.³⁰² Não que tenha sido apanágio exclusivo dessa classe, sem dúvida teve manifestações particulares em outros grupos, no entanto, a forma do nacionalismo que prevaleceu no Brasil, no transcorrer do séc. XX, mormente naqueles anos 1950 até o ponto de viragem de 1964, foi eminentemente de classe média. Um nacionalismo menos xenófobo que de proteção contra as inseguranças geradas pela exteriorização de algumas formas decisórias, cuja

³⁰¹ A nação – e por consequência o nacionalismo – é algo sempre dinâmico, criado e recriado, refeito, provisório e contraditório, segundo Ianni (1993).

³⁰² Segundo Goldman (1979, p. 20): “Uma visão de mundo é precisamente esse conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo (mais freqüentemente, de uma classe social) e os opõem aos outros grupos”, ou seja, “é um ponto de vista *coerente e unitário* sobre o conjunto da realidade” (ibidem, p. 73, grifos do autor).

dinâmica implicava mais na ‘salvação’ da classe média – proteção contra os inconciliáveis tormentos gerados pelo avanço do capitalismo monopolista mundial quanto do internacionalismo proletário. Proteção não contra o inimigo externo, e sim contra a insegurança da transformação abrangente que tais sujeitos (e ideologias) externos representavam, haja vista o caráter mais propriamente econômico que político que, na maioria das vezes, assumiu este nacionalismo, ao qual cumpria resguardar a sobrevivência em vez de intervir seriamente nos rumos do país no cenário mundial, avançar preservando o modo de vida e sem desfazer-se dos ‘atalhos’ políticos de efetivação de interesses (elitismo, favoritismo, personalismo, fisiologismo, compadrismo, etc.).

Havia, por parte desse nacionalismo, formas de contestação política mais ou menos intensas contra o predomínio econômico do capital estrangeiro que, sob as hostes do imperialismo, escoava recursos nacionais para fora e punha em sobressalto os que temiam pela viabilidade da modernização capitalista no Brasil, e não compreendiam que, de longa data, a associação com o capital estrangeiro foi o mote do desenvolvimento do capitalismo no país. Desenvolvimento e industrialização como processos sociais de incremento e superação, de autonomia, tornaram-se lugares comuns, palavras mágicas de conteúdo providencial que, por vezes, chegavam a reunir em coro as mais variadas forças e setores sociais... Até o primeiro passo, quando ficava evidente que os modos como as entendiam e o quê pretendiam eram extremamente diferentes.

Em verdade, desenvolvimento e industrialização não eram nem a sonhada revolução social, nem a isca do imperialismo, eram formas de atualização do processo de reprodução ampliada (e mundial) do capital que, entrando em nova

fase (monopolista), abria possibilidades de mudança nas forças produtivas sem necessariamente pôr de cabeça para baixo as relações de produção. Para a temerosa classe média, era parte do sonho de incremento produtivo e estabilidade social que poderia garantir sua sustentação econômica, melhoria de vida e participação política, desde que obstaculizada a voracidade do capital ‘externo’, que supostamente ameaçaria a indústria nacional, as oportunidades dela decorrentes e o conseqüente desenvolvimento capitalista nacional. Note-se que, entre outros motivos, quando da percepção da viabilidade e compatibilidade do desenvolvimento econômico capitalista no Brasil (e mesmo oferta de oportunidades) sob a influência do capital internacional, o ânimo nacionalista dessa classe média arrefeceu severamente – daí a aprovação ao ‘milagre econômico’ do início dos anos 1970 e a corrida às oportunidades de emprego na indústria multinacional.

Também a massificação da oferta (a despeito da qualidade) de bens sociais então escassos (educação, saúde, postos de trabalho, infra-estrutura urbana), se por um lado favorecia diretamente tal classe média, por outro, infligia-lhe medo a expansão ‘imprudente’ dos benefícios, pois poderia ‘explodir’ a ordem social com a inclusão dos proletários e chamar a atenção dos trabalhadores rurais, pondo em risco a frágil rede de proteção social. Desse modo, a defesa nacional dos investimentos públicos são bem-vindos quando criam novos postos e melhores condições sociais para essa classe média, mas têm como limite uma ‘alarmante’ extensão dos bens a setores marginalizados; daí o cíclico clamor pela contenção dos gastos (e da dívida) públicos e o indefectível moralismo político – que apelava tanto à frugalidade de vida dos indivíduos, quanto à falta de

parcimônia estatal – processo, por vezes, confundido com apelo liberal da classe média. As políticas públicas e a assistência social (uma instituição ainda hoje fundamental numa sociedade desigual e excludente) funcionavam em dupla mão: como amortecedores de conflitos (e forma de cooptação) e instrumentos de submissão política; se fruídos pela classe média (conforme sua própria visão) tornavam-se ‘bens’, ‘direitos’ sociais, já se tinham como beneficiários os ‘de baixo’, os carentes, eram vistos como inspiradores de maus hábitos, assistencialismo, dilapidação do dinheiro público com os inextirpáveis vícios do caráter nacional, a preguiça e a mendicância.³⁰³

O campo privilegiado de atuação desse nacionalismo não foi seguramente a sociedade civil, o Estado é o lócus para onde se dirigiam os interesses e estratégias nacionalistas. Essa classe média, após 1930, estreitou laços com o Estado como forma de garantir posições e fazer valer sua intervenção política, já que era no campo estatal que conseguia – seja por meio de suas funções técnicas e burocráticas, seja pelas rotinas legais ou pelo clientelismo – participar de decisões. Se pensou suas soluções a partir do Estado, não é devido somente ao diagnóstico de entreguismo, do antinacionalismo que desposariam outros setores da sociedade civil, que embasa tal argumento, o Estado era o grande trunfo da sobrevivência política e econômica, que deveria ser conquistado para o êxito dessa classe média. Não era algo novo, tinha aí continuidade a herança de vários pensadores brasileiros que elaboraram projetos de cunho

³⁰³ Talvez uma característica desse nacionalismo de classe média, sensível nas manifestações do senso comum e também protuberante nas elaborações teóricas (como em Guerreiro Ramos), é uma paradoxal relação de apego e desdém para com as características nacionais, um orgulho quase envergonhado de ser brasileiro, uma dúbia relação de carinho e desprezo – bem expresso nas diatribes de Guerreiro Ramos e sua paixão pelo país.

nacional emoldurando-os nas balizas do Estado ou mesmo a partir do Estado.³⁰⁴ Este encarnava também, paradoxalmente, o bastião da luta republicana contra as oligarquias, contra o clientelismo, pelos direitos sociais, etc. O Estado era ainda – paradoxalmente – ator e arena privilegiados pelas forças da mudança, pela *intelligentzia*, que via neste o poderoso gigante no qual, uma vez instalados no alto de seus controles, podia-se dominar a liliputiana sociedade civil.³⁰⁵

A nação era identificada com a soberania, a autonomia de decisões governamentais e a internalização dessas decisões como prerrogativa do Estado; menos com a cultura, a cidadania, o sentimento do povo como pertencente a uma comunidade, e mais com a autodeterminação do Estado, sua soberania e independência com relação aos outros Estados e, no limite, à própria sociedade civil – quando emergem interesses não coadunados com os rumos nacionais delimitados, daí a demonização do “entreguismo” e a confusão do ‘público’ com o ‘nacional’.

Não obstante, diferentemente da concepção organizatória e construtivista da nação que predominou do início até a metade do séc. XX, e teve no Estado Novo seu ápice, agora nação e *comunidade* já não eram simplesmente sinônimos, havia já delimitação entre os grupos sociais, o que levava a pensar a nação como comunidade numa *sociedade* – terreno também de conflitos, que momentaneamente tomaram a forma de nacionalismo e entreguismo, “forças centrípetas *versus* forças centrífugas”, “nação *versus* antinação” (Guerreiro

³⁰⁴ “Aparece, assim, mais uma vez, a ambigüidade da ascensão nacionalista. A um só tempo política de Estado e movimento social, ela tende a se realizar num espaço fechado. Exatamente como a atitude dos intelectuais cariocas, participando da primeira e organizando o segundo, que se voltam para a sociedade, nem sempre distinguindo se a parte da sociedade em que baseiam suas esperanças, não seria, na verdade, apenas a sombra projetada do Estado” (PÉCAUT, 1990, p. 178).

³⁰⁵ Lilliputianos eram os habitantes de Lilliput, cidadãos de menos de 6 polegadas de altura, que sentiam-se indefesos frente o ‘gigante’ Gulliver. Todos personagens do livro de *Viagens de Gulliver*, escrito em 1726 por Jonathan Swift (1998).

Ramos). Entretanto, a aceitação da existência de tais conflitos não significava – para aquele nacionalismo – a aceitação da atualidade da luta de classes, a agenda impunha formar a nação e depois pensar suas contradições internas. A comunidade nacional deveria preceder a comunidade mundial, ainda que esta, adiante e em última instância, fosse discursivamente posta como preponderante (RAMOS, 1963).

A idéia de que esse nacionalismo escamoteava a luta de classes é equivocada, ela reconhecia-lhe a universalidade e importância, identificava classes e interesses distintos e mesmo contraditórios; negava-lhe, isto sim, a centralidade da luta de classes no momento histórico em questão, retirava-lhe a atualidade, conferindo-lhe a tarefa nacional da internalização e publicização do centro de poder, em suma, da conquista da hegemonia pelo bloco histórico comprometido com a realização do projeto de capitalismo nacional e autônomo. Todavia, num contexto de capitalismo periférico, eram evidentes as vicissitudes desse nacionalismo para a tarefa, uma vez que faltava à classe média a capacidade de tornar-se classe hegemônica e liderar as classes subalternas num projeto nacional. Desse modo, a aposta recaiu sobre o direcionamento da burguesia industrial – por meio da direção intelectual da *intelligentzia* – para assumir suas tarefas nacionais: erro de cálculo que desconsiderou a conformação associada e dependente desse setor da burguesia aos interesses antinacionais.

Não obstante, o nacionalismo daí surgido não foi simplesmente uma farsa como querem alguns, talvez tenha sido mesmo uma tragédia, decorrida da derrocada das aspirações de conquistas democráticas, de cidadania, rotina de circulação no poder, rituais de escolha, conquistas trabalhistas, não-alinhamento

imediatamente no contexto da “guerra fria”, etc., questões essenciais para a sociedade brasileira e relegadas pela revolução burguesa com as quais – bem ou mal, decisivamente ou não – este nacionalismo defrontou-se.³⁰⁶ Por outro lado, pelos seus erros de cálculo político e insuficiência ideológica, o nacionalismo deslocou algumas peças de resistência que poderiam ter feito diferente – senão inexistente – o 1964 e suas conseqüências.³⁰⁷

Ao analisar as transformações do nacionalismo, mormente na Europa entre 1870 e 1918, Eric Hobsbawm (1990, p. 152-3, grifos do autor) – insuspeito como nacionalista – concluiu:

Primeiro, que ainda sabemos muito pouco sobre o que significa a consciência nacional para as massas das nacionalidades envolvidas [...] mas antes disso, precisamos de um olhar frio e desmistificador dirigido à terminologia e à ideologia que cerca a “questão nacional” nesse período, particularmente em sua variante nacionalista. *Segundo*, que a aquisição de uma consciência nacional não pode ser separada da aquisição de outras formas de consciência social e política nesse período: todas estão juntas. *Terceira*, que o desenvolvimento de uma consciência nacional (fora as classes e casos identificados com o nacionalismo integralista ou de extrema direita) não é nem linear nem feito necessariamente à custa de outros elementos da consciência social.

A partir destas observações – não obstante o nacionalismo ser uma categoria histórica – uma relação pode ser traçada com o caso brasileiro: há que se analisar e distinguir as formas do nacionalismo, seus projetos, suas ações, e não tomar como excludentes a aquisição de formas de consciência social e nacional, uma não é realizada na ausência, a expensas ou à revelia da outra. Essa é uma das chaves para entender o nacionalismo no Brasil, ele simplesmente não competiu

³⁰⁶ Para alguns, como Carpeaux (1979, p. 164): “O nacionalismo político e econômico é, como se sabe, o movimento mais sério de libertação do Brasil e de estabelecimento da justiça social do País”.

³⁰⁷ Disseminado por vários partidos, este nacionalismo teve no PTB seu principal representante. Partido da estrutura sindical e herdeiro de Vargas, teve papel destacado na rede de proteção trabalhista, bem como na correspondente maquinaria corporativa – e mesmo clientelista-estatal – que lhe dava sustentação e dela se alimentava. Volúvel, heterogêneo, ideologicamente frágil, vivia de avanços sociais e fisiologismo, caciquismo e atrito democrático, competição política e aparelhamento estatal.

com e/ou obscureceu a consciência de classe, não absolutamente disseminou ingênua ou deliberadamente a confusão quanto à fidelidade devida à classe ou à nação, ou à nação as expensas da classe. A grande maioria das críticas feitas a autores e idéias nacionalistas desse período da história brasileira remete à conciliação de classe, ao obscurecimento das contradições essenciais (de classe) presentes na sociedade brasileira, à proximidade promíscua com o Estado, ao papel doutrinário conciliador e protelatório, à subjugação das lutas sociais (mormente a sindical), etc. Há que se identificar as raízes ideológicas desse nacionalismo para entender que era crucial à classe média – donde ele provinha – submeter as contradições de classe aos imperativos da ‘comunidade nacional’, que foi algo tanto inerente à sua sobrevivência e objetivos políticos, como à derrocada de seu projeto de hegemonia: ao traçar a linha que separaria o novo do arcaico fora dos estritos limites de classe, evitava sucumbir à polarização entre burguesia e proletariado, e tentava viabilizar sua imponderável liderança no processo; todavia, ao crer em sua própria criação, idealizou as condições do terreno de sua atuação e foi politicamente dilacerada entre os pólos dos interesses contraditórios que concorriam ao cenário político no ato consolidação da revolução burguesa no Brasil.

Parte das críticas pode ser resumida sob a rubrica das querelas quanto a ser ou não marxistas, ou ser insuficientemente marxista, como se o pertencimento ou filiação teórico-ideológicos fossem categorias analíticas. Outra parte – que não exclui alguns críticos igualmente presentes na primeira – esmera-se em afirmar, apesar do esforço teórico bem articulado, uma severa condenação do nacionalismo com base na análise (superficial) dos discursos, na desmistificação

de interesses ou ainda, relevando os ‘erros históricos e políticos’ cometidos, que saltam aos olhos quando se considera o ‘contexto histórico’ da época, o que seria algo conseqüente não fosse o fato de que tais ‘contextos históricos’ têm sempre escassa verossimilhança, pois geralmente são frutos de idealizações – de esquerda ou de direita – providencialmente convenientes para justificar situações posteriores. O passado necessário para justificação da existência de um presente indesejado.

É iminente que um projeto político radical e conseqüentemente articulado com a realidade global projete – finalmente – a extrapolação dos marcos nacionais para sua realização, mas não é certo que devam se separar desde o início e por todo o percurso; tal objetivo (de uma comunidade mundial) não invalida as conquistas sociais e políticas que se obtém nos marcos do âmbito nacional e por meio de projetos nacionais. Além disso, é perceptível que, nos países onde a questão nacional não foi devidamente³⁰⁸ equacionada, subsistem problemas que se espriam pela constituição da democracia, cidadania, soberania, direitos (civis, políticos, sociais), coexistência de etnias, limites e sanções do Estado, etc.

A visão de mundo dessa classe média – em seu projeto nacionalista –³⁰⁹ alimentou sonhos de um Brasil-nação grande e soberano, cuja realização passaria pelo desenvolvimento, pela industrialização e pela fundação do capitalismo

³⁰⁸ Evitemos o termo “definitivamente” já que a questão nacional é um aspecto – embora histórico-relativo – do processo social sob o capitalismo e não apenas uma etapa estanque. Mesmo em épocas de ‘globalização’ a questão nacional (sob esta denominação ou não) continua repondo problemas e questões relacionadas ao convívio e sociabilidade entre diferentes sociedades politicamente organizadas e também internamente a estas. Ou seja, o processo de mundialização não extingue simplesmente o Estado-nação, cria novas circunstâncias e dilemas para sua sobrevivência.

³⁰⁹ A classe social – segundo Goldman (1976, p. 93) – se define por: a) a função na produção; b) relações com os membros de outras classes; c) consciência possível que é uma visão de mundo. Ademais, são as classes sociais que “constituem as infra-estruturas das visões de mundo” (ibidem, p. 86, grifos do autor).

nacional e autônomo, e, afora as veleidades desarrazoadas do projeto, não cabe simplesmente condená-lo, vetá-lo, pois além de ter desenvolvido interessantes aspectos de uma consciência nacional que forneceram subsídios para um avanço político (econômico e social), forneceu também elementos e experiências para a construção de formas mais elaboradas de consciência social e, no limite, de consciência de classe, pois o nacionalismo trouxe consigo a afirmação de uma identidade nacional acima das condições de cor, ‘raça’ e regionalismos, uma noção de igualdade (baseada nesta identidade), uma sensibilidade social derivada da preocupação com o desenvolvimento e a acomodação de conflitos internos, uma idéia de cidadania contígua à sociabilidade numa comunidade de valores (nacionais) e, também, uma idéia de *povo* como sujeito político – ainda que resignado – que vinha ao encontro das aspirações políticas (primárias) das classes subalternas. O problema do êxito ou fracasso do nacionalismo na sociedade brasileira não é um ônus a ser pago, é uma construção interrompida. O problema do *quantum* de incorporação ou não dessas conquistas à cultura política democrática e de esquerda não é de responsabilidade exclusiva do nacionalismo, mas, sobretudo, do que o sucedeu.³¹⁰

As condições que deram vazão ao *mito*³¹¹ do capitalismo autônomo, nacional, também deram ensejo aos anseios de elaboração de um pensamento social ‘genuinamente’ brasileiro, particularmente ao *mito da sociologia nacional* – como enraizamento histórico-social, autonomia do pensar, internalização do saber

³¹⁰ Ficou obscurecido na história brasileira, mormente na história intelectual, o fato de que a grande maioria dos intelectuais postava-se – com diferenças de matizes, é verdade – em alguma posição baseada na viabilidade de um projeto nacional. As raras exceções estavam mais à direita que propriamente à esquerda nessa época.

³¹¹ Entendido aqui como ‘sonho coletivo’, aspiração social (de grupos) conforme formas legítimas e enraizadas de encaminhamento de projetos, baseado em crenças ou esperanças coletivas e a despeito da efetividade ou probabilidade de execução. Para uma visão próxima, ver Mariátegui (1975, 1982).

e domínio temático e metodológico sobre a produção teórica. Ambos os mitos foram forjados pela irrupção de certo nacionalismo ligado à visão de mundo de classe média no contexto de meados do séc. XX no Brasil, seus sonhos de autonomia derivavam da volúpia em escapar do dilaceramento pelas circunstâncias de polarização interna (burguesia *versus* proletariado) e externa (países de capitalismo central *versus* bloco 'socialista'). Tais anseios de independência foram prejudicados pela impossibilidade dessa classe média de elaborar um projeto que contivesse um caráter de representação 'em geral' da sociedade e superasse as contradições entre os interesses dos grupos sociais, apresentando-se como classe portadora de um projeto 'universal'; não podia ela sustentar um projeto hegemônico num contexto de consolidação da revolução burguesa tardia sob as hostes da evolução do capitalismo monopolista. A timidez e desconfiança políticas e a escassa (e distante) representação de interesses das classes subalternas não lograram atrair e mobilizar os setores populares, assim como a fragilidade política e erro de cálculo dessa classe média levou-a a apelar ao sentimento nacional da burguesia e a supostas contradições de interesse entre o capital industrial brasileiro e o imperialismo. O chamamento às tarefas de uma burguesia nacional era uma pregação no deserto, só mais tarde isso ficaria claro para a grande maioria da intelectualidade desse período.

Os acontecimentos de 1964 viriam a deixar claras as opções da burguesia brasileira e seus setores considerados 'progressistas', assim, 1964 é a interrupção dessa tentativa de esboçar um projeto nacional e ao mesmo tempo o coroamento da revolução burguesa no Brasil nos termos em que estava sendo posta e reposta, isto é, conforme um padrão compósito de dominação, de associação entre grupos

dominantes internos (e externos), antinacional e antidemocrático. O Golpe e o que se segue é a consolidação do domínio da burguesia e o fim do sonho do capitalismo autônomo e nacional, é o fim das elucubrações intelectuais sobre a existência da burguesia *nacional* e do feudalismo (ou seus resíduos), é o corte do – até então – maior ensaio de democracia no Brasil e o início de um outro modo político de contestação ao regime burguês. É também o apagar das luzes para a *intelligentzia* como postulante à representação dos valores da nação e de síntese dos interesses ‘em geral’ dos grupos sociais e do país, bem como para o salvacionismo sociológico e a vocação missionária dos intelectuais; a sociologia já não podia ser mais instrumento de organização nacional e para dirimir conflitos, uma vez que os próprios sociólogos (e os intelectuais em geral) passavam agora definitivamente a se perceber não mais conforme uma coesão que, por vezes, a classe média encamparia, mas como divididos eles próprios pelos vincos de classe, por pertencimento e opções políticas. Em tais circunstâncias e com o advento da profissionalização, não havia mais lugar para a síntese de interesses e o clássico papel da *intelligentzia* como camada intersticial.

O projeto de uma sociologia nacional (mormente na elaboração de Guerreiro Ramos) acusava interessantes mudanças na sociedade brasileira, identificava o nascimento e qualificação do povo como sujeito político das transformações e lastreava neste mesmo povo – embora como realização de uma *intelligentzia* – a tentativa de construção de um saber sociológico engajado com as questões e formas conceituais inerentes aos problemas brasileiros, combatendo as especulações estéreis e a afetação teórica que pautavam (e pautam ainda) o comportamento de certa intelectualidade descompromissada da vida brasileira e

de suas questões candentes, alinhada aos padrões e valores adquiridos dos centros acadêmicos europeus e norte-americanos como forma de afirmação e conquista de prestígio por contágio com o saber dominante. Não nos referimos aqui a um ‘simples’ resíduo elitista ou forma alienada de apreensão de idéias, o que estava em jogo eram as reais estratégias de legitimação ideológica por meio de idéias aparentemente ‘fora do lugar’, todavia, funcionalmente inseridas para dar conta de interesses localizados – estes sim profundamente enraizados na sociedade brasileira.

A aspiração à construção de um pensamento radicalmente enraizado nas condições sociais da formação social que se constituiu no Brasil não é algo insano, impõe-se para qualquer elaboração intelectual que se pretenda teoricamente válida e efetivamente ancorada numa práxis conseqüente – ou seja, consciente quanto a que tipo de enraizamento, com relação a qual grupo, projeto e interesses sociais lidará. Por outro lado, a criação de uma disciplina ou modalidade de pensamento cujos alicerces e horizontes se esgotem na ‘realidade nacional’, que se utilize de método e conceitos única e exclusivamente construídos com base numa ‘realidade’ específica (e circunscrita em termos da nação como centro da sociabilidade) e visando a aplicação imediata é, sem dúvida, um contra-senso, uma focalização absurda que acaba por primar pela miopia, pela desconsideração das relações gerais e universais que, no limite, condicionam as formas particulares ou específicas dos processos sociais. É forma imatura de casuísmo teórico que acomete sociedades, grupos e categorias culturalmente inseguras quanto a sua existência histórica e horizonte de perspectivas.

Os projetos de capitalismo nacional autônomo e de sociologia nacional no Brasil do séc. XX insurgiram-se contra a negatividade paralisante da pretensamente implacável influência dos países de capitalismo central, o que se desdobrava (à direita e à esquerda) como admiração, necessidade, domesticação, subordinação ou revolta, condenação, alienação, etc. – em suma, veneração e rancor, ambas as faces do fascínio pelo dominador. Insurgiram-se também insensatamente, já que procuraram soluções nacionais para questões supranacionais e/ou afirmaram o exótico, o excêntrico ou o local como antagônico à dominação ‘cosmopolita’ – quando na verdade é mesmo o reflexo desta, a visão alegórica e benevolente adquirida do próprio *cosmopolitismo alienado* (Gramsci), abstrato (COUTINHO, 2000, p. 61). Dominação cultural e impostura como reação são faces do mesmo fenômeno.

Todavia, se o capitalismo e a dominação burguesa aqui se consolidaram em associação ao capital externo, também a sociologia no Brasil construiu-se em profunda imbricação com as idéias e métodos ‘importados’ dos países centrais, ambos fizeram-se de contradições, evoluíram em tensão e negação para com as circunstâncias da qual surgiram, em atração e repulsão, colaboração e recusa, realizaram-se deturpando-se – como todo processo político-social real.

Ainda assim, tais projetos nacionais não deixaram de ser exercícios de afirmação positiva da autonomia dos periféricos, da insurgência dos satelitizados contra a organização do capitalismo mundial, de momento histórico de negação do processo de expansão e concentração do capital, de resistência cultural. Faltou aqui, entretanto, distinguir – dentre os grupos sociais na sociedade brasileira – aqueles que se solidarizavam, desejavam, sobreviviam e talvez até existiam

devido à proximidade ou associação com o imperialismo, daqueles que não as queriam ou não as reforçavam. Tarefa tardiamente realizada pela intelectualidade brasileira e negligenciada pela academia (e seu fascínio pelo dominador) e insuficientemente feita pela militância política (quase sempre despreparada e escassamente estrategista).³¹²

A sociologia brasileira (ou no Brasil) – também como conhecimento elitista e mesmo alheio às classes subalternas (ao povo) – sofre fortemente a influência da dinâmica cultural dos países centrais, o que tanto areja quanto subordina esse saber. Tanto o alimenta quanto o raquitiza, tanto lhe dá virilidade quanto o castra, algo que certamente não está relacionado à simples instrumentalização dessas idéias ‘importadas’, mas, sobretudo, à operacionalização, à imbricação funcional que lhe é dada, o que varia conforme o grupo social que se apropria e a capacidade (histórica, política, social e mesmo intelectual) de lidar com tais idéias e circunstâncias. E isso não é uma questão que pode ser equacionada em termos de imitação ou originalidade:

A história da cultura brasileira, portanto, pode ser esquematicamente definida como sendo a história dessa assimilação – mecânica ou crítica, passiva ou transformadora – da cultura universal (que é certamente uma cultura altamente diferenciada) pelas várias classes e camadas sociais brasileiras. (COUTINHO, 2000, p. 46).

É mesmo problemático considerar tal assimilação conforme as noções de alienação ou inautenticidade, uma vez que “quem diz cópia pensa nalgum original, que tem a precedência, está noutra parte, e do qual a primeira é o reflexo inferior” (SCHWARZ, 1987, p. 47); isto nada acrescenta ao processo cultural e, além disso, renega condições e dinamismo próprios da cultura nacional – desde

³¹² Segundo Florestan Fernandes (1977, p. 245): “Não foi um erro confiar na democracia ou lutar pela revolução nacional. O erro foi outro – o de supor que se poderiam atingir esses fins percorrendo a estrada real dos privilégios na companhia dos privilegiados”.

sempre impregnada em sua formação pela cultura ‘exterior’, ‘estrangeira’ – em favor de uma idealização, um purismo irrealista e conservador, que só tem olhos para o postiço, quando postiça (e miscigenada, precária, recente, rica e dinâmica) é a própria realidade cultural que o circunda. O purista recusa-se a ver que:

[...] a vida cultural tem dinamismo próprio, de que a eventual originalidade, bem como a falta dela, são elementos entre outros. A questão da cópia não é falsa, desde que tratada pragmaticamente, de um ponto de vista estético e político, e liberta da mitológica exigência da criação a partir do nada. (SCHWARZ, 1987, p. 48).

Ao pensar a fundação de uma sociologia nacional à revelia das anteriores elaborações sociológicas – mesmo ensaísticas, dedutivistas, metodologicamente frágeis – produzidas no Brasil, Guerreiro Ramos abriu mão de uma (ainda que incipiente) herança, uma tradição, embora não consolidada, mas que já fornecia indicativos para pensar a sociedade brasileira a partir de algumas atitudes e marcos conceituais. Justamente ele, que identificava uma corrente crítica no pensamento social brasileiro que procuraria se desvencilhar das armadilhas da submissão intelectual e que reconhecia – inclusive enfrentando duramente os críticos – as contribuições do “inconsciente sociológico”, das formas quase que intuitivas de saber sociológico elaboradas por autores sem ‘treino’ e ‘especialização’ em sociologia. Ao agir assim, vendeu barato o que mais tinha de valor: uma herança (e sua ligação com esta), que poderia aparelhá-lo para compreender a dinâmica cultural brasileira e as formas possíveis de abordá-la com base em seu enraizamento histórico-cultural.

A trajetória de Guerreiro Ramos é uma das contribuições no sentido de trazer à consciência os dilemas do nacionalismo e da sociologia no Brasil, sua obra foi uma radical tentativa de remissão nacional do que cria ser os pecados

originais da sociedade brasileira, a transplantação, o desenraizamento, a heteronomia, etc.³¹³ Por meio de uma crítica às formas de organização e pensamento, buscou a redenção sociológica da sociedade e sociologia brasileiras, intentou reinterpretar a realidade brasileira conforme um arsenal teórico engendrado pela experiência nacional (e nacionalista) e pela assimilação crítica das idéias estrangeiras, e utilizar-se desse conhecimento para intervir decisivamente nesta realidade, promovendo a autoconsciência nacional. Uma sociologia da práxis que interpretaria seu entorno social trazendo à tona os problemas cruciais de sua existência e, nesse processo, refazendo-se como saber qualificado e autônomo, não submetido a determinações ‘exteriores’. Tal sociologia de missão e salvação promoveria – para ele – a almejada redenção (sociológica) e nos poria nas mãos nosso próprio destino. Mas poderia a sociologia não só salvar a sociedade brasileira como a si e por si mesma?

A sociologia – mesmo imbuída de seu potencial de intervenção como forma de consciência social e indicativo de práticas – é uma ciência e não uma ideologia redentorista, seus paradigmas e resultados podem servir à instrumentação, à mobilização, à organização, à reação ou à revolução; seus fatos não estão desvinculados de valores, entretanto, a forma, o contexto e a direção na qual a sociologia (como instrumento) pode ser utilizada não depende somente do sociólogo, uma vez que não estão asseguradas na teoria seus usos possíveis, seus fins necessários e, sobretudo, seu êxito analítico como saber. Ademais, o processo histórico em seu fluxo (volátil, contraditório, inabarcável em todos os seus

³¹³ Neste ponto, convergem a obra de um autor (e um projeto político-social) e certa visão de mundo. Assim, as obras “são como tais expressões *individuais e sociais ao mesmo tempo*, sendo seu conteúdo determinado pelo *máximo de consciência possível* do grupo, em geral da classe social” (GOLDMAN, 1976, p. 107-8, grifos do autor).

aspectos, não obstante a procura da totalidade) não pode ser tomado como indelével marcha providencial dos fatos, mas apenas como devir, acontecer, cujas soluções ou estados são sempre provisórios, momentâneos, precariamente históricos e relativos.

A importância e até mesmo certo ‘protagonismo histórico’ dado à sociologia por Guerreiro Ramos, se por um lado a eleva, de outro, desqualifica-a, uma vez que – na lição de Marx – são os homens, os sujeitos que ‘penetrados’ pelas idéias (concebidas por estes mesmo sujeitos), que fazem a história, embora em dadas circunstâncias que escapam ao seu completo controle. A missão salvadora da sociologia nunca esteve ao seu próprio alcance, qualquer transformação histórica possível dependeu sempre da assunção dos homens e grupos sociais como sujeitos do processo social. A construção de um capitalismo autônomo e uma sociologia nacional não se punham seriamente para um proletariado em amadurecimento e cuja pátria já lhe parecia menos brasileira (no sentido então posto) que internacional, ou uma burguesia que teve como forma de afirmação a articulação com o Imperialismo; assim, tal mito só poderia ser apanágio de uma intelectualidade fortemente ligada à classe média, culturalmente distante e afetivamente próxima do povo, num país de elitismo e marginalização cultural, analfabetismo e desigualdade, no qual a cultivada minoridade da sociedade civil proporcionava ao Estado levantar-se soberano sobre todas as outras instituições e atores políticos.

A sociologia não podia se arvorar em redentora, já que, como “saber de salvação” (Guerreiro Ramos), era mesmo parte do problema, elemento do mesmo

engano, a saber, o de hipervalorização do saber científico numa sociedade marcada pela exclusão cultural e o analfabetismo.³¹⁴

Entretanto, Guerreiro Ramos prestou grande serviço à sociologia brasileira ao encurralá-la, ao exigir dela macular-se com as questões da sociedade brasileira, ao cobrar compromisso político e não estético dos intelectuais, ao cobrar-lhes projetos e perspectivas, bradar pela urgência do saber em consonância com a responsabilidade de suas atribuições, ao tomar o saber como fardo e não como dádiva, privilegiar a práxis e não o saber ornamental. Eis que suas realizações são inseparáveis de seus equívocos e, sua coerência, seu preço a pagar. Também é meritória sua obstinação em perscrutar as profundezas do Brasil, em ressaltar a originalidade desta sociedade e, quando acuado pelo cosmopolitismo abstrato, chegou – em alguns momentos – a universalizar a singularidade (brasileira) e cometer o mesmo erro ao avesso, para relevar a fascinante complexidade do país. Nesse aspecto, seus erros são exemplares e nos poupam de repetir difíceis lições apreendidas:

No universal que todos buscamos, a singularidade da experiência brasileira é o elemento central. Pensá-la, mesmo quando esse ato possa ser fruto de uma violência, é um dado salutar e necessário. Poder-se-á dizer, neste terreno, que é preferível errar por excesso e jamais por comedimento. (ODALIA, 1997, p. 14).

Sem dúvida, Guerreiro Ramos errou por excesso, o que confere o fulgor que sua trajetória ainda acusa, mesmo após tantos percalços; sua trajetória de solitário, *outsider*, apaixonado, engajado – “o *outsider* mais *insider* que já se viu”,

³¹⁴ A taxa de alfabetização – segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – entre a população brasileira (de 15 anos e mais) em 1950 era de 49%, já em 1960 passava a 60% (SOUZA, Marcelo, 2006).

segundo Lucia Lippi de Oliveira (1993, p. 8)³¹⁵ –, levou-o à condição de *consciência incômoda da sociologia brasileira*: sempre agressivo, arredio, irônico e cáustico, metendo o dedo nas feridas (ainda abertas) da sociologia brasileira.

Ainda segundo Lucia Lippi de Oliveira:

Comprometimento e ceticismo são os pontos extremos entre os quais oscila a existência de Guerreiro Ramos e de vários outros brilhantes intelectuais deste país. Com um agudo senso de tragédia o que o faz sentir-se próximo dos intelectuais russos, Dostoiévski como exemplo significativo ou Berdiaeff, seu preferido. Guerreiro produziu solitário dentro das questões morais e sociais postas pela intelectualidade, dentro dos dilemas que ela procurou e ainda hoje procura responder. (OLIVEIRA, L., 1993, p. 8).

Tal agudo senso de tragédia, retomando a trajetória e as próprias palavras de Guerreiro Ramos, “quando uma vida humana se faz matéria em que um determinado ‘tempo’ histórico impregna o seu sentido”, enredar-se-ia com a tragédia da construção do capitalismo autônomo e da sociologia nacional. Em Guerreiro Ramos – frente a esse seu sentimento trágico – a sociologia brasileira adquire ares de saber revelado, de conhecimento existencialmente percebido, que somente a profunda imbricação com a realidade social (nacional) – com o espaço vital – traz à tona e pode fazer operar a redenção; entretanto, trazida por esses meios, ela nos parece menos clara e presente do que jamais foi, escondendo-se onde nunca pensaríamos em procurar: sob os nossos olhos. A tragédia de Guerreiro Ramos talvez tenha sido viver intensamente um tempo de desengano. A tragédia da sociologia brasileira talvez tenha sido não acreditar na sua própria existência.

³¹⁵ Considerava-se “*in between*” (OLIVEIRA, 1995, p. 134), não incluído, não pertencente a nada, assim, não teria sido nem integralista, nem comunista, nem branco, nem negro, nem baiano, nem carioca, nem cientista, nem político, nem acadêmico, nem militante...

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de et al. Ramos, Guerreiro. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-30*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, CPDOC, p. 4883, v. IV, 2001.
- ANAIS DO II CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA. [S.l.: s.n.], 1953.
- ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955.
- ANDRADE, Mário de. *O empalhador de passarinho*. 3ª ed. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972.
- ANDREWS, Christina W. Revisiting Guerreiro Ramos' The new science of organizations through habermasian lenses: a critical tribute. *Administrative theory & praxis*, v. 22, n. 2, p. 246-72, 2000.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*, v. 2. São Paulo: Sumaré, 1995. p. 107-233. (Ciências sociais no Brasil, v. 2).
- AVELLAR, Helio de Alcântara. *História administrativa e econômica do Brasil*. 2ª ed. rev. e atualiz. Rio de Janeiro: FENAME, 1976.
- AZEVEDO, Ariston. *A sociologia antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos*. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- BALANDIER, Georges. *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo: Difel, 1976.
- BARBER, William J. *Uma história do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.
- BARIANI, Edison. *A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2003a.
- _____. Intelectuais e os anos 30: missão, cooptação, compromisso... *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 29, out. 2003b. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/029/29cbariani.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2006.

_____. O Estado demiurgo: Alberto Torres e a construção nacional. *Caderno CRH*, Salvador, v. 20, n. 49, p. 161-8, jan./abr. 2007.

BARRETTO, Vicente; PAIM, Antonio. *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989. (Reconquista do Brasil. 2ª série, v. 150).

BASTIDE, Roger. Carta aberta a Guerreiro Ramos. *Anhembi*, São Paulo, v. 12, n. 36, ano III, p. 521-28, nov. 1953.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956 – 1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Estudos brasileiros, 8).

_____. *UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Estudos brasileiros, 51).

BERDIAEV, Nicolas. *Les sources et le sens du communisme russe*. Paris: Gallimard, 1951. (Idées).

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BOEIRA, Sérgio Luís. Ecologia política: Guerreiro Ramos e Fritjof Capra. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, n.10, p. 85-105, jan./jun. 2002.

BOSI, Alfredo. Um testemunho do presente. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1980. p. I-XVII.

BRASIL. Decreto-lei n. 579, de 30 de julho de 1938. In: DIAS, J. C. (Org.). *Colectanea de decretos-leis*. São Paulo: Cultura Moderna, 1938.

BRASIL. Legislação sobre os Ministérios. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/Infger_07/ministerios/Ministe.htm>. Acesso em: 22 abr. 2006.

BRANDI, Paulo. *Vargas: da vida para a história*. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito de desenvolvimento do ISEB rediscutido. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, 2004. Disponível em: <http://test.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 18 abr. 2006.

BRUM, Argemiro, J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983. (FIDENE).

CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora de Ciência Humanas, 1978. p. 11-20.

_____. Prefácio. In: MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 71-5.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALLETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARONE, Edgar. *A Primeira República: texto e contexto (1889 – 1930)*. São Paulo: Difel, 1969.

_____. *A República Liberal I: instituições e classes sociais (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1985. (Corpo e alma do Brasil).

CARPEAUX, Otto Maria. Dialética da literatura brasileira. In: FURTADO, Celso (Org.). *Brasil: tempos modernos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 157-67. (Estudos brasileiros, v. 23).

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

_____. Lembrança de outro carnaval. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 5 jan. 2003c. Caderno Mais!, p. 5-6.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: EDUSC, 1999. (História).

CERQUEIRA, Lauez. *Florestan Fernandes: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora de Ciência Humanas, 1978.

CHACON, Vamireh. *O humanismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1980.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 17-150

_____. Notas sobre o pensamento conservador anos 30: Plínio Salgado. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. *A inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 27-42.

CHAVES NETO, Elias. Resenha do livro “Introdução crítica à sociologia brasileira”, de Guerreiro Ramos. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 10, p. 199-200, mar./abr. 1957.

COHN, Gabriel. Florestan Fernandes, história e histórias. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 42, jul. 1995.

CORBISIER, Roland. *Formação e problema da cultura brasileira*. 3ª ed. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. (Textos brasileiros de filosofia, 3).

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. (Biblioteca básica).

COSTA, Frederico Lustosa da. Levantamento Bibliográfico. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 155-162, abr./jun. 1983.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaio sobre idéias e formas*. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

COULON, Alain. *A escola de Chicago*. Campinas: Papyrus, 1995.

CUNHA, Euclides da. *Contrastes e confrontos*. Rio de Janeiro: Record, 1975.

_____. *Os sertões: campanha de Canudos*. São Paulo: Abril, 1982.

CUNHA, Mário Wagner Vieira da. *O sistema administrativo brasileiro: 1930-1950*. Rio de Janeiro: CBPE, INEP, 1963.

CURSO DE INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO POLITICO BRASILEIRO. *O Castilhismo. O trabalhismo após 30*. Escrito por Ricardo Vélez Rodrigues. Brasília: Editora da UnB, 1982. Unidade VII e VIII.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O segundo Governo Vargas 1951 – 1954: democracia, partidos e crise política*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992. (Fundamentos, 90).

_____. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Notas taquigráficas. In: *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n.2, p. 163-76, abr./jun. 1983. Apêndice.

DÓRIA, Carlos Alberto. O dual, o feudal e o etapismo na teoria da revolução brasileira. In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do marxismo no Brasil. Teorias. Interpretações*, v. III. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 201-244.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: Editora da USP, 1998. (Ponta 16).

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil (1930-1960)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Estudos brasileiros, 84).

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987. 2 v.

_____. *Existe um pensamento político brasileiro?*. São Paulo: Ática, 1994.

FAULKNER, William. *Luz em agosto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983. (Grandes romances).

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

FEBVRE, Lucien. *História*. Organizado por Carlos Guilherme Mota. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992. (Grandes cientistas sociais, 2).

FERNANDES, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil: ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira*. São Paulo: Anhambi, 1958.

_____. O teatro negro. In: _____. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972a. p. 192-7.

_____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 1972b.

_____. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

_____. *Sociologia*. 2ª ed. Organizado por Octavio Ianni. São Paulo: Ática, 1991. (Grandes cientistas sociais, 58).

FERNANDEZ, Oscar Lorenzo. Análise existencial da realidade brasileira. In: SCHWARTZMAN, Simon (Sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979. p. 93-130. (Biblioteca do pensamento político republicano).

FERREIRA, Jorge. *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. *A democracia no Brasil (1945-1964)*. São Paulo: Atual, 2006. (Discutindo a história do Brasil).

FERREIRA, Pinto. Panorama da Sociologia Brasileira. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 15, p. 43-64, parte II, 1958a.

FERREIRA, Pinto. Panorama da Sociologia Brasileira. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n.16, p. 25-49, parte III, 1958b.

FREYER, Hans. *Introducción a la sociología*. Madrid: Aguilar, 1944.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 22ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. O tempo das ilusões. In: CHAUI, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 151-209.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira república*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora Nacional, 1975. (Biblioteca universitária. Série 2ª. Ciências sociais, v. 24).

_____. (Org.). *Brasil: tempos modernos*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Estudos brasileiros, v. 23).

_____. *Economia*. Organizado por Francisco de Oliveira. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais, 33).

_____. *Formação econômica do Brasil*. 21ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

GARCIA, Ramon M. A vida de um guerreiro... com sabedoria e senso de humor: uma sinopse da obra de Guerreiro Ramos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n.1, p. 107-26, jan./mar. 1983.

GEARY, Patrick, J. *O mito das nações: a invenção do nacionalismo*. São Paulo: Conrad, 2005.

GIANOTTI, José Arthur. Entrevista. *Trans/form/ação*. Assis, n. 1, ano I, p. 25-36, 1974.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora da UNESP, 1991. (Biblioteca básica).

GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia: que é a sociologia?*. São Paulo: Difel, 1976a.

_____. *Sociologia do romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976b. (Literatura e teoria literária, v. 7).

_____. *Dialética e cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. *Epistemologia e filosofia política*. Lisboa: Presença, 1984.

GORENDER, Jacob. Correntes sociológicas no Brasil. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. p. 203-25.

GRAHAM, Lawrence S. *Civil service reform in Brazil: principles versus practice*. Austin: University of Texas Press, [19-].

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: 34 Letras, 2002.

GURVITCH, Georges. *La vocación actual de la sociología: hacia una sociología diferencial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1953.

HEIDEGGER, Martin. *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os pensadores).

_____. *Ser e Tempo*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989. 2 v. (Pensamento humano).

HELLER, Hermann. *Teoria del Estado*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1947.

HIPPOLITO, Lucia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Estudos brasileiros, 85).

HISTÓRICO DOS PRESIDENTES DA FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/fgv/id_x_presidencia.asp>. Acesso: em 20 mai. 2006.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. rev. e aum., 24ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

HUSSERL, Edmund. *Investigações lógicas; sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Os pensadores).

IANNI, Octavio. *O ciclo da revolução burguesa*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. *Classe e nação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *A formação do estado populista na América Latina*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *O labirinto latino-americano*. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. *O colapso do populismo no Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

_____. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 6ª ed. rev. e atualiz. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IGLESIAS, Francisco. Prefácio à 3ª edição. In: TORRES, Alberto. *A organização nacional: primeira parte, a Constituição*. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Editora da UnB, 1982. p. 11-31. (Temas brasileiros, 39).

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajatória política do Brasil: 1500-1964*. 2ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Para uma política nacional de desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, Simon (Sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: Editora da UnB, 1979. p. 171-273. (Biblioteca do pensamento político republicano).

IONESCO, Eugène. *O rinoceronte*. Rio de Janeiro: Agir, 1995. (Teatro moderno).

JAGUARIBE, Helio. *O Nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. (Textos Brasileiros de Política, 1).

_____. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político: uma abordagem teórica e um estudo do caso brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, v. 8).

_____. A crise brasileira. In: SCHWARTZMAN, Simon (Sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: Editora da UnB, 1979a. p. 131-70. (Biblioteca do pensamento político republicano).

_____. O que é ademarismo? In: SCHWARTZMAN, Simon (Sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: Editora da UnB, 1979b. p. 21-30. (Biblioteca do pensamento político republicano).

_____. Moralismo e alienação das classes médias. In: SCHWARTZMAN, Simon (Sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: Editora da UnB, 1979c. p. 31-8. (Biblioteca do pensamento político republicano).

_____. ISEB, um breve depoimento e uma reapreciação crítica. *Cadernos de Opinião*, n.14, p. 94-110, out./nov. 1979d.

_____. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 31-2.

JAIME, Jorge. *História da filosofia no Brasil*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Faculdades Salesianas, 2000. 3 v.

JOHNSON, John J. *Political change in Latin América: the emergence of the middle sectors*. 2nd printing, Stanford: Stanford University, 1961.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980. (Biblioteca de ciências sociais. Série política, v. 15).

LA CAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history: texts, contexts, language*. 2nd ed. Ithaca: Cornell University, 1985.

_____. *History & criticism*. 3rd ed. Ithaca: Cornell University, 1992.

LAHUERTA, Milton. *Elitismo, autonomia, populismo: os intelectuais na transição dos anos 40*. Tese (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

_____. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (Orgs.). *A década de 20 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Ed. da UNESP, 1997. p. 93-114.

_____. *Intelectuais e transição: entre a política e a profissão*. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasís*. 8ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

LAMOUNIER, Bolívar. O ISEB: notas à margem de um debate. *Discurso*, São Paulo, n. 9, p. 153-8, nov. 1978.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 2ª ed. rev., refund. e ampl. São Paulo: Pioneira, 1969.

LIMA, Heitor Ferreira. *História do pensamento econômico no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. (Brasiliana, 360).

LIMA, Hermes. Significação do nacionalismo. In: SCHWARTZMAN, Simon (Sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: Editora da UnB, 1979. p. 71-82. (Biblioteca do pensamento político republicano).

LIMA, Medeiros (Org.). *Petróleo, energia elétrica, siderurgia: a luta pela emancipação; um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Vargas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. (Estudos brasileiros, 7).

MAIO, Marcos Chor. *Uma polêmica esquecida: Costa Pinto, Guerreiro Ramos e o tema das relações raciais*. In: XX ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 1996.

MANNHEIM, Karl. *Essays on sociology and social psychology*. 2nd impression, London: Routledge & Kegan Paul, 1959.

_____. *Ideologia e utopia*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. *Sociologia da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARINHO, Luiz Carlos de Oliveira. *O ISEB em seu momento histórico*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.

MARCUSE, Herbert. *Razão e revolução: Hegel e o advento da teoria social*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (O mundo, hoje, 28).

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

_____. *Política*. Organizado por Manoel L. Bellotto e Anna Maria M. Corrêa. São Paulo: Ática, 1982. (Grandes cientistas sociais, 27).

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia; os intelectuais e a política no Brasil: 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 65-87, jul./1987.

MARX, Karl. *Karl Marx*. 2ª ed. São Paulo: Abril, 1978. (Os pensadores).

MASSI, Fernanda P. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras: 1930-1960. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*, v. 1. São Paulo: Vértice, 1989. p. 411-459.

MATTA, João Eurico da. Alberto Guerreiro Ramos – reflexão preliminar sobre sua trajetória intelectual, em homenagem póstuma. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n.1, p. 95-106, jan./mar. 1983.

MAURO, Frédéric. *História econômica mundial: 1790 – 1970*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

MENESES, Tobias Barreto de. *Estudos de sociologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1962.

MENEZES, Djacir. La sociología en el Brasil. In: GURVITCH, Georges; MOORE, Wilbert E. (Orgs.). *Sociología del siglo XX*. Buenos Aires: El Ateneo, 1956. p. 197-225, tomo II, 2ª parte. (Estudios sociológicos en los diferentes países).

MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MICHELS, Robert. *Os partidos políticos*. São Paulo: Senzala, [19-].

MIGLIOLI, Jorge. O ISEB e a encruzilhada nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 59-76.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1980.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988. (Fundamentos, 34).

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).

NASCIMENTO, Abdias. Cartaz: Guerreiro Ramos. In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003a. p. 96.

_____. Nós. In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003b. p. 19 e 24.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NUNES, Benedito. Consideração sobre a redução sociológica. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *A redução sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. p. 189-200.

NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico e Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

OLIVEIRA, Augusto César Freitas de. A “sociologia do branco”: o pensamento de Álvaro Bomilcar. *Trapézio*, Campinas, n. 2, p. 59-84, abr. 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. A navegação venturosa. In: FURTADO, Celso. *Economia*. Organizado por Francisco de Oliveira. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-29. (Grandes cientistas sociais, 33).

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. Prefácio. In: SOARES, L. A. Alves. *A sociologia crítica de Guerreiro Ramos: um estudo sobre um sociólogo polêmico*. Rio de Janeiro: Copy & Arte, 1993. p. 7-8.

_____. *A sociologia do Guerreiro*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1995.

OLIVEIRA FILHO, Virgílio Roma de. *Dualidade e revolução no pensamento isebiano: as visões de Helio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. São Paulo: Publicações Brasil, 1933.

ORTIZ, Renato. Notas sobre as ciências sociais no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 27, p. 163-175, jul./1990.

_____. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre: Globo, 1960.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. *O ISEB na perspectiva de seu tempo: intelectuais, política e cultura no Brasil 1952-1964*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. Organização, estrutura e trajetória do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 253-60.

PEREIRA, Astrojildo. Posição e tarefas da inteligência. *Temas de ciências humanas*, São Paulo, n. 4, p. 41-67, 1978.

PIERSON, Donald (Org.). *Estudos de ecologia humana*. São Paulo: Martins, 1948, tomo I. (Biblioteca de ciências sociais, IX).

_____. (Org.). *Estudos de organização social*. São Paulo: Martins, 1970, tomo II. (Biblioteca de ciências sociais, IX).

_____. *Teoria e pesquisa em sociologia*. 14^a. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa. *Sociologia e Desenvolvimento: temas e problemas do nosso tempo*. 7^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Participação de Robert Leondardi e Raffaella Y. Nanetti. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Nostalgia do outro e do alhures: a obra sociológica de Roger Bastide. In: BASTIDE, Roger. *Sociologia*. Organizado por Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-75. (Grandes cientistas sociais, 37).

QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A sociologia de Max Weber; sua importância para a teoria e a prática da Administração. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2/3, p. 129-39, ago./set. 1946a.

_____. A divisão do trabalho social. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1/2, p. 161-8, out./nov. 1946b.

_____. Notas sobre a planificação social. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 163-6, dez. 1946c.

_____. A pesquisa e os “surveys” sociais. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3/4, p. 147-51, mar./abr. 1947.

_____. *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho: ensaio de sociologia do conhecimento*. Tese (apresentada em 1949 ao concurso para provimento em cargo da carreira de Técnico em Administração do quadro permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP), DASP, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

_____. O problema da mortalidade infantil no Brasil. *Sociologia*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 1-43, 1951a.

_____. Pauperismo e medicina popular. *Sociologia*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 252-73, 1951b.

_____. *O processo da sociologia no Brasil: esquema de uma história das idéias*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1953.

_____. Apresentação. In: RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957a. (Textos brasileiros de economia, 2). p. 7-14.

_____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957b.

_____. *O problema nacional do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

_____. *A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

_____. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

_____. *Administração e estratégia do desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1966.

_____. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 7-44, 2º sem. 1967.

_____. Latent functions of formalism in Brazil. *Sociology and Social Research*, v. 56, n.1, p. 62-82, out. 1971.

_____. A teoria administrativa e a utilização inadequada de conceitos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 5-17, jul./set. 1973.

_____. O problema do negro na sociologia brasileira. In: SCHWARTZMAN, Simon (Sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: Editora da UnB, 1979. p. 39-69. (Biblioteca do pensamento político republicano).

_____. Minha dívida a Lorde Keynes. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 91-95, abr./jun. 1982.

_____. A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. In: A REVOLUÇÃO DE 30: seminário internacional. Rio de Janeiro: FGV; Brasília: Editora da UnB, 1983a. p. 527-48. (Temas brasileiros).

_____. A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 32-65, jan./mar. 1983b.

_____. Modelos de homem e teoria administrativa. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 3-12, abr./jun. 1984.

_____. Curtição ou reinvenção do Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-4, jan./mar. 1986.

_____. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

_____. *A redução sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

_____. Apresentação da grupoterapia. In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003a. p. 64.

_____. Apresentação da negritude. QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003b. p. 117.

_____. Contatos raciais no Brasil. In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003c. p. 26.

_____. Teoria e prática do psicodrama. In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003d. p. 76-7.

_____. Teoria e prática do sociodrama. In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003e. p. 91.

_____. Uma experiência de grupoterapia (Arquivo). In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003f. p. 53.

RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957. (Textos brasileiros de economia, 2).

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Rio de Janeiro, v. 17, n. 1 jan./mar. 1983a. (Simpósio Guerreiro Ramos: resgatando uma obra).

REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, abr./jun. 1983b. (Simpósio Guerreiro Ramos: resgatando uma obra).

REZENDE, Maria José de. A sociologia como forma de intervir no melhoramento da vida humana: as idéias de Costa Pinto e as de Guerreiro Ramos lidas à luz de algumas considerações sobre as ciências sociais e o mundo hoje. *Mneme*, v. 7, n.14, fev./mar. 2005. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme>>. Acesso em: 1 abr. 2006.

RIMA, I.R. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Atlas, 1987.

RODRIGUES, José Honório. *Aspirações nacionais: interpretação histórico-política*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. (Retratos do Brasil, 73).

_____. *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico cultural*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. (Logos).

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano: sociedade e política (1930 – 1964)*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1986. p. 361-442. (História geral da civilização brasileira, tomo III, v. 3).

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *O homem e a sua obra*. Disponível em: <<http://www.ensayistas.org/filosofos/brasil/romero/introd.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2006.

ROSA, Virgínio Santa. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

SAES, Décio. *Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)*. Petrópolis: Vozes, 1975. (Sociologia brasileira, 3).

_____. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984. (Estudos brasileiros, 6).

_____. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888- 1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Estudos brasileiros, 86).

_____. Classe média e política no Brasil: 1930-1964. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930 – 1964)*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1986. p. 447-506. (História geral da civilização brasileira, tomo III, v. 3).

SANTOS, Joel Rufino dos. O negro como lugar. In: RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995. p. 19-29.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Reforma contra reforma*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963.

_____. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978. (História e sociedade).

SARTRE, Jean-Paul. *Reflexões sobre o racismo*. São Paulo: Difel, 1960.

_____. O colonialismo é um sistema: In: *Colonialismo e Neocolonialismo: Situações*, V. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. p. 21-40.

_____. Orpheu negro (resumo). In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003. p. 64-5.

SCHELER, Max. *Visão filosófica do mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1986. (Debates, 191).

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e relações sociais*. Organizado por Helmut R. Wagner. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

_____. Questão racial e etnicidade. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970 – 1995): antropologia*. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 267-326.

SCHWARTZMAN, Simon (Sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso Tempo*. Brasília: Editora da UnB, 1979. (Biblioteca do pensamento político republicano).

_____. (Org.). *Estado Novo: um auto-retrato*. Brasília: Editora da UnB, 1983. (Temas Brasileiros, 24).

_____.; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são? Ensaio*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1981. (A questão social no Brasil).

_____. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. O PCB e a revolução nacional-democrática. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 123-34.

SEMOG, Éle; NASCIMENTO, Abdias. *Abdias Nascimento: o griot e as muralhas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

SERAFIM, Maurício Custódio. *Ética no espaço de produção: contribuições da economia de comunhão*. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SEREZA, Haroldo C. *Florestan: a inteligência militante*. São Paulo: Boitempo, 2005. (Paulicéia).

SILVA, Helio. *O golpe de 64*. São Paulo: Três, 1998. (História da República Brasileira, v. 19).

_____. *Vargas: uma biografia política*. Participação de Maria Cecília Ribas Carneiro. Porto Alegre: LP&M, 2004. (LP&M pocket, 375).

SIMON, Pierre-Jean. *História da sociologia*. Porto: Rés, 19[?].

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976a.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976b. (Estudos brasileiros, v. 9).

SOARES, L. A. Alves. *A sociologia crítica de Guerreiro Ramos: um estudo sobre um sociólogo polêmico*. Rio de Janeiro: Copy & Arte, 1993.

_____. Guerreiro Ramos: a trajetória de um pensamento. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 33-50, abr./jun. 1995.

_____. *Guerreiro Ramos: considerações críticas da sociedade centrada no mercado*. Rio de Janeiro: CRA, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

_____. *A verdade sobre o ISEB*. Rio de Janeiro: Avenir, 1978a. (Depoimento, 4).

_____. Brasil: a luta ideológica. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 3, p. 119-53, 1978b.

_____. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de Souza. O analfabetismo no Brasil sob enfoque demográfico. *Texto para discussão n° 639*, IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_99/td_639.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2006.

SOUZA, Márcio Ferreira de. *A construção da concepção de desenvolvimento nacional no pensamento de Guerreiro Ramos*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SWIFT, Jonathan. *Viagens de Gulliver*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.

SZMRECSÁNYI, Tamás, e GRANZIERA, Rui G. (Orgs.). *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. 2ª ed. rev. e ampl. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Hucitec, 2004.

TAVARES, José Nilo. *Conciliação e radicalização no Brasil: ensaios de história política*. Petrópolis: Vozes, 1982.

TEOTÔNIO JÚNIOR. Resenha do livro “A redução sociológica” de Guerreiro Ramos. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 19, p. 189-195, set./out. 1958.

TIMASHEFF, Nicholas S. *Teoria sociológica*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982.

_____. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Tudo é história).

_____. Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (Orgs.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 224-56.

_____. *ISEB: fábrica de ideologias*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. (Pesquisas).

_____. Intelectuais do ISEB, esquerda e marxismo. In: MORAES, João Quartim de (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Teorias. Interpretações, v. III. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. p. 245-274.

_____. (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

TORRES, Alberto. *A organização nacional: primeira parte, a Constituição*. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Editora da UnB, 1982a. (Temas brasileiros, 39).

_____. *O problema nacional brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Editora da UnB, 1982b. (Temas brasileiros, 38).

TRINDADE, Héliogio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1974. (Corpo e alma do Brasil, 40).

VALE, A. M. do. *O ISEB, os intelectuais e a diferença: um diálogo teimoso na educação*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

VASCONCELOS, Gilberto. *A ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VENTRISS, Curtis; CANDLER, Gaylord George. Alberto Guerreiro Ramos, 20 years later: a new science still unrealized in an era of public cynicism and theoretical ambivalence. *Public administration review, USA*, v. 65, n. 3, p. 347-359, may/june 2005.

VIANNA, Luiz Werneck. O moderno na política brasileira. *Presença*, São Paulo, n. 5, p. 37-6, jan. 1985.

_____. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

VIANNA, Oliveira. *Problemas de política objectiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

_____. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP; Niterói: Editora da UFF, 1987. 2 v. (Reconquista do Brasil. 2ª série, v. 105 e 106).

VILLAÇA, Antonio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Vozes, 2004.

WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. *Reforma administrativa na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1983.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Organizado por Hans Gerth e C. Wright Mills. 5ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

X. X. X. Nacionalismo e problemas brasileiros. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 21, p. 35-50, 1959.³¹⁶

Bibliografia consultada

ABRANCHES, Aparecida Maria. O nacionalismo no pensamento de Guerreiro Ramos à luz do debate atual. *Trapézio*, Campinas, n. 3/4, p. 23-36, 1º sem. 2003.

_____. *Nacionalismo e democracia no pensamento de Guerreiro Ramos*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo de Sousa; COELHO, Hercília Mara Facuri. *Política e sociedade no Brasil (1930 – 1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Coord.). *Classes médias e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. (Estudos brasileiros, v. 17).

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil*, v. 1. São Paulo: Vértice, 1989. p. 188-216.

ALTER, Peter. *Nationalism*. London: Edward Arnold, 1991.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989. (Temas, 9).

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997. (Zero à esquerda).

BARAN, Paul Alexander. *A economia política do desenvolvimento*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas).

BARIANI, Edison. Recenseamento bibliográfico em torno do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 233-52.

³¹⁶ Artigo ao qual atribuo a autoria a Guerreiro Ramos.

BARREIRA, César (Org.). *A sociologia no tempo: memória, imaginação e utopia*. São Paulo: Cortez, 2003.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da UNESP, 1997. (Biblioteca básica).

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República: de 1930 a 1960*. 6ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1991.

BASTIDE, Roger. *Sociologia*. Organizado por Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais, 37).

BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão (Orgs.). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho D'água, 1999.

BELLO, José Maria. *História da República: 1889 – 1954; síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira*. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Tudo é história).

BOGARDUS, Emory S. *A evolução do pensamento social*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965. 2 v.

BORDIEU, Pierre. *Sociologia*. Organizado por Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais, 39).

BORNHEIM, Gerd A. Filosofia e realidade nacional. *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 93-112, jun./dez. 1980.

CAMARGO, Aspásia. et al. *O golpe silencioso: as origens da república corporativa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

CANDIDO, Antonio. A sociologia no Brasil. *Enciclopédia Delta Larousse*. 2ª ed. Rio de Janeiro, p. 2107-23, v. IV, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento econômico e nacionalismo. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 12, p. 88-98, jul./ago. 1957.

_____. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.

_____. *As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

CARONE, Edgar. *A Terceira República (1937 – 1945)*. São Paulo: Difel, 1976. (Corpo e alma do Brasil).

CARR, Edward Hallet. *Nationalism and after*. London: Macmillan, 1945.

COELHO, José Vieira et al. *San Tiago: vinte anos depois*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Debates, v. 1).

CÔRTEZ, Norma. *Esperança e democracia: as idéias de Álvaro Vieira Pinto*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: Editora do IUPERJ, 2003. (Origem).

COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das idéias no Brasil: o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórica nacional*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. *Pequena história da República*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. *História da sociologia*. 2ª ed. São Paulo: Ensaio, 1994. (Cadernos ensaio. Pequeno formato, 10).

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares (Org.). *As instituições brasileiras da Era Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1999.

DEBRUN, Michel. O problema da ideologia do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Belo Horizonte, v. II, n. 2, p. 236-279, jul. 1962.

_____. A compreensão ideológica da história. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 46, p. 82-100, mar./abr. 1963.

DEPOIMENTOS SOBRE O DASP. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Documentação, 1966.

EISENSTADT, S. N. *Modernização, protesto e mudança: modernização de Sociedade tradicionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano: sociedade e política (1930 – 1964)*. 3ª ed. São Paulo: Difel, 1986. (História geral da civilização brasileira, tomo III, v. 3).

FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

_____. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1971.

_____. *Elementos de sociologia teórica*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1974.

_____. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. Ed. rev. e aumentada. São Paulo: Difel, 1974. (Corpo e alma do Brasil).

_____. Sobre o trabalho teórico. *Trans/form/ação*, Assis, n. 2, p. 5-86, 1975.

_____. *A sociologia numa era de revolução social*. 2ª ed. reorg. e ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. *Circuito-fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*. São Paulo: Hucitec, 1976.

_____. *Natureza sociológica da sociologia*. São Paulo: Ática, 1980.

_____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GELLNER, Ernest. *Nacionalismo e democracia*. Brasília: Editora da UnB, 1981. (Cadernos da UnB).

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GOMES, Roberto. *Crítica da razão tupiniquim*. 12ª ed. Curitiba: Criar, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GUANABARA, Ricardo. *Sociologia, nacionalismo e debate intelectual no Brasil pós-45*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

GUIBERNAU I BERDUN, M. Montserrat. *Nacionalismos: o Estado nacional e o nacionalismo no Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. (Perspectivas do Homem, 5).

_____ et al. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. (Retratos do Brasil, v. 33)

_____. *Imperialismo e cultura*. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. *Estado e capitalismo*. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. *Sociologia da sociologia: o pensamento sociológico brasileiro*. 3ª ed. rev. e aum. São Paulo: Ática, 1989.

- _____. *A idéia de Brasil moderno*. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2004. (Coleção ciências sociais).
- INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1956.
- JASPERS, Karl. *Introdução ao pensamento filosófico*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- KOHN, Hans. *A era do nacionalismo*. Rio de Janeiro: Fundo do Cultura, 1963.
- KONDER, Leandro. História dos intelectuais nos anos 50. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 355-74.
- KORSCH, Karl. *Marxismo e filosofia*. Porto: Afrontamento, 1977.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- LEBRUN, Gérard. A “realidade nacional” e seus equívocos. *Revista Brasiliense*, n. 44, p. 42-62, nov./dez. 1962.
- LECLERC, Gérard. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 2004. (Aldus, 23).
- LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. São Paulo: Edusp, 1996.
- LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 3ª ed. São Paulo: Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).
- LÖWY, Michael. *Nacionalismos e internacionalismos: da época de Marx até nossos dias*. São Paulo: Xamã, 2000.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elfos; Porto: Escorpião, 1989. (Biblioteca ciência e sociedade, 11).
- MAIO, Marcos Chor; BÔAS, Glaucia Villas (Orgs.). *Ideais de modernidade e sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- MANNHEIM, Karl. *Libertad, poder y planificación democrática*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1953.
- _____. *O homem e a sociedade: estudos sobre a estrutura social moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

- _____. *Sociologia sistemática*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1971.
- _____. *Diagnóstico de nosso tempo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- _____. *Sociologia*. Organizado por Marialice M. Foracchi. São Paulo: Ática, 1982. (Grandes cientistas sociais, 25).
- MARITAIN, Jacques. *Elementos de Filosofia I: introdução geral à filosofia*. Rio de Janeiro: Agir, 1963.
- MARTINS, Luciano. *Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento (introdução à crise brasileira)*. Rio de Janeiro: Saga, 1968. (Imagem do Brasil, v. 7).
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10ª ed. Campinas: Unicamp, 1998.
- MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.
- MICELI, Sérgio (Org.). *História das ciências sociais no Brasil, v. 1*. São Paulo: Vértice, 1989.
- _____. (Org.). *História das ciências sociais no Brasil, v. 2*. São Paulo: Sumaré, 1995.
- _____. Intelectuais brasileiros. In: _____. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970 – 1995): sociologia*. São Paulo: Sumaré, 1999. p. 109-46.
- MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- MORAES, Reginaldo C. Corrêa. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as idéias da CEPAL*. São Paulo: Ática, 1995.
- NAIRN, Tom. *The break-up of Britain: crisis and neo-nationalism*. London: Humanities Press, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco. *A economia da dependência imperfeita*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. (Biblioteca de economia).
- OLIVEIRA, Lucia Lippi de; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Política e sociedade).
- _____. *A sociologia de Guerreiro Ramos. O PROJETO DA UNESCO: 50 ANOS DEPOIS*. Salvador, 2004, organizado pelo Centro de Estudos Afro-

Orientais da Universidade Federal da Bahia, 2004. Disponível em: <<http://www.ceao.ufba.br/unesco/06paper-Lippi.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2005.

PAIM, Antônio. *História das Idéias filosóficas no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Grijalbo, 1974.

PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.

PEREIRA, Luiz. *Estudos sobre o Brasil contemporâneo*. São Paulo: Pioneira, 1971.

PEREIRA, Osny Duarte. O ISEB. O desenvolvimento e as reformas de base. *Revista Brasiliense*, São Paulo, p. 23-41, mai./jun. 1963.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa; CARNEIRO, Edison. *As ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Capes, 1955. (Série estudos e ensaios, 6).

_____; BAZZANELLA, W. *Teoria do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. (Biblioteca de ciências sociais).

_____. O entorpecimento do nacionalismo e suas conseqüências. In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975. p. 572-87. (Biblioteca universitária. Ciências sociais, 37).

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da USP, 2003. (Clássicos, 25).

PRADO Júnior, Caio. Nacionalismo e desenvolvimento. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 24, p. 9-15, 1959.

_____. *A revolução brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. *História econômica do Brasil*. 35ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. *A questão agrária*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. 21ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1999.

RIBEIRO, Darcy. *Teoria do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972. (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, 21).

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. 20ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2001. (Reconquista do Brasil, 222).

RINGER, Fritz. *O declínio dos mandarins alemães: a comunidade acadêmica alemã, 1890 – 1933*. São Paulo: Editora da USP, 2000. (Clássicos, 19).

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira*. 5ª ed. organizada e prefaciada por Nelson Romero. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953. 5 v em 3. (Documentos brasileiros, 24).

_____. *Realidade e ilusões no Brasil*. Seleção e coordenação Hildon Rocha. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Autores brasileiros: Sílvio Romero*. Organizado por Luiz Antonio Barreto. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002. (Obras completas de Sílvio Romero).

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975. (Corpo e alma do Brasil).

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

_____. *Cultura e política*. São Paulo: Paz e Terra, 2001. (Leitura).

SILVERT, Kalman H. *Nacionalismo y política de desarrollo*. Buenos Aires: Paidós, 1965. (Biblioteca de psicologia social y sociologia).

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil, de Castelo a Tancredo: 1964 - 1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à revolução brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. *História da burguesia brasileira*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

SWEEZY, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os economistas).

VALE, Antonio Marques do. *O ISEB, os intelectuais e a diferença: um diálogo teimoso na educação*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 6ª ed. São Paulo: Pioneira, 1989.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Editora da USP, 1994. (Ensaio de cultura, 6).

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 1995. (Ponta, 4).

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Revistas Pesquisadas

- *Anhembi*
- *Cadernos da Hora Presente*
- *Civilização Brasileira*
- *Dados*
- *Debate e Crítica*
- *Estudos CEBRAP*
- *Estudos Sociais*
- *Novos Estudos CEBRAP*
- *Revista de Administração Pública*
- *Revista Brasileira de Ciências Sociais*
- *Revista Brasiliense*
- *Revista do Serviço Público*
- *Síntese de Cultura e Política*
- *Sociologia*
- *Sociology and Social Research (1966 – 1983)*
- *Temas Ciências Humanas*
- *Estudos de Sociologia*

ANEXO A – Cronologia

- 1915 – nasce em 13 de setembro Alberto Guerreiro Ramos, em Santo Amaro da Purificação, Bahia
- 1926 – com 11 anos consegue o primeiro emprego numa farmácia como lavador de frascos e passa depois a caixeiro
- 192? – ingressa no Colégio da Bahia no qual faz o curso secundário, para manter-se, ajuda a mãe e serve de professor particular aos colegas mais abastados
- 1932 - colabora no jornal *O Imparcial*, de Salvador
 - profere conferência sobre Rui Barbosa no Ginásio da Bahia, sua opinião extremamente crítica quase o levou ao linchamento pela platéia, fugindo com a ajuda de um professor
- 1933 - inicia militância no integralismo
- 1933(?) - é recrutado por Rômulo de Almeida para a administração de Landolfo Alves (interventor na Bahia) como assistente na Secretaria da Educação
 - ingressa no movimento católico baiano, sofre influência das idéias de Jacques Maritain e das revistas francesas *L'Ordre Nouveau* e *Esprit*.
- 1937 - ajuda a fundar o Centro de Cultura Católica (e sua revista *Norte*), na Bahia. Já havia estudado em colégio católico e recebido formação tomista.
 - publica o livro de poemas *O drama de ser dois*
- 1938(?) - ajuda a fundar a Faculdade de Filosofia da Bahia, sob as hostes de Isaías Alves (Secretário da Educação e irmão do interventor Landolfo Alves), tornando-se por lei “catedrático”
- 1939 - publica o livro de ensaios *Introdução à cultura*
 - com bolsa de estudos do Estado da Bahia ingressa na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), da Universidade do Brasil (Rio de Janeiro-RJ), no curso de Ciências Sociais
 - inicia colaboração na revista *Cadernos da Hora Presente*
- 1942 - torna-se bacharel em Ciências Sociais pela FNFi
- 1943 - torna-se bacharel em Direito (curso que havia iniciado na Faculdade de Filosofia da Bahia) pela FNFi
 - mesmo indicado como professor assistente das Cadeiras de Sociologia e Política por – respectivamente - Jacques Lambert e André Gros, é recusado como professor na FNFi
 - mergulha numa crise existencial, isola-se e, nesse período, destrói os originais de três livros: um sobre Rainer Maria Rilke, outro sobre Nicolau Berdiaev e outro de poesia (*Nostalgia do paraíso perdido*)
 - indicado por San Tiago Dantas, começa a trabalhar no Departamento Nacional da Criança, no qual é professor da Cadeira de Problemas Econômicos e Sociais do Brasil, no curso de Puericultura e Administração dos Serviços de Amparo à Maternidade, à Infância e à Adolescência

- é nomeado técnico em administração do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP)
- 1943(?) - escreve sobre literatura latino-americana na revista *Cultura Política*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)
- 1944 - publica vários trabalhos sobre sociologia e puericultura, dentre eles *Aspectos sociológicos da puericultura*
- 1945 - inicia colaboração com resenhas (de cuja seção era o responsável) na *Revista do Serviço Público*, do DASP
- 1947 - inicia colaboração em *O Jornal*, do Rio de Janeiro
 - casa-se com Clélia Calasans de Paula
 - inicia colaboração no jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro
- 1948 - inicia colaboração no jornal *Quilombo* e militância no movimento negro
- 1949 - é admitido em concurso como técnico em administração do DASP
 - publica, com Evaldo da Silva Garcia, *Notícia sobre as pesquisas e os estudos sociológicos no Brasil (1940-1949)*, um dos primeiros balanços da produção sociológica brasileira
 - organiza (com Abdias Nascimento e Edison Carneiro) a Conferência Nacional do Negro
 - ajuda a fundar e assume a diretoria do Instituto Nacional do Negro, órgão do Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado por Abdias Nascimento, em 1944.
 - instala no Instituto Nacional do Negro o Seminário de Grupoterapia, no qual realiza experiências de psicodrama e sociodrama com os participantes, visando dirimir os efeitos do preconceito de cor
 - é um dos promotores do Congresso do Negro Brasileiro (no Rio de Janeiro - RJ), juntamente com Abdias Nascimento e Edison Carneiro
 - ajuda a fundar o Museu do Negro
- 1950 - publica sua tese apresentada em concurso do DASP: *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho*
 - oferece cursos no DASP, no Conselho de Imigração e Colonização, Serviço de Obras Sociais, Universidade Rural, Centro D. Vital e Clube da Aeronáutica
 - nasce sua primeira filha, Eliana
- 1951 - com a volta de Vargas à Presidência, trabalha na Assessoria deste
- 1952 - torna-se professor de sociologia da recém-fundada Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP)
 - dirige o planejamento e a execução da Pesquisa Nacional de Padrão de Vida
 - participa das reuniões do Grupo de Itatiaia
- 1953 - publica *O processo da sociologia no Brasil*
 - colabora no jornal carioca *Diário de Notícias*
 - funda o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), juntamente com outros intelectuais
 - participa do I Congresso Latino-americano de Sociologia, realizado no Rio de Janeiro e em São Paulo, no qual (como Presidente da Comissão de Estruturais Nacionais e Regionais) apresenta suas polêmicas teses

- 1954 - participa e intervém no I Congresso Brasileiro de Sociologia, em São Paulo
 - publica, no México, *Relaciones humanas del trabajo*
 - publica *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo*
- 1955 – publica, no México, *Sociología de la mortalidad infantil*
 - profere conferência na Universidade de Paris
 - é criado o ISEB (Instituto Brasileiro de Estudos Superiores), do qual foi um dos fundadores
- 1955/1956 - publica artigos nos *Cadernos de Nosso Tempo* (editados pelo IBESP)
- 1956 - torna-se professor e chefe do Departamento de Sociologia do recém-criado ISEB
 - profere conferência na Escola Superior de Guerra
 - publica artigo (sobre Gilberto Freyre) na revista francesa *Arguments*
- 1957 - publica *Introdução crítica à sociologia brasileira*
- 1958 - publica *A redução sociológica*
 - indispõe-se com Helio Jaguaribe em polêmica envolvendo o livro deste (*O nacionalismo na atualidade brasileira*) e deixa o ISEB
 - inicia colaboração (juntamente com Jesus Soares Pereira, Ignácio Rangel, Domar Campos) no jornal *Última Hora*, na coluna “Do ponto de vista brasileiro”
- 1960 - ingressa no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
 - publica *O problema nacional do Brasil*
 - é Delegado do Brasil na XVI Assembléia Geral da ONU, em Nova Iorque, na qual discursa e apresenta documento de sua autoria
- 1960/1961- visita a China, a Iugoslávia e a União Soviética, a convite do PCB (Partido Comunista Brasileiro)
- 1961 - publica *A crise do poder no Brasil*
- 1962 - mantém coluna - com outros intelectuais - no jornal *Última Hora*
 - filiado ao PTB, candidata-se a deputado federal pelo Estado da Guanabara, na legenda da Aliança Socialista Brasileira, composta também pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB)
 - convidado por San Thiago Dantas, integra novamente a delegação do Brasil na XVI Assembléia Geral das Nações Unidas
- 1963 - publica *Mito e verdade da revolução brasileira*
 - assume como suplente o mandato de deputado federal (PTB) da Guanabara
- 1964 - o mandato deputado federal e seus direitos políticos são cassados pela ditadura
 - recolhe-se na Fundação Getulio Vargas e prepara livro-compêndio sobre administração – com bolsa da Fundação Ford
- 1966 - publica *Administração e estratégia do desenvolvimento*
- 1967 - exila-se nos EUA, torna-se professor da Universidade do Sul da Califórnia, em Los Angeles
- 1970 - apresenta estudo na Universidade do Texas, EUA
- 1971 - colabora nas revistas americanas *Sociology and Social Research* e *Journal of Human Relations*
- 1972 - inicia colaboração na revista americana *Public Administration Review*

- profere conferência na Universidade de Nova Iorque
- 1972/1973 - é professor visitante nas universidades americanas Yale e Wesleyan
- 1977 - publica artigo na revista americana *Administration & Society*
- 1981 - torna-se professor visitante na Universidade Federal de Santa Catarina
 - publica no Canadá e no Brasil *A nova ciência das organizações*
 - colabora no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro
- 1982 – em 6 de abril falece em Los Angeles, Califórnia, EUA, vítima de câncer.

Fontes: Matta (1983), Oliveira, L. (1995), Soares (1993; 2005), Abreu (2001), Nascimento, A. (2003a), Azevedo (2006) e outros.

ANEXO B – Relação de obras consultadas de Guerreiro Ramos

RAMOS, Alberto Guerreiro. Sentido da poesia contemporânea. *Cadernos da Hora Presente*, São Paulo, p. 86-103, mai. 1939.

_____. Nota sobre Jacinta Passos. *Cadernos da Hora Presente*, São Paulo, p. 149-50, jan. 1940.

_____. Poemas cíclicos. *Cadernos da Hora Presente*, São Paulo, p. 110-112, jul./ago. 1940.

_____. A sociologia de Max Weber; sua importância para a teoria e a prática da Administração. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2/3, p. 129-39, ago./set. 1946.

_____. A divisão do trabalho social. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1/2, p. 161-8, out./nov. 1946.

_____. Notas sobre a planificação social. *Revista do Serviço Público*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 163-6, dez. 1946.

_____. A pesquisa e os “surveys” sociais. *Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 3/4, p. 147-51, mar./abr. 1947.

_____. *Curso de Sociologia*. Rio de Janeiro: DASP, 1948. Mimeografado.

_____; GARCIA, Evaldo da Silva. *Problemas econômicos e sociais do Brasil*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Criança, 1949.

_____. *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho: ensaio de sociologia do conhecimento*. Tese (apresentada em 1949 ao concurso para provimento em cargo da carreira de Técnico em Administração do quadro permanente do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP), DASP, Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

_____. O problema da mortalidade infantil no Brasil. *Sociologia*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 1-43, 1951.

_____. Pauperismo e medicina popular. *Sociologia*, São Paulo, v. 13, n. 3, 1951, p. 252-73.

_____. Nota metodológica. *Digesto Econômico*, São Paulo, n. 85, p. 133-136, dez. 1951.

_____. *A sociologia industrial. Formação. Tendências atuais.* Rio de Janeiro: [s. n.], 1952.

_____. *O processo da sociologia no Brasil: esquema de uma história das idéias.* Rio de Janeiro: [s. n.], 1953.

_____; GARCIA, Evaldo da Silva; SILVA, Geraldo Bastos. O problema da escola de aprendizagem industrial no Brasil. *Estudos Econômicos*, n. 11 e 12, ano IV, p. 133-53, set./dez. 1953.

_____. Esforços de teorização da realidade brasileira politicamente orientados de 1870 a nossos dias. In: ANAIS DO I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA (21 a 27 de junho de 1954). São Paulo: Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955. p. 275-297.

_____. Apresentação. In: RANGEL, Ignácio. *Dualidade básica da economia brasileira.* Rio de Janeiro: ISEB, 1957. p. 7-14. (Textos brasileiros de economia, 2).

_____. *Introdução crítica à sociologia brasileira.* Rio de Janeiro: Andes, 1957.

_____. *A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica.* Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____. Estrutura atual e perspectivas da sociedade brasileira. *Revista Brasiliense*, São Paulo, n. 18, p. 48-59, 1958.

_____. *O problema nacional do Brasil.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

_____. *A crise do poder no Brasil: problemas da revolução nacional brasileira.* Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

_____. *Mito e verdade da revolução brasileira.* Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

_____. *Administração e estratégia do desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração.* Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1966.

_____. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 7-44, 2º sem. 1967.

_____. Latent functions of formalism in Brazil. *Sociology and Social Research*, v. 56, n.1, p. 62-82, out. 1971.

_____. A teoria administrativa e a utilização inadequada de conceitos. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 5-17, jul./set. 1973.

_____. O problema do negro na sociologia brasileira. In: SCHWARTZMAN, Simon (Sel. e introd.). *O pensamento nacionalista e os Cadernos de Nosso*

Tempo. Brasília: UNB, Câmara dos Deputados, 1979. p. 39-69. (Biblioteca do pensamento político republicano).

_____. Minha dívida a Lorde Keynes. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 91-95, abr./jun. 1982.

_____. A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. In: A REVOLUÇÃO DE 30: seminário internacional. Rio de Janeiro: FGV; Brasília:UnB, 1983. p. 527-48. (Temas brasileiros).

_____. A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 32-65, jan./mar. 1983.

_____. Modelos de homem e teoria administrativa. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 3-12, abr./jun. 1984.

_____. Curtição ou reinvenção do Brasil. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 3-4, jan./mar. 1986.

_____. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

_____. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

_____. *A redução sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

_____. Apresentação da grupoterapia. In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003. p. 64.

_____. Apresentação da negritude. QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003. p. 117.

_____. Contatos raciais no Brasil. In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003. p. 26.

_____. Teoria e prática do psicodrama. In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003. p. 76-7.

_____. Teoria e prática do sociodrama. In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003. p. 91.

_____. Uma experiência de grupoterapia (Arquivo). In: QUILOMBO: vida, problemas e aspirações do negro. Ed. fac-similar do jornal dirigido por Abdias Nascimento. São Paulo: 34 Letras, 2003. p. 53.

ANEXO C – Legislação e atribuições do DASP

Legislação:

“A Lei n. 284, de 08.10.1936, instituiu o Conselho Federal do Serviço Público Civil, diretamente e imediatamente subordinado ao Presidente da República. Constituição de 10.11.1937, art. 67, prevê a existência, junto à Presidência da República, de um Departamento Administrativo. Decreto-lei n. 579, de 30.07.1938, cria, junto à Presidência da República, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Decreto-lei n. 200, de 25.02.1967, art. 212, altera a denominação para Departamento Administrativo do Pessoal Civil, mantida a sigla DASP. Lei n. 6.036, de 1.05.1974, classifica o DASP como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República. Lei n. 6.228, de 15.07.1975, determina que o órgão volte a denominar-se Departamento Administrativo do Serviço Público. Pelo Decreto n. 91.147, de 15.03.1985, o DASP passa a ter como titular um Ministro de Estado (Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Administração). Decreto n. 93.211, de 03.09.1986, extingue o DASP e cria a Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (SEDAP), cujo titular continuará sendo o Ministro de Estado Extraordinário para Assuntos de Administração, enquanto não for criado o cargo de Ministro Chefe (art. 27).”

Fonte: LEGISLAÇÃO. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/Infger_07/ministerios/Ministe.htm. Acesso em: 22 abr. 2006.

Atribuições: quando da criação do DASP pelo Decreto-lei n. 579, de 30 de julho de 1938.

- “a) o estudo pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de um com outros e com o público;
- b) organizar anualmente, de acordo com as instruções do Presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Câmara dos Deputados;
- c) fiscalizar, por delegação do Presidente da República e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária;
- d) seleccionar os candidatos aos cargos públicos federais, excetuados os das Secretarias da Câmara dos Deputados e do Conselho Federal e os do magistério e da magistratura;
- e) promover a readaptação e o aperfeiçoamento dos funcionários civis da União;
- f) estudar e fixar os padrões e especificações do material para uso nos serviços públicos;
- g) auxiliar o Presidente da República no exame dos projetos de lei submetidos à sanção;
- h) inspecionar os serviços públicos;
- i) apresentar anualmente ao Presidente da República relatório pormenorizado dos trabalhos realizados e em andamento.”

Fonte: BRASIL. Decreto-lei n. 579, de 30 de julho de 1938. In: DIAS, J. C. (Org.). *Colectanea de decretos-leis*. São Paulo: Cultura Moderna, 1938.

ANEXO D – Teses apresentadas por Guerreiro Ramos no II Congresso Latino-americano de Sociologia (1953)

“1ª - As soluções dos problemas sociais dos países latino-americanos devem ser propostas tendo em vista as condições efetivas de suas estruturas nacionais e regionais, sendo desaconselhável a transplantação literal de medidas adotadas em países plenamente desenvolvidos;

2ª - A organização do ensino da sociologia nos países latino-americanos deve obedecer ao propósito fundamental de contribuir para a emancipação cultural dos discentes, equipando-os de instrumentos intelectuais que os capacitem a interpretar, de modo autêntico, os problemas das estruturas nacionais e regionais a que se vinculam;

3ª - No exercício de atividades de aconselhamento, os sociólogos latino-americanos não devem perder de vista as disponibilidades da renda nacional de seus países, necessárias para suportar os encargos decorrentes das medidas propostas;

4ª - No estágio atual de desenvolvimento das nações latino-americanas e em face das suas necessidades cada vez maiores de investimentos em bens de produção, é desaconselhável aplicar recursos na prática de pesquisas sobre minudências da vida social, devendo-se estimular a formulação de interpretações genéricas dos aspectos global e parciais das estruturas nacionais e regionais;

5ª - O trabalho sociológico deve ter sempre em vista que a melhoria das condições de vida das populações está condicionada ao desenvolvimento industrial das estruturas nacionais e regionais;

6ª - É francamente desaconselhável que o trabalho sociológico, direta ou indiretamente, contribua para a persistência, nas nações latino-americanas, de estilos de comportamento de caráter pré-letrado. Ao contrário, no que concerne às populações indígenas ou afro-americanas, os sociólogos devem aplicar-se no estudo e na proposição de mecanismos de integração social que apressem a incorporação desses contingentes humanos na atual estrutura econômica e cultural dos países latino-americanos;

7ª - Na utilização da metodologia sociológica, os sociólogos devem ter em vista que as exigências de precisão e refinamento decorrem do nível de desenvolvimento das estruturas nacionais e regionais. Portanto, nos países latino-americanos, os métodos e processos de pesquisa devem coadunar-se com os seus recursos econômicos e de pessoal técnico e com o nível cultural genérico de suas populações.”

Fonte: RAMOS, Alberto Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes, 1957. p. 77-8.1